

*AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMBIENTE: AS
CONFERÊNCIAS DAS PARTES DAS “CONVENÇÕES DO RIO” COMO
EXEMPLOS PRÁTICOS DO MULTILATERALISMO AMBIENTAL*

FILIPA TIAGO GOMES

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Área de Especialização
em Ambiente e Recursos Naturais**

Março, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, Área de especialização em Ambiente e Recursos Naturais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Roxo, e coorientação científica da Professora Doutora Brígida Rocha Brito.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 28 de Março de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A Orientadora,

A co-Orientadora,

Lisboa, 28 de Março de 2012

Para a minha querida Mãe, porque nunca desistiu de mim.

Para o meu querido Pai, com saudades.

Gostaria de começar por agradecer à Professora Doutora Brígida Rocha Brito e à Professora Doutora Maria José Roxo, que me deram o privilégio de serem as Orientadoras desta dissertação. Obrigada pela sabedoria e amizade; é com muito orgulho que as tenho e terei sempre como “*Professoras*”.

Um muito obrigada à Doutora Teresa Barros, ao Doutor Peter Pitrez e à Engenheira Cristina Carreiras, bem como ao restante Departamento de Relações Internacionais do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, e Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, por me terem acolhido e ensinado por breves, mas essenciais momentos para o desenvolvimento desta dissertação.

Um sentido agradecimento a todo o Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa, nomeadamente a todos os docentes que tive o privilégio de ter como Professores, bem como aos caríssimos Colegas que me acompanharam ao longo da Licenciatura; obrigada pelo que, mesmo sem saberem, fizeram pela minha vida académica e pessoal, e é com o maior dos orgulhos que afirmo que em muito contribuíram para que “*nem me falte na vida honesto estudo*”.

Agradeço também ao Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL) por tão bem me terem recebido na *vossa casa*, e por tanto me terem ensinado; escolhi o Mestrado que agora finalizo com o intuito de aprender mais sobre o Ambiente, e hoje vejo que não poderia ter feito melhor escolha.

Obrigada a toda a minha Família e a todos os meus Amigos, que de um modo ou de outro me ajudaram a chegar onde estou. Um agradecimento muito especial à minha querida *Mana* e aos meus sobrinhos, pela fraternidade, amizade e todos os sorrisos que me dão; aos meus queridos Padrinhos Topê e Inha, por fazerem parte da minha vida; e ao meu Padrasto, Luís Parreirão, pela amizade e sabedoria – é com prazer que contigo aprendo todos os dias.

Um muito obrigada ao Paulo “Tocas”, meu companheiro e amigo, pelo seu amor, amizade, carinho, compreensão e paciência, por me ajudar a suportar as dificuldades e comigo partilhar as felicidades.

Finalmente, o agradecimento mais importante, e aquele que se me pedissem, eu elegia como único: para a minha Mãe vai o meu mais sentido “*obrigada*”, por tudo o que fez por mim. Se esta dissertação existe, a ti te devo; e tudo o resto que vier, assim será. És, de facto, a melhor do Mundo!

É bem conhecida a “crise ambiental” que hoje se vive e a luta constante da comunidade internacional em desenvolver os padrões ambientais existentes de forma a alcançar o épico Desenvolvimento Sustentável. Necessita-se assim de uma ação prática urgente e dominante, a qual só é possível se derivada de uma governação internacional estruturada, coerente e efetiva. Para tal contribui grandemente a otimização do Multilateralismo Ambiental, e da junção do que se considera ser os “motores” das Relações Internacionais do Ambiente: o Direito, a Política e a Diplomacia internacionais ambientais. O entendimento das suas noções, conceitos e sistemas mais básicos, como p. ex. os seus Atores, a negociação e implementação dos Acordos Multilaterais Ambientais e a execução dos respetivos Regimes, bem como a sua evolução no contexto da Organização das Nações Unidas, são atributos essenciais para que, entendendo-o melhor, se consiga melhorá-lo e otimizá-lo. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) e as “suas” Convenções são exemplos importantes da história do Multilateralismo Ambiental, mantendo paralelamente um carácter bastante atual, não só pela aproximação do 20º aniversário da “Conferência do Rio”, como também pela continuidade e importância que as “Convenções do Rio” e as suas Conferências das Partes preservam.

A dissertação que se segue pretende uma abordagem a um campo de estudo transversal às Relações Internacionais e ao Ambiente, nomeadamente através da relação entre a componente teórica do Multilateralismo Ambiental e dos elementos práticos que o compreendem.

Palavras-chave: *Multilateralismo Ambiental, Governação Internacional Ambiental, “Convenções do Rio”, Conferências das Partes.*

It is well known the “environmental crisis” that the World is going through and the continuous struggle of the international community to develop the existing environmental patterns towards the epic Sustainable Development. Thus it is needed an urgent and strong practical action, which it’s only possible if based on a well structured, consistent and effective international governance. To that end, a great contribution comes from the optimization of the Environmental Multilateralism and the combining of what’s considered to be the “engines” of the International Relations of the Environment: the international environmental fields of Law, Policy and Diplomacy. The knowledge of its fundamental concepts and systems, such as its Actors, the negotiation and implementation of the Multilateral Environmental Agreements and the execution of their Regimes, as well as its evolution in the United Nations context, are all single attributes to, through its better understanding, its improvement and optimization. The United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 1992) and “its” Conventions are both great examples of the Environmental Multilateralism history, and still very up to date, not only because of the approach of the “Rio’s Conference” 20^o birthday, but also due to the continuity and magnitude that the “Rio Conventions” and they’re Conference of the Parties still preserve.

The following dissertation suggests a transversal approach to the International Relations and the Environment fields of work, namely through the relation between the theoretical component of the Environmental Multilateralism and its practical elements.

Key-words: *Environmental Multilateralism, International Environmental Governance, Rio Conventions, Conference of the Parties.*

ABS – *Acesso a Recursos e Partilha de Benefícios (Access and Benefit-sharing)*

AWG-KP – *Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre os novos compromissos das Partes incluídas no Anexo I do Protocolo de Kyoto (Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol)*

AWG-LCA – *Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Cooperação a Longo Prazo no Âmbito da Convenção (Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention)*

CBD – *Convenção sobre a Diversidade Biológica (Convention on Biological Diversity)*

CITES – *Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora)*

COP – *Conferência das Partes (Conference of the Parties)*

CSD – *Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (Commission on Sustainable Development)*

DSD – *Divisão para o Desenvolvimento Sustentável (Division for Sustainable Development)*

ECOSOC – *Conselho Económico e Social das Nações Unidas (United Nations Economic and Social Council)*

IISD-ENB – *Earth Negotiations Bulletin, Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (International Institute for Sustainable Development)*

FAO – *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agricultural Organization)*

GEE – *Gases com Efeito de Estufa*

GEF – *Fundo Mundial para o Ambiente (Global Environmental Facility)*

ICJ – *Tribunal Internacional de Justiça (International Court of Justice)*

IMO – *Organização Marítima Internacional (International Maritime Organisation)*

IUCN – *União Internacional para a Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature)*

LPN – *Liga para a Proteção da Natureza*

MAOT – *Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território*

MEA – *Acordos Multilaterais Ambientais (Multilateral Environmental Agreements)*

MOP – *Reuniões das Partes (Meeting of the Parties)*

OI – *Organização (ões) Internacional (ais)*

ONG – *Organização (ões) Não Governamental (ais)*

ONGA – *Organização (ões) Não Governamental (ais) Ambiental (ais)*

ONU – *Organização das Nações Unidas (United Nations)*

QUERCUS – *Associação Nacional de Conservação da Natureza*

Rio+20 (ou UNCSO) – *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations Conference on Sustainable Development)*

SBI – *Órgão Subsidiário para a Implementação (Subsidiary Body for Implementation)*

SBSTA – *Órgão Subsidiário de Conselho Científico e Tecnológico (Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice)*

UNCCD – *Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África (United Nations Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa)*

UNCED – *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (United Nations Conference on Environment and Development)*

UNCSO (ou “Rio+20”) – *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (United Nations Conference on Sustainable Development)*

UNDP – *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Program)*

UNEP – *Programa das Nações Unidas para o Ambiente (United Nations Environment Programme)*

UNESCO – *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)*

UNFCCC – *Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (United Nations Framework for Climate Change)*

UNFF – *Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas (United Nations Forum on Forests)*

UNGA – *Assembleia Geral das Nações Unidas (United Nations General Assembly)*

UNS – *Secretariado das Nações Unidas (United Nations Secretariat)*

UNSC – *Conselho de Segurança (United Nations Security Council)*

WB – *Banco Mundial (World Bank)*

WFP – *Programa Alimentar Mundial (World Food Programme)*

WHO – *Organização Mundial de Saúde (World Health Organization)*

WMO – *Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization)*

WBCSD – *Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development)*

WSSD – *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (World Summit on Sustainable Development)*

WWF – *Fundo Mundial para a Proteção da Natureza (World Wildlife Fund)*

Figura 1 – Os Instrumentos de Direito Internacional: “ <i>Hard Law</i> ” e “ <i>Soft Law</i> ”.....	III.38
Figura 2 – Fases do “ <i>Treaty-making Process</i> ”: o exemplo de Philippe Sands	III.43
Figura 3 – As Etapas de Oficialização dos <i>Multilateral Environmental Agreements</i>	III.50
Figura 4 – O “ <i>boom</i> ” dos MEA: número de MEA e Emendas entre 1950 e 2011	III.56
Figura 5 – Número de MEA e Emendas por Tema (1950-2011)	III.56
Figura 6 - Exemplo de Modelo de Análise de Êxito das Conferências da ONU	III.71
Figura 7 - Os Órgãos Subsidiários das “ <i>Convenções do Rio</i> ”	IV.95

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Siglas e Acrónimos	vii
Índice de Figuras	ix

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	I.1
1. Enquadramento Metodológico	I.4
2. Questões de Partida e Hipóteses de Pesquisa	I.6
3. Metodologia e Descrição dos Capítulos	I.7
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	II.9
1. As “Convenções do Rio”	II.11
1.1. A <i>Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas</i>	II.11
1.2. A <i>Convenção sobre a Diversidade Biológica</i>	II.14
1.3. A <i>Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente em África</i>	II.18
2. O Multilateralismo Ambiental	II.21
III. O MULTILATERALISMO AMBIENTAL: CONJUNTURA ORGANIZACIONAL À ESCALA MUNDIAL	III.27
1. Noções Básicas do Multilateralismo Ambiental	III.28
1.1. Os <i>Atores</i>	III.28
1.2. Os Acordos Multilaterais Ambientais: das Negociações à execução dos Regimes	III.36
1.2.1. O Processo da Elaboração dos Tratados (“ <i>Treaty-making Process</i> ”)	III.41
1.2.2. O “ <i>boom</i> ” dos Acordos Multilaterais Ambientais: prós e contras de uma evolução desmedida	III.53
1.3. Implementação Nacional dos Acordos Multilaterais Ambientais	III.59
2. Organização das Nações Unidas: a “ <i>mãe</i> ” do Multilateralismo Ambiental	III.64

2.1. Análise histórica: meio século de Ambiente na ONU	III.65
2.2. O Ambiente na ONU: estrutura e competências	III.73
IV. EXEMPLOS PRÁTICOS DO MULTILATERALISMO AMBIENTAL: AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES DAS “CONVENÇÕES DO RIO”.....	IV.84
1. Competências, Funções e Estrutura das Conferências das Partes	IV.85
1.1. Competências Internas e Externas	IV.87
1.2. Competências Decisórias	IV.90
1.3. Órgãos Subsidiários, Secretariados, Reuniões das Partes e outras características relevantes	IV.94
2. As Conferências das Partes das “Convenções do Rio”: exemplos recentes.....	IV.97
2.1. A COP16 da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas: a “cautela” de Cancún	IV.97
2.2. A COP10 da Convenção sobre a Diversidade Biológica: “Protocolo de Nagoya” e o sucesso merecido	IV.102
2.3. A COP10 da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação: demasiada discrição	IV.105
V. REFLEXÕES FINAIS.....	V.108
ANEXOS.....	121
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Refletir-se acerca das noções fundamentais do Multilateralismo Ambiental pode até parecer uma tarefa simples e de alcance lacónico, contudo basta deparar-se com uma das mais visíveis e irreversíveis características das Relações Internacionais para tudo isso tomar proporções substancialmente diferentes: na grande maioria das vezes, *elas* não são, simplesmente, “*preto no branco*”, pelo contrário. Nesse sentido, também o Multilateralismo Ambiental assume contornos demasiadamente discutíveis para que todas as críticas que lhe são atribuídas sejam justas, ou todas as soluções construtivas, mesmo que tal seja difícil de admitir ou entender.

Nesse contexto, também facilmente se entende que não é de todo fácil o trabalho em *prol* do Ambiente, como fazem, p. ex., as Organizações Não Governamentais Ambientais (ONGA) um pouco por todo o Mundo; também não o é se o que estiver em causa for a defesa de certos interesses económicos ou o acautelamento da subsistência de uma comunidade; contudo, a tarefa torna-se verdadeiramente difícil quando é preciso encontrar várias soluções (porque no que respeita ao Ambiente, nunca haverá *uma* só solução) estrategicamente equilibradas de modo a agradar todas as vertentes, e, principalmente, a atingir os objetivos máximos da preservação e conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Não obstante, tal não significa que se possa olhar para as funções do Multilateralismo Ambiental de uma forma complacente: como tudo, *ele* existe por um motivo, e contribuir para que a governação internacional ambiental funcione em plenitude deve ser sempre o seu expoente máximo, apesar das adversidades que constantemente o põe à prova. Só assim, com a seriedade, funcionalidade e coordenação que se lhe exigem, é possível enfrentar a crise ambiental.

Contudo, o alcance dessas virtudes nem sempre se tem vindo a concretizar, e quando, ocorreu, regra geral, de uma forma descoordenada e retraída, com avanços pouco ambiciosos, ou tão pouco proactivos: com efeito, e apesar do empenho merecidamente atribuído, o Multilateralismo Ambiental continua sem ser bem-sucedido na criação e gestão de um sistema que sintetize e faça valer os objetivos ambientais e de desenvolvimento, pelo menos não de uma forma que acompanhe o avanço das problemáticas ambientais. Assim, o formato institucional inicialmente escolhido para a governação internacional ambiental – e de certo modo “imposto” pelas condicionantes

da época –, composto por uma rede de organismos cujos pilares assentavam na politização, sectorialismo e proliferação de programas e unidades autónomas com objetivos díspares e bases jurídicas formadas por conceitos e normas pouco claras, forçadas até, acabou por promover soluções que, sendo ou não as pretendidas, não foram, com certeza, as mais eficazes. A tão reclamada *coordenação* – que entretanto se fez notar, de facto, essencial – vislumbrou poucos progressos ao longo dos anos, e nem a Organização das Nações Unidas (ONU), nomeadamente através do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (*United Nations Environment Programme* – UNEP) e das comissões e comités criados para o efeito, ou tão pouco a restante comunidade internacional, mostraram a devida eficiência para garantirem o impacto necessário no fragmentado sistema institucional ambiental e na consequente governação internacional desse domínio.

Mas o facto da degradação ambiental ter-se mantido, e em alguns casos até aumentado¹, no decorrer dos anos em que, paralelamente, a governação internacional ambiental mais se desenvolveu, não significa necessariamente uma causalidade – ou falta dela – direta (Stoddart, 2011): a fragilidade do sistema institucional não deve, nem pode ser apontado como a única e enfática causa da crise ambiental que hoje se presencia, uma vez que a sua preponderância a muito se deve a uma diversidade de outros fatores que nada têm a ver com a governação ambiental, tais como os modelos económicos e padrões de consumo e produção dominantes. Mas não sendo a única causa, algumas das suas disposições falharam grandemente na abordagem à problemática, sendo vários os componentes que podem ser apontados como as principais lacunas da governação internacional ambiental, os quais irão ser pontualmente abordados ao longo das próximas páginas.

A pesquisa e a elaboração desta dissertação têm como finalidade geral a reflexão e o incentivo ao debate sobre as principais especificidades do Multilateralismo Ambiental, entendendo-o como um dos principais componentes das Relações Internacionais do Ambiente contemporâneas, e as mesmas, por seu lado, como um dos

¹ Em 2005, o *Millennium Ecosystem Assessment* concluía que «...Over the past 50 years, humans have changed ecosystems more rapidly and extensively than in any comparable period of time in human history, largely to meet rapidly growing demands for food, fresh water, timber, fiber, and fuel. This has resulted in a substantial and largely irreversible loss in the diversity of life on Earth...» (MEA, 2005:1).

grandes intervenientes para a amortização da crise ambiental. Com efeito, e da mesma forma que o Ambiente tem proveitos que beneficiam toda a humanidade, bem como problemáticas e consequências que não conhecem fronteiras, então só através de soluções transnacionais, cooperativas e multilaterais se poderão gerir e conservar todos os bens e com *ele* relacionados.

Chegando-se a essa conclusão, passa a ser importante conhecer quais os passos que têm sido dados, bem como os que estão ainda por dar, de modo a prosseguir-los, corrigi-los ou a concretizá-los, sendo precisamente esse o objetivo, ou pelo menos o incito, desta dissertação. Obviamente que o Multilateralismo Ambiental, a ONU, as “Convenções do Rio” e as suas Conferências das Partes (*Conference of the Parties – COP*) não conseguem, por si só ou sinergicamente, definir as estratégias e concretizar os resultados que irão fazer com que o Ambiente seja, na sua plenitude, preservado e sustentavelmente usufruído por todos, porém é um passo que não pode ser adiado ou menosprezado, pelo que um conhecimento alargado dos seus conceitos revela-se essencial para a sua efetiva implementação. Por outro lado, é igualmente certo que no final desta dissertação haverá ainda muito por estudar, explorar e compreender, contudo pensa-se que poderá ser útil a quem, como a autora, um dia tenha curiosidade em saber como são feitas, afinal, as Relações Internacionais do Ambiente, e de que modo podem influenciar as boas práticas ambientais e o desenvolvimento sustentável.

Ademais, pensa-se que por muitas alterações que possam vir a ser introduzidas na ideologia do Multilateralismo, a probabilidade de este se “desmoronar” é quase irrisória, pelo que é preciso encará-lo como parte integrante da nossa política externa e, portanto, com consequências importantes para os assuntos nacionais. É um facto que tanto o Ambiente como o Multilateralismo Ambiental têm vindo a enfrentar um sem número de adversidades, não só as “naturais”, as quais, fazendo parte da dinâmica natural da Terra, estão muitas vezes fora da capacidade de resposta humana, mas também as provocadas pela insensibilidade, irresponsabilidade e tomada de decisões inconsequentes por parte da comunidade governante, pelo que mais do que nunca é necessário entendê-las com a seriedade e congruência que merecem. É nesse sentido que se identifica a falta de divulgação e conhecimento acerca da importância desta temática como potenciais desvalorizadoras do já por si mal-entendido Multilateralismo Ambiental; é preciso, portanto, inverter esta situação, através, por exemplo, de uma

maior abertura ao debate internacional, incentivando-se a opinião pública a refletir acerca da importância das medidas negociadas e adotadas e da crucialidade da intervenção de todos na sua implementação, e, paralelamente, ao debate regional e/ou nacional, levantando questões como se o Estado poderá assumir um papel mais ativo nas negociações internacionais, ou quais os caminhos a seguir para que haja um maior rigor na implementação nacional das medidas acordadas através dos Acordos Multilaterais Ambientais.

Com efeito, estas e outras reflexões são importantes para o futuro do Ambiente: de pouco serve uma política energética ambiciosa se não for explicada a sua razão de ser a quem a vai, *in extremis*, suportar; um plano de desenvolvimento sustentável nunca atingirá o seu objetivo máximo se não se fizerem progressos sinérgicos em todas as áreas do Ambiente, desde a mitigação da poluição atmosférica, passando pela gestão e conservação dos recursos ecossistémicos, até ao combate à degradação dos solos. Tudo isto tem que ser discutido, refletido e divulgado de forma a que se consigam chegar a conclusões assertivas e efetivas, desenvolvendo uma maior e melhor cultura de interesse, de saber e de participação em relação às questões nacionais, mas também às internacionais.

Nesse sentido, espera-se que esta dissertação seja um “abrir de portas” para outras pesquisas, mais aprofundadas e diversificadas, acerca das Relações Internacionais do Ambiente, que em Portugal escasseiam. Entender os “*impulsos externos*” (Schmidt, 2008) que fazem, em grande parte, mover a política ambiental nacional é um primeiro passo essencial para que esta seja desenvolvida e aplicada da forma mais otimizada possível.

1. Enquadramento Metodológico

Esta dissertação insere-se em dois campos de estudo distintos mas perfeitamente interligáveis, e que aliás fazem parte da formação académica da autora: as *Relações Internacionais*, que corresponde à Licenciatura com a mesma denominação concluída na Universidade Autónoma de Lisboa em 2009, e o *Ambiente*, o qual condiz com os conhecimentos obtidos ao longo da Componente Letiva do Mestrado em Gestão do Território, Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A junção destas duas

temáticas não foi, no entanto, instantânea, contribuindo para tal três contextos essenciais: *primeiro*, a memória ainda bastante viva da disciplina de “*Ambiente e Relações Internacionais*”, lecionada no último ano de Licenciatura, a qual despertou definitivamente a curiosidade da autora para a temática do Ambiente, bem como da importância que as Relações Internacionais podem e devem desempenhar na sua gestão e conservação; *segundo*, o estágio (ainda que interrompido pela reconsideração da elaboração de uma dissertação ao invés da Componente Não Letiva de Mestrado inicialmente escolhida, “Estágio com Relatório”) realizado no então Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT) no último semestre de 2010, mais especificamente no Gabinete de Relações Internacionais e no Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas, onde se começou a entender e a desenvolver um particular fascínio pelos meandros do Multilateralismo Ambiental; *terceiro* e último, a leitura do artigo “*In Defense of Multilateralism*” de Lindsey Powell (2003), que embora não tenha sido o único que aguçou a curiosidade da autora, foi definitivamente o primeiro que a levou a crer que o Multilateralismo Ambiental era o tema que se gostaria de explorar.

Contudo, e quando a ideia central da dissertação começou, aos poucos, a surgir, os contextos um tanto aleatórios no tempo que a tinham formado, passaram a fazer perfeita lógica: por um lado porque, e muito embora não seja condição essencial, pensa-se que toda a formação académica deve, tanto quanto possível, fazer parte de trabalhos que marquem o seu percurso, como é o caso de uma dissertação de Mestrado, fazendo portanto todo o sentido interligar os campos de estudo da Licenciatura e da Pós-Graduação da autora, os quais são, de resto, os que mais despertam o seu interesse; por outro, porque cedo se começou a entender que muito pouco existe publicado a nível nacional acerca do Multilateralismo Ambiental, o que não deixa de ser curioso num país onde se escreve sobre tudo um pouco. Com efeito, parece que o descrédito à importância do tema é tanto que os resultados “em português” da pesquisa que foi sendo efetuada não foram muito além de publicações do Professor Doutor Viriato Soromenho Marques e da Professora Doutora Luísa Schmidt, o que veio despertar preocupação, claro, mas também vontade de contribuir para a alteração dessa tendência.

Esta é, como será rapidamente entendido pelos seus leitores, uma dissertação essencialmente teórica, caminho esse que pareceu ser sempre o mais acertado, até

porque, julga-se, uma análise mais prática do Multilateralismo Ambiental, e até mesmo das “Convenções do Rio” e suas COP, seria algo de extremamente complexo e moroso para o tempo disponível. Assim, e num primeiro rascunho do Plano de Trabalho a seguir, considerou-se que poderiam ser analisados vários tópicos com ligação ao Multilateralismo Ambiental: *primeiro*, uma breve abordagem aos seus principais conceitos; *segundo*, uma resenha à sua principal “mentora”, a ONU; *terceiro*, e como exemplo da Implementação Nacional dos Acordos Multilaterais Ambientais (*Multilateral Environmental Agreements* – MEA), o caso específico do Direito Ambiental Europeu em paralelo à conjuntura portuguesa; e por *último*, as COP das “Conferências do Rio” como exemplos práticos do Multilateralismo Ambiental. Porém, e muito embora se tenha evoluído consideravelmente na pesquisa de todos os tópicos, percebeu-se entretanto que, fruto das características impostas pela instituição de ensino ao formato da dissertação, não iria ser possível inclui-los a todos. Optou-se então por apartar as questões europeias e nacionais, uma vez que se entendeu que estando em dúvida a reflexão entre questões mais regionais e locais, ou antes mais internacionais, o mais lógico seria o de antes de mais estudar um cenário mais abrangente, de modo a que no futuro possa ser melhor inteligível a focagem em situações mais específicas, como será o caso, p. ex., da Política Ambiental Europeia e Nacional.

2. Questões de Partida e Hipóteses de Pesquisa

Considerando os conhecimentos obtidos ao longo da formação em Relações Internacionais, tendo por isso a noção de que o Ambiente não é nelas abordado e desenvolvido da mesma forma que outras temáticas, tais como, p. ex., os Direitos Humanos; considerando, por outro lado, os ensinamentos na área da Gestão do Território, onde se compreendeu que face ao avançado estado de degradação ambiental, existe uma forte lacuna ao nível governativo que precisa de ser equacionada; surge assim a *questão de partida* para a elaboração desta dissertação.

Q. Onde falha realmente o sistema internacional ambiental? Será na sua base, onde o Multilateralismo Ambiental tenta estabelecer princípios e descortinar medidas e métodos que, com o acordo de todos, se tornem as principais armas para se combater séculos de deterioração ambiental? Ou será antes na aplicação desse sistema, deixada quase que “livremente” a cargo dos cerca de 190 Estados, por sua vez dependentes da “boa vontade” do

seu processo político, da imposição de outras prioridades ou da sensibilidade e educação dos seus cidadãos?

Por seu lado, as *hipóteses de pesquisa* surgiram de uma forma pautada, mas abrupta, e com uma interligação evidente entre as duas partes da questão de partida:

H.1. A governação internacional ambiental é atualmente servido por um sistema institucional descoordenado, inadaptado à dimensão e controversalidade da crise ambiental contemporânea, e com uma necessidade imensa de reestruturação;

H.2. A transposição deficiente das medidas multilaterais para as legislações e práticas nacionais pode ser o que mais contribui para os insucessos do Multilateralismo Ambiental.

3. Metodologia e Descrição dos Capítulos

Como consequência da opção pela reflexão teórica, seguiu-se uma metodologia de trabalho própria do género de dissertação: após se considerar os resultados da pesquisa (*primeira fase*) suficientes para se iniciar uma leitura ampla e com nexos (*segunda fase*), assim se fez, não deixando no entanto de se elaborar, quando necessário, pesquisas adicionais pontuais. Numa *terceira fase*, optou-se por reler, destacar e tirar anotações daquilo que se havia considerado relevante para a composição da dissertação, procedendo-se à correção do Plano de Trabalho e, em seguida, ao início da redação propriamente dita (*quarta fase*) e a um consequente progresso na reflexão e organização de ideias, que acabaram por conduzir, admite-se, a uma série de pensamentos e formulação de potenciais conjunturas que estavam longe de serem imaginadas aquando do início da pesquisa. Entretanto também se fez algum trabalho pontual de componente mais prática, nomeadamente ao nível de recolha de dados por forma a criar figuras e tabelas simples que pudessem de algum modo ilustrar e complementar a reflexão teórica designada.

Assim sendo, a dissertação acabou por assumir o seguinte formato:

| Os capítulos ditos “introdutórias”, onde se inclui os “Agradecimentos”, o “Resumo”, o “Índice” e o “Índice de Figuras”, as “Siglas e Acrónimos” e a presente “Introdução”;

- | O “*Enquadramento Teórico*” (Capítulo I) que, como o próprio nome indica, faz uma abordagem geral às duas principais componentes da dissertação: o subcapítulo I.1., denominado “*Convenções do Rio*”, e que explora o que são e em que contexto surgem; e o subcapítulo I.2. (“*Multilateralismo Ambiental*”), onde se irá avançar com uma breve reflexão sobre o tema, nomeadamente dos seus “prós” e “contras”;
- | Em seguida, o Capítulo II denominado “*O Multilateralismo Ambiental: Enquadramento das Questões Ambientais à Escala Mundial*”, e dividido em dois grandes subcapítulos: o subcapítulo II.1. (“*Noções Básicas do Multilateralismo Ambiental*”), no qual, através do que se quis transmitir como uma reflexão contextual progressiva, se irá abordar os principais desígnios do Multilateralismo Ambiental, a saber “*Os Atores*” e “*Os Acordos Multilaterais Ambientais: das Negociações à execução dos Regimes*”, incluindo-se neste último título as características essenciais do “*Processo da Elaboração dos Tratados*” (“*Treaty-making Process*”), e aquelas que se identificaram como sendo duas das principais controvérsias do Multilateralismo Ambiental, “*O “boom” dos Acordos Multilaterais Ambientais: prós e contras de uma evolução desmedida*” e a “*Implementação Nacional dos Acordos Multilaterais Ambientais*”; e o subcapítulo II.2. (“*Organização das Nações Unidas: a “mãe” do Multilateralismo Ambiental*”), onde primeiro se elaborou uma breve resenha histórica da componente ambiental da Organização, e depois se refletiu acerca da sua estrutura e competências para a gestão do Ambiente;
- | Um terceiro Capítulo apelidado de “*Exemplos Práticos do Multilateralismo Ambiental: as Conferências das Partes das “Convenções do Rio”*”, cujo objetivo é, como o próprio nome indicia, exemplificar o Multilateralismo Ambiental através de um dos seus acontecimentos por excelência, refletindo acerca das “*Competências, Funções e Estrutura das Conferências das Partes*” (subcapítulo III.1.), i.e., de que forma é que funciona o órgão executivo das Convenções, bem como quais são os seus principais alicerces, e rematando com uma seleção de exemplos recentes das COP das “Convenções do Rio”, de onde se podem destacar as Fichas elaboradas e apresentadas em Anexo para cada uma delas;
- | Por fim, as Secções ditas “conclusivas”, designadamente as “*Reflexões Finais*” (Capítulo IV), os “*Anexos*” e a “*Bibliografia e Referências Bibliográficas*”.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Embora existam testemunhos relevantes da urgência de uma dimensão internacional na resposta às questões ambientais já desde os finais do século XIX, a verdade é que só em meados do século XX, e mais propriamente a partir da década de 60, começam a haver sinais significativos da implementação do Multilateralismo como tentativa de resposta a uma crescente crise ambiental, cujos contornos planetários, começou-se então a compreender, exigiam uma ação concentrada de todos os Estados. De facto, e antes desta “nova era” do Multilateralismo Ambiental, o Ambiente, e tudo o que lhe dizia respeito, era percebido como um assunto local ou regional, e somente com as primeiras (reconhecidas oficialmente) degradações ambientais consequentes de situações como a revolução industrial ou a globalização, os problemas que outrora pareciam manifestar-se num espaço delimitado e sem qualquer influência do e para o Ser Humano, passaram a ter um “estatuto” transnacional e de importância acrescida.

São vários os marcos relevantes desta breve história internacional do direito, política e diplomacia ambientais, os quais, quase sempre sob os auspícios da ONU, foram dando o mote para a definição de uma liderança e de parcerias de vocação ambiental, desenvolvidas às escalas global, regional e local. Assumindo como “ponto de partida” a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano* de 1972 (ou, simplesmente, “Conferência de Estocolmo”), que triunfou, entre outras coisas, pela fundação do UNEP; passando pelo Relatório “*Our Common Future*” (usualmente conhecido por “Relatório Brundtland”), publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e “autor” do importante conceito de *Desenvolvimento Sustentável*; e não esquecendo os frágeis resultados retirados da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável* de 2002, comumente conhecida como “Conferência de Joanesburgo”, e impiedosamente rotulada de “fracasso”; chega-se assim a uma Conferência que, ora afamada, ora criticada, é certamente entendida como a mais importante da história do Multilateralismo Ambiental, uma vez que abriu caminho para uma série de instrumentos e “novos hábitos” que viraram a página das Relações Internacionais do Ambiente. Fala-se, claro, da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento* (*United Nations Conference on Environment and Development* – UNCED), realizada em junho

de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, e que por isso mesmo é usualmente referida como “Conferência do Rio”.

De facto, e apesar das críticas que a acompanham desde então («...*foi a Conferência de todas as esperanças e de todas as decepções da Ecopolítica...*» [Le Prestre, 2000:201]), é impossível não se olhar para esta Conferência com algum respeito, pelo menos por ter sido pioneira numa série de situações: antes de mais, pode-se hiperbolizar que reuniu o “mundo inteiro”, uma vez que conseguiu juntar 178 países, oito mil delegados, dezenas de Organizações Internacionais (OI), três mil representantes de Organizações Não Governamentais (ONG) credenciadas e outras mil num fórum paralelo, e cerca de nove mil jornalistas. Na sessão plenária final, 103 Chefes de Estado e de Governo estavam sentados à mesma mesa, tornando-se por isso, sem sombra para dúvida, uma das maiores assembleias ministeriais da história do multilateralismo (Le Prestre, 2000). Paralelamente, a “Conferência do Rio” incentivou e reforçou, de uma forma nunca até então conseguida, o movimento e o papel das ONG, formalizando a sua participação na comunidade e negociações internacionais. Finalmente, foram aprovados uma série de documentos de extrema relevância para a questão ambiental, os quais vão desde a ligeireza da “*Declaração do Rio*”, da “*Agenda 21*” e dos “*Princípios da Floresta*”, até à seriedade da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (*United Nations Framework for Climate Change – UNFCCC*), da Convenção sobre a Diversidade Biológica (*Convention on Biological Diversity – CBD*), aprovadas meses antes², e com abertura a assinaturas durante a Conferência, e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente em África (*United Nations Convention to Combat Desertification in those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa – UNCCD*), “apalavrada” na Conferência e aprovada um ano mais tarde. A sua relevância e interesse incentivaram tanto as suas redações, como as suas assinaturas, completadas, segundo alguns entendidos, em tempo recorde (Anexo 1 – Status das “Convenções do Rio”).

² Foram aprovadas em 9 e 22 de maio de 1992, respetivamente, a UNFCCC em Nova Iorque e a CBD em Nairobi.

1. As “Convenções do Rio”

1.1. A *Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas*

As alterações climáticas e o seu contínuo agravamento são largamente apontadas por grande parte da comunidade científica internacional como resultado direto das «...atividades humanas terem aumentado substancialmente na atmosfera as concentrações de gases com efeito de estufa e (...) de esse aumento estar a acrescer o efeito de estufa natural, o que irá resultar num aquecimento médio adicional da superfície da Terra e da atmosfera, podendo afetar adversamente os ecossistemas naturais e a humanidade...» (GRI-MAOT, 2001:159). Paralelamente, é-lhes frequentemente atribuído o estatuto de “mediáticas”: desde a problemática em si, que cedo captou a atenção e a controvérsia da comunidade internacional, até à elaboração da sua Convenção e, principalmente, do respetivo “Protocolo de Kyoto”³, bem como às variadas Conferências das Partes que têm vindo a acompanhar a UNFCCC e que em certos momentos conseguiram colocar o Ambiente e o Multilateralismo Ambiental na ordem do dia, o “Regime das Climáticas” tem vindo a traçar o seu próprio caminho nas Relações Internacionais Ambientais, devido à sua dimensão e gravidade, claro, mas também pelos contínuos desacordos que, após anos de discussão, continuam a originar, por um lado devido à incerteza quanto ao impacto das atividades humanas no clima (apesar de, atualmente, de uma forma mais esbatida), e por outro no que diz respeito à negociação de potenciais soluções e concertação de ações nesse sentido.

Pode-se considerar que a oficialização da discussão internacional em torno das alterações climáticas tem lugar aquando da Primeira Conferência Mundial sobre o Clima, organizada em 1979 em Genebra, Suíça, pela Organização Meteorológica Mundial (*World Meteorological Organization* – WMO): na altura, insistiu-se na potencial ameaça dos Gases com Efeito de Estufa (GEE) e na urgência da criação de um programa de pesquisa internacional sobre as alterações climáticas e suas possíveis consequências, no sentido de alcançar um consenso científico sobre a natureza e a magnitude do problema. Com efeito, os anos que se seguiram mostraram um certo empenhamento da comunidade internacional na abordagem ao tema: em 1985, numa reunião científica dos principais peritos na matéria ocorrida em Villach, Áustria,

³ Protocolo de Kyoto para a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Kyoto, Japão, em dezembro de 1997 aquando da COP3 da UNFCCC.

estimou-se que, se as tendências se mantivessem, as temperaturas médias poderiam aumentar entre 1,5°C a 4,5°C até 2030. Mais tarde, entre 1988 e 1989, realizaram-se mais quatro reuniões do gênero: a primeira em Tóquio, Japão, onde foi refletida a potencialidade de uma série de medidas para fazer frente às alterações climáticas, entre as quais a redução de 20% do nível de emissões de CO₂ pelos Países Desenvolvidos até 2005; a segunda e a terceira em Toronto e Ottawa, Canadá, também com o objetivo de continuar a discussão acerca das principais linhas de ação a seguir e de quais os traços gerais de uma Convenção-Quadro que começava então a ganhar forma, nomeadamente através da “*Soft-Law*” que foi sendo, entretanto, documentada; a quarta, em Haia, Holanda, onde 24 Estados propuseram a criação de uma autoridade internacional encarregada de “proteger” a atmosfera. Ainda em 1989 os membros do G7 admitiram a urgência de uma Convenção-Quadro para as alterações climáticas, a qual é reiterada na Segunda Conferência Mundial sobre o Clima, em 1990 (Le Prestre, 2000).

Estes e outros acontecimentos abriram caminho para que em 1988 a Assembleia Geral das Nações Unidas (*United Nations General Assembly* – UNGA) determinasse, através da sua *Resolução 43/53*, que «...*climate change is a common concern of mankind...*» (UNEP, 2006:111), iniciando assim a politização oficial do tema e o processo de negociação em torno do “Regime das Climáticas”, largamente considerado como sendo o mais desafiante da história dos MEA e constantemente marcado por uma clivagem “Norte-Sul”:

«...*Most developing countries have been unwilling to take on onerous commitments, arguing that it was mainly the developed states which had contributed to the increase in global warming as part of their economic development (...) However, several developed states were concerned about the impact a firm commitment to reducing emissions would have on their economies...*» (UNEP, 2006:112).

Em 1990, a UNGA cria o Comité Intergovernamental de Negociação para uma Convenção-Quadro para as Alterações Climáticas (“*Intergovernmental Negotiating Committee for a Framework Convention on Climate Change*”), e dois anos e seis reuniões depois, o rascunho final da Convenção é aprovado em Nova Iorque, em maio de 1992, e oficialmente adotado na “Conferência do Rio”, começando desde logo a gerar alguma polémica, nomeadamente devido às diferenças de opinião que já na altura suscitava, mas também, e muito embora tenha sido negociado por consenso, devido à

relutância de comprometimento que alguns Estados, encabeçados pelos Estados Unidos da América, teimavam em prolongar. O resultado, claro está, foi uma Convenção «...*significantly weaker than the commitments already undertaken voluntarily by a number of developed states...*» (Birnie *et al.*, 2009:357), onde pouco mais fica estabelecido do que as linhas gerais a seguir para que no futuro pudesse ser alcançando aquilo que, originalmente, se pretendia, i.e., acordos políticos assertivos e medidas específicas de combate às alterações climáticas.

Assim sendo, repare-se que em relação ao objetivo máximo da UNFCCC, i.e., à estabilização das concentrações na atmosfera dos GEE a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático, a Convenção não especifica qual deverá ser esse nível, nem tão pouco menciona a urgência da sua aplicação, deixando apenas a ideia de que deverá ser alcançado «...*within a time frame sufficient to allow ecosystems to adapt naturally to climate change, to ensure that food production is not threatened and to enable economic development to proceed in a sustainable manner...*» (UNFCCC, *consulta online*). Relativamente aos princípios que devem “guiar” as Partes na implementação da Convenção, estes remetem para os da “Declaração do Rio” e da “Agenda 21”, i.e., «...*intergenerational equity, common but differentiated responsibility, the precautionary principle and approach, and the right to all parties to sustainable development, as well the need to promote ‘a supportive and open international economic system’...*» (Birnie *et al.*, 2009:358), os quais servem de introdução para as obrigações das Partes, ou antes, para os diferentes graus de compromisso consoante o “nível de desenvolvimento” dos Estados, os quais ficam estabelecidos em dois famosos Anexos: «...*While Annex I includes industrialized countries and some EIT [Economies in Transition] countries, Annex II includes only industrialized countries. The expression ‘non-Annex I countries’ covers less-developed-country Parties. EIT countries belong partly to Annex I countries and partly to non-Annex I countries...*» (Steiner *et al.*, 2003:108).

Não obstante, e por reconhecer que os compromissos avançados na Convenção são apenas um pequeno passo na adaptação e mitigação das alterações climáticas, a Convenção prevê a sua revisão numa fase inicial, bem como a longo prazo, em intervalos regulares. Tal premissa não se fez tardar, e logo na primeira Conferência das Partes da UNFCCC (COP1, Berlim de 1995), reconheceu-se que os compromissos

alcançados no Rio estavam desde logo desadequados dos seus objetivos, tomando-se assim como principal resolução o desenvolvimento e adoção a curto prazo daquilo que seria o primeiro Protocolo da Convenção, o qual ganhou forma dois anos depois (1997), aquando da COP3 em Quioto. Contudo, esta espécie de “segunda oportunidade” para a UNFCCC ganhar alguma consistência e efetividade, acabou por não ser melhor sucedida do que a primeira:

«...Although agreement was reached on the specific terms of the Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change (“1997 Kyoto Protocol”), many crucial technical and political issues were left unresolved, including, for example, emissions trading and the use of ‘sinks’. Most countries felt they could not ratify the 1997 Kyoto Protocol until these issues were settled (...) and negotiations eventually broke down at COP-6 in the Hague [2000]...» (UNEP, 2006:115).

E o resto, como é costume dizer-se, “é história”: os EUA anunciaram oficialmente que não iriam ratificar o “Protocolo de Kyoto”, e apesar das negociações terem sido reassumidas e concluídas em 2001 pelos restantes Estados Parte, nomeadamente com a aprovação dos “*Bonn Agreements*” (segunda parte da COP6) e dos “*Marrakesh Accords*” (COP7), os principais instrumentos do “Regime das Climáticas” são hoje largamente considerados como uma “causa perdida”, e que, para além de continuarem a obrigar as suas Partes a cumprirem com os compromissos assumidos, de pouco mais servem do que lembrar a comunidade e a opinião pública internacional que as alterações climáticas são uma questão de gravidade crescente que estão longe de terem uma solução plausível e potencialmente eficaz.

1.2. A Convenção sobre a Diversidade Biológica

A «...redução da diversidade biológica como consequência de determinadas atividades humanas...» (GRI-MAOT, 2001:209) é uma questão que tem vindo a conhecer um agravamento significativo nas últimas décadas, como aliás mostram as constantes avaliações de Organizações Internacionais tais como a União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature* - IUCN) que em 2008 registou “869 extinções”, “16 928 espécies ameaçadas” e “5570 espécies sem informação suficiente para avaliar a sua situação” (Leary *et al.*, 2010). Assim, e da mesma forma que a década de 80 colocou na ribalta a questão das alterações climáticas,

também a desflorestação e a consequente perda de biodiversidade, bem como os vínculos entre estas e os direitos humanos, ganharam um certo destaque na opinião política e social internacionais. Paralelamente, começou-se a descobrir o verdadeiro valor da biotécnica, o que atribuía aos recursos naturais (existentes ou desconhecidos) um valor financeiro cobiçado por muitos.

Era portanto necessário proteger e conservar a diversidade biológica a uma escala internacional, e a UNEP, aliada à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (*Food and Agricultural Organization* – FAO), à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO) e à IUCN, rapidamente assumiu a liderança nas negociações de um instrumento que conseguisse travar a perda de diversidade biológica e conservasse a biodiversidade dos ecossistemas, mas que, paralelamente, defendesse os direitos e proclamasse os deveres dos Estados e das Comunidades no uso sustentável dos recursos naturais.

Assim sendo, a UNEP começa, por volta de 1987, por analisar a situação jurídica desta temática, concluindo que uma das primeiras dificuldades da difícil tarefa de proteger a biodiversidade seria a implementação coordenada e eficaz dos instrumentos já existentes. Com efeito, note-se que a biodiversidade não se encontrava totalmente desprovida de proteção normativa, uma vez que, tanto a nível nacional, regional e internacional, existiam vários documentos que, ainda que de uma forma dispersa, descoordenada e exígua, tentavam ditar as regras para a proteção da diversidade biológica⁴.

Um ano mais tarde, em novembro de 1988, têm início as negociações formais com vista a um tratado internacional que englobasse os principais aspetos da

⁴ A este propósito, tenha-se em conta exemplos de MEA tais como a Convenção Internacional para a Proteção das Plantas (*International Plant Protection Convention* – IPPC), com entrada em vigor em 1952; a Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente enquanto Habitat de Aves Aquáticas (*Convention on Wetlands of International Importance, especially as Waterfowl Habitat*, ou “*Ramsar Convention*”), bem como a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* – CITES), ambas com entrada em vigor em 1975; e ainda a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (*Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals*, ou “*Bonn Convention*”), em vigor desde 1983.

diversidade biológica, primeiro através de um “*Ad Hoc Working Group of Experts on Biological Diversity*”, e seguido de um “*Ad hoc Working Group of Legal and Technical Experts*”, e os quais acabaram por se fundir num “*Intergovernmental Committee on the Convention on Biological Diversity*”. Este reúne-se cinco vezes entre fevereiro de 1991 e maio de 1992 para examinar o “*draft*” da futura Convenção-Quadro, acabando por adotar o texto final em Nairobi, Quénia, a 22 de maio de 1992 (Le Prestre, 2000).

Com efeito, e numa primeira e breve análise, os antecedentes da CBD e o seu percurso até à “Conferência do Rio” são mais descomplexados quando comparados à UNFCCC, pois muito embora tenham iniciado as negociações formais mais ou menos na mesma altura, relembre-se que as discussões em torno das “climáticas” perduraram durante mais de uma década. Tal simplicidade não será de todo estranha, por dois motivos óbvios: primeiro, porque a diversidade biológica e os seus benefícios eram, muito antes dos finais da década de 80, largamente reconhecidos e protegidos, o que incentivou a comunidade internacional a agir, expeditamente, nesse sentido; contrariamente, a temática das alterações climáticas, apesar de largamente difundida, não era totalmente reconhecida e compreendida pela comunidade internacional, mesmo após o início das negociações da UNFCCC. Segundo, porque os Estados cedo perceberam que poderiam ter muito a ganhar com a proteção dos seus direitos biossistémicos, posição assaz antagónica à “apreensão económica” patente ao longo das negociações das “climáticas”. Contudo, e como seria de esperar de um MEA que se preze, não deixaram de existir algumas contendas nos bastidores da CBD: além das habituais divisões “Norte-Sul”, surgiram outras controvérsias, nomeadamente acerca do enfraquecimento das capacidades de pesquisa e inovação invocado por alguns, opondo assim grupos de países normalmente aliados, como p. ex., os Estados Unidos, o Canadá, a Índia e o Brasil, dum lado, e o Japão, a Austrália, a França e vários países africanos, do outro (Le Prestre, 2000).

Neste contexto, é impossível não reparar que os EUA surgem, mais uma vez, como a “ovelha negra” das negociações: tanto antes, como após a adoção da Convenção, foram várias as críticas e as ameaças de desistência por parte dos Estados Unidos (o que aliás conduziu à sua “não ratificação” do documento), porém sem o mesmo impacto que na UNFCCC. De facto, seria de esperar que a hesitação de um país

como os EUA fosse determinante para o progresso da CBD, ou para a sua exiguidade enquanto tratado internacional, porém tal não sucedeu:

«...On the eve of UNCED, in a major breakthrough, a global Convention on Biological Diversity, under negotiation since 1988, was concluded. This has significantly enhanced the scope and potential effectiveness of the international legal regime for conserving the earth's biological diversity and ensuring the sustainable use of its components. It goes well beyond conservation of biological diversity per se and comprehends such diverse issues as sustainable use of biological resources, access to genetic resources, the sharing of benefits derived from the use of genetic material, and access to technology, including biotechnology...» (Birnie et al., 2009:612).

A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi então aberta a assinaturas a 5 de junho de 1992, em plena “Conferência do Rio”, entrando em vigor um ano mais tarde, em dezembro de 1993. Com ela surge uma tentativa de lidar com algumas lacunas decorrentes do sistema até então encarregue da diversidade biológica⁵, e de tornar o “Regime da Biodiversidade” mais completo e abrangente. Assim, e enquanto incentiva a conservação, a utilização sustentável e uma partilha equitativa dos recursos biológicos e seus benefícios, a Convenção da Biodiversidade reconhece, paralelamente, a soberania dos Estados sobre os seus recursos genéticos e dá-lhes a autoridade necessária para que estes possam (ou não) conceder o acesso a esses recursos, seguindo o princípio da partilha de benefícios derivados da sua exploração. Nesse sentido, as Partes da Convenção são encorajadas a adotarem medidas nacionais com vista a facilitar a conservação, os estudos de impacto ambiental, o acesso comercial aos recursos, a partilha equitativa de rendimentos entre fornecedores e processadores, bem como medidas de regulamentação e de compensação relacionadas com os riscos derivados da biotecnologia (Le Prestre, 2000).

Contando atualmente com uma lista de 193 Estados Parte, a CBD conseguiu entretanto desenvolver dois Protocolos de renome: o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança (*“Cartagena Protocol on Biosafety”*), adotado em 2000 aquando da sua COP5 (Nairobi, Quénia), e o recentemente acordado (outubro de 2010, no decorrer da COP10, em Nagoya, Japão) e ainda em fase de assinaturas, Protocolo de Nagoya sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos

⁵ Cf. Nota de Rodapé 4.

da sua Utilização (*“Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization”*). Tanto um, como o outro, são largamente considerados pela comunidade internacional como bem-sucedidos, muito embora também se reflita que apesar da diversidade biológica se encontrar, no geral, juridicamente “bem protegida”, os resultados práticos da sua implementação continuam sem atenuar a contínua e gravosa perda de biodiversidade. Contudo, as recentes iniciativas da ONU para a promoção da temática da diversidade biológica, nomeadamente o *“2010, International Year of Biodiversity”* ou a *“United Nations Decade on Biodiversity”* (2011-2020), o intrínseco Plano Estratégico para a Biodiversidade⁶, bem como a COP10 (Nagoya, Japão, 2010) da CBD e o aparente sucesso dos seus resultados têm sido – quando comparados com exemplos anteriores –, anormalmente mediatizados e discutidos, o que faz, desejavelmente, antever tardias, mas sempre bem-vindas, preocupações e ações em torno da temática da diversidade biológica e da respetiva Convenção.

1.3. A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, Particularmente em África

Por seu lado, a temática da desertificação, largamente resultante da dependência e utilização excessiva, bem como a má gestão de solos já de si frágeis, nomeadamente os tipicamente áridos ou semiáridos, e que tem como consequência direta a degradação dos recursos naturais fundamentais que constituem o habitat e fonte de sustento de uma grande parte da população mundial, continua, na grande maioria das vezes, no “esquecimento” da comunidade internacional. Tal pouco terá a ver com o grau de dramatismo ou mediatismo associado à questão: são recorrentes os exemplos de episódios de seca que deixam milhões sem qualquer meio de subsistência, contudo, parece que estes tanto facilmente chocam, como facilmente se esquecem. Por outro lado, não deixa de ser um problema “silencioso”, e por vezes tido como natural e ancestral, não causando, salvo raras exceções, o mesmo impacto que outros provocados pelas mudanças climáticas ou pela perda de diversidade biológica. Além disso, a desertificação é por vezes percebida como um problema ambiental diferente dos demais

⁶ Cf. <http://www.cbd.int/2011-2020/>.

devido ao facto de que os seus efeitos ficarem, “à vista desarmada”, confinados a uma certa região, não afetando diretamente outros países.

Contudo, a desertificação é um problema que não deixa nenhum continente imune: segundo dados da UNEP referentes a 2006, estima-se que, globalmente, cerca de 51 milhões de km² estão em risco de desertificação, o que abrange cerca de 110 países (o que inclui mais de 80 Países em Desenvolvimento, mas particularmente incidente no continente africano, onde perto de 36 países têm altos índices de desertificação), e um total de 250 milhões de pessoas afetadas diretamente por esta problemática ambiental (UNEP, 2006). Se entretanto se pensar que cinco anos passaram desde esta estimativa, é impossível não pensar no quanto estes números terão aumentado, e que apesar de a desertificação ser um problema perfeitamente natural quando relacionado com as dinâmicas da Terra, as suas consequências e agravamento potenciados pela ação humana impedem-no de se regenerar a si próprio.

A reação e a politização desta problemática por parte da comunidade internacional tem o seu marco histórico no início da década de 50, quando a UNESCO estabelece um “*Interim International Arid Zone Research Council*” (Paris, 1950), o qual se torna responsável por uma série de relatórios no âmbito do “*Arid Zone Programme*”. Contudo, e apesar de alguns modestos progressos, nomeadamente ao nível da investigação e desenvolvimento, é somente por volta de 1970 que a desertificação se torna um ponto central das preocupações da comunidade internacional, situação que se reflete na “Conferência de Estocolmo” de 1972, a qual dá o mote para o estabelecimento do “*United Nations Sudano-Sahelian Office*”⁷. Seguindo estes impulsos, a UNGA declara que a «...*international community should make appropriate efforts to take measures to combat desertification in affected developing countries since land degradation has important negative repercussions on their agricultural production...*» (Cullet, 2002:4), o que leva à organização da primeira Conferência das Nações Unidas para a Desertificação, com lugar em Nairobi, Quénia, em 1977. A mesma conseguiu fazer com que a degradação dos solos se tornasse uma questão indispensável na agenda do Multilateralismo Ambiental, nomeadamente devido à

⁷ Este escritório das Nações Unidas surge no contexto da grave seca que afetou, no final da década de 60, a Região Sudano-Saheliana da África Ocidental, a qual teve um efeito alarmante na opinião pública e comunidade internacionais.

adoção do “Plano de Ação para o Combate à Desertificação” (*“Plan of Action to Combat Desertification”*); este, apesar de ter falhado no seu objetivo principal de promover e efetivar a luta contra a degradação dos solos, fez com que alguns Estados reivindicassem mais medidas nesse sentido e que a UNGA tivesse o plano de fundo necessário para encorajar os Estados e as Organizações Internacionais a intensificarem os seus esforços no combate à desertificação. Entretanto, a ONU declarou que «...*the Rio Conference should accord high priority to the fight against desertification...*» (Cullet, 2002:5), o que, como se sabe, acabou por ser ofuscada pelas questões das alterações climáticas e biodiversidade, mas nem por isso deixando de ficar vinculada à célebre “Conferência do Rio”.

Assim sendo, a UNCED recomendou à UNGA que estabelecesse um Comité Intergovernamental de Negociação encarregue de elaborar uma Convenção que lutasse contra episódios de seca grave, com particular ênfase em África. A Assembleia-Geral assim o fez através da *Resolução 47/188*, e, cinco sessões mais tarde, o Comité adotou, a 17 de junho de 1994 (Paris, França), a UNCCD, que entra em vigor a 26 de dezembro de 1996 e que passa a estar incluída no role das “Convenções do Rio”. Contudo, note-se que muito embora haja quem considere que a UNCCD é, de facto, “filha” da “Conferência do Rio”, uma vez que «...*its negotiation was part of a deal struck during the preparations for the 1992 Conference...*» (Cullet, 2002:5), é igualmente verdade que muitos entendem o facto da Convenção ter sido negociada no “pós-Rio” como uma «...*reflection of the lesser importance attributed to desertification by some countries as an international environmental issue...*» (idem).

Mas seja qual for a tendência, a verdade é que pelo menos ao nível da estrutura, a UNCCD não vai muito além das da CBD ou da UNFCCC, muito embora tenha uma abordagem mais operativa, precisa e com obrigações de aplicação mais diretas. Além disso, e apesar de, como o próprio nome indica, ser dada uma atenção especial à desertificação em África, a Convenção não deixa de ter em consideração outras regiões onde a degradação do solo era então, ou tem vindo a tornar-se, um problema grave; assim, a estrutura principal do documento faz-se acompanhar de vários Anexos referentes à Ásia, América Latina, Caraíbas, Norte do Mediterrâneo, adotados juntamente com a Convenção, e Europa Central e Oriental, adotado na COP4 (Bonn, Alemanha, 2000).

Porém, e muito embora a degradação do solo seja um problema transversal a outras questões ambientais, a comunidade internacional tem vindo a abordá-la, de um ponto de vista jurídico, como um tópico isolado, o que vem contrariar a intrínseca relação que a desertificação tem não só com outras questões ambientais, como a crescente ligação entre situações de seca extrema ou de desertificação com a problemática dos Direitos Humanos e dos Refugiados. Com efeito, e se as restantes problemáticas ambientais não devem ser resolvidas sem ter em conta os restantes princípios do Desenvolvimento Sustentável, tal é particularmente verdade no que diz respeito à desertificação, uma vez que é inegável o impacto severo e direto que pode ter na vida do Ser Humano, particularmente nas dos mais vulneráveis aos seus episódios extremos.

Mas apesar de todas estas evidências, a UNCCD persiste como sendo uma das Convenções que mais dificuldades tem em implementar as medidas acordadas, bem como em negociar decisões que travem o aumento substancial da desertificação; contudo, e à semelhança da CBD, tem-se vindo assistir a um “despertar” para a temática da desertificação, em parte devido à *“Década das Nações Unidas para os Desertos e a luta contra a Desertificação”* (2010-2020), mas também pela batalha constante da Convenção nesse sentido, nomeadamente através das suas COP.

2. O Multilateralismo Ambiental

O primeiro uso documentado do termo “multilateral” com o objetivo de descrever uma combinação entre vários Estados remonta a 1858, contudo o substantivo “multilateralismo” só surge em 1928, onde o “ismo” passa a sugerir uma convicção ou ideologia, em vez de simples relações estaduais (Caporaso, 1992, cit. por Powell, 2003). Anos mais tarde, em meados do século XX, o Multilateralismo passou a ser definido como a governação internacional de muitos, tendo como principal princípio a *«...opposition [of] bilateral and discriminatory arrangements that were believed to enhance the leverage of the powerful over the weak and to increase international conflict...»* (Kahler, 1992, cit. por Powell, 2003:5). Entretanto, e apesar de muito ter mudado nas Relações Internacionais desde então, as bases do Multilateralismo mantiveram-se inalteráveis, surgindo apenas alguns apontamentos complementares: p. ex., John Ruggie (1992) considerou que *«...what is distinctive about multilateralism is*

not merely that it coordinates national policies in groups of three or more states, which is something other organizational forms also do, but that it does so on the basis of certain principles of ordering relations among those states...» (Ruggie, 1992, cit. por Powell, 2003:5).

O Multilateralismo tem sido amplamente aceite como o *modus operandi* da política internacional, nomeadamente da política internacional ambiental. De facto, as últimas décadas de relativa instabilidade internacional fizeram com que as Nações se apercebessem de que muitos dos desafios contemporâneos são demasiado vastos e complexos para que qualquer Estado, ou até um determinado grupo deles, consiga fazer-lhes frente sozinho; dentre desses desafios mundiais com uma gestão potencialmente facilitada pela cooperação multilateral, destacam-se os de carácter ambiental. Porém, o facto de nenhum Estado poder entrar numa luta desse cariz sozinho, traz tanto de benefícios como de constrangimentos: as suas ações, em conjunto com outras, tornam-no, a ele e à luta transnacional que se trava, mais fortes, mas as suas (ou de outros) inações podem muito bem afetar toda a cadeia cooperativa entretanto formada.

Além disso, há quem defenda que esta é uma ideologia que levanta demasiadas questões adversas, como p. ex., os riscos que apresenta aos Países, tanto em Desenvolvimento, como os Desenvolvidos, que concordam em seguir-se pelos seus princípios: os primeiros debatem-se com a incapacidade de implementarem as medidas regulatórias avançadas pelos acordos multilaterais, uma vez que nem sempre detêm os recursos financeiros e tecnológicos para tal. Com efeito, esse défice torna não só a tarefa da implementação mais difícil, como também menos prioritária em relação a outras políticas fundamentais, como p. ex., as socioeconómicas; entretanto, o progresso geralmente ambicionado pelos Países em Desenvolvimento pode também ser abalado face às relações multilaterais, uma vez que, e nomeadamente no que diz respeito ao Ambiente, as medidas normalmente adotadas abrangem largamente aquilo que são as principais fundações das economias em desenvolvimento, e até mesmo os seus únicos meios de subsistência, i.e., os recursos naturais, o uso do solo, etc. Por outro lado, o Multilateralismo também pode, segundo algumas perspetivas, afetar os Países Desenvolvidos: de facto, também estes, e mesmo aqueles que se encontram “na linha da frente” na luta pelo Ambiente, nem sempre veem essa tarefa facilitada, nomeadamente

devido às pressões internas de alguns grupos de interesse e de alegados prejuízos económicos que as medidas ambientais podem originar.

Assim sendo, pode-se concluir que tanto para uns, como para outros, e seja qual for o grau de desenvolvimento, o Multilateralismo Ambiental “esbarra”, na grande maioria das vezes, com as políticas de desenvolvimento mais ambiciosas, que geralmente acarretam um nível de poluição e/ou utilização desmedida de recursos que fica muito aquém do nível ótimo do desenvolvimento sustentável; além disso, ainda existe quem confunda “*governança*” com “*governação*”, e, portanto, se preocupe que as ações multilaterais possam por em causa a soberania do Estado. Não obstante, pensa-se que podem existir outras leituras, mais positivas, do Multilateralismo: apesar de todas as críticas que se lhe possam atribuir, esta ideologia é sem dúvida uma das formas mais equitativa (senão mesmo *a* mais) da cooperação internacional e de tomada de decisões, pelo que as instituições multilaterais são os fóruns onde todas as Nações podem ter uma “voz” paralela: «...*Critics are correct in noting that multilateralism threatens to, and often does, leave developing countries underrepresented at the bargaining table. But this misses the point, for even under-representation is significantly preferable to the complete lack of representation that developing countries would enjoy under international arrangements that were not even egalitarian in theory...*» (Powell, 2003:7).

Por outro lado, também os Países Desenvolvidos podem lucrar, para além dos benefícios ambientais *per si*, com a implementação de medidas multilaterais ambientais, uma vez que estas deverão ser aplicadas de igual maneira por diversos Estados, incluindo aqueles que “competem” entre si, permitindo uma maior e melhor regulação e sincronização dos progressos de cada um: «...*Multilateral cooperation thus allows developed nations, if they are truly serious about their commitment to an improved environment, to work toward that end in a much efficient, predictable, and ultimately more cost-effective manner than would a series of disjointed, unilateral decisions...*» (Powell, 2003:8).

Entretanto, vão existindo respostas para outras críticas: questões relativas à carga burocrática e à governação internacional podem ser amenizadas ou resolvidas através de um modelo mais cuidado de medidas e instituições multilaterais. Da mesma forma, as organizações internacionais e seus respetivos órgãos não têm intenção de “roubar” a

soberania dos Estados, mas sim ajudar a alcançar aquilo que nenhuma Nação consegue alcançar sozinha, nem tão pouco de interferir com a economia de mercado, mas sim ajudar a encontrar mecanismos que ajudem a torná-la mais eficiente e equitativa.

«...Multilateralism not only represents the most efficient, most effective, and most egalitarian approach to addressing global environmental issues, it is quite simply the only approach that brings with it the authority, legitimacy, and resources required to tackle so vast and complex problem...» (Powell, 2003:12).

Tendo em conta o supramencionado, será simples entender porque é que no meio de uma imensidão de cerca de 700 MEA (Mitchell, 2002-2012, *consulta online*), as “Convenções do Rio” mantêm um estatuto extremamente relevante no Multilateralismo Ambiental, pois se por um lado as suas temáticas prevalecem avassaladoramente atuais e transversais, por outro são dos poucos instrumentos internacionais que conseguem reunir mais de 190 Estados Parte em torno do mesmo objetivo “ambiental”, impulsionando o seu desenvolvimento, implementação e aplicação às escalas local e regional e, desejavelmente, com resultados internacionais.

Por outro lado, é também evidente a crucialidade da determinação e convergência das Partes em negociarem e, principalmente, em implementarem os MEA nas suas políticas nacionais, pois só assim as normas internacionalmente estabelecidas poderão ter algum tipo de sucesso. Com efeito, e sendo as Convenções-Quadro os instrumentos mais usados no Multilateralismo Ambiental, as resoluções nelas estabelecidas, bem como as alcançadas ao longo das suas Conferências das Partes, apenas necessitam de serem transpostas para o direito interno das Partes através de políticas governamentais adequadas e num período de tempo pré-estabelecido, deixando à mercê dos Governos o modo como atingem os objetivos definidos, e sendo assim por vezes designadas como instrumentos “semi” vinculativos.

Assim, e apesar dos Estados Parte serem “gentilmente” obrigados a cumprir metas e, de tempos a tempos, impelidos a relatarem esses feitos (ou “desfeitos”), no final tudo acaba por depender grandemente da vontade política dos executivos nacionais e da complexidade dos processos de decisão política aquando da aplicação prática dos resultados alcançados nos MEA e suas COP, determinando assim o (in)sucesso das mesmas, e, conseqüentemente, das medidas de proteção e conservação do Ambiente. Porém, e como se irá ver mais à frente, essa “semivinculação” e a pressão diplomática

internacional que agrega podem, por si só, ser extraordinariamente relevantes nas “andanças” do Multilateralismo Ambiental.

Neste contexto, a importância das COP é facilmente adivinhada: genericamente identificadas como o “órgão supremo” da Convenção, assumem funções cruciais para o correto e ótimo funcionamento do respetivo MEA, tais como revisões periódicas, o estabelecimento de prioridades, a consideração de novas informações e recomendações comunicadas pelas Partes, ONG e demais participantes, a promoção da aplicação efetiva da Convenção, e ainda a atuação enquanto Fórum de discussão sobre assuntos relevantes. São logicamente formadas pelas Partes das Convenções (apesar de nelas poderem participar, enquanto observadores, outros atores internacionais), e podem ocorrer com diferentes periodicidades pré-definidas, mas também em sessões extraordinárias.

Intrínseco a este cenário está um dos “gigantes” das Relações Internacionais: a Organização das Nações Unidas, pioneira e impulsionadora do Multilateralismo Ambiental, e que tem vindo a incluir as questões ambientais nas suas inúmeras missões e fóruns internacionais, não só ao nível das típicas ações de preservação, mitigação e adaptação, mas também das questões de desenvolvimento, de economia ou de segurança e defesa.

Entretanto, cada vez mais nos é exigida uma análise plural e transversal ao Multilateralismo Ambiental contemporâneo: seja pela diversidade de atores e da sua influência crescente no futuro da problemática ambiental, ou pelo consequente dinamismo que trazem à Ecopolítica, Diplomacia e Direito Internacional Ambiental, bem como à complexidade de processos de elaboração, negociação e implementação dos MEA, podemos desde já antever a importância de uma inclusão alargada e coerente de todos e de cada um no Multilateralismo Ambiental. Além disso, note-se a dificuldade que a palavra “*ambiental*” agrega à já de si complexa “*multilateralismo*”. De facto, as questões do Ambiente são de uma imensidão e brutalidade, por vezes pouco mesuráveis ou explícitas, estando longe de serem resolvidas de uma única forma, e muito menos através de ações isoladas; por outro lado, as ações que realmente produzem algum tipo de efeito, raramente o alcançam de forma imediata ou palpável, pois muito embora estejam mais do que provados os benefícios económicos derivados de um desenvolvimento sustentável, nem sempre o investimento ao nível das energias limpas,

gestão dos resíduos e de recursos, etc., tem um retorno (económico ou ambiental) imediato, estando longe do ambicionado “lucro fácil” e, por isso, da mudança de mentalidade de muitos.

Atualmente, torna-se cada vez mais importante enquadrar o Multilateralismo Ambiental através da compreensão das características que o têm vindo a delinear ao longo das últimas décadas, como quais os seus principais atores e instituições, de que forma progridem os processos que desencadeia, como se pode aplicar e otimizar os seus feitos, e, acima de tudo, entender o que está mal em todo esse cenário e que soluções podem existir para o melhorar; com efeito, pensa-se que só assim é possível definir um caminho assertivo para se fazer frente a uma crise com as dimensões da ambiental.

III. O MULTILATERALISMO AMBIENTAL: CONJUNTURA ORGANIZACIONAL À ESCALA MUNDIAL

Há muito para ser escrito e discutido acerca do Multilateralismo Ambiental: desde as noções mais básicas como quem são os *Atores* e *Instituições* que dele fazem parte, o que se pode entender por *Regimes* e *Processo de Elaboração de Tratados*, qual o papel que as *Convenções* e respectivos *Protocolos*, e a normalmente designada “*Soft Law*”, desempenham na questão ambiental; até às perguntas mais complexas, como se o Direito Internacional Ambiental não passa de uma ramificação do Direito Internacional *per si*, ou se poderá ser considerado um tipo de Direito “à parte”, funcionando de forma diferente de outros “direitos internacionais”, como seja a componente dos Direitos Humanos, e se, nesse sentido, a sua importância no decorrer do Multilateralismo Ambiental pode ser igualada ou até mesmo ultrapassada pela Ecopolítica e a Diplomacia.

Todas estas questões conduzem antes de mais à reflexão sobre o modo como se perspetiva o Multilateralismo Ambiental, o qual deve ser transversal a duas conjunturas paralelas: por um lado, é preciso assumir o Direito Internacional Ambiental como o principal “regente” da problemática ambiental, pois muito embora não se possa considerar a existência de “legislação internacional” propriamente dita, existe sim, na prática, um complexo “processo legislativo”, do qual fazem parte as várias Fontes do Direito Internacional, e de onde surgem novas leis e se atualizam outras, as quais devem ser respeitadas e cumpridas por toda a comunidade internacional. Por outro lado, fazem igualmente parte desse “processo” uma série de Organizações Internacionais e suas instituições, outras tantas Organizações Não-Governamentais, as Conferências Diplomáticas cíclicas ou extraordinárias, e os MEA, que por sua vez incluem uma panóplia de tratados e seus respetivos regimes; e acima de tudo isto, cerca de duzentos Estados com características e interesses ambientais díspares, mas com o desígnio de desenvolverem agendas políticas e fóruns de discussão e negociação aprazíveis a todos (Birnie *et al.*, 2009).

Nesse contexto, não admira que este “processo legislativo” seja comumente considerado como essencialmente político, uma vez que “legisla” maioritariamente através de meios diplomáticos, ao invés dos habituais trabalhos levados a cabo por

juristas e instituições de direito. Com efeito, «...*Environmental processes are not susceptible to conventional bargaining within domestic or international policy making processes...*» (Kanie, 2007:70), bastando refletir-se um pouco acerca da complexidade dos problemas ambientais e das “leis da Natureza” que originam todo este processo para se compreender a singularidade do Multilateralismo Ambiental e a necessidade de abordá-lo de uma forma única e com regras e metodologias muito próprias.

Assim, e muito embora o Direito Internacional seja crucial no desenvolvimento da legislação ambiental, esta é essencialmente arquitetada pelos arbítrios políticos e diplomáticos impostos pela comunidade internacional, de onde resultam, não raras vezes, instrumentos vagos de conteúdo e pouco munidos de normas efetivas que levem os Estados a agirem de forma coerente e íntegra. Por outro lado, «...*periodic meetings of the parties to multilateral treaties (...) constitute ‘ongoing, interactional processes’ (...) ‘It is this boarder process and not the formal act of consent that infuses the legal norms generated within with the ability to influence state conduct’...*» (Brunnée *et al.*, cit. por Birnie *et al.*, 2009:45), i.e., é precisamente este processo legislativo tendencialmente “político-diplomático” que impele os Estados a agirem, e não propriamente o facto de assinarem este ou aquele instrumento de Direito Internacional.

Se existe um problema internacional que determina verdadeiramente a interdependência das Nações e que necessita de uma solução conjunta, esse problema é sem dúvida a degradação ambiental. Porém, e para que funcione em pleno, esta coordenação tem que ser forte e organizada, pois como indaga, e bem, Kate O’Neill, «...*why should one state voluntarily move to reduce its greenhouse gas emissions if others will not?...*» (O’Neill, 2009:12).

1. Noções Básicas do Multilateralismo Ambiental

1.1. Os Atores

Segundo Patricia Birnie *et al.* (2009:9), «...*modern international environmental law is no longer made by states alone...*», e de facto, a atualidade internacional assim o ensina, não só no que diz respeito ao Multilateralismo Ambiental, como em tantas outras áreas. Enquanto detentores de uma supremacia pela qual “lutam” constantemente, os Estados são desde há muito vistos como os principais *Atores* da comunidade

internacional. São eles que, ao fazerem parte dela, ditam, com mais ou menos voz e geralmente através dos auspícios das Organizações Internacionais, um conjunto de regras globais que mais tarde assumem como deles, transpondo-as para o seu próprio direito interno. Porém, tal hegemonia tem vindo a perder os seus contornos tradicionais, situação para a qual, aliás, o Multilateralismo Ambiental tem tido um papel significativo.

Até ao início da década de 70, os Estados eram considerados não só os principais, como também os únicos – pelo menos merecedores desse título - *Atores* do Multilateralismo Ambiental. Como refere sensatamente Thilo Marauhn (2008:736), os Estados eram os «...*authors, addresses and enforcers of the limited rules of international environmental law that existed at that time...*», mas tal mudou drasticamente com o incremento da institucionalização do Direito Internacional Ambiental, que abriu portas a uma série de novos *Atores* e a uma importância e participação repartida dos mesmos nas questões ambientais.

Assim, e por mais que defendam e queiram manter – legitimamente – a sua supremacia, a pressão para que os Estados partilhem os contornos da sua *governança* centralizada com uma *governança* partilhada, é cada vez maior e eficaz. Nesse sentido, as ONGA, os Grupos de Ativistas, a Comunidade Científica e demais Sociedade Civil, bem como as Empresas e o Setor Privado, têm vindo a refletir-se não só como “críticos” dos Estados e das suas ações, mas também como parceiros importantes e inclusivos na questão ambiental, assumindo obviamente papéis dinâmicos e com diferentes graus de importância. Tal não será de todo estranho, pois se a “palavra de ordem” passa pela responsabilização ambiental de todas as Nações, errado seria deixar-se de parte os seus principais pilares, sendo por isso indispensável, e cada vez mais visível, a participação alargada de vários *Atores* na abordagem aos desequilíbrios ambientais.

Porém, e de uma perspetiva hierárquica, os Estados continuam a ser os únicos *Atores* com autoridade decisora e aplicativa, como aliás nos exemplifica Kate O’Neill: «...*Only official state representatives (...) are authorized to vote on, sign, and enforce international treaties (...) Only governments, through their sovereign authority, are empowered to make environmental regulations enforceable on their own populations...*» (O’Neill, 2010:49). Por outro lado, é preciso não esquecer que o incentivo e apoio (ou a sua inexistência) a essas decisões é crucial: seja para fazerem

prevalecer os seus próprios interesses, ou para defenderem o bem-estar de toda a comunidade internacional, a verdade é que os Estados são constantemente pressionados pelos seus múltiplos órgãos governamentais, não-governamentais e demais grupos de pressão. Uns mais do que outros, todos têm interesses nos resultados das negociações ambientais, e por isso todos tentam, compreensivelmente, ter “uma palavra a dizer”. Mas se por um lado há as pressões das ONG, dos grupos ambientalistas ou da comunidade científica, que exortam o Governo a adotar ações no sentido de proteger o Ambiente, por outro existem inúmeras entidades com outras prioridades, geralmente de foro económico, que não passam necessariamente pelo desenvolvimento sustentável.

Com efeito, e conforme o advento das novas ordens mundiais, os Estados têm vindo a transpor as suas posições e a fazer valer as normas internacionais – não só, mas sobretudo – através das diversas OI existentes, variadas e extensivas a inúmeras áreas. Enquanto associações formais entre Estados, estas são organizadas por estruturas decisórias, financeiras e administrativas regulares, através das quais se negociam e realizam objetivos comuns entre os seus Membros, pressupondo assim um acordo permanente. A sua utilidade institucional pode variar: são conhecidos e de louvar os vários fóruns de discussão levados a cabo ao longo dos anos, dando a oportunidade aos Estados de se reunirem em “terreno neutro”, e de «...*engage in dialogue and negotiations, facilitating the compromises necessary for lawmaking by states at very different stages of economic and social development and representing an array of legal, cultural, and religious systems and values...*» (Birnie *et al.*, 2009:44); além disso, as OI podem ainda ser um instrumento de negociação sem paralelo (sobretudo no que diz respeito aos Países em Desenvolvimento, mas não só), multiplicando as capacidades diplomáticas dos Estados através da construção de coligações ou de Grupos de Negociação, o que otimiza o manifesto dos seus pontos de vista e a defesa dos interesses locais e regionais; por outro lado, as OI são também uma importante fonte de capacitação, formação e difusão de conhecimentos para a comunidade internacional em geral.

Paralelamente, as OI conseguem influenciar a agenda internacional e legitimar um dado problema perante a comunidade internacional, não só dando voz aos seus Estados Membros, mas também por impulso próprio, através, por exemplo, da publicação de avaliações e relatórios científicos: «...*While they* [International

Organizations] *are supposed to represent the collective will of their member states, they have also been able, on many occasions, to adopt their own agendas and activities, and certainly have been very influential in setting international policy agendas...*» (O'Neill, 2009:54).

Convém no entanto lembrar que apesar de muitas OI deterem personalidade jurídica própria, acabam por ter muito poucos, ou mesmo nenhuns, poderes para agirem de forma independente dos seus Estados Membros. Com efeito, «...*progress in the development of policy and law depends entirely on the willingness of member states to propose, to adopt and to implement whatever is agreed. What emerges from any international organization will inevitably reflect the interests and concerns of its members, as well as the voting structure within each organization...*» (Birnie *et al.*, 2009:46). Neste contexto, é natural que se indague acerca do futuro das OI no cenário internacional, e na questão ambiental em particular: é posta com certeza de parte uma potencial diminuição de importância, carisma ou poder de intervenção, contudo, será legítimo que estas organizações possam aspirar a serem mais do que “simples” fóruns de discussão e de negociação?

Segundo Philippe Le Prestre, a esta pergunta podem responder os “partidários” das OI, que nos diriam por exemplo que «...*certas organizações adquiriram características supranacionais: suas leis e decisões são aplicáveis diretamente pelos tribunais nacionais e substituem as leis nacionais existentes...*», ou que «...*certas organizações são capazes de influenciar a política interna de um país e impor certas condições...*», ou ainda que «...*ao ‘estruturar’ o debate (...) [as Organizações Internacionais] influíram na agenda internacional ou na agenda de organizações regionais...*» (Le Prestre, 2000:113). Por outro lado, e dos que o autor chama “céticos” das OI, entender-se-ia que «...*a maioria das OIGs [OI] não é financeiramente independente...*», que «...*seus secretariados são, muitas vezes, fracos diante a perícia detida por certos Estados (...) [dependendo as OI] dos Estados para terem acesso aos dados de que elas carecem...*», e ainda o “eterno argumento”, «...*nenhuma OIG pode impor decisões que os seus membros rejeitem...*» (Le Prestre, 2000:115).

Mas seja qual for a resposta, é inegável o forte contributo das Organizações Internacionais para o incremento do Multilateralismo Ambiental, facultando as negociações internacionais e desenvolvendo ações de preservação e mitigação, e esse

será um papel, até ver, dificilmente usurpado pelos Estados a nível individual ou por qualquer outro Ator da comunidade internacional.

Por seu lado, as Organizações Não-Governamentais também se destacaram no Multilateralismo Ambiental, nomeadamente pelo seu forte contributo para o alargamento do espectro de *Atores* dedicados à questão ambiental. De facto, e apesar de ser um fenómeno relativamente recente, as ONGA têm vindo a desenvolver um papel sem precedentes nas Relações Internacionais Ambientais, e que está longe de ser menosprezado: «...*international environmental law has not only taken note of NGOs but has granted them varying degrees of legal status, in contrast to general international law (...) where the status of NGOs is more doubtful...*» (Marauhn, 2008:737).

Enquanto Organizações da sociedade civil compostas por diferentes tipos de atores, defensoras de diversos interesses, detentoras de inúmeras capacidades e ocupando-se de várias atividades – mas sempre com a génese “*sem fins lucrativos e com vista à promoção do interesse público*” –, as ONG podem ser grandes em número de membros e orçamentos financeiros e de alcance internacional, como é o caso da IUCN, do Fundo Mundial para a Proteção da Natureza (*World Wildlife Fund* – WWF) ou da *Greenpeace*, ou então mais modestas e geralmente de âmbito nacional, como são os exemplos portugueses da *Liga para a Proteção da Natureza* (LPN) ou da *Associação Nacional de Conservação da Natureza* (QUERCUS). Neste sentido, pode também variar a pressão, mais ou menos assídua e ativa, que as ONG exercem sobre os Estados, OI e negociações internacionais; porém, note-se que nem sempre as organizações mais ativas no Multilateralismo Ambiental são necessariamente as mais visíveis e mediáticas.

Alguns entendidos da matéria associam a emergência das ONG na cena internacional ao início da década de 60, ou seja, paralelamente à ascensão do Multilateralismo Ambiental. Com efeito, é sabida a sua existência neste domínio das Relações Internacionais desde então, notando-se inclusive que «...*It was the pressure from NGOs (...) that led to the convening of the first intergovernmental conference devoted to environmental issues, the 1972 Stockholm Conference on the Human Environment...*» (Birnie *et al.*, 2009:48). Porém, há também quem defenda que a importância e visibilidade das ONG ambientais só começaram a ganhar contornos significativos no início dos anos 90, data que coincide com a UNCED, e que é

precisamente a mais referida pela maioria dos autores no que diz respeito ao desenvolvimento destas Organizações.

De facto, associa-se muitas vezes à “Conferência do Rio” o feito de ter emancipado as ONG no domínio ambiental, e até de as ter posto definitivamente no mapa das Relações Internacionais, mas a participação destes *Atores* na “Conferência do Rio” não foi de todo aleatória: note-se que a *Resolução 44/228* (22 de dezembro de 1989) através da qual a Assembleia-Geral da ONU convocou os Estados para a UNCED, convidava-os igualmente a promoverem a participação das ONG interessadas, o que resultou num número sem precedentes destas Organizações associadas a uma Conferência internacional, e que, de certa forma, serviu como “bola de neve” para o progresso institucional que se seguiu:

«...Centenas de ONGs foram credenciadas e puderam participar na “Conferência do Rio”, como observadoras, fazendo alocações ou reunindo livremente com outras delegações (...). O CDD [CSD] decidiu que as ONGs credenciadas ao Cnumad [UNCED] o seriam também junto a ele, o que permitiu a numerosos grupos a participação nos trabalhos, em vez de serem excluídas se critérios mais estritos fossem obedecidos. O primeiro presidente do CDD [CSD] concedeu um status às ONGs superior mesmo ao de que elas beneficiaram no Rio, ao lhes dar acesso somente às sessões plenárias, mas também às discussões informais, com direito de se dirigirem aos delegados...» (Le Prestre, 2000:140).

Assim, e seja pelos seus “protestos coloridos”, pela influência que incutem nos representantes dos Estados ao longo das negociações e fora delas, ou pelas reuniões que desenvolvem paralelamente nas cimeiras internacionais de renome, as ONGA têm assumido uma diversidade de papéis, facto que as tornou difíceis de ignorar pela restante comunidade internacional (O’Neill, 2009): desde “fazerem a ponte” entre os Governos e as OI, assumirem o papel de mediadoras e consultoras junto dos Estados, ou então enquanto grupos de pressão em favor de novos domínios de ação e novas políticas, até atuarem como importantes instrumentos de apoio nas áreas do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente nos Países em Desenvolvimento, bem como a adotarem *«...“whistle-blowing” roles when states fall behind on their commitments...»* (McCormick, 1999, cit. por O’Neill, 2009:59), toda esta proeminência – tardia, mas histórica – das ONG no Multilateralismo Ambiental deu-lhes não só um lugar “cativo” na maioria das negociações ambientais, como também abriu caminho

para que outros atores da Sociedade Civil e do Setor Privado passassem a ter um papel mais ativo na problemática ambiental.

Contudo, e apesar da incontestabilidade de tudo isto, persistem alguns limites lógicos às atividades das ONG: antes de mais, convém lembrar que estas Organizações funcionam sempre sob o sistema estatal, i.e., são os Estados que, ao protegerem o seu “direito de associação” e/ou apoiando as suas ações, definem a sua capacidade de agir. Assim sendo, e conforme reflete Kate O’Neill, «...*their influence on negotiation outcomes remains indirect...*» (O’Neill, 2009:59), uma vez que não têm qualquer tipo de representação oficial ou poder de votação nas convenções internacionais. Este delicado “status de observador” era já notório na “Conferência do Rio” (apesar de todo o dinamismo criado em torno das ONG), tornando-se flagrante em eventos mais recentes, tais como a COP15 da UNFCCC, realizada em 2009 na cidade de Copenhaga, onde a maioria das ONG presentes se depararam com fortes restrições de acesso não só à *participação* propriamente dita, como à própria *observação* da conferência.

Os *Atores* que se seguem são os geralmente identificados como “económicos de índole privada”, como por exemplo, empresas, corporações ou *lobbies* financeiros, e que são considerados, compreensivelmente, o grupo de *Atores* mais controverso do Multilateralismo Ambiental: por um lado, são constantemente acusados de serem os principais responsáveis pela crise ambiental existente, mas por outro, são visíveis e reconhecidas as suas recentes tentativas de provarem o contrário, sustentando inclusive que ao adotarem normas de gestão e práticas de produção sustentáveis podem tornar-se, antagonicamente ao que os acusam, os “motores do ambientalismo” (O’Neill, 2009).

Seja por abordagem própria, como é principalmente o caso das corporações multinacionais, ou através de organizações representativas e de ação política coletiva – como é o exemplo do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD) –, firmas de todos os “tamanhos e feitios” querem e podem ter um determinado impacto nas políticas internacionais ambientais, ou pelo menos assim o quer crer a comunidade internacional. De facto, o «...*comprometimento do mundo industrial mudou...*» (Le Prestre, 2000:151), dando azo a uma indústria “ambientalista” e à colaboração de empresas com Estados, OI e ONG na busca de soluções comuns.

Mas, e à semelhança das ONG, também o envolvimento do setor empresarial nas Relações Internacionais Ambientais é algo de relativamente recente, sendo por isso ainda muito comum a resistência de algumas empresas a certas políticas ambientais, e nem por isso divulgadas as que as adotam favoravelmente. De facto, a magnificência destas políticas está longe de ser consensual, pois enquanto «...*some see these schemes as critical to the future of environmental regulations, others are more skeptical, pointing out that they are voluntary, and can often lack transparency or legitimacy...*» (O'Neill, 2009:63). Por outro lado, é preciso não esquecer a constante pressão que as corporações (nomeadamente as multinacionais, mas não só), fazem sobre os Estados, OI e nas decorrentes negociações internacionais. Com efeito, e se as ONG podem ser consideradas os “ambientalistas” do Multilateralismo Ambiental, os *Atores* económicos são muitas vezes acusados de seguirem o caminho contrário, i.e., podem até adotar uma série de medidas ambientais, mas na grande maioria das vezes vacilam se estas anularem outras de produtividade económica. Neste contexto, é comum dar-se o exemplo dos Estados Unidos aquando das negociações do “Protocolo de Kyoto”, uma vez que se supõe que foi em grande parte devido à pressão das principais indústrias norte-americanas que a então maior potência económica do Mundo “voltou as costas” ao Multilateralismo Ambiental.

Não obstante, a verdade é que cada vez mais surgem medidas de adoção voluntária, tais como as Normas de gestão ambiental ISO (*International Organization for Standardization*), o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (*Eco-Management and Audit Scheme* – EMAS), o “Rótulo Ecológico Europeu”, bem como outros processos internacionais de certificação ambiental que incitam as empresas a produzirem segundo níveis ambientais standardizados. Além disso, e tendo em conta a próxima *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável* (*United Nations Conference on Sustainable Development* – UNCSD ou “Rio+20”), com data marcada para junho de 2012 e que avança com a questão “*Green Economy in the context of Poverty Eradication and Sustainable Development*” como um dos seus principais temas, é incontestável a importância que a economia e os seus principais representantes têm, e, desejavelmente, desenvolverão, nas Relações Internacionais Ambientais.

Nesta subsecção dedicada aos *Atores*, falta ainda refletir acerca da participação da Comunidade Científica, a qual pode incluir diversos tipos de grupos detentores de diferentes papéis, tais como os cientistas, os grupos de peritos, as universidades e núcleos de investigação, entre outros. Nesse sentido, esta Comunidade revela-se um importante instrumento de apoio à decisão aquando da formulação e aplicação de políticas ambientais, não só a nível internacional, onde é comum a cooperação entre as OI e organizações científicas e académicas, mas também a nível regional e local, onde é mais ou menos comum, conforme o assunto em causa e os “costumes” de aconselhamento científico dos Estados, apelar-se a este tipo de *Atores* para formularem o seu parecer e, dessa forma, incluírem-nos nas tomadas de decisão e negociações internacionais.

Esta multiplicidade de diferentes tipos de *Atores* que surgiram no contexto do Multilateralismo Ambiental remete para outro género de “fenómeno”, este também relativamente recente, que surge precisamente perante a necessidade de incluir na tradicional “governança”, ancestralmente dominada pelos Estados, o conceito de “governança”, onde os Estados continuam a ocupar um lugar central, é certo, mas que também inclui a participação da restante comunidade internacional, desde as OI e ONG, à restante Sociedade Civil e empresarial, e que se revela cada vez mais determinante na resolução da questão ambiental.

«...It is clear, however settled theoretical notions of ator roles in international politics might appear to be, out in the world they are changing, particularly as non-state actors have gained more of a voice, and more agency, in world politics, and as governance institutions have opened up to participation from a wider range of actors. At the same time, this shift towards inclusiveness has opened processes of global environmental governance to wider contestation and scrutiny...» (O'Neill, 2009:69).

1.2. Os Acordos Multilaterais Ambientais: das Negociações à execução dos Regimes

A premissa de que os Estados que pretendam estabelecer a governação de uma qualquer área das Relações Internacionais devem organizar-se e adquirir a capacidade de decidir coletivamente sobre as normas sociopolíticas que irão definir a conduta a seguir (Gehring, 2008), é algo de extremamente atual e necessário, e logicamente evidente no

Multilateralismo Ambiental. Regra geral, esta conduta surge no âmbito de uma série de negociações intergovernamentais que derivam de uma dada estrutura organizacional, e das quais os Estados fazem já parte ou passam então a fazer.

Tradicionalmente, a aplicação deste sistema governativo *sui generis* é feita através de conferências diplomáticas pré-designadas, de índole pontual ou periódica, e instituídas com uma série de propósitos e agendas predefinidas, nas quais poderá estar incluída a discussão de um ou mais instrumentos de Direito Internacional, podendo estes tomar a forma de *Tratado* (ou *Convenção*, *Protocolo*, etc), ou seja, a “*Hard Law*” do Direito Internacional, ou de outros documentos abrangidos pela designada “*Soft Law*”, que variam entre *Resoluções*, *Declarações de Princípios* ou *Recomendações* (Figura 1), sendo estes últimos seguidos pelos Estados de forma estritamente voluntária, mas nem por isso menos dispensável⁸. Por outro lado, é igualmente possível adotar os mesmos instrumentos através de uma conferência diplomática ou de um comité de negociação convocados exclusivamente para o efeito, porém, tal acarreta maiores custos económicos, que aumentam consideravelmente consoante o número de Estados envolvidos, sendo por isso mais sensato e recorrente proceder-se à negociação destes instrumentos em conferências previamente estabelecidas, como é o caso das Conferências das Partes (*Conference of Parties* - COP) ou de outras cimeiras do género das da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento.

⁸ As Convenções Internacionais, em conjunto com o Costume Internacional, os Princípios Gerais de Direito e as Decisões Judiciais e Doutrina são genericamente identificados como as ‘Fontes Tradicionais do Direito Internacional’, e estão definidas no Artigo 38.º (1) do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). Apesar de instituído pela Carta das Nações Unidas (1945), e por isso antes de uma série de alterações significativas na comunidade e relações internacionais, inclusive a emergência da ‘consciência ambiental’, este Artigo e seu conteúdo continuam a ser a única designação oficial das Fontes de Direito Internacional. Porém, a (in)suficiência desta listagem perante a complexidade da atualidade internacional tem sido alvo de várias discordâncias, havendo nesse sentido quem defenda a inclusão de outros instrumentos, nomeadamente de Resoluções e Declarações de Princípios adotadas no seio da ONU, nas Fontes de Direito Internacional.



Figura 1 – Os Instrumentos de Direito Internacional: “*Hard Law*” e “*Soft Law*” (Fonte: adapt. de Dodds *et al.*, 2007).

Os MEA, por estarem sujeitos às regras instituídas na *Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados* (1969), partilham as mesmas características que outros tratados internacionais, contudo, pode atribuir-se-lhes uma merecida definição própria: são documentos intergovernamentais com o propósito máximo declarado de prevenir ou gerir os impactos humanos nos recursos naturais. Por tal, são juridicamente vinculativos para com os países que deles se tornarem Parte através da sua *ratificação* ou *adesão*, mas também perante os que os aceitarem através da sua *assinatura*, pois esse ato subentende, por si só, um “acordo oficial” entre os Estados e os MEA, onde os primeiros não deverão agir em desconformidade com, ou pondo em causa os objetivos e propósitos daqueles instrumentos. Por não serem meras declarações de intenções, e sim instrumentos do Direito Internacional, devem ser vistos como ferramentas válidas e efetivas na implementação de políticas que tenham como objetivo a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, podendo e devendo ser usados por toda a comunidade internacional no sentido de efetivar esses pressupostos (Dodds *et al.*, 2007).

Note-se que, e sem prejuízo das considerações supramencionadas, os MEA não devem ser considerados como unidimensionais, i.e., não existe um só “tipo” de MEA que os abrange a todos. Segundo o “*Consultive Group of Ministers or High-Level Representatives on Broader International Environmental Governance Reform*”, e tendo em conta o organismo internacional no qual o Acordo Multilateral Ambiental se encontra inserido (que pode ir desde uma qualquer Organização Internacional, a uma

““Agência Especializada”” ou ao Secretariado das Nações Unidas), podem existir três categorias de MEA:

- | Os MEA de “*Categoria Um*” que estão diretamente dependentes de uma Organização Internacional, mas cuja administração é, na maioria das vezes, partilhada por ambas, o que significa que o secretariado do MEA pode autoadministrar-se mas fica diretamente ligado aos órgãos governamentais do organismo em causa. Em alguns casos, a OI tem, para todos os tratados que alberga, uma só estrutura governativa composta por vários comités de monitorização que reportam ao órgão governativo da dita organização, o que faz com que nestes casos em particular, os tratados não tenham qualquer tipo de secretariado, ficando essa função a cargo do executivo da OI. Consequentemente, a personalidade jurídica deste género de MEA é bastante limitada à do organismo anfitrião (UNEP, 2010);
- | Os MEA de “*Categoria Dois*” assemelham-se aos de “*Categoria Um*” no sentido em que são, na grande maioria dos casos, administrados pelas entidades que os negociam (note-se que no caso dos MEA de “*Categoria Dois*”, estes são, regra geral, administrados pela UNEP [UNEP, 2010:3]). Contudo, existem duas particularidades que os distinguem: *primeira*, as OI que administram os MEA de “*Categoria Um*” fazem-no a partir das suas sedes ou onde o secretariado do MEA se encontra incorporado, enquanto que os tratados de “*Categoria Dois*” têm os seus secretariados fora da área geográfica da sua organização “mãe”, o que dá lugar a secretariados independentes cujas principais interligações com o organismo anfitrião são feitas através de um chefe executivo; *segunda*, as estruturas governativas dos MEA de “*Categoria Dois*”, nomeadamente as COP e as Reuniões das Partes (MOP – *Meeting of the Parties*), são perfeitamente autónomas e juridicamente separadas do órgão governativo do UNEP. Assim, os MEA podem ter a mesma personalidade jurídica que o UNEP, porém as suas COP têm a capacidade para estabelecer uma personalidade jurídica independente, se assim o entenderem. Neste role de MEA pode-se incluir, p.ex., a Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNEP, 2010);
- | Por último estão os MEA de “*Categoria Três*” (ou “*Quasi-Independent MEAs*”). Estes, apesar de estarem institucionalmente interligados ao Secretariado da ONU, funcionando assim conforme as suas regras e procedimentos, têm planos governativos autónomos e uma personalidade jurídica relativamente independente à

do Secretariado. Para exemplificar este tipo de MEA, tenha-se em conta as outras duas “Convenções do Rio” (UNFCCC e UNCCD): estas têm COP independentes e autónomas não só dos órgãos governativos do Secretariado, mas também dos restantes órgãos intergovernamentais das Nações Unidas; os seus secretariados detêm um certo “*status*” legal que lhes permite levar a cabo as funções que, tradicionalmente, fariam parte das competências do Secretariado da ONU; os seus poderes legais não são inicialmente demarcados, pelo que são as COP que, perante certos casos de ambiguidade, necessitam de clarificar quais os poderes legais que irão usufruir; por fim, mantêm chefes executivos e programas de trabalho independentes e ao critério das suas Partes.

Além disso, e muito embora não exista uma estrutura própria definida para este tipo de instrumentos, seja ele de que categoria for, há que ter em conta algumas características que de certa forma os personalizam: p. ex., quando se trata de regular questões ambientais regionais ou globais, são normalmente adotadas as Convenções-Quadro, o que permite um desenvolvimento mais abrangente e dinâmico do instrumento em causa, nomeadamente através da pré-definição e estabelecimento de uma série de obrigações gerais e de procedimentos de adoção e adaptação de potenciais pós-acordos (Sands, 2009). De facto, a maioria dos tratados ambientais não são caracteristicamente compostos por regras específicas, claras e detalhadas, pelo contrário; por norma, o que fica estabelecido é um quadro genérico de princípios e requisitos, incentivando os Estados Parte a adotarem todas as medidas apropriadas de adaptação e mitigação aos desequilíbrios ambientais, aliás como é facilmente perceptível através da análise às principais Convenções-Quadro das Nações Unidas, nomeadamente às “Convenções do Rio”. Porém, e para colmatar esta falta de assertividade, os Estados são “convidados” a adotar, ao longo do processo de desenvolvimento dos MEA, documentos complementares, que incluem os já mencionados instrumentos “*Soft Law*”, mas de onde se destacam, pelas suas particularidades normativas, os *Protocolos*.

A vantagem de se regularem os desequilíbrios ambientais desta forma, através das Convenções-Quadro e seus Regimes, tem a ver precisamente com o facto de que as suas normas e padrões podem ser facilmente alteradas ou reforçadas, consoante a evolução do conhecimento científico, ou por necessidade de adaptação a novas realidades socioeconómicas, entre outras hipotéticas situações. Aliás, nesta linha de

ideias, nem sempre será justo o destaque dispensado ao papel dos *Protocolos* na normatização ambiental, uma vez que, não raras as vezes, é a “*Soft Law*” que fica encarregue de «...*setting detailed rules or more general standards of best practice or due diligence to be achieved by the parties in implementing their obligations...*» (Birnie *et al.*, 2009:19), i.e., de dar “consistência” às normas por vezes demasiadamente “abrangentes” das Convenções-Quadro ambientais. Entretanto, é essa “abrangência” que merece as principais críticas por parte da opinião pública internacional, que desde os primórdios do Multilateralismo Ambiental, e com um tom cada vez mais austero, recorre frequentemente à utilização de adjetivos como “vagos”, “vazios de conteúdo”, “abstratos”, entre outros, para descrever a abordagem demasiado genérica e a consequente incapacidade de ação desses instrumentos.

Mas seja qual for a tendência da crítica a este tipo de Convenções, ou lisonjeando ou apontando os seus defeitos, a verdade é que persistem como sendo os instrumentos mais frequentemente usados na criação de normas globais de regulação ambiental, tornando-se assim os principais alicerces do Direito Internacional Ambiental, e sem os quais o Multilateralismo Ambiental não faria sentido. Com efeito, e ao criarem em torno de si próprios Regimes que englobam uma larga maioria de Estados Parte, e que impossibilitam, salvo raras exceções, as “traíçoeiras” reservas ou derrogações («...*most global environmental treaties prohibit all reservations in order to preserve the integrity of what is usually a ‘package deal’ compromise text...*» [Birnie *et al.*, 2009:18]), estes sistemas oferecem diversos mecanismos que potenciam o incremento de uma nova perspectiva ambiental.

1.2.1. O Processo da Elaboração dos Tratados (“*Treaty-making Process*”)

Como já foi anteriormente referido, o processo que conduz à elaboração de um tratado multilateral é normalmente padronizado como um conjunto de negociações realizadas ao longo de uma conferência diplomática, durante as quais as Delegações, munidas de uma série de instruções preliminares e em contacto contínuo com os seus Governos, negociam entre si. Assim, todos os delegados têm, à partida, a autoridade para tomarem todo o tipo de decisões nos termos da Convenção, seguindo, claro, os parâmetros do que lhes foi transmitido pelo poder estadual. Entretanto, e para além das sessões públicas formais que definem o essencial da agenda da Conferência, muitas

discussões informais são realizadas “à parte”, «...*in the corridors, in hotel rooms, and at special dinners and functions...*» (Bruch *et al.*, 2006:88), com o intuito de permitirem às Delegações a concertação de eventuais compromissos ou soluções para problemas que impedem as negociações de avançar (Bruch *et al.*, 2006) (Anexo 2 – “Negociações Informais”).

Mas como são na realidade elaborados os Acordos Multilaterais Ambientais? Será condescendente encarar-se estes instrumentos e todo o processo que os engloba de “ânimo leve”, ou seja, enumerando todos os seus defeitos e ignorando as dificuldades que enfrentam? Reflita-se sobre o que diz Kate O’Neill (2009) a esse propósito:

«...*The construction of international environmental treaty regimes rests on a complex process of bargaining and negotiation among nation states. Several factors complicate this process. States often have different, frequently conflicting interests around a particular issue area. They may not always trust their negotiating partners (...) or they may be unwilling to make concessions (...) Government representatives are concerned about domestic costs (...) of signing on to an international environmental agreement (...) Multiply all this factors by the number of states involved in negotiations, and it may seem surprising that any cooperative agreements are agreed upon in the first place...*» (O’Neill, 2009:81).

E, de facto, assim é: o vulgarmente designado “*Treaty-making Process*” é um procedimento extremamente complexo, com diversas fases e características a ter em conta, sendo que nem sempre os autores de referência decidem abordá-lo da mesma maneira. Por exemplo, Philippe Sands (2009) opta por descrevê-lo de uma forma um tanto minimalista, começando por enquadrá-lo como um processo que se prolonga, na maioria das vezes, por um período alargado de tempo⁹, e em seguida decompondo-o em cinco fases distintas, conforme se pode observar na Figura 2.

⁹ Porém, e tal como o autor verifica mais tarde, existem algumas exceções de MEA redigidos em tempo recorde, como é o caso da UNFCCC e da CBD, que foram concluídas em apenas quinze meses, ao contrário de outras mais morosas, como por exemplo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (*United Nations Convention on the Law of the Sea*), que se prolongou ao longo de vinte anos.

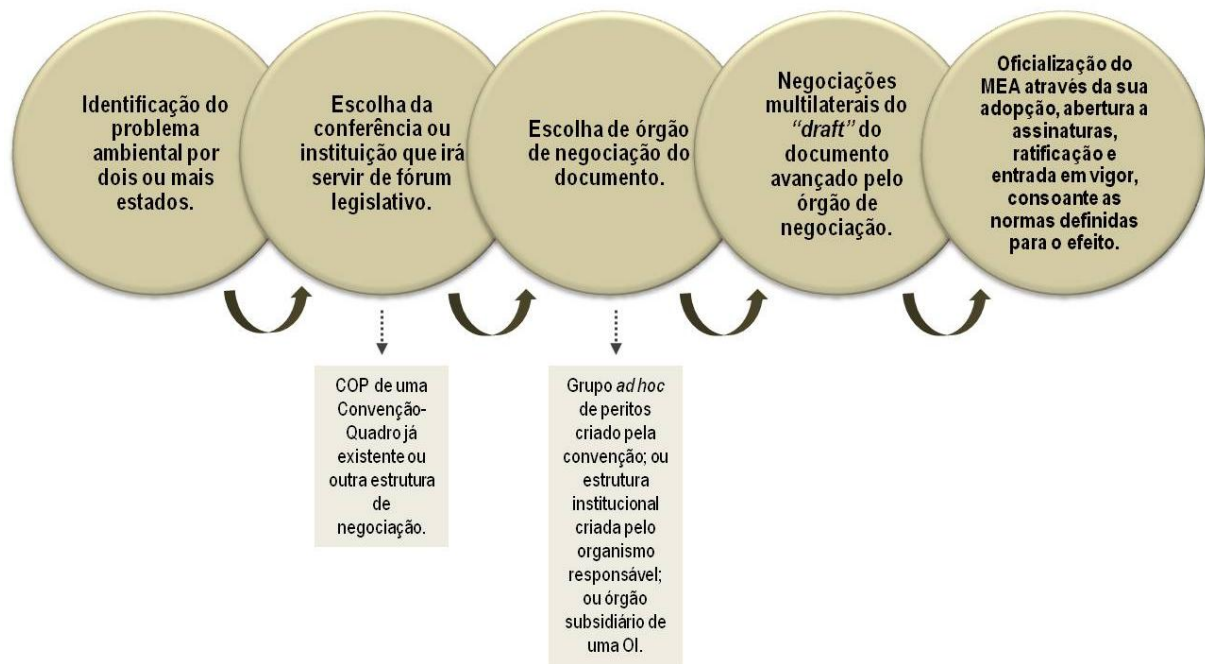


Figura 2 – Fases do “*Treaty-making Process*”; o exemplo de Philippe Sands (Fonte: adapt. de Sands, 2009).

Já Kate O’Neill (2009) apelida-o de “*step-by-step process*” e descreve-o como um sistema que facilita o compromisso e a ação coletiva por parte de todos os Estados interessados, uma vez que estes podem ponderar se deverão ou não assinar o documento em causa somente após a participação numa primeira fase das negociações, o que não só promove a participação dos Estados no Multilateralismo Ambiental, como pode diminuir significativamente os *deficits* de implementação nacional e, consequentemente, otimizar o investimento das restantes Partes e da instituição em causa. Segundo esta autora, o “*Treaty-making Process*” pode ser decomposto da seguinte forma:

«...First, agenda setting involves defining and framing a global environmental issue, and establishing its Basic parameters and the rationale for international action (...) Second, states and their representatives meet to negotiate a treaty or other legal agreement. Third, parties enter a phase of regime strengthening: implementing the existing agreement, and strengthening or modifying its initial obligations (...) Once a call for international action has been issued, state representatives convene to discuss the content of the treat. These discussions take place on an informal level among government officials, experts, and sometimes other interested or affected parties (...) If agreement is reached on the draft text, high-level government representatives convene to negotiate the final text of the treaty (...) Once participants agree upon – adopt – a final text, the treaty is opened for signature by nation states. Next, signatory

states must ratify the treaty by enacting it into domestic law (...) A treaty enters into force once it has been ratified or acceded to by an agreed upon number of signatory states...» (O'Neill, 2009:78 e ss.).

Tanto antes, como após as negociações terem início, é crucial a adoção de ações que assessoram o “*Treaty-making Process*”, permitindo que este siga uma conduta organizada e faseada, e minimizando os vários impasses típicos das negociações dos MEA que normalmente atrasam, ou chegam mesmo a por em causa, a sua aprovação e consequente aplicação; assim, são várias as opções de medidas que, ao serem adotadas de forma paralela, potenciam as negociações e preparam os Estados para a implementação do documento, tais como: a troca de informação constante entre as Partes envolvidas; consultas oportunas no decorrer das negociações; realização de *workshops* acerca de como efetivar a implementação dos MEA; coordenação institucional e ministerial ao nível nacional; evitar sobreposições e encorajar sinergias dos MEA existentes (Bruch *et al.*, 2006). Porém, e apesar de otimizarem o processo de elaboração de tratados, estas medidas, por si só, não resolvem todos os problemas que daí possam advir. Nesse sentido, serão em seguida avançados cinco exemplos de situações potencialmente impeditivas ao bom desempenho do “*Treaty-making Process*”, e que devem, obviamente, ser evitadas tanto quanto possível.

Uma primeira situação é a inexistência de um procedimento formal que indique como devem ser preparadas as negociações pelos Estados Parte, i.e., um documento oficial que possa orientar os Governos em como planear as reuniões multilaterais em torno dos MEA, não só as “excepcionais”, como podem ser consideradas as que conduzem à elaboração de novos tratados, mas também as situações mais “regulares”, como são a maioria das COP realizadas.

«... One difficulty that many States face is that there is no formalized, established process for negotiations (...) This means that no one necessarily knows how to prepare for negotiations, select the delegation, obtain funding for participating, identify key issues and negotiating positions, participate in the negotiating process, or briefing the relevant persons after the negotiations. No one is prepared because no one has specific responsibilities to prepare for the negotiation (...) After a negotiating session or COP, the knowledge from that particular event is not necessarily passed on to subsequent negotiators. This means that there is often little institutional memory about the negotiating issues or the positions that the State took on those issues...» (Bruch et al., 2006:61).

Neste contexto, a UNEP adianta duas “*Checklists*” que, de uma forma clara e simplificada, dão o mote para alguns dos principais passos a seguir pelos Estados Parte na preparação das negociações multilaterais ambientais, e que podem ser consultadas no Anexo 3 - “*Checklist de Preparação para as Negociações*”. Estas listas podem perfeitamente servir de base para a elaboração de, p. ex., um memorando oficial, não só a nível internacional, mas, e principalmente, regional ou nacional, pois se aparentemente esta possa parecer uma iniciativa que deva partir de instituições como a UNEP ou das Convenções-Quadro nas quais o instrumento se insere, haveria maior lógica e quiçá melhores resultados quanto mais “locais” e adaptáveis às realidades de cada Estado fossem as regras a seguir destes hipotéticos documentos.

Uma segunda situação recorrente na malformação do “*Treaty-making Process*” é a falta de pesquisas intensivas que mostrem a efetiva necessidade do instrumento internacional em causa, i.e., é crucial que os Estados que colocam o problema ambiental na agenda política, bem como os que, entretanto, se juntam a eles, tenham a “lição bem estudada”:

«...assessments of scientific and technological knowledge introduce, if sucessfully operating, a sphere of technical deliberation into the bargaining process. Improved and collectively validated knowledge about the scope and implications of an environmental problem or about the availability of technological solutions contributes to the gradual modification of state preferences, which in turn can lead to agreement on new commitments...» (Gehring, 2009:496).

Tal asseveração pode ser bastante óbvia, contudo existem exemplos de situações em que Estados mais céticos ou mais preocupados com os seus interesses nacionais “boicotaram” as negociações com pareceres científicos que melhor servissem as suas posições, e que facilmente destronaram os primeiramente avançados.

Uma terceira situação prende-se com a aprovação do “*draft*” do texto, sendo esta largamente identificada como a fase onde as negociações atrasam substancialmente: aqui, as discussões giram em torno da estrutura normativa e/ou textual do documento, i.e., podem surgir devido à falta de concordância acerca das disposições de um qualquer artigo e/ou por uma simples questão de semântica. Assim, os Estados (individualmente ou através de Grupos de Negociação), apresentam uma análise detalhada das questões cuja revisão consideram necessária, bem como as respetivas propostas de emenda, situação que se pode repetir diversas vezes até ser encontrado um consenso. A esse

respeito, apresenta-se no Anexo 4 um extrato do documento intitulado *“EU Positions on the Main Unresolved Issues in the Negotiation of the Access and Benefit-sharing Protocol”* (WPIEI, 2010), que, como o próprio nome indica, é um dos textos elaborados pela União Europeia aquando das negociações do recentemente adotado “Protocolo de Nagoya”.

Esta fase das negociações é diversas vezes posta em causa por alguns dos entendidos da matéria: de facto, pode dar origem a um arrastar demasiadamente prolongado de acontecimentos, o que por vezes acontece, segundo os ecos mais críticos, devido a uma série de “mal-entendidos” e “preciosidades mesquinhas”, como por exemplo o número de alíneas de um artigo, a palavra mais indicada para contextualizar uma determinada situação ou até mesmo, numa sugestão mais extrema, a colocação de uma simples vírgula. Com efeito, este género de situações pode suscitar dúvidas – perfeitamente legítimas –, acerca da produtividade das negociações dos MEA, porém há que entender que a negociação daquilo que será um tratado internacional não pode, nem deve, ser encarado de “ânimo leve”. Vejamos o exemplo de dois Protocolos de duas das “Convenções do Rio”:

- | Por um lado, o “Protocolo de Nagoya”, que levou cerca de dez anos a ser negociado, mas, e quando adotado, obteve o apoio da grande maioria da comunidade e opinião pública internacional, contando com 23 assinaturas em quatro meses¹⁰, e a previsão de um futuro promissor;
- | Em oposição, o internamente controverso “Protocolo de Kyoto”, que levou somente dois anos a ser negociado (desde a COP1 da UNFCCC em março 1995, até à sua adoção na COP3 da UNFCCC em dezembro 1997), mas mais sete até entrar em vigor (2005) e que conta atualmente com um passado de insucessos e um futuro extremamente negativista.

Posto isto, será sensato refletir: tendo em conta a precariedade de normas efetivas de índole ambiental, devem as negociações de uma Convenção-Quadro ou de um Protocolo serem apressadas ou demasiadamente pressionadas? É certo que perante a perigosidade e o incremento da crise ambiental não deveria haver tempo a perder, mas

¹⁰ Consulta efetuada no dia 23 de maio de 2011, no site da Convenção sobre a Diversidade Biológica (<http://www.cbd.int/abs/nagoya-protocol/signatories/>), e tendo em conta que o Protocolo foi aberto para assinaturas no dia 2 de fevereiro de 2011.

ainda mais relevante é a preciosidade de negociações organizadas e assertivas, que possam originar instrumentos munidos de medidas firmes e consequentes soluções efetivas, o que raramente surge de decisões “instantâneas”.

Uma quarta situação, desta feita no contexto de tomada de decisões (ou “*Decision-making*”, como é normalmente referido pelos autores de referência), é o processo de votação, o qual é normalmente definido pelas Convenções, e, de uma forma mais específica, pelas “*Rules of Procedure for Meetings of the Conference of the Parties*”¹¹. No geral, as “Convenções do Rio” e suas respectivas COP têm sistemas de votação bastante semelhantes, nos quais é sempre aconselhado às Partes a seguirem o caminho do consenso, e que somente depois de se terem esgotado todos os esforços nesse sentido, se deverá aplicar uma votação por maioria, que diferem entre uma maioria de três quartos para a UNFCCC e CBD, e de dois terços para a UNCCD (Anexo 7 – “Principais Funções das COP das ‘Convenções do Rio’”).

Com efeito, o processo de “*Decision-making*” nas negociações dos MEA segue geralmente o “Princípio do Consenso”, que, na prática, pode ser inserido algures entre a “unanimidade”, preservando a todas as Partes o direito de rejeitarem uma decisão indesejada, e a “maioria qualificada”, não requerendo para isso um voto positivo de todas as Partes. Além disso, as decisões não são tomadas, por norma, através de votos de qualidade, mas sim através da remoção gradual de objeções a certos aspetos do “*draft*” do tratado, conduzindo assim a acordos mais robustos e difíceis de contestar, principalmente porque as Partes “indiferentes”, ou seja, as que até então não se tinham manifestado nem contra, nem a favor, acabam por se acomodar ao resultado final, potenciando a sua sustentação (Gehring, 2008).

A tentativa de resolver de forma consensual as contendas que vão surgindo tem tido resultados relativamente eficazes: repare-se que é bastante difícil convencer um qualquer Estado a aplicar internamente uma medida com qual não concorda e que não apoiou durante as negociações; por outro lado, o facto de alguns Estados terem mais poder de influência do que outros quando o que está em causa é persuadir potenciais indecisos, torna o consenso nas tomadas de decisões no Multilateralismo Ambiental

¹¹ Cf. “Rules of Procedure” das “Convenções do Rio”:
<http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-rules-procedure.pdf>,
<http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf>
<http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop1/pdf/11add1eng.pdf#page=8>.

extremamente ambíguo, e alvo de imensas críticas. Entretanto, e tal como reflete Kate O'Neill (2009), não há nada como uma “boa crise” (entenda-se, ambiental e dependente de um *timing* natural) para que os Estados reúnam os seus esforços no sentido de resolverem um problema comum:

«...The perception that a crisis is under way or imminent, or the identification of particular focal points for action, has been critical to the success or failure of many international negotiations (...) [and makes it easier] to get countries around the table, and to cut through complexities and uncertainties to generate consensus. When effects are uncertain, or due to occur only in distant generations or places (...) negotiations are correspondingly less likely to proceed quickly and smoothly...» (Kate O'Neill, 2009:82 ss.).

Mas não só as crises ambientais propriamente ditas podem dar azo à consciencialização do problema e ao incremento das negociações e tomadas de decisões no Multilateralismo Ambiental: uma crise “ecopolítica” e a consequente pressão internacional gerada são por vezes condições mais do que suficientes para acelerar as negociações de MEA pendentes. Veja-se, p. ex., o “fracasso” da “Cimeira de Copenhaga” (COP15 da UNFCCC, 2009) enquanto estímulo às negociações em torno do “Protocolo de Nagoya”, aprovado um ano mais tarde: de facto, tal relação não será de todo estranha, uma vez que antes e durante a COP10 da CBD, a opinião pública internacional “pressionou” as Partes da Convenção a acabarem com os “fantasmas” da COP15 da UNFCCC. Tal foi visível um pouco por toda a imprensa internacional onde foi possível lerem-se vários tipos de insinuações, tais como *«...As with the international climate negotiations which ended in fiasco last year in Copenhagen, the biodiversity talks in Nagoya could well end in political stalemate (...) Tokyo has been in diplomatic overdrive during the last several weeks in a last-ditch effort to avoid seeing the negotiations end in Copenhagen-style failure...»* (Seidler, 2010, consulta online), num artigo sugestivamente intitulado *“Copenhagen Repeat? Failure Looms for Global Biodiversity Conference”*; ou ainda *«... Yesterday marked the start of the second week of negotiations at the UN biodiversity summit in Nagoya, Japan. Having ended last week with scant progress, the 192 participating nations will spend this week trying to overcome differences and avoid mirroring the disappointment of last year's talks in Copenhagen...»* (Del Buono, 2010, consulta online), num artigo intitulado *“Fears of parallels with Copenhagen at biodiversity summit in Nagoya”*.

Porém, e como já se referiu, pensa-se que nem sempre este tipo de “pressão”, nomeadamente em moldes exagerados, pode conduzir a resultados favoráveis; com efeito, a “pressa” de obter resultados pode deixar pendentes uma série de questões que, em certos contextos, nunca chegam a encontrar uma solução adequada, com todas as consequências negativas que tal pode impactar na preservação e sustentabilidade do Meio.

Por fim uma quinta situação, nem sempre tida em conta, mas relevante para o bom desempenho de um qualquer “*Treaty-making Process*”: a continuidade das Delegações de negociação. Com efeito, «...*States often rotate negotiators. This means that no one really has a complete picture of what happened in previous negotiations or necessarily understands the broader context and history of issues currently under discussion...*» (Bruch *et al.*, 2006:88), sendo nesse sentido de evitar alterações frequentes nas Delegações nacionais, assegurando assim a sua continuidade, efetividade e robustez. Porém, e quando tal for, fruto das habituais alterações governativas, perfeitamente inevitável, existem alternativas que podem ajudar à transição das Delegações, nomeadamente a implementação de uma plataforma onde toda a informação relevante ao Multilateralismo Ambiental possa ficar corretamente arquivada e organizada, e assim servir de auxílio aos negociadores, demais autoridades ministeriais e restantes Atores envolvidos, ou até mesmo enquanto base de dados disponível para o público em geral, nomeadamente no que diz respeito aos académicos¹².

Posto isto, é preciso não esquecer a oficialização dos MEA, que pode ser entendida como um conjunto de normas institucionais que sucedem e concluem o “*Treaty-making Process*”, e que marcam o início da implementação nacional. São elas a *Adoção*; a *Assinatura*; a *Ratificação*, *Aceitação* ou *Aprovação*; *Entrada em Vigor*; *Adesão*; *Abandono* ou *Denúncia*, e as suas normas costumam ficar estipuladas nos artigos finais dos tratados (Figura 3). Assim, os MEA são normalmente assinados ao longo de um período de tempo pré-estabelecido, sendo só após a sua ratificação e, regra

¹² Nesse sentido, existem já alguns modelos que poderiam ser adaptados às realidades nacionais e/ou regionais: o “*Earth Negotiations Bulletin*” (<http://www.iisd.ca/voltec.html>), que disponibiliza boa parte da documentação associada ao Multilateralismo Ambiental, ou outras do género, como o “*Environmental Treaties and Resource Indicators*”

(<http://sedac.ciesin.columbia.edu/entri/index.jsp>) ou o “*IEA – Database Project*” (<http://iea.uoregon.edu/page.php?file=home.htm&query=static>).

geral, pela sua efetivação por um número mínimo de Estados¹³, que os MEA entram realmente em vigor e se tornam “oficialmente” vinculativos para com as suas Partes, situação que pode levar algum tempo, aliás como já se exemplificou através do caso do “Protocolo de Kyoto”, com cerca de seis anos entre a abertura a assinaturas e a entrada em vigor, mas também conseguido em tempo recorde, como se passou com as “Convenções do Rio”, que levaram em média, desde o período destinado às assinaturas até às ratificações e consequentes entradas em vigor, cerca de um ano (Anexo 1).

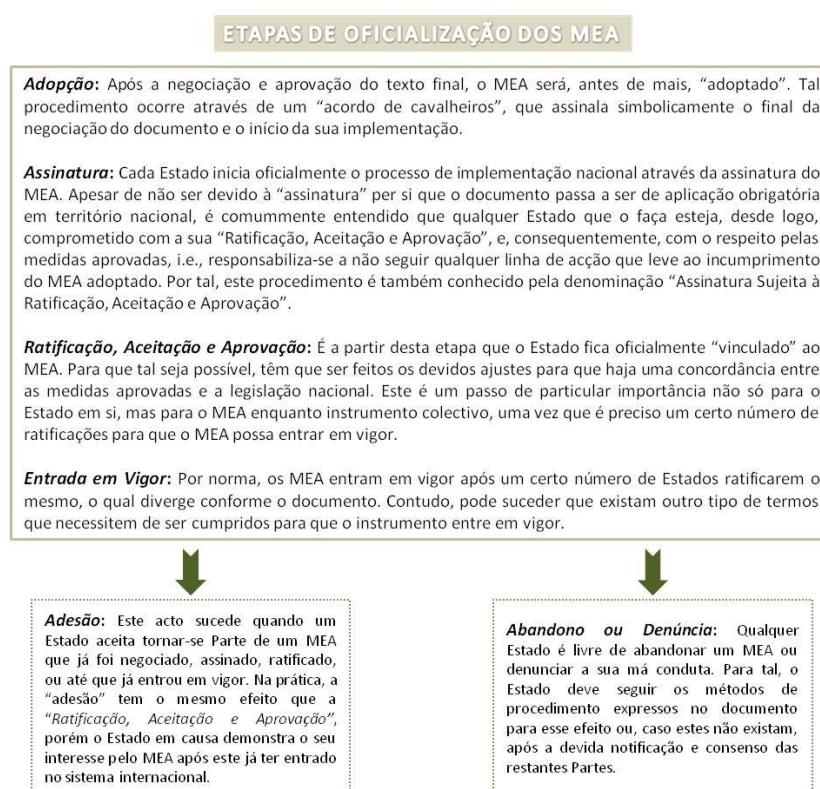


Figura 3 – As Etapas de Oficialização dos *Multilateral Environmental Agreements*. (Fonte: adapt. de Dodds *et al.*, 2007:12).

Note-se, porém, que enquanto que o tempo que decorre entre a assinatura/ratificação e entrada em vigor do MEA pode tornar-se verdadeiramente insuportável, tal não deve ser comparado com o tempo dedicado ao “*Treaty-making Process*”. Com efeito, pensa-se que se de algum modo faz sentido as negociações de

¹³ P. ex., o “Protocolo de Nagoya”, no seu Artigo 23.º (1), diz o seguinte: «... *This Protocol shall enter into force on the ninetieth day after the date of deposit of the fiftieth instrument of ratification, acceptance, approval or accession by States or regional economic integration organizations that are Parties to the Convention...*» (CBD, consulta online).

um MEA levarem o seu tempo a serem concluídas, o mesmo não deveria acontecer no que diz respeito à sua ratificação, pois se por um lado deve ser permitido às Partes o tempo necessário para que estes desencadeiem os processos habituais para acolherem na sua legislação interna o novo tratado internacional, por outro não se justifica que, por vezes após anos de negociações, os Estados não se “sintam” devidamente preparados para ratificarem o instrumento que adotaram e assinaram. Com efeito, «...it can be important to conduct compliance assessments early in the negotiating process so that the State can negotiate with the full knowledge of what national measures might be necessary...» (Bruch *et al.*, 2006:181), i.e., o “*Treaty-making Process*” deve ser entendido como um procedimento dinâmico que não passa apenas por um role de negociações e de tomada de decisões, mas também por um constante trabalho de adaptação institucional e funcional por parte das entidades nacionais, evitando dessa forma atrasos desnecessários aquando da ratificação, entrada em vigor e implementação das medidas ambientais alcançadas.

É precisamente desta forma dinâmica que o Multilateralismo Ambiental necessita de ser analisado e desenvolvido. Note-se que a governação internacional ambiental compreende muito mais do que o simbolismo da assinatura de tratados e o compromisso de levar avante uma série de obrigações; envolve também o desenvolvimento e manutenção de novas regras, organizações, normas e tomadas de decisões, abarcadas e cuidadosamente vigiadas por uma panóplia de atores, “comandadas” pela soberania dos Estados e levadas avante por organismos internacionais. A esta constelação que gira em torno de um ou mais MEA chama-se Regimes Internacionais, ou simplesmente *Regimes*.

«...international regimes (...) codify rules, norms, and regulations; establish expectations; and manage the governance of formal and informal agreements to integrate cross-national action to achieve common goals on targeted issues. To varying degrees, depending on the issue area, regimes provide the necessary principles, structures, institutions, procedures, and standards that guide national behaviors, policy development, and coordinative strategies (...) Regimes are formulations within which international cooperation and coordination can be nurtured through mutually understood definitions of a problem and appropriate strategies to combat it, and common perceptions of fairness and acceptable procedures on how further disputes in the problem domain should be resolved equitably. Regimes are not limited to governing only legally

binding conventions; they can be the organizing concepts for softer, nonbinding agreements that embody cross-national intentions on particular issues...» (Spector *et al.*, 1994:3).

Note-se que a adoção de um MEA é apenas o primeiro passo de um processo criado e operado através de uma série de mecanismos de negociação, nos quais as Partes envolvidas e os organismos que constituem monitorizam os progressos rumo à execução das metas estabelecidas, alertam para possíveis intransigências e tentam garantir que estas sejam superadas e os objetivos cumpridos, ao mesmo tempo que reveem e atualizam uma série de acordos, estudam novas evidências científicas e procuram resolver eventuais litígios políticos, os quais requerem uma abordagem extremamente cuidada de forma a chegar-se a uma solução considerada justa e equitativa para todos.

A aplicação do conceito *Regimes* pode ser exemplificada nas Relações Internacionais Ambientais através de inúmeros exemplos, sejam eles centrados num único tratado – e assim é usualmente –, como é o caso do denominado “*Climate Regime*”, coincidente à UNFCCC, ou do “*Desertification Regime*”, centrado na UNCCD (O’Neill, 2009), ou compostos por diversos tratados com um tema em comum, como é o exemplo do “*Biodiversity Regime*”, o qual é «...often defined as including the 1992 Convention on Biological Diversity, the 1972 World Heritage Convention, the 1979 Convention on Migratory Species, the 1973 Convention on International Trade in Endangered Species, and others...» (O’Neill, 2009:72). Por outro lado, entenda-se que os Regimes não surgem “do nada”, ou melhor dizendo, não surgem simplesmente porque um MEA é adotado, antes pelo contrário, pois como reflete O’Neill (2009), este pode nem ser, em certas circunstâncias, um pré-requisito para a formação do que se considera ser um Regime internacional:

«...there is no global treaty governing the use of the world’s forests (...) However, the existence of a number of more informal governance institutions, such as UN Intergovernmental Forum on Forests, along with numerous non-state governance initiatives, leads some to suggest that there is a global forests regime, although it looks quite different from mainstream treaty regimes...» (Gulbrandsen, 2004, cit. por O’Neill, 2009:72 ss.).

Entretanto, do decurso dos Regimes ambientais têm emergido duas características paradoxas que continuam a confundir alguns dos autores de referência: por um lado, estes compreendem uma componente institucional *sui generis* que permite às Partes um ajustamento constante a novas circunstâncias e obrigações, bem como à

supervisão e reação a possíveis casos de incumprimento ou de implementação insuficiente; por outro lado, o desenvolvimento do Direito Internacional Ambiental nestes moldes reflete «...*the fragmentation of the institutional setting from which it emerges...*» (Gehring, 2008:495), uma vez que, aparentemente, as Partes têm preferido estabelecer novos “*treaty systems*” ao invés de incluírem novas abordagens normativas em sistemas já existentes, o que tem vindo a originar um “*boom*” de MEA que não raras as vezes se tem revelado contraproducente para a comunidade internacional em geral, e para o Ambiente em particular.

Não obstante, os Regimes internacionais ambientais, com os seus MEA e respetiva “*Soft Law*”, os seus *Atores* com as suas negociações e decisões, e um constante objetivo máximo de engendrar formas de combater a degradação ambiental, são um dos mais imponentes exemplos daquilo a que podemos chamar *Multilateralismo*. Com efeito, os Regimes têm a oportunidade e a capacidade de desenvolver um sistema de evolução e regulação dinâmica, bem como soluções jurídicas, cooperativas e transversais – ao nível geográfico e conceptual –, o que permite aos Estados exercerem o seu dever coletivo de fiduciários e tutelares máximos da proteção e preservação do Ambiente. Não haverá portanto dúvidas ao afirmar-se que «...*No other model of governance offers adequate solutions to the problem of controlling phenomena of global character, such as global warming or ozone depletion, where no single state's acts are responsible and where the interests of all are at stake...*» (Birnie *et al.*, 2009:84). Contudo, será importante indagar: estarão os Regimes a ser desenvolvidos no sentido mais acertado e nos moldes mais corretos? Será prudente para o Multilateralismo Ambiental e, conseqüentemente, para o Ambiente, seguir a máxima “*um MEA, um Regime*”, como parece ter vindo a acontecer nos últimos anos? Veja-se, nesse sentido, a próxima subsecção.

1.2.2. O “boom” dos Acordos Multilaterais Ambientais: prós e contras de uma evolução desmedida

Para que esta subsecção tivesse uma lógica integrada, optou-se por se fazer uma breve pesquisa de dados que pudessem confirmar e ilustrar as inúmeras referências encontradas acerca da evolução desmedida dos MEA. Contudo, tal tarefa teve alguns “senões”: por um lado, porque as bases de dados oficiais das Nações Unidas para os

seus tratados¹⁴ são demasiadamente genéricas e extensas para se conseguir selecionar as variáveis que, de uma forma concisa e sumária, conduzissem aos dados que se pretendia; por outro, porque para além dessas fontes de informação, pouco mais se descobriu que, de uma forma fiável, conseguisse responder à pesquisa pretendida.

Optou-se assim pela análise de um Projeto de origem norte-americana intitulado “*International Environmental Agreements (IEA) Database Project*”, da responsabilidade da Universidade de Oregon e com o apoio da “*National Science Foundation*”. Este Projeto (de acesso livre na Página Web <http://iea.uoregon.edu>) tem por objetivo providenciar «...a reliable list of all historic and current IEAs...» (Mitchell, 2002-2012, *consulta online*), incluindo por isso na sua base de dados não só informação relativa aos MEA atualmente existentes¹⁵, mas também a outros já extintos, bem como a Acordos Bilaterais e outros instrumentos de especial interesse. O “menu” da base de dados é relativamente extenso e diversificado, porém, e para o efeito que se aqui se pretende, teve-se em conta apenas dois conjuntos de dados, e sempre só relativamente aos Acordos Multilaterais Ambientais¹⁶, deixando de parte os instrumentos bilaterais e outros:

- | Um referente às “Dadas”, onde se contabilizaram, com uma ligeira adaptação do que acontece no Projeto, seis períodos de tempo distintos, cada um deles com dez anos, há exceção do último (2000-2011), cujos onze anos se optou por repartir em dois “sub-períodos”, i.e., de 2000 a 2004 e de 2005 a 2011, de forma a que a relevância dos dados disponibilizados pudessem ser analisados na sua plenitude;
- | Outro referente às “Áreas Temáticas”, onde se contabilizaram as mesmas que as abordadas pelo Projeto, a saber: “*Energy*”, “*Freshwater Resources*”, “*Habitat*”, “*Nature*”, “*Ocean*”, “*Pollution*”, “*Species*”, “*Weapons and Environment*”¹⁷.

¹⁴ P. ex., a “*United Nations Treaty Collection*”, que abrange todos os Tratados sob a alçada da ONU, ou a “*ECOLEX*”, que com o patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization – FAO*), IUCN e UNEP, disponibiliza informação acerca do Direito Internacional Ambiental.

¹⁵ Uma chamada de atenção para o facto de que os MEA que aqui se referem não corresponderem somente aos do sistema ambiental da ONU. Com efeito, e apesar da grande maioria deles estarem ligados, de alguma forma, às Nações Unidas, não quer dizer que todos eles estejam sob a sua alçada.

¹⁶ A última consulta foi efetuada no dia 7 de junho de 2011.

¹⁷ Em português, “Energia”, “Recursos de Água Doce”, “Habitat”, “Natureza”, “Oceanos”, “Poluição”, “Espécies”, “Armas e Ambiente”, respetivamente.

Através da recolha dos dados supramencionados, construiu-se uma tabela (Anexo 5 – “Tabela ‘*Boom dos MEA*’”) com os seguintes resultados: Número de “MEA” por “Período de Anos”; Número de “Emendas” por “Período de Anos”; “Total de MEA e Emendas por Tema”. Após uma breve análise dos resultados obtidos, chegou-se antes de mais à conclusão que o número total de “MEA e Emendas” (1028) não coincide com o número total de “MEA e Emendas por Área Temática” (1612). Tal é facilmente explicado devido ao facto de um só MEA poder ser incluído em vários temas em simultâneo, i.e., uma duplicação virtual do MEA quando contabilizado através dos seus temas, mas que na realidade conta como um só instrumento.

Para além disso, confirmou-se o que, com o auxílio da leitura da bibliografia de referência, já se presumia: a quantificação dos MEA desde 1950 até aos dias de hoje tem sido pautada por um aumento contínuo de MEA e de Emendas, com particular destaque para a década de 1990-1999, a qual coincide, sem espantos, com uma das mais importantes Conferências ambientais da ONU, a “Conferência do Rio” de 1992; paralelamente, este período de tempo foi também onde se registou um maior aumento de “Emendas”. Nos restantes períodos registaram-se aumentos contínuos tanto de MEA como de Emendas, e que apesar de não tão significativos como o que se verificou na década de 90, não deixam de ser relevantes, realçando-se o facto de existir sempre um maior número de MEA do que de Emendas. No entanto, esta situação altera-se no último “sub-período” contabilizado (2005-2011), o que aliás se começa a notar no período exatamente antes, onde já se regista uma diferença decrescente entre o número de MEA e de Emendas. O último período de tempo contabilizado foi também o que teve o menor número de instrumentos adotados desde 1950-1959 (Figura 4).

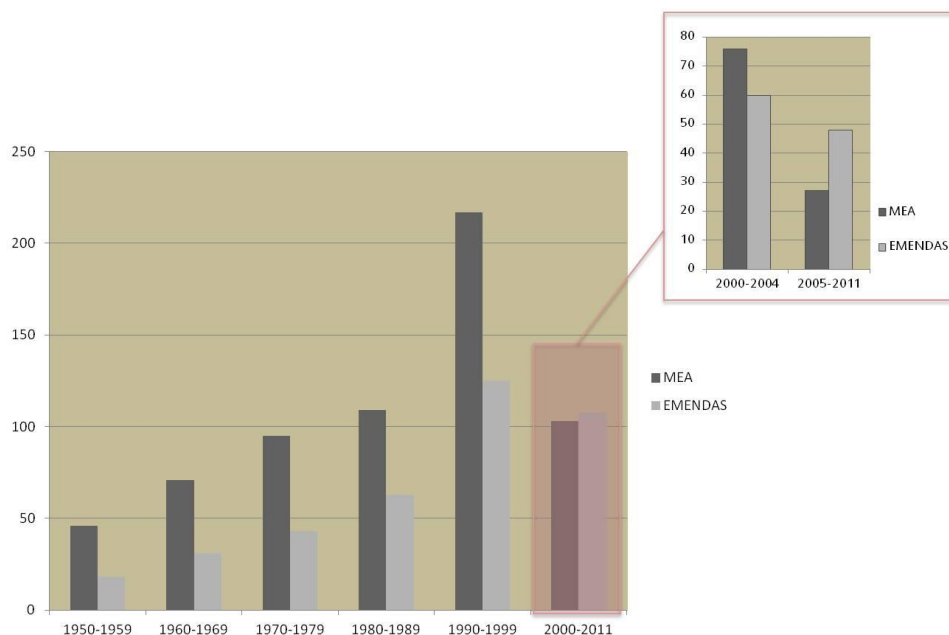


Figura 4 – O “boom” dos MEA: número de MEA e Emendas entre 1950 e 2011 (Fonte: adapt. de Mitchell, 2002-2012, consulta online).

Relativamente ao “Número de MEA e Emenda por Tema”, os resultados também vão de encontro a algumas das reflexões percebidas na bibliografia estudada, as quais referem uma certa tendência para uma evolução incidente de MEA em determinadas áreas temáticas: com efeito, a “Natureza”, os “Oceanos”, a “Poluição” e, principalmente, as “Espécies”, sobressaem claramente das restantes áreas com uma evolução concentrada, contínua e substancialmente maior daqueles instrumentos (Figura 5).

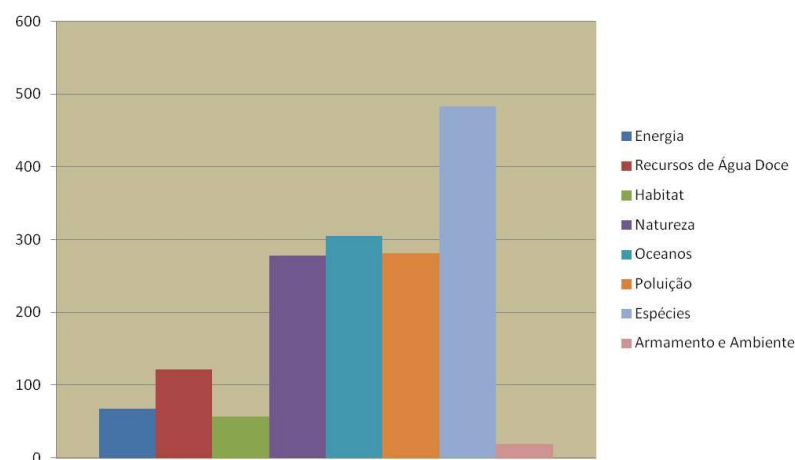


Figura 5 – Número de MEA e Emendas por Tema (1950-2011) (Fonte: adapt. de Mitchell, 2002-2012, consulta online).

Pode-se assim confirmar que tem havido, de facto, uma “*negotiation fatigue*” (Kanie, 2007:74), um “*treaty congestion*” (Sand, 2008:39) ou uma “*summit fatigue*” (O’Neill, 2009:5). Com efeito, e se se tiver em conta os dados supramencionados, facilmente se considera que o Multilateralismo Ambiental conheceu alguma prosperidade ao longo das últimas décadas, pelo menos no que diz respeito à adoção de Acordos Multilaterais Ambientais. Mas será esta evolução totalmente merecedora de prestígio? Quais são os prós e contras do “*boom*” de MEA que caracterizou as últimas décadas?

Comecemos por analisar os prós. De facto, o sistema de MEA atual tem algumas vantagens, como por exemplo a que tem vindo a ser defendida através da tese de que a melhor forma de gerir problemas complexos como os ambientais é através da adoção de um sistema de instituições e atores amplo, fragmentado e descentralizado, o qual consiga transmitir informação e desempenhar as suas funções de forma suficientemente redundante, evitando assim que a inatividade de uma só instituição ponha em risco todo o sistema. Além disso, com a especialização da resolução do problema, i.e., se cada instrumento abarcar um só problema central, a solução será mais costumizada, e, consequentemente, otimizada. Por fim, acrescentar que um sistema de MEA difuso pode proporcionar aos seus secretariados a flexibilidade necessária para a criatividade e inovação (Kanie, 2007).

Contudo, a exatidão e funcionalidade de algumas das premissas acima expostas podem ser bastante discutíveis e ambíguas. Por exemplo, é lógico que quanto mais individualizado for um problema, mais fácil e otimizada será a sua solução; porém, não se pode esquecer a transversalidade das problemáticas ambientais e, por isso, de uma boa parte dos MEA existentes. As “Convenções do Rio” são, nesse sentido, um excelente exemplo: as alterações climáticas podem potenciar a perda de biodiversidade e o risco de desertificação, e vice-versa, uma vez que as consequências das alterações climáticas serão tanto maiores quanto mais os ecossistemas estiverem danificados e alterados. Assim sendo, é praticamente impossível considerar-se que estas questões possam ter “soluções costumizadas”: se por um lado é óbvio que necessitam de soluções concentradas, por outro as mesmas devem fazer parte de um plano estratégico sinérgico que englobe as três problemáticas e as suas Convenções.

E é precisamente essa falta de coordenação que pode ser considerada como um dos principais contras do “boom” que caracteriza o sistema atual de MEA. Nesse sentido, Norichika Kanie (2007) refere a falta de «...*coordinated and synergistic approach to solving common problems...*» (Kanie, 2007:74), bem como uma duplicação desnecessária de regras e objetivos inconsistentes. Com efeito, a proliferação dos MEA e um consequente sistema demasiado vasto, bem como de secretariados com, no geral, muito pouca autoridade de coordenação, conduz ao já mencionado “*treaty congestion*” e a um trabalho institucional e político incoerente, confuso e repetido. Assim, da mesma forma que a “redundância” pode ter resultados positivos na medida em que evita o “efeito dominó” das instituições quando uma delas se torna disfuncional, pode também, por outro lado, conduzir à ineficiência dos MEA, e, em casos extremos, de uma parte alargada do sistema (Kanie, 2007). Não obstante, e como aliás já se referiu no início desta subsecção, começa a ser visível uma redução substancial do número de MEA, o que só vem comprovar que existe, de facto, uma certa “fadiga” por parte do Multilateralismo Ambiental na adoção destes instrumentos.

Entretanto, e se há quem defenda a tese de que um sistema de instituições descentralizado e fragmentado pode ser considerado um aspeto positivo, o Secretário-geral do “*High-Panel on UN System-wide Coherence in the Areas of Development, Humanitarian Assistance and the Environment*” já acautelou que «...*fragmentation in environmental governance does not offer an operational Framework to address global issues...*» (Kanie, 2007:74). De facto, e para além da duplicação e conflito de algumas das agendas e planos de trabalho dos MEA, há ainda que contar com o desperísio de gastos administrativos e institucionais dos Estados Parte e dos próprios secretariados dos MEA; se a esses gastos adicionarmos os despendidos nas viagens e logística (note-se, a título de exemplo, que só as “Convenções do Rio” são responsáveis por mais de 230 reuniões anuais [Kanie, 2007]), então facilmente se entende não só algumas das críticas que têm ecoado acerca dos custos que o Multilateralismo Ambiental pode acarretar (os quais podiam ser mais bem aplicados em, p. ex., planos de ação mais completos e efetivos), como também o facto de nem sempre essa vertente económica poder ser ultrapassada pelos Países em Desenvolvimento.

No que diz respeito a este aumento desmedido, e de alguma forma desgovernado, dos Acordos Multilaterais Ambientais, poderão haver algumas opiniões

antagónicas, nomeadamente se, e prós e contras à parte, haveriam alternativas melhores à formação daquilo que é hoje o sistema de MEA. Por muitos erros que se possam ter cometido ao longo do caminho, i.e., desde os meados do século XX até aos dias de hoje, é preciso não esquecer que só muito recentemente é que a maioria das problemáticas ambientais deixaram de ser “território desconhecido” na sua totalidade, pelo que a comunidade internacional pouco sabia acerca da sua resolução, quanto mais se o sistema de MEA deveria ser mais conciso e costumizado, ou mais vasto e transversal. De facto, só agora parece estarem a dar-se os primeiros passos para adaptar esta vertente do Multilateralismo Ambiental a variáveis tão complexas e imprevisíveis como são as questões ambientais e o Meio onde vivemos, e tal é perfeitamente reconhecível na bibliografia de referência: p. ex., Peter Sand (2008) fala dos avisos de alguns dos entendidos na matéria acerca do número desmesurado de tratados ambientais e da falta de sinergia no Direito Internacional Ambiental, acabando por refletir que «...*With the state of the world’s environment continuing to deteriorate, and new mega-risks arising at the same time (...), international environmental law (...) suffered a severe loss of credibility...*» (Sand, 2008:40), não sendo por isso de estranhar que os esforços da comunidade internacional comecem a incidir mais na eficácia e otimização da estrutura legal existente, e não somente na “mostra de resultados” através da adoção desmedida de Convenções-Quadro e Protocolos. Na mesma linha de pensamento encontra-se Kate O’Neill (2009), considerando que o processo diplomático iniciado em *Estocolmo* enfraqueceu, e que «...*new tools and institutions are needed to address (...) ever more critical problems at the global level...*» (O’Neill, 2009:5). Com efeito, pode até ser questionável se a comunidade internacional precisa de mais instrumentos aparatosos e mediáticos, mas nada poderia ser mais certo do que a necessidade de uma implementação efetiva de todos os instrumentos e objetivos já acordados.

1.3. Implementação Nacional dos Acordos Multilaterais Ambientais

Antes de se iniciar esta reflexão, importa fazer uma chamada de atenção para a denominação “*implementação nacional*”. De facto, esta designação é comumente aceite e empregue pelos autores de referência, incluindo a ONU, porém poderá suscitar alguma confusão quando utilizada em paralelo a outros termos, também usuais no

contexto, nomeadamente as noções de “domesticating”¹⁸, “compliance”¹⁹ e “enforcement”²⁰. Com efeito, todas elas têm significados muito semelhantes, mas especificidades e objetivos distintos, não devendo portanto ser confundidas entre elas. Não obstante, note-se que, no contexto desta dissertação, não se pretende diferenciá-las para além do que aqui se avançou, uma vez que se entende que a expressão “implementação nacional” é suficientemente abrangente para as compreender, bem como para designar o que se pretende.

Posto isto, levanta-se uma questão obrigatória: na prática, que eficácia têm os MEA e os seus Regimes? Já se sabe como surgem, quem participa nas suas negociações, quem tem a autoridade para os adotar, bem como os prós e contras da sua evolução, mas tudo isto vale o que vale sem a sua componente aplicativa, ou seja, sem a sua implementação nacional. O processo de negociação e adoção de um tratado internacional, seja ele curto ou longo, complexo ou acessível, pode simplesmente “cair por terra” quando se dá a transposição das medidas acordadas para a legislação nacional e se inicia o processo do cumprimento dos objetivos por parte de cada Estado; além disso, e achando-se que a chegada a um acordo por parte de quase duas centenas de Estados é algo de extremamente complexo, então o que pensar da aplicação em conformidade daquilo que acordaram.

«...But the mere fact that certain states have become parties to a treaty committing them to take measures to deal with some environmental problem does not per se ensure, or even necessarily promote, harmonization of national law (...) states will often have considerable discretion in the methods of implementation they use, and possibly also in the standards and timetables they set (...) They may all be working to the same goal, but doing so in very different ways. The possibility of the parties adopting the same standards does exist (...) but in practice there may be little to stop each government pursuing its own particular priorities...» (Birnie et al., 2009:10).

¹⁸ “Domesticating” resulta da palavra “domesticate” e é empregada na conjuntura política com o propósito de «...to take (something foreign, unfamiliar, etc.); for one's own use or purposes; adopt...» (consulta online em <http://dictionary.reference.com/>).

¹⁹ “Compliance” significa «...conformity; accordance: in compliance with orders; cooperation or obedience: Compliance with the law is expected of all...» (consulta online em <http://dictionary.reference.com/>), i.e., “conformidade; cumprimento”.

²⁰ “Enforcement” resulta da palavra “enforce” e é empregada na conjuntura política com o propósito de «...to put or keep in force; compel obedience to: to enforce a rule...» (consulta online em <http://dictionary.reference.com/>), i.e., “aplicação; execução”.

É certo que já na altura do “*treaty-making process*”, pode ser mais ou menos perceptível o destino de um MEA, uma vez que, à partida, negociações pouco convergentes e um acordo com demasiados pontos fracos são obviamente um “mau agoiro” para a subsequente implementação, porém o contrário, i.e., alcançando-se um acordo coerente e robusto, não é assim tão linear, havendo sempre a hipótese de alguma Parte não conseguir atingir os objetivos definidos, ou por negligência ou por falta de competência e/ou recursos.

Assim, e para que a implementação nacional possa ser completa e proveitosa, convém que se comece a trabalhar nesse sentido desde o início das negociações, tornando a adoção e ratificação o mais céleres possíveis e evitando-se perturbações na adaptação à legislação e funcionalidades nacionais. Assim sendo, existem certos cuidados a ter em conta nesta fase tão crítica dos MEA: p. ex., através de um processo de revisão e da determinação prévia sobre que autoridade nacional, ou que “*Focal Point*”²¹, ficará encarregue do tratado em causa; ou a preparação dos Governos para a existência de possíveis constrangimentos, bastante habituais numa primeira fase da implementação, devendo para isso haver sempre em conta um plano que permita corrigir hipotéticos problemas dentro de um período específico. Neste contexto, os Governos são geralmente incentivados a elaborarem “*National Implementation Plans*” (“Planos de Implementação Nacional”), com o objetivo de «...*identify policies, programmes, and plans in related sectors through which specific measures may need to be taken in order for the MEA to be effectively implemented....*» (UNEP, 2006:187).

Outra situação fulcral no processo de implementação dos MEA, desta feita num contexto jurídico, é a preparação de programas e quadros de execução que, desejavelmente, irão «...*deter, punish and redress violations...*» (UNEP, 2006:194), e que deverão ser criteriosamente seguidos, não só, mas principalmente, pelos organismos e agências do Estado, por forma a darem o “bom exemplo”. Por outro lado, o Estado deve certificar-se de que as agências, ministérios e departamentos designados para a

²¹ “*Focal Point*”, ou antes “*National Focal Points*”, são organismos ambientais designados pelos Governos nacionais que servem de contacto principal entre o Estado e o Secretariado do MEA em causa. Por exemplo, no que diz respeito às “Convenções do Rio”, os “*Focal Points*” portugueses variam entre o ICNB, o Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC), o Departamento de Alterações Climáticas, Ar e Ruído (DACAR), e o Ministério da Agricultura (cf. <http://www.cbd.int/doc/lists/nfp-cbd.pdf>; <http://maindb.unfccc.int/public/nfp.pl>; <http://www.unccd.int/focalpoints/focalpoints.php>).

implementação de um qualquer MEA estão devidamente preparados para o efeito, tanto no que diz respeito aos recursos administrativos e técnicos, como à autoridade necessária para os fazer exercer. Neste contexto, de referir ainda a crucialidade da cooperação e da coordenação das instituições governativas, entre as quais deve existir um constante “trabalho de equipa” de forma a conseguir-se implementar o MEA em causa de uma forma ampla e transversal:

«...Because implementation is often the responsibility of more than one government body, improving cooperation and coordination among all relevant agencies and departments should be made a priority. Sometimes a large number of government agencies at various levels share responsibility for implementing the same MEA's terms. Identifying all such bodies with authority, responsibility, or expertise relevant to the MEA's subject is the first step in ensuring the necessary coordination...» (UNEP, 2006:203).

Entretanto, situações como o desenvolvimento de competências e a transferência de tecnologia – cruciais principalmente para os Países em Desenvolvimento e economias em transição –, o envolvimento das principais partes interessadas no processo de implementação, tais como as NGO, o Setor Privado e as comunidades locais, a utilização dos órgãos de comunicação social para divulgação e sensibilização do público, entre outras, são iniciativas importantes que devem ser tidas em conta em qualquer implementação nacional. De facto, há muitas das vezes uma tendência para se acreditar que somente as medidas jurídicas têm o poder de alcançar resultados, o que de certo modo não deixa de ser verdade; na prática, o ato legislativo é o que atinge resultados mais mensuráveis, porém é preciso não esquecer que essas mesmas medidas são pouco proveitosas se não tiverem uma plataforma de lançamento segura e coesa. Não obstante, não se quer com isto dizer que a importância das medidas estruturais supramencionadas pode ou deve ser comutada, ou tão pouco igualada, à dinâmica jurídica da implementação nacional dos MEA. De facto, e por muito que haja o incentivo dos Secretariados dos MEA, da ONU e de outros organismos no sentido dos Estados conseguirem criar o melhor cenário possível para receberem e implementarem o novo instrumento, no fim, tudo parece convergir sobre que medida *«...the domestic constitutional legal order impacts upon the implementation of international environmental law...»* (Redgwell, 2008:926).

Restam ainda dois pontos fulcrais no que diz respeito à implementação nacional das medidas e compromissos multilaterais, e que merecem atenção: *primeiro*, note-se que os MEA abarcam uma série de «...*specific prohibitions, which states are required to implement through the application of specific ‘measures’, but to leave the method and means to the state...*» (Redgwell, 2008:940), i.e., há uma tendência nítida para que as “obrigações” acordadas pelas Partes digam apenas respeito aos resultados alcançados e não a todo o processo que os pode ou não efetivar. Neste contexto as críticas abundam: o facto de não existirem normas específicas que tracem um processo contínuo e comum às Partes tem levantado algumas dúvidas quanto à produtividade, e até à equidade da questão; mas será que a implementação nacional seria potencializada se ao invés de estabelecerem somente “metas”, os MEA, e nomeadamente as Convenções-Quadro, traçassem nos seus textos um caminho a ser seguido por todos? Qualquer que seja a resposta, é impossível não se esbarrar com o antagonismo da situação: com efeito, a equidade do processo seria otimizada, contudo, aquilo que muitos consideram ser a “soberania” estadual seria consideravelmente afetada. *Segundo*, há quem se interroge acerca da contraprodução dos MEA e até mesmo do Multilateralismo Ambiental: pode-se afinal esperar melhores resultados dos até agora alcançados, ou estes irão sempre depender da sensibilidade, da boa vontade, e até dos “humores” dos Estados? Com efeito, na conjuntura atual a resposta será inevitavelmente anuente; contudo, e se for tida em conta a evolução histórica da implementação nacional dos MEA, regista-se um progresso que pode perfeitamente ser o mote para outras mudanças no futuro:

«...*The first generation of international environmental treaties rarely provided for any degree of monitoring or oversight of national implementation. Increasingly, however, modern environmental treaties provide for a comprehensive feedback loop, from implementation, to monitoring, to reporting, to international review, and to non-compliance mechanisms (...) This underscores the evolutionary nature of many international environmental treaty instruments, and the dynamic effect of decision-making by the conference of the parties, as well as the impact of the work of treaty subsidiary bodies and secretariats (...) Under many recent international environmental agreements, states parties not only have the obligation to implement, but also have an express obligation to report upon such implementation. Through reporting, it is possible to obtain a snapshot of overall implementation and enforcement patterns...*» (Redgwell, 2008:941 e ss.).

2. Organização das Nações Unidas: a “mãe” do Multilateralismo Ambiental

De entre as cerca de 242 Organizações Internacionais convencionais atualmente existentes (de acordo com o *2006 Yearbook of International Organizations*, cit. por O'Neill, 2009), a mais importante e carismática é, sem dúvida ou comparação possível, a Organização das Nações Unidas, não só no que diz respeito à questão ambiental, como também a outras questões internacionais de referência. Esta perseverança tornou-se evidente após a “Conferência de Estocolmo” de 1972, nomeadamente com o estabelecimento do UNEP, e incontornável pelo papel dominante que tem tido na história do Multilateralismo Ambiental, através das suas conferências e de outras iniciativas de governação e institucionalização.

De facto, o papel de liderança assumido pelas Nações Unidas face à crise ambiental é em tudo legítimo: enquanto promotora dos principais fóruns internacionais, dos quais surgiram os alicerces para a cooperação, políticas e regimes internacionais necessários na resolução de diversas crises globais, esta imponente Organização tem, além da experiência e de um leque alargado de meios, uma autoridade inigualável transmitida por um conjunto de 192 Estados Membros, 6 Órgãos principais – dos quais fazem parte uma série de Órgãos Subsidiários, Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho *Ad Hoc* –, e um conjunto de 26 Agências e Programas que dão resposta aos mais diversos assuntos dentro das áreas de atuação das Nações Unidas (ONU, *consulta online*).

Dentre desta estrutura organizativa, o UNEP e a Divisão para o Desenvolvimento Sustentável (*Division for Sustainable Development* – DSD), do qual faz parte a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (*Commission on Sustainable Development* – CSD), são naturalmente os organismos com uma visão e ação diretamente dirigidas para o contexto ambiental; porém, e tendo em conta a abordagem transversal adotada pela ONU no sentido de dar resposta aos desequilíbrios ambientais, estão longe de ser os únicos a deter o fator “ambiente” na sua lista de encargos.

Entretanto, é largamente reconhecido o caminho que a ONU traçou até à atualidade: a história dos seus “feitos”, tais como as suas Conferências – “Estocolmo”, “Rio”, “Joanesburgo” –, o “Relatório Brundtland”, entre outras iniciativas com maior ou menor carisma, é assunto obrigatório para todos os que estudam o Multilateralismo Ambiental. Esta abordagem não será por isso exceção, pretendendo-se com a breve

resenha histórica que se segue entender-se a evolução e as especificidades atuais da estratégia ambiental da ONU.

2.1. Análise histórica: meio século de Ambiente na ONU

Antes da criação da ONU (1945) as tentativas para regular a proteção do ambiente eram, além de tímidas, essencialmente locais ou, quanto muito, regionais, e com um leque temático pouco abrangente, quase que exclusivamente focado «...*on the conservation of wildlife (fisheries, birds and seals) and, to a limited extent, on the protection of rivers and seas...*» (Sands, 2009:26). Assim, é somente em 1949, com a organização da primeira Conferência Científica sobre a Conservação e Utilização de Recursos pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas (*United Nations Economic and Social Council – ECOSOC*), que se assume a necessidade de uma abordagem internacional integrada e equilibrada da gestão e conservação dos recursos naturais, e se delega pela primeira vez à ONU a competência sobre esse e outros assuntos ambientais. Este primeiro “marco ambiental” da ONU pode, à primeira vista, parecer tardio, porém note-se que a Carta das Nações Unidas em nada fazia prever uma ação concertada da Organização no que diz respeito ao Ambiente, o que, se se recuar a 1945, não tem nada de surpreendente, tendo em conta a pouca ou nenhuma consciencialização ambiental então existente. Assim, só após uma interpretação alargada (e de algum modo, “forçada”) da Carta, é que os seus Artigos 1.º e 55.º²² foram largamente assumidos – pela ONU e restante comunidade internacional – como suficientemente abrangentes ao Ambiente, passando a proteção do mesmo a ser um elemento essencial na promoção do progresso e resolução de problemas socioeconómicos (Birnie *et al.*, 2009:58).

Estavam portanto criadas as condições para que outras iniciativas do género tivessem lugar, como p. ex.: igualmente em 1949, o Tribunal Internacional de Justiça

²² Foi e tem sido largamente entendido que a proteção do Ambiente é um elemento essencial na resolução dos problemas económicos e sociais referidos na Carta das Nações Unidas, nomeadamente no Artigo 1.º («...*Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem...*» [GDDC, consulta online]) e Artigo 55.º («...*elevação dos níveis de vida (...) e condições de progresso e desenvolvimento económico e social (...) solução dos problemas internacionais económico, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional (...) respeito universal e efetivo dos direitos do homem das liberdades fundamentais para todos...*» [GDDC, consulta online]).

(*International Court of Justice – ICJ*) reivindica «...‘every state’s obligation not to allow knowingly its territory to be used for acts contrary to the rights of other states’...» (ICJ, 1949, cit. por Sands, 2009:34); mais tarde, em 1954, realiza-se, por ordem da UNGA, a Conferência sobre a Conservação dos Recursos Vivos do Mar; no mesmo ano, surge a primeira Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo, sob os auspícios da Organização Marítima Internacional (*International Maritime Organisation – IMO*); em 1971 é adotada a Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, mais conhecida como “Convenção Ramsar”. Contudo, e apesar destes e outros pequenos avanços, a estratégia ambiental da ONU não deixava de ser extremamente fragmentada e descoordenada, não havendo por isso nenhuma OI que tivesse a responsabilidade global pela coordenação dos padrões ambientais internacionais, o que dificultava não só o seu desenvolvimento, como a sua efetiva implementação.

É assim, neste contexto de impulsos aparentemente ocasionais, que a comunidade internacional alcança aquele que é hoje unanimemente considerado como o primeiro grande evento do Multilateralismo Ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo em junho de 1972. Dela podemos destacar uma série de «...major initiatives at the normative, institutional, programmatic, and financial levels, which together provided the driving force for developments in the UN during the next decade and beyond...» (Birnie et al., 2009:48), tais como a adoção da “Declaração de Estocolmo”²³, nomeadamente o seu Princípio 21, que reconhece, em paralelo, a soberania e a responsabilidade dos Estados em «... explorar os seus próprios recursos de acordo com a política de ambiente, e (...) assegurar que as atividades exercidas (...) não prejudiquem o ambiente dos outros Estados ou as regiões situadas fora dos limites de qualquer jurisdição nacional...» (*Declaração de Estocolmo, consulta online*); e, talvez a mais importante, o estabelecimento do UNEP, o qual será objeto de reflexão mais à frente. Esta consciencialização para as questões ambientais concretizou as suposições dos mais atentos e despertou o interesse dos mais distraídos, alterando definitivamente o modo

²³ Cf. *Declaração de Estocolmo (1972)*:
[http://www.infopedia.pt/\\$declaracao-de-estocolmo\(1972\)](http://www.infopedia.pt/$declaracao-de-estocolmo(1972)).

como a comunidade internacional percebia a valorização do Ambiente, e abrindo caminho para que se agisse multilateralmente e cooperativamente nesse sentido:

«...First, in terms of global environmental goals and priorities, Stockholm helped place the environment squarely on the international political agenda, and made it part of the UN's official agenda (...) Second, (...) the Stockholm Declaration called for multilateral cooperation, based on sound scientific knowledge, coordinated by international organizations, and governed by international law (...) Utilizing established channels of global governance would maximize participation by states, and grant the process greater legitimacy in the eyes of national governments...» (O'Neill, 2009:28).

O “ponto alto” – da ONU e do Multilateralismo Ambiental – que se seguiu foi a publicação, em 1987, do Relatório “*Our Common Future*” (“*O Nosso Futuro Comum*”), comumente conhecido por “Relatório Brundtland” por se tratar do resultado do trabalho da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (*World Commission on Environment and Development*), nomeada pela UNGA e presidida pela então Primeira-Ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland. Este documento, inicialmente destinado a ser um “inventário” dos progressos alcançados nos quinze anos passados da “Conferência de Estocolmo”, acabou por alertar a comunidade internacional para o uso excessivo dos recursos naturais, o aumento dos níveis de poluição e de resíduos e o incremento de situações de pobreza extrema, bem como a inter-relação inequívoca entre o Ambiente e o Desenvolvimento. É nesse sentido que surge a famosa definição de “*Desenvolvimento Sustentável*”²⁴ («...*Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs...*» [*Our Common Future*, consulta online]), a qual continua hoje em dia a ser constantemente evocada.

E foi precisamente no contexto “Brundtland” que surge aquela que, ora afamada, ora criticada, é sem dúvida a Conferência mais famosa do Multilateralismo Ambiental: a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Com efeito, é no rescaldo da publicação do “Relatório Brundtland” que a ONU avança com a proposta de uma nova conferência sobre o Ambiente, aprovando-a na *Resolução 44/228* de dezembro de 1989, agendando-a para os dias 3 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio

²⁴ Cf. “*Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*”: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.

de Janeiro, Brasil, e embutindo-lhe o propósito de «...‘*elaborate strategies and measures to halt and reverse the effects of environmental degradation in the context of strengthened national and international efforts to promote sustainable and environmentally sound development in all countries*’...» (UNGA, 1989, cit. por Sands, 2009:52). A resposta da comunidade internacional foi extraordinária, acabando esta por ser a mais concorrida de todas as reuniões do Multilateralismo Ambiental.

De um ponto de vista organizativo, a UNCED foi o culminar de três processos de negociação que se prolongaram entre 1990 e 1992: quatro reuniões do “*Preparatory Committee*” (ou “*PrepCom*”²⁵) e dez reuniões das Comissões Intergovernamentais de Negociação para a UNFCCC e a CBD, bipartidas entre ambas. Chegada a Conferência propriamente dita, esta foi dividida em dois órgãos principais: o *Plenário*, que consiste no fórum onde decorre o debate geral ao nível ministerial, e o seu órgão subsidiário, a *Comissão Principal*, onde no caso se desenrolaram as negociações políticas propriamente ditas e se finalizaram os resultados da “Conferência do Rio”. Esses resultados finais, fruto de «...*negociações intensas e alargadas até ao último minuto...*» (IISD-ENB, *consulta online*), não permitiram, e continuam sem permitir, um consenso alargado em relação à sua significância ou praticabilidade. Relembrem-se então os “motivos da discórdia”, que são essencialmente cinco: a “*Agenda 21*”, que consiste num Plano de Ação não vinculativo composto por 40 capítulos que visam uma parceria global para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente no que diz respeito à elaboração e interpretação de tratados e outros instrumentos; a CSD, que surge com o objetivo de assegurar o acompanhamento da UNCED; a “*Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento*”, onde, em jeito de compromisso entre os Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento, ficam estabelecidos 27 Princípios com o objetivo máximo de encontrar um equilíbrio entre a proteção do Ambiente e o desenvolvimento económico; a “*Declaração de Princípios, não vinculativa mas dotada de autoridade, para um Consenso Mundial sobre a Gestão, a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável de todos os Tipos de Florestas*”, ou simplesmente

²⁵ Uma “*Preparatory Committee*” ou “*PrepCom*” é, como o próprio nome indica, uma Comissão Preparatória que se reúne periodicamente (entre 3 a 6 vezes) antes de uma conferência, com a missão de a preparar devidamente para que corra de forma organizada e coordenada. As suas tarefas podem incluir situações como a revisão das “*Rules of Procedure*” da conferência, o estabelecimento de Grupos de Contacto, auxiliar na preparação dos documentos a serem negociados, etc.

“Princípios da Floresta”, que veio de alguma forma “remendar o buraco” deixado pela falta de acordo nas negociações para uma convenção sobre as florestas tropicais; e, claro, as “Convenções do Rio”.

Com efeito, a “Conferência do Rio” tinha tudo para ser bem sucedida: antecedentes relativamente robustos que poderiam alicerçar a implementação de padrões ambientais inovadores, a participação e atenção da comunidade internacional em peso, e o contexto de uma nova ordem internacional florescente. Mas então porque razão a “Conferência do Rio” foi e continua a ser alvo de tantas críticas? Terão as suas falhas advindo do “tempo recorde” dispensado às negociações e aprovações das suas Convenções, bem como do fraco comprometimento ministerial para com esses e outros instrumentos? Ou será que toda a mediatização e expectativa em torno da UNCED a transformaram em mais do que aquilo que poderia realmente ser? Afinal, a “Conferência do Rio” foi um sucesso ou um fracasso? Não é fácil responder a estas questões, tanto que nem a maioria dos autores consegue chegar a um verdadeiro consenso: ora tecem críticas, ora avançam com elogios, porém, e qualquer que seja a tendência, acabam sempre por dispensar uma atenção especial à UNCED e à “nova era” que proporcionou ao Multilateralismo Ambiental:

«...Many governments and NGOs expressed regret that the Rio Conference was not asked to adopt the more ambitious proposals for an Earth Charter, that the Climate Change Convention was weakened, that many crucial issues were removed from or diluted in Agenda 21, and that the USA initially refused to sign the treaty on biological diversity in order to protect its pharmaceutical industry. Malaysia also blocked consideration of a treaty on tropical forests, and only vague commitments were made by the developed states on provision of financial resources and debt reduction. Despite these deficiencies, some spirit of solidarity (...) did prevail, enabling this new instruments and an agenda for future action to emerge from the negotiations...» (Birnie et al., 2009:51).

Mas se a “Conferência do Rio” de 1992 é por vezes “diminuída”, que dizer da conferência homóloga que se lhe seguiu, dez anos passados: a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (*World Summit on Sustainable Development - WSSD*), com lugar em Joanesburgo, África do Sul, em setembro de 2002. De facto, o carácter dececionante que ensombra a “Cimeira de Joanesburgo” é, regra geral, invocado um pouco por toda a bibliografia de referência: *«...Não foi criado nenhum novo regime. Não foi avançada nenhuma reestruturação institucional. Não foi produzida qualquer*

Declaração digna de suscitar qualquer reflexão ética ou mobilização cívica. Mesmo o Plano de Implementação limitou-se, na maioria dos casos, a retomar estradas antigas...» (Soromenho-Marques, 2005:53).

Apesar de não atingir os números da “Conferência do Rio”, foi uma Cimeira moderadamente concorrida: 82 Chefes de Estado e de Governo e delegações de 191 Governos, representantes de 925 OI e ONG, e outros tantos do Setor Privado, Sociedade Civil e Universidades, que trabalharam em torno de sete sessões temáticas, quatro Mesas Redondas de Alto Nível e outros eventos paralelos (Henriques, s/data; Johannesburg Summit, *consulta online*). Porém, tudo o que é natural advir de uma conferência deste género, falhou: para além da “Declaração para o Desenvolvimento Sustentável”, que realça a degradação contínua do Ambiente mas que não propõe medidas específicas nem para esse, nem para outros assuntos, e do Plano de Implementação, que é extenso em compromissos e aspirações, mas exíguo na concertação de ações (Sands, 2009), não foram adotados quaisquer tipo de documentos que mereçam algum tipo de destaque, nomeadamente se tivermos em conta os progressos que se haviam alcançado até então. Com efeito, a WSSD pouco ou nada trouxe de novo ao Multilateralismo Ambiental, a não ser um grande revés, um “regresso à estaca zero”, na sua já de si tardia e vagarosa evolução.

Tendo estas breves descrições em conta, é compreensível a dificuldade por vezes inerente à avaliação do êxito de uma conferência ambiental, apesar da importância dessa análise crítica: «...uma parte relevante da avaliação do grau de (in)sucesso dessa política [política internacional de ambiente] passará pela nossa capacidade de exercer uma adequada monitorização, e um rigoroso escrutínio dos resultados oferecidos por essas magnas assembleias...» (Soromenho-Marques, 2005:50). Como tal, considera-se de especial interesse entender-se de que forma podemos perceber, imparcial e objetivamente, o grau de êxito de uma conferência ambiental e, portanto, da ecopolítica dela descendente. Nesse sentido, foi utilizado a título exemplificativo um modelo proposto por Soromenho-Marques (2005), através do qual são identificados quatro tipos distintos de resultados provenientes das conferências ambientais da ONU (“Declarações”, “Regimes”, “Instituições” e “Ações”), os quais são posteriormente aplicados às três grandes “magnas assembleias” do Multilateralismo Ambiental realizadas até hoje, i.e., “Estocolmo”, “Rio” e “Joanesburgo”; essa análise está

esquemática na Figura 6, e pretende mostrar de que forma se podem tirar conclusões precisas destas, e de outras reuniões multilaterais ambientais.

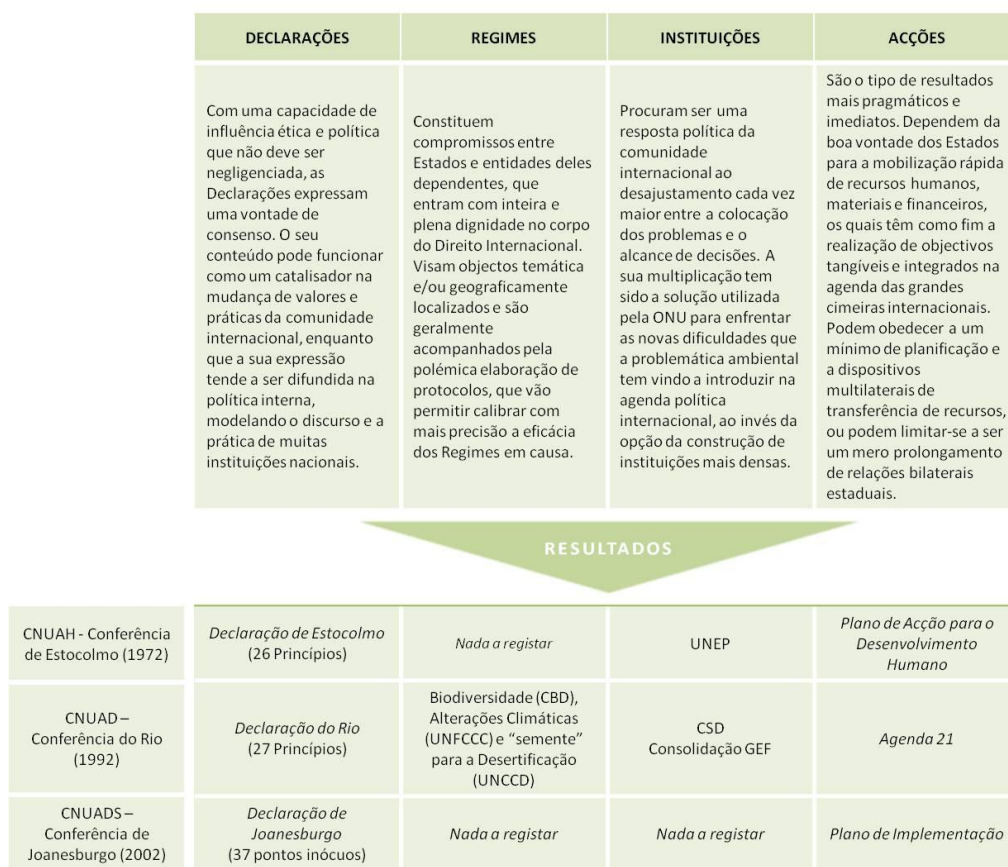


Figura 6 - Exemplo de Modelo de Análise de Êxito das Conferências da ONU (Fonte: adapt. de Soromenho-Marques, 2005:50 e ss.).

Entretanto, note-se que não só dos momentos supramencionados é feito o “meio século” de Ambiente das Nações Unidas. De facto, existem muitos outros acontecimentos que marcaram a história da ONU e do Multilateralismo Ambiental e que merecem sempre ser lembrados, tais como: o “*Montevideo Environmental Law Programme*” (um Plano Estratégico de orientação no campo do Direito Ambiental, que, sob a alçada direta da UNEP, conta com quatro edições desde 1981); a “*World Charter for Nature*”, criada em 1982 com o objetivo de estabelecer uma série de princípios sob os quais toda a conduta humana que possa danificar o Meio deve ser gerida e julgada, e a “*World Conservation Strategy*”, preparada pela UNEP, IUCN, WWF, FAO e a UNESCO em 1980, e que desde então levou à elaboração de inúmeras estratégias de conservação na maioria dos Estados Parte (Sands, 2009).

Mas se a quantificação destes 50 anos de história ambiental comandada pela ONU é relativamente fácil, entender-se a sua relevância não deixa de ser uma tarefa extremamente paradoxal: por um lado, e se se pensar que não há muito tempo se sabia tão pouco acerca de problemáticas como as alterações climáticas, a biodiversidade ou a desertificação, e que o Ambiente era tão-somente um meio de subsistência e até mesmo uma “fonte inesgotável de recursos”, então facilmente se consegue enaltecer o trabalho da ONU e do Multilateralismo Ambiental na alteração dos paradigmas e padrões de passividade ambiental tão profundamente enraizados e nem sempre de fácil refutação. Apesar de no início discretamente, as áreas do Direito, Diplomacia, Política e Cooperação internacionais ambientais conseguiram, em boa parte graças às conferências ambientais já mencionadas, “desbravar caminho” para o fomento da temática ambiental, implementando «...a large number of substantive rules limiting the rights of states to engage in activities which were harmful to the environment...» (Sands, 2009:51), as quais deixaram de estar somente focadas na proteção da vida selvagem, passando a valorizar também a proteção do ambiente marinho, dos recursos hídricos, da camada do ozono e a gestão de resíduos. Ademais, é também graças a esta evolução que hoje em dia existe uma série de novas técnicas de gestão e educação ambiental, bem como um conjunto de princípios perfeitamente enraizados no costume internacional:

«...Today it is possible to discern the existence of several key principles of international environmental law including significant new principles such as the precautionary principle, the “polluter pays” principle and the principle of common but differentiated responsibility. A number of these principles, (...) as well as the idea of sustainable development reflected the synthesis of environmental and development concerns...» (Leary et al., 2010:6).

Por outro lado, é também igualmente simples (demasiado, até) encontrar argumentos que critiquem ou menosprezem as conferências ambientais da ONU, e, portanto, o seu contributo para o Multilateralismo Ambiental, que podem ir desde apreciações “fáceis” de que poderia ter sido feito mais, até conclusões incontornáveis acerca do contínuo e prevalecente estado de degradação do Ambiente. De facto, e à medida que os anos passam, a degradação ambiental não parece conhecer as melhoras desejáveis, o que está longe de ser o resultado que se pretende de um “meio século” de governação ambiental que se quer produtiva e proactiva.

Esta relação “amor-ódio” dos autores de referência em relação ao trabalho comunidade internacional em geral, e o da ONU em particular, é um dado adquirido: regra geral, nem eles próprios conseguem convergir os “prós e contras” com que se deparam numa única convicção, o que só por si mostra o quanto a abordagem aos sucessos e insucessos da ONU e do Multilateralismo Ambiental pode ser paradoxal e inconclusiva, mas nem por isso vazia de ensinamentos:

«...Todos os anos, instituições pertencentes ao sistema das Nações Unidas (...) editam publicações, relatórios, informação estatística relevante e enquadrada onde se dão conta dos custos ambientais reais para as gerações futuras do atual curso insustentável de crescimento da riqueza mundial, ao mesmo tempo que se ensaiam métodos e soluções alternativas. As tendências são hesitantes. Entre o positivo e o negativo, o coração de cada um pode fazer as suas escolhas. Incontestável é o facto de que o momento da viragem decisiva ainda não foi atingido. As múltiplas facetas da crise global e social do ambiente não precisam apenas de ser compreendidas, mas devem ser sobretudo vencidas. Precisamos de uma aliança global entre a inteligência e vontade, entre razão e determinação prática...» (Soromenho-Marques, 2005:35).

2.2. O Ambiente na ONU: estrutura e competências

A arquitetura institucional das Nações Unidas para o Ambiente é em tudo contrastante com outros sistemas de governação internacionais, tais como, p. ex., os respeitantes à Saúde ou ao Comércio. Com efeito, e apesar de estes também distribuírem as suas competências por uma estrutura institucional mais ou menos alargada e, por tal, nem sempre eficazmente ordenada e otimizada, a opinião dos peritos no que diz respeito à dispersão e descoordenação da governação internacional ambiental, nomeadamente à da ONU, é bastante evidente:

«...the institutional architecture for the environment lacks clarity and coherence. No one organization has been able to emerge as a leader to actively champion environmental issues ensuring their integration within economic and social policies. International environmental responsibilities and activities are spread across multiple organizations, including (...) (UNEP), numerous other UN agencies, the international financing institutions, and the World Trade Organization. Adding to this tapestry are the independent secretariats and governing bodies of the numerous international environmental treaties...» (Ivanova et al., 2007:48).

De facto, a ONU é composta e responsável pela gestão de inúmeros organismos distribuídos por três grandes grupos (“Órgãos”, “Agências Especializadas” e

“Programas e Fundos”), os quais detêm diferentes graus de competências no que diz respeito ao Multilateralismo Ambiental. Obviamente que, conforme o seu envolvimento na temática ambiental, podem ser dignos de maior ou menor atenção, tal como sucede na análise que se fará em seguida, a qual poderá ser acompanhada, em paralelo, pelo esquema do Anexo 6 – “Sistema Ambiental da ONU/UNEP”:

- | Antes de mais, relembre-se que os seis principais Órgãos da ONU são a UNGA, o Conselho de Segurança (*United Nations Security Council* – UNSC), o ECOSOC, o ICJ e o Secretariado das Nações Unidas (*United Nations Secretariat* – UNS), dos quais somente o ICJ não tem competências diretas na área do Ambiente. Deles, nomeadamente da UNGA e do ECOSOC, dependem tanto as “Agências Especializadas”, como os “Programas e Fundos”;
- | Em seguida, enumere-se algumas das suas “Agências Especializadas”, i.e., organismos autónomos ligados às Nações Unidas através de acordos especiais, com uma ligação mais ou menos direta ao Ambiente, como é o caso do Banco Mundial (*World Bank* – WB), a Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization* – WHO), a FAO, a IMO, a UNESCO, ou a WMO;
- | Por fim, os “Programas e Fundos” com um envolvimento mais direto ao Multilateralismo Ambiental, os quais «...are directly under the UN’s umbrella, with organization, employees, and budget managed by the UN Secretariat and the General Assembly...» (O’Neill, 2009:55), e que são, com maior destaque, o UNEP e a CSD, mas também o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*United Nations Development Program* – UNDP), as Comissões Económicas para a África, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina e Ásia Ocidental, o Fórum das Nações Unidas sobre as Florestas (*United Nations Forum on Forests* – UNFF) e o Programa Alimentar Mundial (*World Food Programme* – WFP).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual, segundo o Artigo 10.º da Carta, «...poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com os poderes e funções de qualquer dos órgãos nela previstos (...) poderá fazer recomendações aos membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança, ou a este e àqueles, conjuntamente, com a referência a quaisquer daquelas questões ou assuntos...» (GDDC, consulta online), o que faz dela, conjuntamente com o Conselho de Segurança e o Tribunal Internacional de

Justiça, um dos órgãos soberanos da ONU, com o direito a pronunciar-se em última instância e detendo completa independência dos restantes Órgãos, muito embora tenha poderes limitados. Assim sendo, e apesar das suas restrições legislativas, a UNGA é comumente considerada como o «...*UN's most important political body...*» (Birnie *et al.*, 2009:60), representando um papel crucial para a identificação, discussão e resolução de inúmeras problemáticas internacionais, nas quais se incluem, obviamente, as de índole ambiental:

«...While the General Assembly has no lawmaking power as such, its ability to adopt resolutions, convene lawmaking conferences and initiate codification projects has given it a central role in the development of international policy and law relating to many aspects of the environment (...) UNGA resolutions on the legal status of the deep seabed, natural resources, and the global climate have influenced the evolution of treaties and customary law on these matters (...) Decisions to convene UN Conferences on, inter alia, the Human Environment (Stockholm, 1972), (...) and Environment and Development (Rio, 1992) were taken by the General Assembly...» (Birnie *et al.*, 2009:60).

Além disso, a UNGA tem também competências predominantes na atribuição de responsabilidades e no planeamento político de inúmeros e diversos organismos como aqueles que constituem o sistema ambiental da ONU, o que, e perante uma tão grande imensidão de questões ambientais, torna a tarefa de escolher o melhor fórum que por elas fique responsável bastante complexa e insigne:

«...the choice of forum may affect not only the perspective from which the issues are approached but also the constituencies most likely to become involved and whose interests are most strongly favoured by the governmental representatives concerned. To give responsibility for a convention on forests to FAO, for example, would tend to favour the perspectives of agriculture and forestry ministries and the relevant industries. To give it to UNEP would be more likely to favour environmental ministries and organizations. In either case, the influence of developing countries may not be as strong as it is in the General Assembly, and forests are a matter of strong interest to a number of important developing states...» (Birnie *et al.*, 2009:61).

Entretanto, e mesmo com pouco ou nenhum poder legislativo, a UNGA tem vindo a “ditar” muitas das regras do Direito e da Política Internacional Ambiental, não raras as vezes com fundamentos em mera “*Soft Law*”, como é o caso da “Declaração do Rio” de 1992, cuja adoção e reconhecimento da UNGA pela *Resolução 47/190* (1992) fez com que todos os organismos da ONU e governos dos Estados Membros fossem

impelidos a seguir os seus princípios fundamentais. Tal capacidade concede à UNGA a hipótese de atribuir a consistência necessária às atividades políticas e legislativas das Nações Unidas, as quais seriam, caso contrário, provavelmente ainda mais difusamente distribuídas pelos seus inúmeros organismos. Porém, e ainda assim, uma capacidade de resposta mais eficaz e coerente por parte do sistema ambiental da ONU está muitas vezes fora do seu alcance:

«...‘Despite all the emphasis on coordination...the programmes of UN agencies, and other organizations, (...) are still conceived too independently, operated too separately and involve too many overlaps and inefficiencies’. Nor does UNGA have the constitutional power to direct the policies of bodies such as the WTO, the World Bank, or ad hoc treaty COPs and commissions: at most it can only request or urge them to act...» (Birnie et al., 2009:62).

O Órgão que se segue naquela a que podemos chamar de “hierarquia da governação ambiental” da ONU, é o ECOSOC. Este tem as suas “Funções e Poderes” estabelecidos no Artigo 62.º da Carta das Nações Unidas, que remete essencialmente para o seguinte: *«...poderá fazer ou iniciar estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de carácter económico, sócia, cultural educacional, de saúde e conexos (...) Poderá fazer recomendações destinadas a assegurar o respeito efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos....» (GDDC, consulta online)*, o que, na prática, significa o encargo pelas Comissões Regionais, todas elas com uma forte componente ambiental, bem como outros organismos tais como o UNFF, e as designadas Comissões Técnicas (*“Functional Comissions”*), entres as quais se destaca a CSD. Além disso, a ECOSOC tem igualmente debaixo da sua alçada as “Agências Especializadas”, tais como as já supramencionadas WB, WHO, FAO, IMO, UNESCO e WMO, que obviamente não são as únicas²⁶, mas que se destacam pela sua forte componente ambiental.

Note-se no entanto que, e do mesmo modo que a Carta das Nações Unidas não faz qualquer tipo de referência *«...to the aim of protecting, preserving, or conserving the natural environment or promoting sustainable development...» (Birnie et al., 2009:58)*, também a maioria das “Agências Especializadas” supracitadas não foram dotadas de poderes específicos para lidarem com questões ambientais, tendo por isso

²⁶As “Agências Especializadas” da ONU são quinze no total.
Cf. <http://www.un.org/docs/ecosoc/unagencies.html>.

que desenvolver essa competência através da interpretação e prática necessárias. Além disso, entenda-se que os poderes destes organismos autônomos são obviamente mais limitados que os dos órgãos da ONU, como aliás fica bem demonstrado através de alguns exemplos regulares:

«...the ICJ distinguished the general power of the UN General Assembly from the exclusively health-related powers of the WHO, and denied the latter body the competence to seek an advisory opinion on the legality of nuclear weapons, notwithstanding their obvious potential for harming human health and the natural environment. This decision illustrates how closely the express and implied powers of specialized agencies must be related to their specific objects and purposes...» (Birnie *et al.*, 2009:59).

Por seu turno, a CSD foi criada pela ONU na “Conferência do Rio” de 1992 como alternativa às propostas avançadas para a reinstituição da UNEP, implementação de um “*Intergovernmental Standing Committee*” ou a adaptação das competências do Conselho de Segurança ao novo paradigma ambiental (Birnie *et al.*, 2009), sendo desde então secretariada pela divisão homóloga, a Divisão para o Desenvolvimento Sustentável (*Division for Sustainable Development*). De acordo com a *Resolução 47/191* da UNGA de 1993, a CSD é responsável pelo seguinte:

«...to promote incorporation of the Rio Declaration and the Forest Principles in the implementation of Agenda 21; to monitor progress in the implementation of Agenda 21, the Rio Declaration and the Forest Principles by governments and the UN system; to review the adequacy of the financial and technology transfer provisions, *inter alia*; to enhance the dialogue between the UN, NGOs and other outside bodies; to consider information on implementation of environmental conventions, and to make recommendations to ECOSOC and the General Assembly on all these matters...» (Birnie *et al.*, 2009:63 e ss.).

Esta Comissão é composta por 53 Estados²⁷ eleitos de três em três anos pela ECOSOC, e as suas reuniões fazem parte de um esquema de “ciclos bianuais” (com uma reunião por ano), os “*Implementation Cycles*”, cada qual focando-se em questões temáticas e multissetoriais próprias: p. ex., o penúltimo ciclo decorrido (o “*Third Implementation Cycle*”, em 2008/2009) focou-se nos tópicos da agricultura, desenvolvimento rural, solos, seca, desertificação e África, enquanto que o ainda a

²⁷ Dos 53 Estados, 13 são da África, 11 da Ásia, 10 da América Latina e Caraíbas, 6 da Europa Ocidental e 13 da Europa Oriental.

decorrer “*Fourth Implementation Cycle*” (2010/2011)²⁸ tem como temas os transportes, substâncias químicas, gestão de resíduos, mineração e ainda as conversações acerca de um “*Ten Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns*”. Antes da implementação deste curioso esquema, com início em 2003, as reuniões decorriam normalmente, i.e., mantendo a sua periodicidade anual mas com um quadro temático singular que se alterava com a mesma frequência²⁹. Essa alteração veio assim permitir uma maior convergência e continuidade dos assuntos discutidos.

Mas apesar das responsabilidades atribuídas e do trabalho desenvolvido pela CSD ao longo dos anos, o seu “destino” pouco próspero parecia estar traçado desde o seu início. De facto, e embora o seu potencial enquanto fórum diplomático estritamente direccionado para o desenvolvimento sustentável seja largamente reconhecido, assim como os seus esforços no sentido de fazer jus aos seus compromissos (p. ex., é-lhe reconhecida a ampla e forte relação que mantém com os denominados “*Major Groups*”³⁰), a verdade é que além de aparentemente não ter valor significativo para ser estudada e analisada na maioria da bibliografia de referência, noutra é meramente descrita como um organismo «...with no powers, few resources, and limited influence...» (Birnie *et al.*, 2009:64) e que «...can do little about the competing institutional agendas beyond pointing them out and attempting to instil some policy coherence...» (idem). Com efeito, e no que diz respeito à governação ambiental da ONU, a CSD é, em termos de alcance de resultados e de visibilidade, largamente ultrapassada pelo UNEP.

Através do Anexo 6 já mencionado, pode-se igualmente ter uma visão alargada da estrutura organizacional do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, a saber: um “*Gabinete de Operações*”; um “*Gabinete Executivo*” com sete departamentos; sete “*Divisões*” que abordam os principais temas transversais às questões ambientais; seis “*Gabinetes Regionais*”; e os MEA administrados pelo UNEP. Além disto, o Programa tem também um Conselho (criado paralelamente em 1972), composto por 58 Estados

²⁸ Consulta efetuada em http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_index.shtml em maio de 2011.

²⁹ Cf. http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_index.shtml.

³⁰ Os “*Major Groups*” são os seguintes: *Business & Industry* (Comércio & Indústria); *Children & Youth* (Crianças e Jovens); *Farmers* (Agricultores); *Indigenous Peoples* (Populações Indígenas); *Local Authorities* (Autoridades Locais); *Non-Governmental Organizations* (Organizações Não Governamentais); *Scientific & Technological Community* (Comunidade Científica & Tecnológica); *Women* (Mulheres); *Workers & Trade Union* (Trabalhadores e Sindicatos) (CSD, consulta online).

Membros eleitos pela UNGA para mandatos de quatro anos, e o qual tem sob a sua alçada o Fórum Mundial de Ministros do Ambiente (*Global Ministerial Environment Forum*), criado em 1999 e que reúne anualmente ou através de sessões extraordinárias com o objetivo de rever questões importantes e/ou emergentes da Política Internacional Ambiental.

Como já foi aqui mencionado, o UNEP foi estabelecido na “Conferência de Estocolmo” em 1972, nomeadamente através da *Resolução 2997* da UNGA de 1972, intitulada “*Institutional and Financial Arrangements for International Environmental Cooperation*”, muito embora tenha sido só alguns anos mais tarde, com a *Resolução 31/112* de 1976, que o UNEP ganhou uma forma institucional mais parecida com a que hoje se lhe conhece. Apesar de já na altura o Ambiente ser parte integrante do portfólio de alguns dos organismos da ONU, os criadores do UNEP tinham como objetivo conceber «...*a small, agile entity expected to catalyze cooperation, encourage synergy among the existing agencies, and bring together the system into a whole greater than the sum of its parts...*» (Ivanova *et al.*, 2007:53), tendo como principal foco as então ainda recentes e pouco conhecidas questões ambientais. Acompanhando conforme pôde a evolução dessas problemáticas, o UNEP não só se mantém desde então como sendo o único organismo da ONU com um mandato exclusivamente ambiental, como também, e apesar de não passar de um mero “programa”, prevalece como sendo «...*the most active UN body in the development of multilateral environmental agreements, as well as promoting treaty secretariats and meetings of parties...*» (Birnie *et al.*, 2009:65), albergando as seguintes competências: «...*to oversee the development of international environmental agreements and initiatives, to provide a forum for negotiations, to gather information and promote research on environmental problems, and to serve as the central body monitoring, and overseeing funding for states’ international environmental commitments: and “anchor institution” for the global environment...*» (Ivanova, 2005, cit. por O’Neill, 2009:55).

Porém, as aptidões que inicialmente lhe deram “forma” nem sempre lhe reiteraram o poder necessário: note-se que apesar de inicialmente se esperar que o UNEP funcionasse como um catalisador do desenvolvimento e coordenação ambiental perante os outros organismos da ONU, e de este ter, de facto, alcançado importantes feitos legislativos nesse sentido e até ajudado a “ecologizar” algumas das “Agências

Especializadas” (Birnie *et al.*, 2009), os seus recursos e autonomia limitados não permitiram a plena realização dessa tarefa. Entretanto, a posterior criação de outros organismos, tais como a CSD e o Fundo Mundial para o Ambiente (*Global Environmental Facility* – GEF) (este último fora do sistema da ONU, mas diretamente ligado a alguns dos seus principais organismos ambientais), bem como as competências alcançadas por outros, fez com que se gerasse uma espécie de “competição”, dando origem a dois dos maiores problemas que caracterizam e afetam o sistema ambiental da ONU: uma sobreposição e/ou multiplicação de competências e responsabilidades, e um enfraquecimento significativo da influência do UNEP.

Os ecos para uma reforma do UNEP, nomeadamente por parte daqueles «...*who favor a stronger, more centralized form of global environmental governance...*» (O’Neill, 2009:56), começaram a alinhar-se tanto antes, como após, a “Conferência do Rio”; porém, e apesar de pequenas alterações terem sido feitas nesse sentido, expandindo-se tanto quanto possível as competências do UNEP, a “solução” acabou por passar, como já se verificou, pela criação da CSD, e, mais tarde, pela extensão do mandato do Programa e a criação do Fórum Mundial de Ministros do Ambiente.

«...*Proposals for transforming it [UNEP] into a specialized agency, or creating a new environmental agency, attracted little support in the UNCED preparatory meetings. Developed states rejected both the extra cost and political implications of such a change, and there was no enthusiasm for more bureaucratization of the UN. There was more support of strengthening UNEP in its existing role and location. Agenda 21 called on UNEP to promote cooperation on policymaking, monitoring, and assessment, and mandated it specifically to give priority, inter alia, to development of international environmental law, environmental impact assessment and auditing, dissemination of information, and promotion of regional and subregional cooperation...*» (Birnie *et al.*, 2009:66).

De certa forma, chega a ser notável a expansão das competências do UNEP no sentido de desenvolver o Direito Internacional Ambiental, tornando-se assim supervisor dos organismos responsáveis pelo “dia a dia” dos Regimes ambientais e alojado para os vários MEA e seus respetivos secretariados; contudo, há uma cada vez maior evidência que estes últimos têm começado a adotar uma postura mais alargada e autónoma no desenvolvimento e gestão das suas áreas temáticas e inter-relações, dando assim origem a prováveis sobreposições que têm «...*inevitably emerged in the complex and piecemeal system of global environmental governance that currently dominates international*

environmental politics...» (Jinnah, 2008, cit. por O'Neill, 2009:56), o que mais uma vez vem fragilizar as competências do UNEP em particular, e da governação internacional ambiental em geral.

Por fim, e ainda dentro desta análise estrutural ao sistema ambiental da ONU, é importante referir-se enquanto órgãos metódicos na área do Ambiente, apesar de com muita menos expressão que os anteriormente mencionados, o Secretariado das Nações Unidas e o Conselho de Segurança: o primeiro, porque, como o próprio nome indica, executa o quotidiano da Organização, o que o inclui obrigatoriamente em todas as áreas de governação da ONU, incluindo a ambiental:

«...The duties carried out by the Secretariat are as varied as the problems dealt with by the United Nations (...) from administering peacekeeping operations to mediating international disputes, from surveying economic and social trends and problems to preparing studies on human rights and sustainable development (...) organize international conferences on issues of worldwide concern; and interpret speeches and translate documents into the Organization's official languages...» (UN, 2011);

o segundo porque, e embora as suas competências tenham essencialmente a ver com assuntos bélicos e militares, a verdade é que a sua missão é de, quando necessário, restabelecer a paz e a segurança internacionais, o que, segundo alguns teóricos, pode perfeitamente alargar-se à conceção de “segurança ambiental”. De facto, se tivermos em conta as grandes crises e emergências ambientais – cada vez mais frequentes e catastróficas – é óbvia a necessidade de implementação de certas medidas que (r)estabeleçam a ordem internacional, as quais podem enquadrar-se nas competências do UNCS. Contudo, neste caso, e ao contrário do que sucede com os Artigos 1.º e 55.º, a “abrangência” da Carta das Nações Unidas, e especialmente do seu Capítulo VII (*“Action with respect to threats to the Peace, breaches of the Peace, and acts of aggression”*), parece não ser suficiente para convencer os mais céticos, apesar de o UNCS já ter dado sinais de que pode, de facto, agir (oportuna e cautelosamente) no domínio ambiental: em 1991, responsabilizou o Iraque *«...for any direct loss, damage, including environmental damage and the depletion of natural resources, or injury to foreign Governments, nationals and corporations...»* (UNSC, Res.687, consulta online) no decorrer da invasão e ocupação do Kuwait; já em 2007 realizou um debate acerca da relação entre a energia, a segurança e o clima.

Conclui-se assim que, apesar de uma estrutura institucional vasta que resulta de cerca de meio século de funcionamento, a ONU tem graves falhas na sua organização de competências ambientais: não só a CSD persiste como um organismo ao qual pouca ou nenhuma importância é atribuída, como as demais agências e programas de índole ambiental veem muitas das vezes a sua capacidade de ação limitada devido à ausência de poderes que não lhes estão oficialmente atribuídos. Entretanto, a UNEP sobressai como o organismo mais ativo na temática ambiental, não só no que diz respeito às Nações Unidas, como, em boa verdade, ao restante sistema internacional; no entanto, tal tem-lhe concedido tão-somente prática e prestígio, ao invés de uma estrutura mais abrangente e coerciva, e com poderes mais específicos e efetivos. Com efeito, e através de uma evolução feita mais de “revitalizações” do que “reformas” propriamente ditas (Bernie *et al.*, 2009), facilmente se entende que a sobreposição, falta de coordenação e congestionamento institucional e de competências, são uma “má receita” para uma tão necessária governação ambiental, pelo que o seu futuro passa obrigatoriamente por novas soluções nesse campo, adequadas à alteração massiva dos padrões e das dinâmicas ambientais.

Assim, e enquanto se tecem críticas como «...*the large number of bodies involved with environmental work has (...) increased fragmentation and resulted in uncoordinated approaches in both policy development and implementation. This lack of coherence in the system has “placed a heavy burden on all countries as well on international organizations...”* (Berruga and Maurer, cit. por Ivanova, 2007:54), ou «...*Protagonists rightly point to fragmentation of existing structures, the relative weakness of UNEP as the principal UN body with general environmental competence, and the powerful focus the IMF, the World Bank, and the WTO bring to economic development...*» (Birnie *et al.*, 2009:69), surgem algumas propostas, diversas em conteúdo, importância e audácia, as quais tenderão a aumentar (em número e grau de adjetivo) conforme a aproximação da data da “Conferência Rio+20”.

Mas seja qual for a perspectiva, é impossível não se ponderar a necessidade de novas soluções para a governação ambiental da ONU e internacional, e nada poderá ser melhor exemplo disso do que a contínua degradação do Ambiente. Perante uma “crise ambiental” instalada, a praticabilidade e o sucesso da ação dependem obrigatoriamente de uma estratégia e planeamento concretos, o que por sua vez deriva de uma governação

internacional coerente, o que nem sempre será o caso da atualmente vigente. Mas será que a solução passa fundamentalmente pela defendida pelos “pró-nova organização/agência ambiental”, ou antes pelos que defendem uma reestruturação dos padrões já existentes? Enfim, essa será uma resposta que, desejavelmente, a seu tempo chegará; entretanto, revela-se indispensável refletir acerca das “mudanças” realmente necessárias para que a institucionalização e governação internacionais ambientais passem a obter mais e melhores resultados³¹.

³¹ Para um estudo mais amplo acerca deste assunto, sugere-se a leitura da seguinte bibliografia de referência: Ivanova, Maria; Roy, Jennifer (2009). *Architecture of Global Environmental Governance*. In Swart, Lydia; Perry, Estelle (Eds.), *Global Environmental Governance: Perspectives in the Current Debate* (pp. 48-66). New York: Center for UN Reform Education.

IV. EXEMPLOS PRÁTICOS DO MULTILATERALISMO AMBIENTAL: AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES DAS “CONVENÇÕES DO RIO”

Ao longo dos últimos capítulos tem-se vindo a abordar amplamente os Acordos Multilaterais Ambientais, nomeadamente como se desenvolvem e que papel desempenham no mundo do Multilateralismo Ambiental. Também já se analisou que, dentre duma panóplia de Atores, todos eles têm um qualquer papel no processo de elaboração dos tratados ambientais, mas que, regra geral, é a ONU que lidera a restante comunidade internacional no impulso, discussão, adoção e implementação de instrumentos como as habituais Convenções-Quadro e seus Protocolos, e dos seus inerentes Regimes. Entretanto, combinaram-se estas e outras características com as “Convenções do Rio”, famosos exemplos de referência e frutos de uma das mais célebres conferências ambientais das Nações Unidas, a UNCED. As mesmas têm como órgãos executivos as Conferências das Partes (COP), os quais as acompanham, através de um processo contínuo que tem o seu expoente máximo nas reuniões anuais ou bianuais (conforme a Convenção em causa), desde a sua adoção pelos Estados Parte até à sua eventual cessação.

Mas antes de se explanar melhor o que são, o que fazem e como atuam as Conferências das Partes, entenda-se que estas não são exclusivas do Multilateralismo Ambiental; com efeito, existem certas semelhanças institucionais com outros instrumentos de diferentes áreas temáticas das Relações Internacionais, contudo, as COP, juntamente com os seus órgãos e secretariados, acabam por ser um dos principais elementos que distinguem os tratados ambientais de outros. São elas que conferem aos MEA, e nomeadamente às Convenções-Quadro, a tão necessária dinâmica e vinculação que por vezes falta ao seu quadro normativo “semivinculativo”:

«...it is difficult to find other examples of treaties establishing COPs with a comparable role in standard setting and with subsidiary organs and a permanent secretariat. True enough, human rights treaties and some arms-control treaties provide for their parties to meet from time to time but, typically, only for considering amendments to the treaty and/or electing members of supervisory organs...» (Ulfstein, 2008:888).

1. Competências, Funções e Estrutura das Conferências das Partes

Não é por simples concordância temporal que as “Convenções do Rio” surgem frequentemente assim mencionadas; aliás, os seus vínculos vão muito além da “Conferência do Rio”. Desde as suas principais características textuais que se cruzam de várias maneiras, até às suas estruturas institucionais e normativas, como é o caso das Conferências das Partes, são vários os aspetos facilmente comparáveis entre a UNFCCC, a CBD e a UNCCD. Assim sendo, a abordagem que se irá fazer em seguida será sobretudo transversal às COP das três “Convenções do Rio”, porém com pontuais referências às características individuais inerentes a cada uma.

De uma maneira geral, os órgãos estabelecidos pela maioria dos MEA têm vindo a atestar uma nova forma de governação internacional. Com efeito, esses órgãos e, dentre eles em particular, as COP, não podem ser considerados como meras conferências intergovernamentais tradicionais, uma vez que são estabelecidos pelos seus tratados como órgãos permanentes, autónomos, e aos quais se vinculam os respetivos secretariados e órgãos subsidiários; por outro lado, e apesar das semelhanças, as COP também não devem ser confundidas com as Organizações Internacionais, muito embora tenham vindo a surgir algumas teorias que sustentam essa possível comparação³².

O primeiro Acordo Multilateral Ambiental a usar o termo “*Conferência das Partes*” foi a CITES, em 1973, daí que por diversas vezes também se associe a origem das COP à “Conferência de Estocolmo” de 1972. Entretanto, estas peculiares reuniões rapidamente se tornaram a maquinaria institucional de cooperação por excelência dos MEA, sendo utilizadas não só por Convenções globais, tais como a CBD, UNFCCC, UNCCD e outras, mas também por Acordos Regionais, nomeadamente europeus e africanos. Tal preferência é compreensível por três razões essenciais: *primeiro*, só são

³² P. ex., Sommer (1996) reflete a esse propósito o seguinte: «...there are a number of organisations established under environmental conventions for the implementation of the substantive treaty provisions. Their purpose often is the management of specific global, regional or subregional resources. They are called “treaty-management organizations” in contrast to the (...) global “policy-making organizations” which are vested with a more comprehensive mandate. The latter primarily participate in the law-making process through the enactment of secondary legislation, whereas the treaty-management organizations primarily participate in the adoption of technical regulations designed as annexes to the respective conventions or amendments to the respective treaty. The question of the legal capacity of treaty-management organizations in international relations is controversial. As far as they possess at least one permanent organ and a plenary organ made up of state delegations which is capable of expressing its will through, e.g., resolutions (mostly so-called “Conferences of the Parties”), they are (...) thus considered to be international organisations...» (Sommer, 1996:631).

intervenientes diretos nas COP os países que assumiram um compromisso oficial com determinado MEA, o que não aconteceria, p. ex., caso o órgão executivo fosse uma OI tradicional, onde todos os Estados seriam inclusos, mesmo os que se desobrigaram do instrumento em questão; *segundo*, os custos burocráticos e administrativos de uma nova OI (ou até mesmo a utilização de uma já existente para esse fim) são incomparavelmente mais acrescidos do que aqueles despendidos nas COP; *terceiro*, e não tendo uma localização geográfica fixa, as COP podem ser reunidas em vários países, flexibilidade que só por si pode gerar benefícios diplomáticos e de cooperação (Ulfstein, 2008).

São diversas as características gerais inerentes às Conferências das Partes, podendo-se assim afirmar que, à exceção de algumas funções e poderes específicos proclamados pelos MEA, todas as COP funcionam segundo as mesmas bases, uma vez que, e como explicam Wolfrum e Matz (2010), todas têm as mesmas necessidades:

«...There is a common need, on the part of most environmental treaties, to provide scientific and technical advice to States and treaty organs. There is also a common need for a decision-making organ that attempts to balance the sovereign rights and obligations of the members, environmental protection, and the administration and cooperative integration of the treaty into the international political and legal system. Because these needs are common to international environmental treaty regimes, most treaties are organized in a similar manner in regard to the organs they create and the functions they assign to these organs...» (Wolfrum et al., 2010:165).

Assim, são várias as competências e funções albergadas pelas COP, as quais vão sendo especificadas em alguma da bibliografia de referência de uma forma mais ou menos alargada. Por exemplo, Wolfrum e Matz (2010) falam de cinco funções que podem ser desempenhadas pelas Conferências das Partes, a saber: “*consultation and coordination*”, “*setting the rules and regulation*”, “*compliance assistance*”, “*monitoring*” e “*dispute settlement*” (Wolfrum et al., 2010:165). Por outro lado, Ulfstein (2008) atribui-lhes três tipos de competências, sendo elas as internas (“*competence at internal level*”), as decisórias (“*substantive decision-making*”) e as externas (“*competence at external level*”):

«...Typical functions with respect to matters internal to the MEA include establishing subsidiary bodies, adopting rules of procedure, and giving guidance to subsidiary bodies and the secretariat (...) In addition, COPs are instrumental in developing parties’ substantive

cooperation under the MEA by adopting new binding or non-binding commitments by the parties (...) Finally, COPs may act at the external level by entering into arrangements with states, IGOs, or the organs of other MEAs...» (Ulfstein, 2008:879).

Para os efeitos deste capítulo, considerou-se que esta última abordagem seria a preferível para uma análise sumariada às competências das COP. Nesse sentido, aplicou-se a distinção avançada por Ulfstein (2008) para se entender melhor como é que as Conferências das Partes desenvolvem as suas competências e desempenham as suas funções; por uma questão de organização, estas serão abordadas em dois subcapítulos distintos, um relativo às “*competências internas e externas*”, e outro, mais longo, relativo às “*competências decisórias*”.

1.1. Competências Internas e Externas

No que diz respeito às primeiras competências, as “*internas*”, estas podem ser estipuladas no respetivo tratado e incluem situações como a adoção das “*Rules of Procedure*”, de regulações financeiras e orçamentais, o estabelecimento de novos órgãos subsidiários, bem como de guias de orientação para os mesmos e para o secretariado. Através deste role de funções e de poderes gerais, as COP têm «...*the authority at the internal level corresponding to that which is provided in the constitutive instruments of the IGOs* [Inter-Governmental Organization]...» (Ulfstein, 2008:880), mas para além dos poderes fundamentados nas respetivas Convenções, as COP podem também ter aquilo a que normalmente se chama de “*Implied Powers*”, i.e., poderes implícitos ou subentendidos. Esta doutrina surge no contexto de um parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça (Rep.174, de 1949) acerca dos poderes das Organizações Internacionais, onde ficou estabelecido que «...*the Organization must be deemed to have those powers which, though not expressly provided...are conferred upon it by necessary implication as being essential to the performance of its duties...*» (Ulfstein, 2008:881); assim, e apesar de as COP não serem oficialmente consideradas uma OI *in extenso*, os quadros institucionais de ambos são por vezes tão semelhantes que a doutrina dos “*Implied Powers*” é largamente reconhecida como aplicável aos poderes internos das Conferências das Partes, fazendo com que estas sejam legalmente capazes de se “autoatribuírem” certas competências decisórias, com o objetivo, claro está, de beneficiar o cumprimento da Convenção.

Por outro lado, «...MEAs (...) *may also need to have a 'foreign policy'...*» (Ulfstein, 2008:885), e portanto de competências externas para a exercer, onde se podem incluir situações como: as relações com as Organizações Internacionais que acolhem os secretariados, bem como com os Estados que, alternadamente, ficam encarregues pela organização das Conferências das Partes; conversações com instituições financeiras internacionais no sentido de aplicar eventuais compromissos económicos e/ou de formação de competências; e porque como bem se sabe os problemas ambientais estão, de uma maneira geral, interligados, deve existir uma estreita relação de cooperação entre um determinado MEA com outros instrumentos e OI ambientais, para a qual são essenciais essas competências “diplomáticas”.

É precisamente nesta última conjuntura que as competências externas de uma COP encontram o seu principal vínculo, tanto devido à relevância que abarca, como porque nem a sua posição na comunidade internacional ou a sua capacidade de atingir resultados tem sido consensual, ou tão pouco elogiada. Com efeito, seria de esperar um maior grau de transversalidade entre os diversos MEA e respetivo corpo institucional: é certo que a motivação dos MEA e suas COP para a elaboração de ações conjuntas e planos estratégicos de cooperação nem sempre é algo simples de concretizar, por mais não seja devido à imensidão de outros assuntos que as agendas das Convenções incluem, os quais, por inúmeras razões, vão ganhando importância numa vasta lista de prioridades; contudo, a verdade é que persiste «...*an obvious need for arrangements formalizing cooperation between different MEAs in order to facilitate a more comprehensive approach to international environmental problems...*» (Ulfstein, 2008:887), e uma inerente falta de planos cooperativos e de ações conjuntas de implementação por parte das principais Convenções ambientais.

Nem sempre este género de competências são comumente aceites pela comunidade internacional, nomeadamente pela existência de alguns entraves ao Direito Internacional no que diz respeito, p. ex., à “oficialização” de contratos de cooperação entre MEA, mais concretamente de tratados; de facto, «...*MEAs do not contain explicit provisions setting out their treaty-making capacity...*» (Ulfstein, 2008:887), i.e, não detêm a personalidade jurídica necessária para ratificarem um conjunto de medidas vinculativas, o que impede, claro, a concretização de medidas mais efetivas. Contudo, julga-se que esses obstáculos mais não são do que meros pormenores jurídicos que, à

semelhança de outros, podem ser facilmente ultrapassados, senão veja-se o exemplo do que estipulam duas das “Convenções do Rio”: por seu lado, a UNFCCC é bastante clara quando, através do seu Artigo 7.º (2), confere à sua Conferência das Partes a possibilidade desta poder e dever adotar «...as decisões necessárias para promover a implementação efetiva da Convenção...» (GRI-MAOT, 2001:164), o que inclui, como aliás a Convenção acrescenta na alínea (l) do mesmo Artigo, «...os serviços e a cooperação, assim como a informação proporcional por organizações internacionais e intergovernamentais e organizações não governamentais competentes...» (*idem*). No mesmo contexto, a CBD é igualmente esclarecedora quando expõe no seu Artigo 23.º (4) (h) que a sua COP deve «...contactar, através do secretariado, os órgãos executivos das convenções que tratem de questões abrangidas pela Convenção, visando estabelecer formas adequadas de cooperação...» (GRI-MAOT, 2001:217).

Assim sendo, e existindo ou não discussão acerca das competências jurídicas das COP no que diz respeito à participação em tratados de cooperação, a verdade é que, à partida, os respetivos MEA (assumidos instrumentos de Direito Internacional) lhes revogam o direito, e até mesmo o dever, de manter e estreitar relações no sentido de promover os objetivos e princípios das Convenções, usando para isso todos os meios necessários que estiverem ao seu alcance. Porém, e também no caso específico das “Convenções do Rio”, parece haver uma certa reticência em ultrapassar (mais) esse obstáculo jurídico, situação que tentam de alguma forma colmatar através da elaboração (entre elas, e com outras Convenções) de programas e planos de ação conjuntos (p. ex., através de “*Joint Liaison Groups*”³³) e/ou de simples Memorandos de Entendimento e de Cooperação³⁴. Contudo, e se por um lado «...the CBD Secretariat has been particularly active in this regard...» (Marauhn, 2009:280), por outro «...a memorandum

³³ Cf. “*Joint Liaison Group*” das “Convenções do Rio”:

<http://www.unep.org/dec/onlinemanual/Compliance/InternationalCooperation/EnhancingSecretariatCooperation/Resource/tabid/724/Default.aspx>.

³⁴ Um Memorando de Entendimento (em inglês, “*Memorandum of Understanding*”) é um tipo de documento bastante comum no Direito e Diplomacia Internacional, nomeadamente nas relações bilaterais, mas também nas multilaterais, uma vez que, ao ser considerado mais formal que um simples “acordo de cavalheiros”, mas mais informal que um tratado, tem também a vantagem de poder ser ratificado e alterado sem a implicação de um processo burocrático e de negociação tão extenso como aqueles que dão origem aos tratados. Além disso, é oficialmente reconhecido pelos tribunais, o que faz com que as Partes sejam juridicamente obrigadas a cumprir com a sua parte do acordo. O Memorando de Cooperação tem a mesma base que o MOU tradicional, porém com um conteúdo mais específico, i.e., e como o próprio nome indica, tem por fim um acordo acerca de ações cooperativas entre dois ou mais Estados, podendo estes serem representados por OI ou secretariados de Convenções onde estão inseridos.

of cooperation (...) has only been concluded so far between the secretariats of UNCCD and CBD (1998) (...) Cooperation between the secretariats of UNFCCC and CBD is much less formal and more pragmatic; one might also argue that it is less intense...» (idem), o que, é certo, pode trazer implicações graves no alcance dos objetivos das Convenções.

1.2. Competências Decisórias

O outro género de competências atribuídas às COP, as “*competências decisórias*”, são largamente consideradas as mais importantes, ou as que pelo menos lhes dão uma vertente mais prática e efetiva: «...*the most important function of the Conference of the Parties is the development and implementation of a treaty. Besides monitoring and compliance control, implementation also involves the interpretation and, if necessary, the modification and amendment of the treaty...*» (Wolfrum *et al.*, 2010:167). Por outro lado, é também na adoção de novos compromissos legais, tais como, e no caso das Convenções-Quadro, os Protocolos, mas também através de outras formas, como os Anexos, que as COP veem os seus poderes relativamente limitados.

É certo que «...*virtually, all COPs may adopt amendments to their governing MEA that contain new legal obligations...*» (Ulfstein, 2008:882), contudo, e na larga maioria dos casos, tais alterações podem, sobretudo se forem vinculativas (“*binding decisions*”), necessitar de uma subsequente ratificação das Partes, geralmente através de um número mínimo de ratificações, no sentido de concordarem que essas obrigações passam a ser-lhes vinculativas, i.e., uma vez que os Protocolos são tratados por direito próprio, então logicamente necessitam de passar por todo o “*Treaty-making Process*” que qualquer outro MEA passaria, incluindo, claro está, a ratificação de um certo número de Estados para entrar em vigor. No que diz respeito aos Anexos, o processo é mais simplificado do que os dos Protocolos, porém podem igualmente implicar opiniões políticas controversas, longas discussões acerca do seu conteúdo e, por vezes, alguns casos de descompromisso ou “*opting-out*”³⁵ por parte de alguns Estados menos recetivos. Por outro lado, as COP também podem adotar medidas não vinculativas

³⁵ A expressão “*opting-out*” surge, neste contexto, enquanto cláusula de isenção aplicado a um determinado Estado Parte que, ao não querer vincular-se a um novo compromisso, fica derrogado do mesmo, evitando assim um bloqueio geral da medida.

(“*non binding decisions*”), deixando ao critério das Partes a decisão de, individualmente, aceitarem ou não esses compromissos. São normalmente transcritas através de instrumentos de “*Soft Law*” e, não raras as vezes, o prelúdio para futuras obrigações legais.

Os processos de votação que levam os Estados a aceitarem ou não novos compromissos, podem variar de COP para COP, uma vez que ficam definidos nos respectivos MEA e “*Rules of Procedure*”, sendo na maioria dos casos integralmente transcritos de um documento para o outro. Contudo, existem situações excepcionais onde o sistema de votação das Partes, para além de já ser considerado impreciso devido à “pressão” que existe para se chegar a um consenso, é também caracterizado pela ambiguidade de estar definido no tratado, mas carecer de aprovação nas “*Rules of Procedure*”: é o caso da COP da UNFCCC, onde o artigo que supostamente dita o processo de votação a ser seguido pelos Estados só se encontra definido na Convenção, continuando em discussão o seu homologado nas “*Rules of Procedure*”, após 15 anos passados da sua adoção pela COP2 da UNFCCC (1996). Com efeito, esta “*Regra 42*”³⁶ tem sido causadora de discórdia constante, sendo para alguns mais um motivo para que a “*Convenção das Climáticas*” não progrida da melhor forma. Estas e outras questões relativas às COP das Conferências do Rio podem ser melhor explanadas no Anexo 7.

Mas para além da implementação de novos compromissos legais, as COP são igualmente responsáveis pela monitorização e supervisão do correto cumprimento e efetiva aplicação dos MEA por que são responsáveis: «...*the Conference of the Parties serves as the principal supervisory institution for both the Convention and the Protocol; it is required to meet regularly and to keep the adequacy, implementation and effectiveness of both instruments under review...*» (Birnie *et al.*, 2009:368). Para atingir esse objetivo, as Conferências das Partes usam aquilo a que Both (1992) apelida de “*true multilateral implementation procedures*” (Both, 1992, cit. por Birnie *et al.*, 2009:635), isto em oposição à utilização de métodos antigos, como a imposição de sanções ou as verificações de desempenho de um Estado individual em relação a outros, i.e., ações de cariz unilateral para problemas multilaterais, as quais têm vindo a cair em desuso.

³⁶ Cf. “*Rules of Procedure*” da Conferência das Partes da UNFCCC: <http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf>.

Assim, formas inovadoras de implementação nacional têm sido largamente adotadas um pouco por todos os MEA, incluindo, claro está, as “Convenções do Rio”: sistemas de revisão e informação com base em relatórios nacionais e outros instrumentos de apresentação de resultados que podem conduzir a incentivos e benefícios compensatórios para os Estados que cumprem com os objetivos, ou a penalizações por incumprimento. Contudo, e apesar de alguns destes métodos serem comuns a um número alargado de COP, repare-se que a utilização de uns e de outros é mais evidente consoante os MEA. Veja-se o exemplo da UNFCCC e da CBD, ambas com um processo de revisão de relatórios nacionais em tudo semelhante, coordenados pelos respetivos secretariados e grupos de peritos, com o objetivo de alcançar «... ‘*a thorough and comprehensive technical assessment*’ of all aspects of implementation by any party, and to identify and report on any problems or other factors influencing the fulfilment of commitments...» (Birnie *et al.*, 2009:369), mas no que toca a situações de incumprimento da implementação nacional, têm reações tendencialmente diferentes.

Nesse sentido, a COP da UNFCCC tende a adotar o estipulado no Artigo 13.º da Convenção, bem como no Artigo 16.º do “Protocolo de Kyoto”, i.e., um “processo consultivo multilateral”, conduzido por um painel de peritos e de carácter não judicial, não conflituoso, mais consultivo do que propriamente de supervisão, e onde em alternativa à imposição de sanções, que simplesmente não existem, desenvolvem-se tão-somente recomendações de medidas que possam facilitar a cooperação, a implementação e a clarificação de certas questões, bem como a melhor compreensão dos tratados. É por isso, sem espantos, que algumas opiniões de referência consideram este método como «...*an (...) softer form of dispute avoidance...*» (Birnie *et al.*, 2009:369); porém, esta não deve ser considerada uma falha mais grave do que realmente é: por um lado, é certo que os fatores dissuasivos e de “má publicidade” podem não ser suficientes para incentivar uma Parte a cumprir com os seus compromissos, mas por outro, a falta de severidade da COP da UNFCCC em relação aos seus métodos inibidores de incumprimentos não é assim tão extraordinária quando comparada com a falta de compromissos efetivos na Convenção/Protocolo – na verdade, eles são o reflexo um do outro.

Já a COP da CBD, apesar de, também num contexto de medidas e compromissos demasiado vagos, não avançar com nenhuma disposição para a execução de um sistema

efetivo de inspeção ou de observação para a implementação nacional, na verdade não deixa de ser um caso único, e até exemplar (Birnie *et al.*, 2009), nos incentivos que dá às suas Partes para que estas possam ser bem sucedidas no cumprimento dos seus objetivos, bem como nos progressos que faz para manter a implementação nacional “na ordem do dia” de todas as suas Conferências das Partes:

«...The [CBD] COP (...) having affirmed that implementation of incentive measures, in a broad social, cultural, and economic context, is of central importance to the realization of the three objectives of the Convention, resolved that such measures would be included (...) on the COP's agenda and integrated into the sectoral and thematic items under its medium-term work programme. It also encouraged parties to review their existing legislation and economic policies, identify and promote incentives for conservation and sustainable use, stressing the importance of taking appropriate action on incentives that threaten biological diversity. It encouraged parties to incorporate market and non-market values of biological diversity into policies, programmes, national accounting systems, and investment strategy...» (Birnie et al., 2009:637).

Para além disso, a CBD assegura igualmente a promoção de outros métodos que potenciem o cumprimento da implementação nacional, tais como a “*investigação e formação*” (Art.12.º), “*educação e sensibilização do público*” (Art.13.º), “*avaliação de impacte e minimização dos impactes adversos*” (Art.14.º), “*intercâmbio de informação*” (Art.17.º), bem como a “*cooperação*”, que é abordada por diversas vezes ao longo da Convenção. Paralela a todas estas medidas fica a obrigação das Partes em reportar periodicamente à COP acerca das ações de implementação levadas a cabo, bem como quais os progressos no sentido de alcançar os seus objetivos o que, aliás, vai de encontro ao que acontece noutros MEA; da mesma forma, as repercussões aplicadas por esta Convenção-Quadro às suas Partes incumpridoras não têm necessariamente um grau de severidade diferente das demais, inclusive do anteriormente atribuído à UNFCCC, porém a CBD pode ser distinguida de uma forma «...*unusual, indeed unique*...» (Birnie *et al.*, 2009:636) na diligência pela participação e cumprimento da Convenção, primando, sem dúvida, pelo incentivo e sentido de estruturação impelidos pela Conferência das Partes. Nesse sentido, os programas e projetos continuados e transversais a diversas áreas³⁷ são um bom exemplo do importante apoio que uma COP

³⁷ Cf. <http://www.cbd.int/programmes/>.

deve e pode efetivamente proporcionar às suas Partes, fazendo assim com que os «...criticisms and predictions of failure (...) seem premature and somewhat misplaced in the light of its activities...» (Birnie *et al.*, 2009:637).

1.3. Órgãos Subsidiários, Secretariados, Reuniões das Partes e outras características relevantes

Como é possível verificar-se nas recentes reflexões, dizer-se que uma determinada COP é o “órgão supremo” dos MEA não é de todo exagerado, uma vez que com os seus poderes executivos e dentro da estrutura hierárquica da qual faz parte, é precisamente isso que estas Conferências das Partes são. Na prática, tal significa que tanto os seus órgãos subsidiários como o secretariado da Convenção devem respeitar as decisões e instruções adotadas pela COP [«...*internal decisions, such as guidance by the COP to subsidiary bodies and the secretariat, should be considered binding*...» (Ulfstein, 2008:881)], enquanto que o organismo responsável pela Convenção não tem, na grande maioria dos casos, autoridade para instruir a Conferência das Partes ou os seus organismos auxiliares. Nesse sentido, entenda-se melhor o que são os órgãos subsidiários e os secretariados das COP, bem como qual o papel que desempenham nos regimes em que estão incluídos.

Os órgãos subsidiários podem ser estabelecidos, num primeiro momento, por cláusulas do respetivo MEA, ou em momentos posteriores, pelas COP. As suas funções podem divergir entre assistência financeira, transferência tecnológica, “*compliance*” ou aconselhamento científico. Podem adotar a denominação de “*subsidiary body*”, mas também de “*working group*” ou “*committee*”, bem como serem compostos por representantes das Partes e/ou agentes independentes. Não existe nenhum padrão exato dos órgãos subsidiários inerentes aos MEA, contudo, e no caso específico das “Convenções do Rio”, existem dois géneros de órgãos subsidiários em comum às três, e que são também os que geralmente mais intervêm junto das COP: os órgãos de aconselhamento científico e tecnológico e os de revisão da implementação da Convenção; para além destes, podem também surgir Grupos de Trabalho, fixos ou temporários, que assumem as suas funções conforme a temática para que foram criados (Figura 7). Todos eles podem reunir-se as vezes necessárias ao longo do(s) ano(s) de

trabalho que intercalam as COP (regra geral, seguem uma média de uma a duas reuniões anuais), podendo ocorrer ou não em simultâneo às Conferências das Partes.

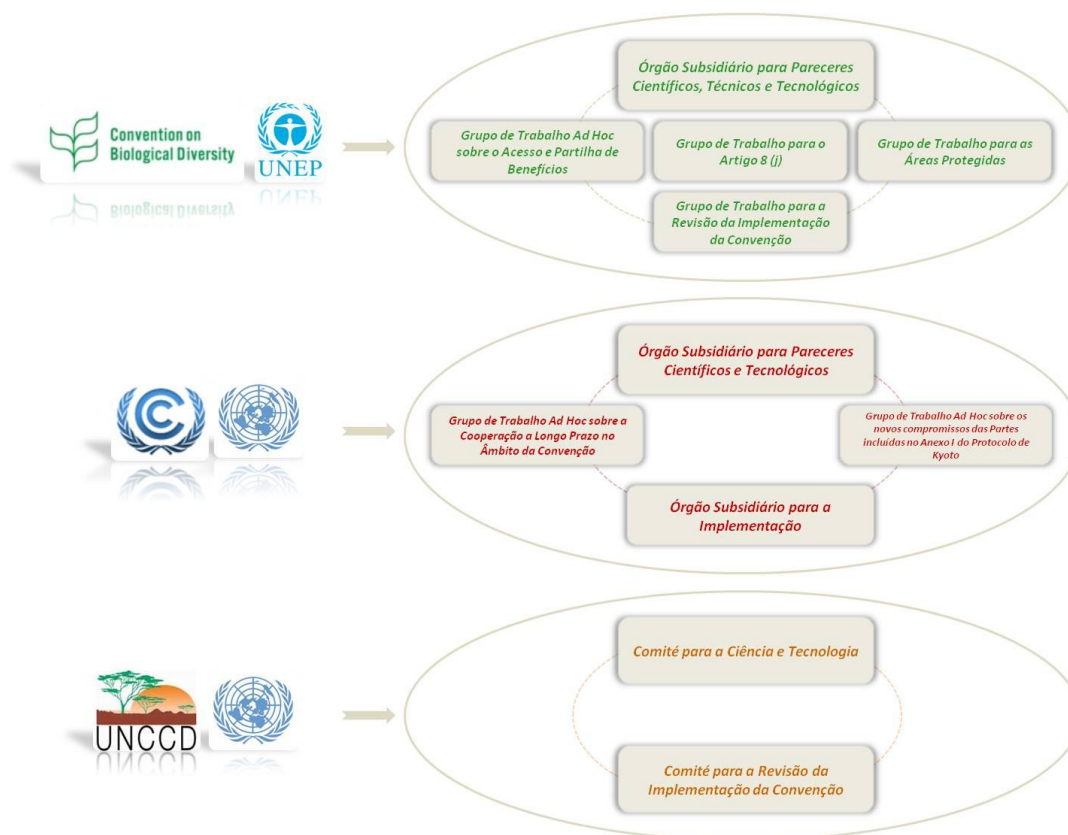


Figura 7 - Os Órgãos Subsidiários das “Convenções do Rio” (Fonte: adapt. de <http://www.cbd.int/>, <http://www.unccd.int/>, <http://www.unep.org/>).

Relativamente aos secretariados, este são, regra geral, designados pelo respetivo MEA, de uma forma permanente, ou interina, ficando a aprovação final a cargo da Conferência das Partes. Note-se que os secretariados apoiam diretamente a COP, não só ao longo das reuniões propriamente ditas, mas também no período de tempo decorrente entre elas, detendo assim diversas funções ligadas à generalidade da Convenção, como p. ex., a direção de estudos, assistência técnica às Partes, receber e circular relatórios sobre a implementação da Convenção, bem como fazerem de ponto de ligação para a cooperação com outros MEA e demais organismos internacionais relevantes. Apesar de usufruírem de uma certa autonomia e independência em relação ao organismo tutelar da Convenção, muitos MEA optam por estabelecer o seu secretariado nessas organizações, como é o caso da ONU, no que diz respeito à UNFCCC ou à UNCCD, ou do UNEP, no

caso da CBD. Contudo, tal pode suceder segundo vários graus de integração: p. ex., a UNFCCC está institucionalmente ligada à ONU, mas não se encontra totalmente introduzida num dos seus departamentos ou programas, enquanto que a CBD, que tem uma ligação mais vinculada com a anfitriã UNEP, não se encontra porém baseada na mesma localização geográfica, o que também sucede com alguma frequência.

Para além destes organismos, deve-se prestar também a devida atenção às MOP dos Protocolos: com efeito, «...*Protocols to MEAs, insofar as they are formally separate agreements, may have their own institutional structure...*» (Ulfstein, 2008:879), i.e., apesar de um Protocolo estar obrigatoriamente associado a uma determinada Convenção, não quer por isso dizer que ambos se sigam pelas mesmas regras, tenham as mesmas competências, nem tão pouco as mesmas Partes como signatárias (contudo, note-se que «...*parties to the convention that are not parties to the protocol may participate (...) as observers when COP acts in this capacity...*» [Ulfstein, 2008:879]). Assim sendo, há perfeito sentido no facto de haver uma reunião diferente para cada um dos instrumentos, muito embora sejam normalmente organizadas em simultâneo: por um lado, as “*Conference of the Parties to the Convention*”, e por outro, as “*Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties*”, i.e., as COP para as Convenções e as COP-MOP para os Protocolos associados (p. ex., a última reunião da CBD foi a “COP 10 da CBD” que se realizou em paralelo à “COP-MOP 5 do Protocolo de Cartagena”).

Resta referir que, regra geral, as Conferências das Partes podem reunir-se anualmente, como é o caso da UNFCCC, ou a cada dois anos, como a CBD ou a UNCCD. Entretanto, e ao ser considerado do especial interesse da Convenção, as COP podem alterar a frequência das suas reuniões, como aliás fizeram as da CBD e UNCCD, que a partir das suas COP3 (1996) e COP5 (2001), respetivamente, passaram de encontros anuais para bianuais, mantendo-se assim até à atualidade. Tal é mais um dos acontecimentos que ao longo das diversas COP das “Convenções do Rio” pautaram, de uma forma mais ou menos espetacular e mediática, as reuniões e o progresso das Convenções. A subsecção que se segue irá analisar isso mesmo, aproveitando a fase de rescaldo das COP das “Convenções do Rio” mais recentes para exemplificar como se desenvolvem este tipo de reuniões multilaterais.

2. As Conferências das Partes das “Convenções do Rio”: exemplos recentes

2.1. A COP16 da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas: a “cautela” de Cancún

São vários os exemplos que se poderiam abordar no que respeita às COP da UNFCCC, não só devido à sua conta de dezasseis sessões, mas também porque esta Conferência das Partes é, entre as suas irmãs da “Conferência do Rio” e, muito provavelmente, dos restantes MEA que utilizam este género de órgão executivo, a mais controversa e mediática. Com efeito, é geralmente das reuniões anuais das Partes desta Convenção que resultam as discussões mais “calorosas”, tais como a que relata Kate O’Neill (2009) acerca da COP13 (Bali, Indonésia, 2007):

«... As the Conference dragged on an extra day (...) the meeting ended with the sort of dramatic moment that makes studying international negotiations so interesting. The Papua New Guinean delegate, directly addressing the US delegation, “captured the sentiment of the conference when he pleaded that ‘the world is waiting for the US to lead but if for some reason you are not willing to lead, leave it to the rest of us. Please, get out of the way’ ...» (O’Neill, 2009:198).

Por outro lado, são igualmente estas Conferências que mais interessam à génese da opinião pública internacional: considere-se, p. ex., o caso da COP15 da UNFCCC (Copenhaga, Dinamarca, 2009), que ao dar azo a edições jornalísticas “especiais”³⁸, a mais tempos de antena dedicados ao ambiente³⁹ e a manifestações, por vezes intensas, da sociedade civil⁴⁰, fez com que o Mundo atentasse, pelo menos durante alguns dias, para a gravidade das alterações climáticas, e, por outro lado, entendesse que a esperança depositada por alguns no Multilateralismo Ambiental nem sempre resulta no *feedback* desejado.

³⁸ Cf., p. ex., a iniciativa da publicação de um editorial conjunto à escala mundial acerca da “Cimeira de Copenhaga” (encabeçada pelo Jornal britânico “The Guardian”), em Portugal representada na capa do Jornal “Público”:

<http://jornalismoemambiente.files.wordpress.com/2009/12/jma-publico-portugal011.jpg>; ou a “Edição Verde” avançada pela Visão um mês antes da COP15: http://3.bp.blogspot.com/_QNIk2WWEgw/SvLZnuC8_CI/AAAAAAD58/9BNF6dqYLdY/s1600/vis%C3%A3o.jpg.

³⁹ Cf., p. ex., o arquivo de dois dos principais canais portugueses acerca da “Cimeira de Copenhaga”, com todos os vídeos e artigos publicados na altura:

<http://ww1.rtp.pt/icmblogs/rtp/cop15/index.php?k=O-Que-e-a-Conferencia-de-Copenhaga.rtp&post=18184>; <http://www.sic.aoeio.pt/online/noticias/vida/especiais/copenhaga/>.
⁴⁰ Cf., p. ex.: <http://pt.euronews.net/2009/12/15/manifestaces-em-copenhaga/>; <http://pt.euronews.net/2009/12/16/clima-mais-de260-detences-durante-protesto-em-copenhaga/>; <http://pt.euronews.net/2009/12/17/cimeira-de-copenhaga-o-medo-do-fracasso/>.

Não obstante, e apesar de também se ter tido em consideração os “feitos” das anteriores COP da UNFCCC (Anexo 8 – “Grelha Cronológica das COP da UNFCCC”), achou-se sensato centralizar a pesquisa efetuada no contexto desta dissertação nos dados recentes da décima sexta Conferência das Partes, realizada no final de 2010 na cidade de Cancún, México. Para tal, procedeu-se a uma análise cuidada da Página Web do evento, mas também da documentação em arquivo da base de dados “*Earth Negotiations Bulletin*”, do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (*International Institute for Sustainable Development* – IISD-ENB).

Assim sendo, basta uma breve deambulação pelo sítio “*COP16/CMP6, Mexico 2010, United Nations Climate Change Conference*”⁴¹ para facilmente se entender que este é um verdadeiro “centro de informação” para quem participou ou quis acompanhar a Conferência de perto: de facto, desde o conjunto de notícias que relatam o quotidiano dos doze dias de Conferência, ilustradas por uma imensidão de fotografias e vídeos⁴², passando por um arquivo de “*discursos*”⁴³, “*entrevistas*”⁴⁴ e de “*comunicados de imprensa*”⁴⁵, e até de um conjunto de conteúdos multimédia e informação generalista acerca da Conferência, é bastante perceptível a vontade do país organizador em transmitir ao Mundo o desenvolvimento desta COP16 através de uma campanha transparente, inclusiva e, de certa forma, “recuperadora de confiança”, nomeadamente após o fracasso de “Copenhaga”. De resto, a tendência das COP ambientais em utilizar a Internet como difusão de informação ao público em geral tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos, situação facilmente comprovada quando se compara a Páginas Web da COP16 a outras mais antigas, como p. ex. o sítio da COP3⁴⁶ (Kyoto, Japão, 1997), que aliás é a primeira difusão de informação do género que se conhece à UNFCCC.

Contudo, e no que diz respeito à documentação oficial e de cariz mais institucional, nomeadamente às negociações e resultados alcançados na Conferência que aqui se destaca, convém reportar-se antes às secções dedicadas à COP16 na Página Web da Convenção⁴⁷, bem como do sítio do IISD-ENB⁴⁸, isto se o que se pretende realmente

⁴¹ Cf. <http://cc2010.mx/en/index.html>.

⁴² Cf. “*COP16/CMP6 Timeline*” em <http://cc2010.mx/en/press-center/news/index.html>.

⁴³ Cf. <http://cc2010.mx/en/press-center/speeches/index.html>.

⁴⁴ Cf. <http://cc2010.mx/en/press-center/interviews/index.html>.

⁴⁵ Cf. <http://cc2010.mx/en/press-center/press-releases/index.html>.

⁴⁶ Cf. <http://unfccc.int/cop3/>.

⁴⁷ Cf. http://unfccc.int/meetings/cop_16/items/5571.php.

é entender com mais pormenor a evolução decisória da Conferência. Entretanto, e por se considerar que uma análise escrita dos dados apurados nestas fontes poderia tornar-se algo repetitivo e até maçador, optou-se por se elaborar uma Ficha (Anexo 9 – “Ficha da COP16 da UNFCCC”) onde, de uma forma sumária e organizada, e não só relativamente à COP16, mas também à MOP6 e às reuniões paralelas dos seus Órgãos Subsidiários (*Subsidiary Body for Implementation – SBI*; *Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice – SBSTA*) e Grupos de Trabalho (*Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention – AWG-LCA*; *Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol – AWG-KP*), se pode consultar a informação que se julga ser mais relevante no sentido de exemplificar como se processa este género de eventos, bem como quais os documentos que dele advêm. Assim sendo, o dito esquema é desenvolvido através de quatro pontos principais (“*Programa e Agenda*”, “*Tópicos de Discussão*”, “*Participantes*” e “*Resultados Finais*”), onde houve uma preocupação de os preencher com aquilo que se considerou serem os respetivos principais tópicos, mas também de se incluírem os *links* para os documentos (com *consulta online*) que ilustram esses desenvolvimentos alcançados ao longo dos doze dias de negociação.

Resta assim fazer-se um breve apontamento acerca dos resultados finais alcançados nesta décima sexta Conferência das Partes das “*climáticas*”, que se encontram igualmente referenciadas Anexo supramencionado, mas que, pela sua importância e potencial praticabilidade, merecem um pouco mais de atenção. Mas antes de mais, note-se que não se devem abordar os resultados de “Cancún” e do contentamento e alívio que causaram no seio da maioria da comunidade internacional sem se primeiro recordar a enorme desilusão vivida em Copenhaga: com efeito, as negociações da COP15 em 2009 ficaram marcadas pelo descrédito, confusão e um sem número de conflitos paralelos (dentro e fora da Conferência) que conduziram a um resultado sem conteúdo, com falta de transparência e até antidemocrático, uma vez que alguns dos negociadores nem se aperceberam de onde surgiu o denominado “*Acordo de Copenhaga*”, enquanto que outros se queixavam da “regra do consenso” teimosamente aplicada aos assuntos da UNFCCC, a qual «...*allowed a few countries to prevent the Accord from becoming part of the formal legal Framework...*» (IISD-ENB, consulta

⁴⁸ Cf. <http://www.iisd.ca/climate/cop16/>.

online). É por isso compreensível que quando os “*Acordos de Cancún*” foram adotados no dia 11 de dezembro de 2010, os negociadores não só respiraram de alívio, como acataram o resultado quase como se fosse um “feito extraordinário”.

Mas o que mudou, entre “Copenhaga” e “Cancún”? Terá sido o facto de a COP16 ter sido consideravelmente menos mediatizada, contando com a presença de um menor número de jornalistas, ativistas e até mesmo de nenhum Chefe de Estado ou de Governo? Ou então das baixas expectativas a ela associadas, diminuindo em muito a pressão para um resultado que “ditasse o destino do Planeta”? Tudo isto é verdade e de possível relação, porém, e muito embora a pressão fosse, de facto, menor, esta não deixou de existir na COP16, antes pelo contrário. Os negociadores sabiam bem que tanto a UNFCCC como o próprio Multilateralismo Ambiental estavam em risco face a um novo falhanço em “Cancún”, o qual, entre outras coisas, «...*could lead to countries sidelining the UNFCCC framework and increasingly working through informal initiatives, thereby hindering international climate change cooperation...*» (IISD-ENB, *consulta online*), e talvez tenha sido precisamente esse o motivo que tornou a COP16 tão (comparativamente) produtiva.

Assim sendo, a comitiva organizadora mexicana traçou e seguiu cuidadosamente um processo com múltiplas abordagens, que incluiu eventos como reuniões dos grupos de trabalho para a Convenção e Protocolo, “*drafting groups*”, reuniões ministeriais informais e reuniões paralelas entre ministros, representantes da Sociedade Civil, e a Presidente da COP, Patricia Espinosa. Aos poucos, começava a surgir uma linha de compromisso em torno da Convenção, de onde se destacam progressos como: a criação de um processo que fixa os compromissos dos Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento na temática da mitigação, combinados com trabalho técnico que irá auxiliá-los a entendê-la melhor, o que inclui um registo de “*Nationally Appropriate Mitigation Actions*” por parte dos Países em Desenvolvimento e um melhoramento do processo “*Monitoring, Reporting and Verification/International Consultation and Analyses*”; a criação de um “*Green Climate Fund*”, paralelamente a um financiamento de arranque rápido e a longo prazo, bem como a uma comissão permanente sob a alçada da COP com o intuito de auxiliar as Partes; a tão esperada evolução, apesar de inacabada (alguns negociadores esperavam mais clareza nas questões financeiras), relativamente ao programa sobre a Redução das Emissões Provocadas pela

Desflorestação e pela Degradação da Floresta nos Países Desenvolvidos (*“Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries”* – REDD+); o acordo acerca de um novo mecanismo de tecnologia que abrange um Comité Executivo para a Tecnologia e um Centro e Rede de Tecnologia Climática; por fim, foi igualmente estabelecido o *“Cancun Adaptation Framework”* com o objetivo de melhorar as ações e a cooperação internacional na temática da adaptação.

Com efeito, e tomando as palavras de um delegado no final da Conferência, este não é um resultado “forte”, mas é claramente “positivo” (IISD-ENB, *consulta online*). Por outro lado, muitos consideraram os resultados em torno da MOP6 consideravelmente menos bem sucedidos: de facto, a continuidade do “Protocolo de Kyoto” permaneceu em *standby*, sendo mais uma vez adiado o agendamento de um “segundo período de compromisso” que deverá dar seguimento ao em vigor após 2012; além disso, o AWG-KP continuou sem um prazo final para concluir as suas tarefas, ficando apenas a ideia que deveria ser *«...as soon as possible...»* (IISD-ENB, *consulta online*) e de modo a evitar uma lacuna entre os dois períodos de compromisso. Porém, e muito embora os Estados não tenham declarado oficialmente os seus compromissos acerca das reduções de emissões para o “segundo período de compromisso”, alguns voluntários mostraram-se dispostos a apresentar ao Grupo de Trabalho quantificações alcançadas nesse domínio, deixando assim uma réstia de esperança para os que acreditam que o “Protocolo de Kyoto” ainda poderá vir a ter um futuro produtivo.

Em conclusão, pode-se dizer que esta foi uma COP com resultados “a meio gás”: houve, de facto, pequenos mas importantes progressos em algumas áreas, enquanto que noutras os resultados (ou falta deles) deixaram algo a desejar. Através dos relatos de referência da Conferência, nota-se uma aparente resignação por parte das delegações, talvez porque sabiam que era desnecessário pedirem mais do que haviam alcançado, ou porque simplesmente não queriam arriscar outro fracasso; contudo, e porque no Multilateralismo Ambiental o consenso absoluto é quase utópico, Estados como a Bolívia ainda exprimiram a sua preocupação acerca de uma série de questões que não viram resolvidas, como p. ex. o sistema de votação das *“Rules of Procedure”* da COP que continuou estagnado (IISD-ENB, *consulta online*), porém não foi o suficiente para persuadir os restantes Estados, nem tão pouco a Presidente Espinosa que,

transmitindo bem o espírito vivido em “Cancún” – onde, para alívio de todos, os “percalços” foram substituídos por “aplausos” – rematou:

«...Consensus requires that everyone is given the right to be heard and have their views given due consideration (...) consensus does not mean that one country has the right of veto, and can prevent 193 others from moving forward after years of negotiations on something that our societies and future generations expect...» (IISD-ENB, consulta online).

2.2. A COP10 da Convenção sobre a Diversidade Biológica: “Protocolo de Nagoya” e o sucesso merecido

Para se ter uma noção alargada dos feitos alcançados pelas Conferências das Partes da CBD desde 1994 (COP1) até 2010 (COP10), praticamente se deixa de poder contar com o auxílio de apontamentos de autores de referência. Com efeito, e ao contrário do que se verificou acerca das COP da UNFCCC, os comentários às COP da Convenção sobre a Diversidade Biológica escasseiam, daí que a única forma que se encontrou para as entender foi através de informação diretamente proveniente da Página Web da Convenção e, mais uma vez, do *“Earth Negotiations Bulletin”*; tal pesquisa resultou, antes de mais, na “Grelha Cronológica da CBD” disponível no Anexo 10 – “Grelha Cronológica das COP da CBD”.

Não obstante, e no que diz respeito à sua mais recente 10ª sessão, parece que a Conferência das Partes da CBD tem vindo a ganhar o merecido mediatismo (*momentâneo?*), e pelas melhores razões: a reunião realizada em outubro de 2010 na cidade de Nagoya, Japão, é aquilo que pode ser considerado no Multilateralismo Ambiental como um “sucesso”, uma vez que desde a sua organização, até aos seus resultados, tudo pareceu funcionar dentro das expectativas (IISD-ENB, *consulta online*), nomeadamente no que diz respeito à adoção do “Protocolo de Nagoya sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos da sua Utilização”, o que é sem dúvida o ponto alto não só desta COP em particular, mas também dos últimos anos. Com efeito, a adoção de um qualquer instrumento que engrandeça a Convenção é sempre motivo de orgulho para as Partes e para os organismos envolvidos, mais ainda se for um Protocolo. Por outro lado, não seria justo dizer-se que a COP10 e os seus resultados são perfeitos, até porque a “perfeição” é algo de extremamente ilusório no Multilateralismo Ambiental: há sempre alguém

descontente com alguma decisão ou falta dela, mas quando o quadro geral deste gênero de reuniões é positivo, é preciso engradecê-lo, que mais não seja para repeti-lo e melhorá-lo no futuro:

«...Se bem que nem todas as decisões adotadas nas diversas matérias em discussão tenham ido tão longe quanto desejável, o seu conjunto representa um avanço assinalável na cooperação multilateral em matéria de biodiversidade, reafirmando a sua progressiva integração na generalidade das atividades humanas...» (MAOT, 2011:6).

Assim sendo, e com o impulso do “bom ambiente” que havia decorrido das negociações da MOP5 do “Protocolo de Cartagena”, concluídas na semana anterior, a COP10 decorreu com algum otimismo, mas também com os habituais percalços e desânimos, pelo que só na etapa final foi possível alcançar os principais compromissos (Anexo 11 – “Ficha da COP10 da CBD”), entre os quais se destacam os seguintes:

| O já mencionado “Protocolo de Nagoya”⁴⁹, que representa o culminar de longos anos de negociações complexas, onde foi inclusive necessário pressionar algumas das Partes envolvidas de modo a mostrarem mais flexibilidade. Tal implicou *«...não só a realização de múltiplas reuniões, como exigiu por vezes as reduções da dimensão dos grupos negociais, com a nomeação de representantes regionais, incrementando a eficiência negocial, mas reduzindo a sua transparência...»* (MAOT, 2011:10), resultando, no final, num texto de compromisso cauteloso, que para alguns, nomeadamente os Países em Desenvolvimento, é visto como um mínimo denominador comum, para outros uma oportunidade mal aproveitada, mas para a maioria um passo na direção certa (IISD-ENB, *consulta online*). Apesar de fazer parte de um dos três objetivos da CBD⁵⁰, a questão “*Access and Benefit-sharing*” (ABS) demorou a tomar forma e a incluir-se nas prioridades das COP (note-se que só a partir de 2002 este assunto passou a ser discutido com mais ênfase), muito embora se reconhecesse, obviamente, a sua importância para os setores da biotecnologia, da indústria farmacêutica, da indústria alimentar, dos cosméticos ou das plantas ornamentais, entre outros. Assim, o Protocolo tem como objetivo central

⁴⁹ Cf. texto do Protocolo: <http://www.cbd.int/abs/text/>.

⁵⁰ Definidos no Artigo 1.º, os Objetivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica são os seguintes: «...a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e **a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos** [grifo meu]...» (MAOT-GRI, 2001:210).

«...a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização de recursos genéticos, inclusivamente através do acesso adequado aos recursos genéticos e da transferência apropriada das tecnologias relevantes...» (CBD, 2011, consulta online, tradução livre da autora), e quando em vigor, aplicar-se-á a todos os recursos genéticos exceto aos abrangidos por acordos específicos de ABS, bem como a todo o conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, ficando os Países encarregues de adotar as medidas legislativas, administrativas ou políticas que assegurem que os utilizadores de recursos cumpram com a legislação ou requisitos regulamentares dos países fornecedores, bem como de salvaguardar e penalizar eventuais situações de incumprimento;

| O “*Plano Estratégico da CBD 2011-2020*”, que apesar de muito menos complexo ou mediático do que o Protocolo, é provavelmente uma decisão tão ou mais importante do que este, uma vez que é o que mais efeitos terá sobre a evolução das políticas para a biodiversidade ao longo da próxima década. O “*Plano*” é composto por uma *Visão*, uma *Missão* e 20 *Objetivos*, dos quais se realçam a premissa de que os valores da biodiversidade passam a ser incorporados nos orçamentos, contabilidades e sistema de relatos públicos (*Objetivo 2*); que os incentivos prejudiciais à biodiversidade são eliminados, progressivamente reduzidos ou reformulados (*Objetivo 3*); que são atingidas percentagens globais de áreas protegidas de 17% para o meio terrestre e de 10% para áreas costeiras e marinhas (*Objetivo 11*); que são restaurados pelo menos 15% de ecossistemas degradados (*Objetivo 15*); e que a taxa de perda de todos os habitats é reduzida para metade, e onde possível reduzida a zero, e que a fragmentação e degradação dos habitats reduzida significativamente (*Objetivo 5*);

| A “*Estratégia de Mobilização de Recursos*”, a qual é particularmente importante para os Países em Desenvolvimento, que pedem aos países dadores um aumento substancial dos recursos (financeiros, humanos e técnicos) para lidarem com as questões de biodiversidade, necessidade aliás já reconhecida por diversas OI e ONG, bem como pela 3ª edição do “*Global Biodiversity Outlook*”;

| E ainda outras decisões importantes no que diz respeito à biodiversidade marinha e costeira, ficando acordado o estabelecimento de um repositório para a informação e experiência científica e técnica relativas à identificação de “Áreas Ecológica ou

Biologicamente Significativas”, outra no que diz respeito à afirmação do papel da CBD no que se refere ao REDD+, a adoção de um código de conduta ética em relações aos povos indígenas e comunidades locais, a aprovação de um plano de cooperação “Sul-Sul”, e ainda o estabelecimento de passos concretos para uma cooperação acrescida entre Convenções.

Com efeito, e tendo em conta a demora nos avanços relativos à questão ABS, o facto de se terem alcançado compromissos que o “reassume” como um problema a enfrentar e a gerir, é, por si só, uma vitória. Não se quer com isto dizer que um acordo “mau” é melhor do que “nenhum” acordo, porém pensa-se que não será este o caso. Além disso, note-se que a COP10 tinha uma certa responsabilidade acrescida em dar um novo alento ao Multilateralismo Ambiental: para além das habituais críticas ao sistema ambiental mundial, o “fantasma” do fracasso da COP15 da UNFCCC em 2009 e o facto dos resultados das “Metas para a Biodiversidade 2010”, definidas em 2002, terem ficado muito aquém do desejado, fizeram com que esta Conferência fosse uma espécie de “balão de oxigénio” para as Relações Internacionais Ambientais em geral, e para as “Convenções do Rio” em particular.

É por isso perfeitamente compreensível que o final da reunião tenha sido pautado por «...*Standing ovations, tears of joy and a great feeling of relief. To some delegates, the success of COP 10 (...) marked the rebirth of environmental multilateralism...*» (IISD-ENB, *consulta online*). Contudo, é impossível não indagar: será que o Multilateralismo Ambiental se pode dar “ao luxo” de se encontrar constantemente no limite, dependente de negociações que acabam mais frequentemente com sensações de “alívio” em vez de um simples “dever cumprido”, e por isso repetidamente desacreditadas e menosprezadas? Como já se disse, Conferências prósperas são e devem ser sempre motivo de orgulho para as Partes de uma Convenção, mas não deveriam ser também a “regra” em vez da “exceção”?

2.3. A COP10 da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação: demasiada discrição

Se se pode afirmar que existe um decréscimo considerável de informação acerca das COP da UNFCCC para as da CBD, então o que dizer do que respeita às Conferências das Partes da UNCCD? Com efeito, e não só no que concerne ao seu órgão executivo,

esta é uma Convenção por vezes demasiadamente desconsiderada: escasso ou nenhum espaço lhe é dedicado na maioria da bibliografia de referência, e mesmo existindo um número variado de artigos científicos e de opinião *online* acerca do documento e da respetiva temática, ainda assim entende-se perfeitamente a diferença em relação às restantes “Convenções do Rio”. De facto, e apesar das constantes tentativas da Convenção em ganhar um lugar “cativo” na opinião pública internacional, tal parece tardar.

Não se quer com isto dizer que a UNCCD e as suas respetivas COP não tenham vindo a alcançar alguns resultados, uns mais progressistas e eficazes que outros, porém a sua importância e mediatismo, por vezes tão necessários para a negociação e implementação de medidas, não são o que se poderia esperar de uma questão que requer tamanha ponderação. Também não se considera que a UNFCCC ou a CBD sejam, em comparação, brilhantes no que respeita ao alcance de resultados e visibilidade, mas a verdade é que a diferença entre as três é manifesta, não sendo por isso surpreendente que a UNCCD já tenha sido apelidada como «...*The Rio conventions’ poor little sister...*» (Trux *et al.*, 2007:22).

Existirá uma razão plausível para tal? Será que esta insipiência em relação à “Convenção para a Desertificação” resulta tão-somente de uma falta de conhecimento científico em torno da temática? Com efeito, há quem defenda que o facto da questão das “secas” ser um problema ancestral e recorrente não ajuda a que a comunidade internacional se sensibilize com a multiplicação e agravamento de episódios de fome, migrações em massa e escassez de água; contudo, é também normalmente esquecido que muito embora seja de facto um problema antigo e, em certos casos, sazonal, não há registo das suas causas e consequências serem tão gravosas. É nesse sentido que a Convenção tenta trabalhar, alertando para o facto de que apesar da problemática afetar de forma mais intensa o continente africano, nenhum país ou região está “livre” da mesma, e que por isso mesmo são precisas medidas efetivas e uma maior mobilidade de recursos para que se lhe possa fazer frente e preveni-la.

Assim sendo, as COP têm, ao longo das dez sessões já realizadas, tentado converter de alguma forma as tendências catastróficas da desertificação, mas a “timidez” das Partes não permitiu que as medidas acordadas fossem muito além de um conjunto de Anexos Regionais, revisões da Convenção e do habitual Plano Estratégico

(Anexo 12 – “Grelha Cronológica da UNCCD”). Em relação à mais recente COP10, realizada em outubro de 2011 na cidade de Changwon, Coreia do Sul, a situação não parece ter-se alterado muito: de entre as 39 decisões adotadas pode-se destacar o desenvolvimento de medidas que promovem a coordenação regional da implementação da Convenção, bem como com outras Convenções, OI e ONG, a análise à colaboração com o Fundo Mundial para o Ambiente, e a abordagem a medidas que capacitem a Convenção como autoridade mundial em conhecimentos científicos e técnicos relativos à desertificação, degradação dos solos e mitigação dos efeitos da seca. Mas para além disso, e apesar da relevância própria de cada uma das decisões alcançadas, pouco foi conseguido (Anexo 13 – “Ficha da COP10 da UNCCD”). Podia crer-se que, tendo em conta os recentes episódios dramáticos provocados por períodos de seca intensa vividos pelos milhares de habitantes da região do “Corno de África”⁵¹ os mesmos tivessem finalmente compelido a comunidade internacional em agir no sentido de lidar efetivamente com essas e outras situações; porém nenhum passo relevante foi, aparentemente, dado.

Resta questionar-se, a problemática da *desertificação* e da *degradação dos solos* não é suficientemente gravosa e importante para que a opinião pública internacional se indigne perante a falta de medidas assertivas provenientes das Conferências das Partes da UNCCD? Com certeza que haverá quem considere escandalosa esta passividade, mas comparada com os ecos críticos das conferências das “*Climáticas*” ou até mesmo da pressão imposta à mais recente COP da CBD, parece nem se estar a falar de Convenções “irmãs”, que necessitam de ações concretas e coerentes de cada uma para, entre outras coisas, desenvolverem esforços cooperativos entre as três. De facto, não se entende a disparidade de relevância, informação e mediatismo entre as “Convenções do Rio”, e principalmente no que respeita à UNCCD, mas crê-se no entanto que tal poderá estar prestes a mudar, muito embora pelos piores motivos: o número de solos danificados pelo fenómeno da desertificação, bem como a extensão do problema a múltiplas regiões para além das já habituais, a durabilidade e frequência dos episódios de seca e o número de pessoas afetadas pelos mesmos devem ser razão mais do que suficiente para que a curto prazo este seja um tema tão entendido e respeitado pela comunidade internacional como qualquer outra temática ambiental.

⁵¹ Cf. <http://pt.euronews.net/2011/07/14/catastrofe-no-corno-de-africa/>.

V. REFLEXÕES FINAIS

Como já se disse aquando da Introdução, a elaboração da dissertação que agora se finaliza teve como dois grandes impulsos o gosto pela matéria, por um lado, e a percepção de que o seu estudo a nível nacional estaria um tanto desapreciado, por outro. É nesse sentido que, e com escassos conhecimentos iniciais acerca do Multilateralismo Ambiental, se começou uma ampla e vasta pesquisa acerca do tema, para a qual muito ajudou o facto de logo desde o início se ter delimitado o objeto de estudo às três “Convenções do Rio”, as quais, pelas suas origens específicas e dinamismo atual, se revelaram excelentes exemplos práticos do tema principal e uma espécie de “faróis” no meio de um sem número de informação que começava, entretanto, a surgir. Daí a se considerar as COP, enquanto órgãos executivos dessas Convenções e abarcando reuniões regulares de todas as Partes envolvidas ou observadoras, como um dos momentos máximos do Multilateralismo Ambiental atual, foi um pequeno passo, para o qual muito ajudou o estágio no MAOT, uma vez que se presenciou alguma da preparação da participação nacional/europeia nas COP10 da CBD e da COP16 da UNFCCC, ficando-se desde logo com a ideia de que este género de reuniões poderiam ser interessantes casos de estudo.

Entretanto, a seleção da informação pesquisada não foi, de todo, simples: entendendo-se desde cedo que a bibliografia nacional relativa à temática era francamente escassa, pensou-se com algum alarme que poderia acontecer o mesmo com referências estrangeiras, porém a situação inverteu-se consideravelmente. Com efeito, e por entre um vasto número de livros, artigos científicos e de opinião, Páginas Web informativas, entre outras fontes mais ou menos curiosas, nem sempre foi simples entender o que seria ou não digno de uma leitura mais atenta. Por outro lado, e para além dos dados disponibilizados *online*, a obtenção de outra bibliografia, nomeadamente de livros, foi particularmente complicada: após uma veemente procura em bibliotecas da região de Lisboa, mas também em outras de outras cidades portuguesas (nomeadamente em instituições académicas com departamentos de Relações Internacionais), concluiu-se com algum desânimo que os principais títulos, as “bíblias” se se quiser, das Relações Internacionais do Ambiente pareciam não existir em território nacional, o que, obviamente, veio dificultar em muito a reunião da informação

que se pretendia. Crê-se até que esta foi uma das fases mais complexas de toda a elaboração da dissertação, uma vez que não se podia recorrer a uma simples ida à biblioteca e a um singelo “desfolhar” de páginas, retirando as ideias que mais convinham e fazendo uso da bibliografia para outras pesquisas. A alternativa encontrada foi adquirir *online* (uma vez que também as livrarias portuguesas pouco tinham acerca do assunto) a bibliografia que se foi, aos poucos, seleccionando, seguindo alguns critérios como p. ex. a data de publicação, a notoriedade dos seus autores e referências ao seu conteúdo, não deixando porém de ser uma tarefa arriscada, complexa e altamente dispendiosa.

O pretendo máximo de uma dissertação de Mestrado, seja ela de que espécie for, deve estar no alcance de Reflexões Finais concisas, claras, coerentes e de algum modo inovadoras para a comunidade científica, mesmo que seguindo a mesma linha de pensamento de opiniões já “refletidas” algures noutro momento e lugar, como aliás é costume nas dissertações teóricas, como esta que agora se finaliza. Com efeito, pensa-se que o estudo, a reflexão e a discussão de um dado tema, principalmente os que, como o Multilateralismo Ambiental, suscitam tantas questões e controvérsias, é um primeiro passo essencial para, através das conclusões obtidas, se poder delinear um plano estratégico com uma componente mais prática, que possa ajudar a corrigir e/ou desenvolver os principais prós e contras da temática em causa. Tal torna-se particularmente claro não só numa abordagem essencialmente internacional, como p. ex., no que respeito à necessidade da reestruturação da governação internacional ambiental, mas também em situações de índole nacional, como a implementação dos resultados dessa governação.

Nesse sentido, esta dissertação faz perfeito sentido, nomeadamente se tivermos em conta a posição de Portugal perante as Relações Internacionais do Ambiente: um país que viu a sua política ambiental crescer grande parte devido a inúmeros e diversos “*impulsos externos*” (Schmidt, 2008), mas que contudo desconhece e/ou menospreza a importância que a ONU, os MEA, as “Convenções do Rio”, as suas COP, bem como outros aspetos do Multilateralismo Ambiental, podem ter no desenvolvimento das políticas ambientais e de sustentabilidade europeias, no geral, e nacionais, em particular, e que não raras as vezes associa a este tipo de organismos e instrumentos uma “perda de tempo e de soberania” – crítica que nem sempre surge com as devidas fundações,

limitando-se a estar de acordo com algumas opiniões públicas e políticas. Essa insipiência generalizada tem, de certa forma, as suas razões de ser: se por um lado a governação internacional ambiental não tem tido os resultados eficazes que qualquer cidadão precisa para “acreditar” na utilidade das políticas que se lhe impõem, também os executivos nacionais têm falhado sucessivamente na transposição normativa dos resultados do Multilateralismo Ambiental, levando a que não só os cidadãos em geral, como o próprio sistema institucional do país tenha perdido a “fé” nas políticas externas ambientais.

Pode haver quem defenda: “*essa situação tem vindo a mudar...*” – com efeito, assim é, mas não o suficiente para alterar uma cultura de menosprezo do Ambiente tão enraizada como é a portuguesa: por muito que a “ecopreocupação” se tenha, nos últimos anos, incrementado no quotidiano de uma boa parte de cidadãos, continuam a ouvir-se vozes altamente críticas (vindas até dessa “boa parte”) acerca, p. ex., de novas políticas para combater os GEE, da alteração do preço da água cujos valores históricos irrisórios levam a um desperdício particular e coletivo constante, ou, em boa verdade, de tudo o que vá contra os costumes e virtual “bem-estar” dos portugueses. Por outro lado, não se deve usar o cidadão comum como “bode expiatório” para todos os males ambientais: de facto, e apesar de muitas das intenções governativas serem as corretas, têm-lhes faltado coerência, robustez, audácia, iniciativa, dinâmica, i.e., tudo aquilo que também, por vezes, falta à governação internacional. *Ou será ao contrário?!*

Numa recente abordagem preparatória à “Conferência Rio+20”, Stoddart (2011) reflete que «...*the current governance of the global commons through the prism of national sovereignty remains one of the most fundamental obstacles to progress...*» (Stoddart, 2011:7). Com efeito, e enquanto os bens públicos globais que se encontrem dentro das fronteiras de um determinado país continuarem sob a sua exclusiva jurisdição nacional, o mais provável é que as decisões tomadas em função dos mesmos tenham por base interesses nacionais – não raras as vezes os menos louváveis – em vez de preocupações globais. Entretanto, a maioria das Nações continuam a opor-se fortemente à cedência de parte da sua soberania a instituições transnacionais que à partida defendam única e exclusivamente o interesse ambiental global, principalmente quando os incentivos a curto-prazo são frequentemente insignificantes, o que explica em boa parte o incumprimento de diversos MEA por parte da maioria dos seus Estados-

Parte, uma vez que as tutelas destes instrumentos não têm os meios jurídicos necessários para fazerem valer as suas medidas.

Posto isto, é simples entender que o problema não parte necessariamente de MEA vagos de conteúdo, como são geralmente caracterizadas, p. ex., as Convenções-Quadro ambientais; elas são tão-somente o reflexo das pretensões das Partes que participam na sua elaboração, o que não descomplexa o problema, antes pelo contrário. Se ao entrar nas negociações de um novo instrumento um Estado não se sentir motivado e/ou tiver como único propósito fazer valer interesses que nada tenham a ver com o Ambiente, então o seu contributo para um acordo robusto será nulo. Entretanto, feitas as devidas negociações e adotado o novo tratado, não se pode esperar que o tal Estado inicialmente desmotivado tenha simplesmente alterado a sua visão e empenhamento, sendo por isso expectável que muito embora aceite tornar-se “Parte” – lucrando assim com os “proveitos diplomáticos” desse estatuto – tal não quererá necessariamente dizer que irá facilitar o seu desenvolvimento ou cumprir rigorosamente a sua implementação. Assim, o instrumento “vago” permite a esse e a outros Estados evoluir conforme o desejado, tirando partido da máxima do Multilateralismo que encara a cooperação internacional como um procedimento que avança através do consenso, deixando pouco espaço de manobra aos demais que têm estratégias como a “ambição” e o “comprometimento” nas suas agendas ambientais. Este é portanto um processo perverso, que não só debilita os MEA e as ações levadas a cabo, mas que também influencia diretamente outras questões relacionadas com o Multilateralismo Ambiental, como p. ex., o processo da elaboração dos tratados (*“Treaty-making process”*), demorando-o e tirando-lhe credibilidade.

Por seu lado, a fragilidade de organismos como o UNEP e o CSD, que deveriam ter, à partida, poderes e influências institucionais e jurídicas consideravelmente maiores do que lhes são presentemente atribuídas, é outra das grandes falhas do sistema ambiental internacional, e em particular da ONU. É certo que a distinção destes dois organismos na esfera ambiental faz *jus* aos progressos que desde a década de 70 e 90, respetivamente, têm sido notados nas suas áreas de intervenção, porém estão longe de, e principalmente no cenário atual, conseguirem delinear e aplicar em pleno um plano estratégico ambicioso que o Ambiente e o Multilateralismo Ambiental tão urgentemente necessitam. O simples facto de tanto o UNEP como a CSD reportarem à ECOSOC em

vez de diretamente à UNGA é, por si só, um sinal da “debilidade” destes organismos, sendo admitido pela maioria dos críticos deste sistema que as suas “vozes” são, nesse contexto, notoriamente contidas, situação que se agrava particularmente no caso do UNEP, devido ao seu estatuto oficial de “Programa” em vez de ““Agência Especializada””, com todas as agravantes que tal lhe coíbe.

Mas a principal falha – que acaba, de certa forma, por influenciar as outras já mencionadas, e também as demais – é, sem sombra para dúvidas, a descoordenação e incoerência com que o sistema institucional delineado para o Ambiente tem vindo a ser rotulado, e com razão. De resto, a supra-abordagem ao sistema ambiental da ONU demonstra isso mesmo: uma quantidade desmedida de MEA, que não raras as vezes dão origem a um novo Regime, e inúmeros Atores (e dentro deles, os diversos organismos da ONU), todos eles com alguma competência, objetivo ou mandato, e com mais ou menos ênfase e autonomia, nas diferentes problemáticas ambientais.

As repercussões desta descoordenação são várias e atingem de diversas formas a estrutura do Multilateralismo Ambiental: p. ex., ao olhar-se para o direito costumeiro, que tanto contribui para a valência do Direito Internacional, rapidamente se entende que, muito embora se tenha avançado consideravelmente no costume jurídico ambiental, as suas bases legais estão longe de serem as mais seguras e universalmente estabelecidas; com efeito, «...*Many of the treaties (...) reflect the continued operation of a process of codification and lawmaking which will be complete only when supported by the evidence of widespread, representative, and consistente state practice normally required for creation of customary international law...*» (Birnie *et al.*, 2009:209), entendendo-se que tal só será em boa parte possível quando os Estados puderem contar, ou forem coagidos por, uma governação internacional ambiental robusta e coerente. O mesmo se aplica à designada “*Soft Law*”, cuja influência na prática dos Estados será tanto mais significativa conforme o grau de autoridade do organismo que a desenvolve.

No que respeita a Conferência do Rio de 1992, esta nunca teve, aparentemente, o intuito de alterar este processo descoordenado: as inúmeras negociações que a antecederam tornaram clara a falta de apoio político na criação de uma agência para o ambiente e desenvolvimento, nem tão pouco na atribuição dessa “incumbência” a um organismo já existente. Não obstante, a reflexão e discussão sobre o tema subsistiram numa fase preparatória, conseguindo as *Prepcoms* da UNCED levar a cabo «...*the most*

wide-ranging and thorough review ever conducted of the UN's environmental and developmental activities and the whole range of environmental and developmental agreements and institutions worldwide...» (Birnie *et al.*, 2009:103), muito embora, como se sabe, se tenha então acreditado que não seria necessário ir além da criação da CSD.

Mas o debate acerca da necessidade de repensar e redirecionar a estrutura institucional da ONU para o Ambiente estava definitivamente lançado, e não deixa de ser injusto dizer-se que todos os seus resultados foram vãos. A institucionalização definida para o Ambiente pode, atualmente, não ser a melhor, mas os esforços dos seus organismos são irrefutáveis, e estes acabam por, em certos casos, se complementarem larga e eficazmente; entretanto, pode até pensar-se que jogar a carta da “diferença” é, neste caso, uma saída fácil, mas enquanto destoa do restante sistema da ONU, nomeadamente no que respeita à compatibilidade e complementaridade, a estrutura ambiental das Nações Unidas acaba por beneficiar da sua multiplicidade: cada organismo tem as suas especificidades próprias, tais como os seus mandatos, objetivos e até Estados Parte, e muito embora esta funcionalidade discrepante possa tornar o processo de planeamento e implementação de programas mais complexo, pode também, por outro lado, potenciar interações, debates e diversidade. Com efeito, muitos dos organismos da ONU, bem como as ONG que habitualmente com ela colaboram, têm efetuado tal tarefa com assaz eficácia em diversas áreas, porém não se pode esquecer que as suas atividades são necessariamente limitadas e os seus poderes quase insignificantes para desencadear as reformas necessárias no sistema: aqui, como em tudo o resto que diga respeito ao Multilateralismo Ambiental, «...*much depends (...) on the will of states to use these tools effectively...*» (Birnie *et al.*, 2009:104). De resto, de pouco importa as validades da diversidade quando os inúmeros Regimes derivados de um sem número de MEA não conseguem desenvolver as devidas inter-relações que lhes faça valer uma governação ambiental coordenada.

Assim, e apesar das diversas tentativas de se reestruturar a governação internacional ambiental ao longo das últimas duas décadas, os progressos foram obviamente limitados; note-se inclusive que «...*while governance discussions continued, they were never explicitly on the political agenda...*» (Ivanova, 2011:5), o que tem feito desta questão tão real e efetivamente preocupante para a comunidade

internacional, um problema, na prática, “fantasma”. Porém, e pela primeira vez desde a “Conferência do Rio” de 1992, surge agora uma oportunidade política evidente para reformular o quadro institucional internacional para o Ambiente: a “Conferência Rio+20”, que se irá realizar na cidade do Rio de Janeiro precisamente 20 anos depois da original, tem como um dos seus marcos a rubrica *“Institutional Framework for Sustainable Development”*, fazendo assim com que todas as expectativas acerca deste domínio estejam agora centradas nos resultados que dali poderão advir, sejam eles mais arrojados ou perfeitamente inúteis, pois «...even a decision for no reform will have enduring consequences and will shape the actions of the global community over the next twenty years...» (Ivanova, 2011:5).

E pela altura da redação desta dissertação, já começam a surgir os primeiros prognósticos – maioritariamente diminutos – daquilo que será a próxima Conferência da ONU para o Ambiente. O principal advém do recentemente lançado *“Rio+20 Zero Draft – The Future We Want”* (10 de janeiro de 2012), que é a base para as discussões e negociações daquilo que serão as conclusões finais, e que gira em torno daquilo que serão as duas principais temáticas da Conferência, a saber: *“A green economy in the context of sustainable development and poverty eradication”*, e a já referida *“The institutional Framework for sustainable development”*. A primeira é uma tentativa de mostrar ao Mundo que o Ambiente não precisa de ser “inimigo” da Economia, e vice-versa, sendo para isso preciso encontrar um equilíbrio entre ambos para que possam ser alcançados em plenitude os desígnios do Desenvolvimento Sustentável; é, sem dúvida, uma forma perspicaz de abordar o problema, até porque num contexto de crise económica mundial, todas as soluções devem ser devidamente ponderadas para que o paradigma financeiro possa ser repensado e melhorado – espera-se assim que esta Conferência possa ser um passo em frente naquilo que precisa de ser, de facto, uma “economia mais verde”, ou seja, uma economia mais próspera, e é para isso basicamente que o *“Zero Draft”* apela.

No que respeita ao segundo tema, existem dois pontos de especial relevância, uma vez que, a serem concretizados, irão alterar definitivamente o quadro da governação internacional ambiental: a transformação da CSD num Conselho para o Desenvolvimento Sustentável, o qual será o «...authoritative, high-level body for consideration of matters relating to the integration of the three pillars of sustainable

development...» (UNCSD, 2012:9), ou, numa perspetiva mais ambiciosa, «...*to establish a UN specialized agency for the environment with universal membership of its Governing Council, based on UNEP, with a revised and strengthened mandate (...) on an equal footing with other UN specialized agencies...*» (grifo meu) (UNCSD, 2012:10). Obviamente que ao serem levadas avante – apesar de não se equacionar o facto de ambas serem postas em práticas, uma vez que seria, talvez, almejar demasiado –, tanto uma como a outra devem ter efeitos práticos claros e tão céleres quanto possível, tendo-se em conta que deverá ser sempre um processo contínuo, que nunca deixará de necessitar de novas medidas e princípios que o completem e melhorem.

Apesar de lhe atribuírem algum potencial, os principais críticos da matéria também já identificaram uma série de falhas neste “Zero Draft”, as quais, em alguns casos, tendem a ser notavelmente alarmistas, o que demonstra bem, por um lado, a expectativa que existe em torno desta Conferência, e por outro, o receio de que seja mal sucedida. Dos dois temas que irão estar na ribalta, o último acima mencionado é, no geral, o mais “pré-debatido”, uma vez que é também o que hipoteticamente desencadeará mais resultados práticos a curto-médio prazo. Contudo, as previsões não são as melhores: além de muitos acharem que o “Zero Draft” fica um pouco aquém daquilo que se julga ser necessário para o incremento do Multilateralismo Ambiental⁵², também faz com que as opiniões dos Estados acerca do assunto comecem a surgir, e aí a situação torna-se verdadeiramente delicada. P. ex., a propósito da atualização do estatuto do UNEP a “Agência Especializada” da ONU, os EUA observaram subtilmente que era preferível «...*avoid the distraction of trying to set up something new and untested...*» (Duyck, 2012, *consulta online*), enquanto que a Índia constatou que «...*elevating UNEP to the status of a UNEO or a specialized environmental agency, would give disproportionate weight to the environmental pillar of sustainable development...*» (Duyck, 2012, *consulta online*), que por sinal é atualmente o único dos três que não é oficialmente representado por uma organização ou agência internacionais.

⁵² Cf.:

<http://www.odi.org.uk/opinion/details.asp?id=6255&title=rio20-future-want-green-economy-institutional-framework>;

<http://rioplustwenties.org/?p=1036>;

<http://climatehealthconnect.org/blog/more-ambition-future-we-want>.

Será sem dúvida um duro golpe se as previsões negativistas se concretizarem, desaproveitando a comunidade internacional esta oportunidade para evoluir. Com efeito, o Multilateralismo Ambiental não se pode dar ao luxo de repetir fracassos como o de “Joanesburgo”, pelo contrário; a sua missão deve ser igualar ou melhorar os feitos da “Conferência do Rio” original e fazer de junho de 2012 um ponto de viragem ambicioso, do qual o Ambiente tanto precisa. É óbvio que a reestruturação do quadro institucional ambiental da ONU não é, por si só, o “remédio para todos os males”, mas é um desenvolvimento de extrema importância, sem o qual se prevê muito difícil, senão mesmo impossível, futuros sucessos da governação internacional ambiental. Por outro lado, é também preciso notar que, a cinco meses da Conferência, os prognósticos supramencionados têm um grau de exatidão extremamente incerto, e por tal devem ser encarados com a ligeireza adequada. Enquanto um conjunto de “linhas de orientação”, o “*Zero Draft*”, apesar de pouco ambicioso, irá muito provavelmente sofrer alterações consideráveis, que o tornarão, esperançosamente, mais robusto do que agora; além disso, convém lembrar que muitos dos “bons resultados” do Multilateralismo Ambiental surgiram de conferências que, à partida, tinham poucas hipóteses de serem bem-sucedidas, e que sejam quais forem os resultados em junho, não se pode em caso algum dar este assunto como “encerrado”, pois a “Conferência Rio+20” é sem dúvida um marco importante, mas não será com certeza o último.

No contexto desta dissertação falta ainda realçar um dos seus aspetos essenciais: as COP das “Convenções do Rio” enquanto exemplos práticos do Multilateralismo Ambiental. Tentou-se, ao longo do capítulo que incluiu esta temática, clarificar tanto quanto possível não só a importância que estes órgãos executivos têm na governação internacional ambiental, como, paralelamente, mostrar algumas das suas reuniões mais recentes. Claro que muito ficou por dizer, até porque o intuito não era fazer uma abordagem exaustiva das Conferências das Partes, nem das “Convenções do Rio”, mas sim respeitosamente utilizá-los como exemplo daquilo que se entendeu ser, através da pesquisa efetuada, o Multilateralismo Ambiental.

Assim sendo, resta clarificar três pontos essenciais. Antes de mais, a atualidade e transversalidade das “Convenções do Rio”, e portanto, a importância das mesmas e do seu órgão executivo: se já na altura da sua redação se entendia que as alterações climáticas, a perda de diversidade biológica e o aumento da desertificação eram

questões alarmantes, atualmente – quase duas décadas passadas – a evolução do conhecimento científico a respeito destas situações dá lugar à sua (quase) irrefutabilidade e consciencialização crescente. Assim, e de uma maneira mais ou menos convicta relativamente ao que pode causar e agravar estes desequilíbrios ambientais, mas sem discussões acerca da urgência das ações de adaptação e mitigação para os combater, persiste um entendimento alargado de que as suas temáticas prevalecem avassaladoramente atuais e transversais. Com efeito, e muito embora o mediatismo entre as três Convenções seja indiscutivelmente diferente, nenhuma delas deve ser menosprezada, não só devido à transversalidade que as caracteriza (o que faz com que falar de uma sem olhar as outras se torne, por vezes, uma análise incompleta), mas também devido à importância própria que cada uma comporta, tendo em conta que são dos únicos instrumentos que, a nível internacional, provêm as principais matrizes para enfrentar aqueles que são largamente reconhecidos como dos maiores desafios da história da humanidade.

Por outro lado, importa notar o desequilíbrio existente entre as três. De facto, é curioso verificar como três Convenções que surgem no mesmo contexto e enquadramento internacional podem ter percursos tão distintos: a UNFCCC extremamente controversa e mediática desde os seus primórdios e com resultados que ficam sempre aquém do que a opinião pública atenta gostaria; a CBD discreta e cautelosa, alcançando resultados mais ou menos grandiosos, mas nem sempre vistosos; e a UNCCD, que parece ainda não ter enraizado a sua presença na governação internacional ambiental o suficiente para dar o “passo” necessário no sentido de elaborar um quadro normativo e institucional que consiga tomar as rédeas do combate à desertificação. Se a isto se juntar uma coordenação cada vez mais difícil e sem sinais de uma concretização plena, entende-se que a “transversalidade” e a “atualidade” supramencionadas ficam desde logo afetadas, a primeira porque sendo uma característica que lhes é inata, na prática não tem resultados efetivos, e a segunda porque a atualidade e importância que as temáticas abordadas, de facto, têm, não são equilibradamente transpostas para a *popularidade*, se quisermos, dos instrumentos em si, nem tão pouco para a noção da sua utilidade.

Por fim, um pequeno apontamento à reestruturação do sistema ambiental da ONU e aos possíveis efeitos que terá nas COP, nomeadamente nas das “Convenções do

Rio”. No que diz particular respeito à reorganização tanto da CSD, como do UNEP, pensa-se que esta não será uma tarefa demasiado árdua, porém deve ser feita com a maior assertividade possível de forma a otimizar recursos, eliminar os pontos fracos e fazer valer as qualidades; uma delas será, a título de exemplo e no devido contexto desta dissertação, as Conferências das Partes. Muito embora se admita que muito provavelmente a sua existência e competências não estejam em causa com uma hipotética reestruturação do sistema ambiental da ONU, é preciso o devido cuidado para não lhes desmerecer a importância, antes pelo contrário. A sua prática, a promoção da diversidade e de discussões dinâmicas, construtivas e temáticas são uma mais-valia dos MEA com essa estrutura organizativa, sendo inclusive mundialmente reconhecidas como uma das boas práticas para a política e diplomacia ambientais. Contudo, não devem ficar livres de reavaliações e reformas pontuais, como p. ex., o reforço de disposições robustas que possam incrementar as suas competências na penalização do não-cumprimento das Partes, e/ou a atribuição de um mecanismo formal de arbitragem, fazendo assim com que os Estados signatários deixem de «...*breach the terms of the agreements with impunity...*» (Ivanova, 2011:9).

Posto este breve apontamento acerca do futuro do Multilateralismo Ambiental, deve-se, a propósito, voltar-se a indagar: *onde falha realmente o sistema internacional ambiental?* Relembrem-se antes de mais a *questão de partida* e as *hipóteses de pesquisa* inicialmente enunciadas:

Q. Onde falha realmente o sistema internacional ambiental? Será na sua base, onde o Multilateralismo Ambiental tenta estabelecer princípios e descortinar medidas e métodos que, com o acordo de todos, se tornem as principais armas para se combater séculos de deterioração ambiental? Ou será antes na aplicação desse sistema, deixada quase que “livremente” a cargo dos cerca de 190 Estados, por sua vez dependentes da “boa vontade” do seu processo político, da imposição de outras prioridades ou da sensibilidade e educação dos seus cidadãos?



H.1. A governação internacional ambiental é atualmente servido por um sistema institucional descoordenado, inadaptado à dimensão e controversalidade da crise ambiental contemporânea, e com uma necessidade imensa de reestruturação;

H.2. A transposição deficiente das medidas multilaterais para as legislações e práticas nacionais pode ser o que mais contribui para os insucessos do Multilateralismo Ambiental.

Pensa-se que, com o que foi sendo refletido ao longo da dissertação, a resposta à questão de partida é evidente e toma como certas ambas as hipóteses de pesquisa: existem falhas graves no Multilateralismo Ambiental que precisam de ser resolvidas com urgência, até porque sem esse passo em frente, o Ambiente só terá tendência para se degradar mais, com mais rapidez e com consequências ainda mais gravosas; por outro lado, também se entende que existe uma enorme “zona cinzenta” entre a negociação e aprovação de medidas multilaterais, por um lado, e a sua implementação nacional, por outro, cuja gestão também deriva da governação internacional, nomeadamente no que diz respeito à sua monitorização, mas cujo sucesso depende grandemente, quase que exclusivamente, da boa vontade e empenhamento dos executivos nacionais.

Contudo, note-se que a segunda parte da questão de partida, bem como a hipótese de pesquisa *H.2.*, muito embora tidas em conta ao longo de toda a dissertação, não foram devidamente explanadas e comprovadas. Tal situação foi estrategicamente premeditada, pois a partir do momento em que se percebeu que não haveria espaço para o seu desenvolvimento, não se quis deixar de iniciar a pesquisa e de dar o mote para que no futuro se tente encontrar um exemplo válido que as complete, usando, porque não, o caso de Portugal, nomeadamente através do desenvolvimento de uma estrutura tipo “*top-down*” com início no Multilateralismo Ambiental, passagem pela Política Ambiental Europeia e remate na implementação das políticas ambientais multilaterais em território nacional, abordagem aliás inicialmente equacionado no plano de trabalho original da dissertação; assim, e muito embora não se lhe tenha podido dar continuidade, esse pretendo não está posto de lado, uma vez que se julga ser interessante, no futuro, usar esta dissertação como ponto de partida para uma pesquisa mais elaborada acerca dos problemas da implementação nacional do Multilateralismo Ambiental.

Entretanto, e apesar de demasiado generalista e pouco trabalhada, já se consegue adivinhar uma contestação, não só para o caso de Portugal, como muito provavelmente para muitos outros, europeus e não só. Com efeito, pensa-se que a verdadeira solução estará antes de mais numa intervenção governativa ao mais alto nível: é aos governantes

que cabe a função de legislar e assegurar que os seus programas nacionais são desenvolvidos e implementados em conformidade com os objetivos ambientais acordados no seio da comunidade internacional no geral, e das Nações Unidas em particular, da mesma forma que é também a eles – aos *governantes* – que cabe a função de avançar, sem receios de “crises diplomáticas” ou de ferir suscetibilidades, com medidas multilaterais efetivas e coerentes que possam vir a ser mais do que promessas seladas com aplausos. É preciso encontrar-se um consenso, é certo, para que todos possam aplicar algo que assintam e, acima de tudo, compreendam, mas ainda mais importante será deixar de permitir que interesses económicos e/ou o egoísmo de algumas Nações boicotem negociação atrás de negociação, onde não raras as vezes acaba por vencer a conveniência de poucos em lugar do bem-estar de muitos.

Anexo 1 – “ <i>Status das ‘Convenções do Rio’</i> ”	122
Anexo 2 – “ <i>Negociações Informais</i> ”	129
Anexo 3 - “ <i>Checklist de Preparação para as Negociações</i> ”	131
Anexo 4 - “ <i>EU Positions on the Main Unresolved Issues in the Negotiation of the Access and Benefit-sharing Protocol</i> ”	133
Anexo 5 - “ <i>Tabela ‘Boom dos MEA’</i> ”	148
Anexo 6 - “ <i>Sistema Ambiental da ONU/UNEP</i> ”	150
Anexo 7 - “ <i>Principais Funções das COP das ‘Convenções do Rio’</i> ”	152
Anexo 8 - “ <i>Grelha Cronológica das COP da UNFCCC</i> ”	161
Anexo 9 - “ <i>Ficha da COP16 da UNFCCC</i> ”	163
Anexo 10 - “ <i>Grelha Cronológica das COP da CBD</i> ”	170
Anexo 11 - “ <i>Ficha da COP10 da CBD</i> ”	172
Anexo 12 - “ <i>Grelha Cronológica da UNCCD</i> ”	178
Anexo 13 – “ <i>Ficha da COP10 da UNCCD</i> ”	180

ANEXO 1

“Status das ‘Convenções do Rio’”

Referência no texto:

pp.10, §2.

Fontes:

http://unfccc.int/parties_and_observers/parties/items/2352.php

<http://www.cbd.int/convention/parties/list/>

<http://www.unccd.int/convention/ratif/doiif.php?sortby=name>

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
<div>(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.), Aprovação (Ap.), Sucessão (Su.).</div> <div>Sem "Data de Assinatura" : não foi oficialmente assinado devido à forma como foi <i>Ratificado</i>.</div> <div>Sem informação disponível.</div>	Afganistão	12 Jun. 1992	19 Set. 2002	18 Dez. 2002	12 Jun. 1992	19 Set. 2002			1 Nov. 1995 (Ad.)	26 Dez. 1996
	África do Sul	15 Jun. 1993	29 Ago. 1997	27 Nov. 1997	4 Jun. 1993	2 Nov. 1995		9 Jan. 1995	30 Set. 1997	29 Dez. 1997
	Albânia		3 Out. 1994 (Ad.)	1 Jan. 1995		5 Jan. 1994 (Ad.)			27 Abr. 2000 (Ad.)	26 Jul. 2000
	Alemanha	12 Jun. 1992	9 Dez. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	21 Dez. 1993		14 Out. 1994	10 Jul. 1996	26 Dez. 1996
	Argélia	13 Jun. 1992	9 Jun. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	14 Ago. 1995		14 Out. 1994	22 Mai. 1996	26 Dez. 1996
	Andorra		2 Mar. 2011 (Ad.)	31 Mai. 2011					15 Jul. 2000 (Ad.)	13 Out. 2002
	Angola	14 Jun. 1992	17 Mai. 2000	15 Ago. 2000	12 Jun. 1992	1 Abr. 1998		14 Out. 1994	30 Jun. 1997	28 Set. 1997
	Antígua e Barbuda	4 Jun. 1992	2 Fev. 1993	21 Mar. 1994	5 Jun. 1992	9 Mar. 1993		4 Abr. 1995	6 Jun. 1997	6 Set. 1997
	Arábia Saudita		28 Dez. 1994 (Ad.)	28 Mar. 1995		3 Out. 2001 (Ad.)			25 Jun. 1997 (Ad.)	23 Set. 1997
	Argentina	12 Jun. 1992	11 Mar. 1994	9 Jun. 1994	12 Jun. 1992	22 Nov. 1994		15 Out. 1994	6 Jan. 1997	6 set. 1997
	Arménia	13 Jun. 1992	14 Mai. 1993 (Ac.)	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	14 Mai. 1993 (Ac.)		14 Out. 1994	2 Jul. 1997	30 Set. 1997
	Austrália	4 Jun. 1992	30 Dez. 1992	21 Mar. 1994	5 Jun. 1992	18 Jun. 1993		14 Out. 1994	15 Mai. 2000	13 Ago. 2000
	Áustria	8 Jun. 1992	28 Fev. 1994	29 Mai. 1994	13 Jun. 1992	18 Ago. 1994			2 Jun. 1997 (Ad.)	31 Ago. 1997
	Azerbaijão	12 Jun. 1992	16 Mai. 1995	14 Ago. 1995	12 Jun. 1992	3 Ago. 2000 (Ap.)			10 Ago. 1998 (Ad.)	8 Nov. 1998
	Bahamas	12 Jun. 1992	29 Mar. 1994	27 Jun. 1994	12 Jun. 1992	2 Set. 1993			10 Nov. 2000 (Ad.)	8 Fev. 2001
	Bahreim	8 Jun. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	9 Jun. 1992	30 Ago. 1996			14 Jul. 1997 (Ad.)	12 Out. 1997
	Bangladesh	9 Jun. 1992	15 Abr. 1994	14 Jul. 1994	5 Jun. 1992	3 Mai. 1994		14 Out. 1994	26 Jan. 1996	26 Dez. 1996
	Barbados	12 Jun. 1992	23 Mar. 1994	21 Jun. 1994	12 Jun. 1992	10 Dez. 1993			14 Mai. 1997 (Ad.)	12 Ago. 1997
	Bielorrússia	11 Jun. 1992	11 Mai. 2000 (Ap.)	9 Ago. 2000	11 Jun. 1992	8 Set. 1993			29 Ago. 2001 (Ad.)	27 Nov. 2001
	Bélgica	4 Jun. 1992	16 Jan. 1996	15 Abr. 1996	5 Jun. 1992	22 Nov. 1996			30 Jun. 1997 (Ad.)	28 Set. 1997
	Belize	13 Jun. 1992	31 Out. 1994	29 Jan. 1995	13 Jun. 1992	30 Dez. 1993			23 Jul. 1998 (Ad.)	21 Out. 1998
	Benim	13 Jun. 1992	30 Jun. 1994	28 Set. 1994	13 Jun. 1992	30 Jun. 1994		14 Out. 1994	29 Ago. 1996	26 Dez. 1996
	Butão	11 Jun. 1992	25 Ago. 1995	23 Nov. 1995	11 Jun. 1992	25 Ago. 1995			20 Ago. 2003 (Ad.)	18 Nov. 2003
	Bolívia	10 Jun. 1992	3 Out. 1994	1 Jan. 1995	13 Jun. 1992	3 Out. 1994		14 Out. 1994	1 Ago. 1996	26 Dez. 1996
	Bósnia-Herzegovina		7 Set. 2000 (Ad.)	6 Dez. 2000		26 Ago. 2002 (Ad.)			26 Ago. 2002 (Ad.)	24 Nov. 2002
	Botswana	12 Jun. 1992	27 Jan. 1994	27 Abr. 1994	8 Jun. 1992	12 Out. 1995		12 Out. 1995	11 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Brasil	4 Jun. 1992	28 Fev. 1994	29 Mai. 1994	5 Jun. 1992	28 Fev. 1994		14 Out. 1994	25 Jun. 1997	23 Set. 1997
	Brunei		7 Ago. 2007 (Ad.)	5 Dez. 2007		27 Jul. 2008 (Ad.)			4 Dez. 2002 (Ad.)	4 Mar. 2003
	Bulgária	5 Jun. 1992	12 Mai. 1995	10 Ago. 1995	12 Jun. 1992	14 Abr. 1996			21 Fev. 2001 (Ad.)	22 Mai. 2001
	Burkina Faso	12 Jun. 1992	2 set. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	2 Set. 1993		14 Out. 1994	26 Jan. 1996	26 Dez. 1996
	Burundi	11 Jun. 1992	6 Jan. 1997	7 Abr. 1997	11 Jun. 1992	15 Abr. 1997		14 Out. 1994	6 Jan. 1997	6 Abr. 1997
	Cabo Verde	12 Jun. 1992	29 Mar. 1995	27 Jun. 1995	12 Jun. 1992	29 Mar. 1995		14 Out. 1994	8 Mai. 1995	26 Dez. 1996
	Cambodja		18 Dez. 1995 (Ad.)	17 mar. 1996		9 Fev. 1995 (Ad.)		15 Out. 1994	8 Ago. 1997	16 Nov. 1997
	Camarões	14 Jun. 1992	19 Out. 1994	17 Jan. 1995	14 Jun. 1992	19 Out. 1994		14 Out. 1994	29 Mai. 1997	27 Ago. 1997

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
<div>(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.) e Aprovação (Ap.). Sucessão (Su.).</div> <div>Sem "Data de Assinatura" - não foi oficialmente assinado devido à forma como foi <i>Ratificado</i>.</div> <div>Sem informação disponível.</div>	Canadá	12 Jun. 1992	4 Dez. 1992	21 Mar. 1994	11 Jun. 1992	4 Dez. 1992		14 Out. 1994	1 Dez. 1995	26 Dez. 1996
	Cazaquistão	8 Jun. 1992	17 Mai. 1995	15 Ago. 1995	9 Jun. 1992	6 Set. 1994		14 Out. 1994	9 Jul. 1997	7 Out. 1997
	República da África Central	13 Jun. 1992	10 Mar. 1995	8 Jun. 1996	13 Jun. 1992	15 Mar. 1995		14 Out. 1994	5 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Chade	12 Jun. 1992	7 Jun. 1994	5 Set. 1994	12 Jun. 1992	7 Jun. 1994		14 Out. 1994	27 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Chile	13 Jun. 1992	22 Dez. 1994	22 Mar. 1995	13 Jun. 1992	9 Set. 1994		3 Mar. 1995	11 Nov. 1997	9 Mar. 1998
	China	11 Jun. 1992	5 Jan. 1993	21 Mar. 1994	11 Jun. 1992	5 Jan. 1993		14 Out. 1994	18 Fev. 1997	19 Mai. 1997
	Colômbia	13 Jun. 1992	22 Mar. 1995	20 Jun. 1995	12 Jun. 1992	28 Nov. 1994		14 Out. 1994	8 Jun. 1999	6 Set. 1999
	Comores	11 Jun. 1992	31 Out. 1994	29 Jan. 1995	11 Jun. 1992	29 Set. 1994		14 Out. 1995	3 Mar. 1998	2 Jul. 1998
	Congo-Brazzaville	12 Jun. 1992	14 Out. 1996	12 Jan. 1997	11 Jun. 1992	1 Ago. 1996		15 Out. 1994	12 Jul. 1999	11 Out. 1999
	Ilhas Cook	12 Jun. 1992	20 Abr. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	20 Abr. 1993			21 Ago. 1998 (Ad.)	19 Nov. 1998
	Costa Rica	13 Jun. 1992	26 Aug. 1994	24 Nov. 1994	13 Jun. 1992	26 Ago. 1994		15 Out. 1994	8 Jan. 1998	8 Abr. 1998
	Costa do Marfim	10 Jun. 1992	29 Nov. 1994	27 Fev. 1995	10 Jun. 1992	29 Nov. 1994		16 Out. 1994	4 Mar. 1997	2 Jun. 1997
	Croácia	11 Jun. 1992	8 Abr. 1996 (Ac.)	7 Jul. 1996	11 Jun. 1992	7 Out. 1996		15 Out. 1994	6 Out. 2000 (Ad.)	4 Jan. 2001
	Cuba	13 Jun. 1992	5 Jan. 1994	5 Abr. 1994	12 Jun. 1992	8 Mar. 1994		15 Out. 1994	13 Mar. 1997	11 Jun. 1997
	Chipre	12 Jun. 1992	15 Out. 1997	13 Jan. 1998	12 Jun. 1992	10 Jul. 1996			29 Mar. 2000 (Ad.)	27 Jun. 2000
	República Checa	18 Jun. 1993	7 Out. 1993 (Ap.)	21 Mar. 1994	4 Jun. 1993	3 Dez. 1993 (Ap.)			25 Jan. 2000 (Ad.)	24 Abr. 2000
	República da Coreia (Coreia do Sul)	13 Jun. 1992	14 Dez. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	3 Out. 1994		14 Out. 1994	17 Ago. 1999	15 Nov. 1999
	Coreia Popular da Coreia (Coreia do Norte)	11 Jun. 1992	5 Dez. 1994 (Ap.)	5 Mar. 1995	11 Jun. 1992	26 Out. 1994 (Ap.)			29 Dez. 2003 (Ad.)	28 Abr. 2004
	Congo Democrático do Congo	11 Jun. 1992	9 Jan. 1995	9 Abr. 1995	11 Jun. 1992	3 Dez. 1994		14 Out. 1994	12 Set. 1997	11 Dez. 1997
	Dinamarca	9 Jun. 1992	21 Dez. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	21 Dez. 1993		15 Out. 1994	22 Dez. 1995	26 Dez. 1996
	Djibouti	12 Jun. 1992	27 Ago. 1995	25 Nov. 1995	13 Jun. 1992	1 Set. 1994		15 Out. 1994	12 Jun. 1997	10 Set. 1997
	Domínica		21 Jun. 1993 (Ad.)	21 Mar. 1994		6 Abr. 1994			8 Dez. 1997 (Ad.)	8 Mar. 1998
	República Dominicana	12 Jun. 1992	7 Out. 1998	5 Jan. 1999	13 Jun. 1992	25 Nov. 1996			26 Jun. 1997 (Ad.)	24 Set. 1997
	Equador	9 Jun. 1992	23 Fev. 1993	21 Mar. 1994	9 Jun. 1992	23 Fev. 1993		19 Jan. 1995	6 Set. 1995	26 Dez. 1996
	Guiné Equatorial		16 Ago. 2000 (Ad.)	14 Nov. 2000		6 Dez. 1994 (Ad.)		14 Out. 1994	27 Jun. 1997	25 Set. 1997
	Egipto	9 Jun. 1992	5 Dez. 1994	5 Mar. 1995	9 Jun. 1992	2 Jun. 1994		14 Out. 1994	7 Jul. 1995	26 Dez. 1996
	El Salvador	13 Jun. 1992	4 Dez. 1995	3 Mar. 1996	13 Jun. 1992	8 Set. 1994			27 Jun. 1997 (Ad.)	25 Set. 1997
	Emirados Árabes Unidos		29 Dez. 1995 (Ad.)	28 Mar. 1996		11 Jun. 1992			21 Out. 1998 (Ad.)	19 Jan. 1999
	Eritreia		24 Abr. 1995 (Ad.)	23 Jul. 1995		21 Mar. 1996 (Ad.)		14 Out. 1994	14 Ago. 1996	26 Dez. 1996
	Eslóvaquia	19 Mai. 1993	25 Ago. 1994 (Ap.)	23 Nov. 1994	19 Mai. 1993	25 Ago. 1994 (Ap.)			7 Jan. 2002 (Ad.)	7 Abr. 2002

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
Estados Unidos da América	Eslovénia	13 Jun. 1992	1 Dez. 1995	29 Fev. 1996	13 Jun. 1992	9 Jul. 1996			28 Jun. 2001 (Ad.)	26 Set. 2001
	Espanha	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993		14 Out. 1994	30 Jan. 1996	26 Dez. 1996
		12 Jun. 1992	15 Out. 1992	21 Mar. 1994	4 Jun. 1993			14 Out. 1994	17 Nov. 2000	15 Fev. 2001
	Estónia	12 Jun. 1992	27 Jul. 1994	25 Out. 1994	12 Jun. 1992	27 Jul. 1994				
	Etiópia	10 Jun. 1992	5 Abr. 1994	4 Jul. 1994	10 Jun. 1992	5 Abr. 1994		15 Out. 1994	27 Jun. 1997	25 Set. 1997
	União Europeia	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993 (Ap.)	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993 (Ap.)		15 Out. 1994	26 Mar. 1998	24 Jun. 1998
	Ilhas Fiji	9 Jun. 1992	25 Fev. 1993	21 Mar. 1994	9 Out. 1992	25 Fev. 1993			26 Ago. 1998 (Ad.)	24 Nov. 1998
	Filipinas	12 Jun. 1992	2 Ago. 1994	31 Out. 1994	12 Jun. 1992	8 Out. 1993		8 Dez. 1994	10 Fev. 2000	10 Mai. 2000
	Finlândia	4 Jun. 1992	3 Mai. 1994 (Ac.)	1 Ago. 1994	5 Jun. 1992	27 Jul. 1994 (Ac.)		15 Out. 1994	20 Set. 1995	26 Dez. 1996
	França	13 Jun. 1992	25 Mar. 1994	23 Jun. 1994	13 Jun. 1992	1 Jul. 1994		14 Out. 1994	12 Jun. 1997	10 Set. 1997
República do Gana	Gabão	12 Jun. 1992	21 Jan. 1998	21 Abr. 1998	12 Jun. 1992	14 Mar. 1997			6 Se. 1996 (Ad.)	26 Dez. 1996
	Gâmbia	12 Jun. 1992	10 Jun. 1994	8 Set. 1994	12 Jun. 1992	10 Jun. 1994		14 Out. 1994	11 Jun. 1996	26 Dez. 1996
	Geórgia		29 Jul. 1994 (Ad.)	27 Out. 1994		2 Jun. 1994 (Ad.)		15 Out. 1994	23 Jul. 1999	21 Out. 1999
		12 Jun. 1992	6 Set. 1995	5 Dez. 1995	12 Jun. 1992	29 Ago. 1994		15 Out. 1994	27 Dez. 1996	27 Mar. 1997
	Grécia	12 Jun. 1992	4 Ago. 1994	2 Nov. 1994	12 Jun. 1992	4 Ago. 1994		14 Out. 1994	5 Mai. 1997	3 Ago. 1997
	Grenada	3 Dez. 1992	11 Ago. 1994	9 Nov. 1994	3 Dez. 1992	11 Ago. 1994			28 Mai. 1997 (Ad.)	26 Ago. 1997
	Guatemala	13 Jun. 1992	15 Dez. 1995	14 Mar. 1996	13 Jun. 1992	10 Jul. 1995			10 Set. 1998 (Ad.)	9 Dez. 1998
	República da Guiné	12 Jun. 1992	7 Mai. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	7 Mai. 1993		14 Out. 1994	23 Jun. 1997	21 Set. 1997
	Guiné-Bissau	12 Jun. 1992	27 Out. 1995	25 Jan. 1996	12 Jun. 1992	27 Out. 1995		15 Out. 1994	27 Out. 1995	26 Dez. 1996
	Guiana	13 Jun. 1992	29 Ago. 1994	27 Nov. 1994	13 Jun. 1992	29 Ago. 1994			26 Jun. 1997 (Ad.)	24 Set. 1997
República da Índia	Haiti	13 Jun. 1992	25 Set. 1996	24 Dez. 1996	13 Jun. 1992	25 Set. 1996		15 Out. 1994	25 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Holanda	4 Jun. 1992	20 Dez. 1993 (Ac.)	21 Mar. 1994	5 Jun. 1992	12 Jul. 1994 (Ac.)		15 Out. 1994	27 Jun. 1995	26 Dez. 1996
	Honduras	13 Jun. 1992	19 Out. 1995	17 Jan. 1996	13 Jun. 1992	31 Jul. 1995		22 Fev. 1995	25 Jun. 1997	23 Set. 1997
	Hungria	13 Jun. 1992	24 Fev. 1994	25 Mai. 1994	13 Jun. 1992	24 Fev. 1994			13 Jul. 1999 (Ad.)	13 Out. 1999
	Iémen	12 Jun. 1992	21 Fev. 1996	21 Mai. 1996	12 Jun. 1992	21 Fev. 1996			14 Jan. 1997 (Ad.)	14 Abr. 1997
	Índia	10 Jun. 1992	1 Nov. 1993	21 Mar. 1994	5 Jun. 1992	18 Fev. 1994		14 Out. 1994	17 Dez. 1996	17 Mar. 1997
	Indonésia	5 Jun. 1992	23 Ago. 1994	21 Nov. 1994	5 Jun. 1992	23 Ago. 1994		15 Out. 1994	31 Ago. 1998	28 Nov. 1998
	Irão	14 Jun. 1992	18 Jul. 1996	16 Out. 1996	14 Jun. 1992	6 Ago. 1996		14 Out. 1994	29 Abr. 1997	28 Jul. 1997
	Iraque		28 Jul. 2009 (Ad.)	26 Out. 2009		26 Out. 2009 (Ad.)			28 Mai. 2010 (Ad.)	26 Ago. 2010
	Irlanda	13 Jun. 1992	20 Abr. 1994	19 Jul. 1994	13 Jun. 1992	22 Mar. 1996		15 Out. 1994	31 Jul. 1997	29 Out. 1997
República da Itália	Islândia	4 Jun. 1992	16 Jun. 1993	21 Mar. 1994	10 Jun. 1992	12 Set. 1994			3 Jun. 1997 (Ad.)	3 Set. 1997
	Israel	4 Jun. 1992	4 Jun. 1996	2 Set. 1996	11 Jun. 1992	7 Ago. 1995		14 Out. 1994	26 Mar. 1996	26 Dez. 1996
	Itália	5 Jun. 1992	15 Abr. 1994	14 Jul. 1994	5 Jun. 1992	15 Abr. 1994		14 Out. 1994	23 Jun. 1997	21 Set. 1997

(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.), Aprovação (Ap.), Sucessão (Su.).

Sem "Data de Assinatura" : não foi oficialmente assinado devido à forma como foi Ratificado.

Sem informação disponível.

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
República Democrática Popular do Laos	Jamaica	12 Jun. 1992	6 Jan. 1995	6 Abr. 1995	11 Jun. 1992	6 Jan. 1995			12 Nov. 1997 (Ad.)	10 Mar. 1998
	Japão	13 Jun. 1992	28 Mai. 1993 (Ac.)	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	28 Mai. 1993 (Ac.)		14 Out. 1994	11 Set. 1998 (Ap.)	10 Dez. 1998
	Jordânia	11 Jun. 1992	12 Nov. 1993	21 Mar. 1994	11 Jun. 1992	12 Nov. 1993		13 Abr. 1995	21 Out. 1996	19 Jan. 1997
	Kiribati	13 Jun. 1992	7 Fev. 1995	8 Mai. 1995		16 Ago. 1994 (Ad.)			8 set. 1998 (Ad.)	7 Dez. 1998
	Kuwait		28 Dez. 1994 (Ad.)	28 Mar. 1995	9 Jun. 1992	2 Ago. 2002		22 Set. 1995	27 Jun. 1997	25 Set. 1997
			4 Jan. 1995 (Ad.)	4 Abr. 1995		20 Set. 1996 (Ad.)		30 Ago. 1995	20 Set. 1996 (Ap.)	26 Dez. 1996
	Letónia	11 Jun. 1992	23 Mar. 1995	21 Jun. 1995	11 Jun. 1992	14 Dez. 1995			21 Out. 2002 (Ad.)	19 Jan. 2003
	Líbano	12 Jun. 1992	15 Dez. 1994	15 Mar. 1995	12 Jun. 1992	15 Dez. 1994		14 Out. 1994	16 Mai. 1996	26 Dez. 1996
	Lesoto	11 Jun. 1992	7 Fev. 1995	8 Mai. 1995	11 Jun. 1992	10 Jan. 1995		15 Out. 1994	12 Set. 1995	26 Dez. 1996
	Libéria	12 Jun. 1992	5 Nov. 2002	4 Fev. 2003	12 Jun. 1992	8 Nov. 2000			2 Mar. 1998 (Ad.)	1 Jul. 1998
	Líbia	29 Jun. 1992	14 Jun. 1999	12 Set. 1999	29 Jun. 1992	12 Jul. 2001		15 Out. 1994	22 Jul. 1996	26 Dez. 1996
	Listenstaine	4 Jun. 1992	22 Jun. 1994	20 Set. 1994	5 Jun. 1992	19 Nov. 1997			29 Dez. 1999 (Ad.)	28 Mar. 2000
	Lituânia	11 Jun. 1992	24 Mar. 1995	22 Jun. 1995	11 Jun. 1992	1 Fev. 1996			25 Jul. 2003 (Ad.)	23 Out. 2003
	Luxemburgo	9 Jun. 1992	9 Mai. 1994	7 Ago. 1994	9 Jun. 1992	9 Mai. 1994		14 Out. 1994	4 Fev. 1997	5 Mai. 1997
	República da Macedónia		28 Jan. 1998 (Ad.)	28 Abr. 1998		2 Dez. 1997 (Ad.)			6 Mar. 2002 (Ad.)	4 Jun. 2002
	Madagáscar	10 Jun. 1992	2 Jun. 1999	31 Ago. 1999	8 Jun. 1992	4 Mar. 1996		14 Out. 1994	25 Jun. 1997	23 Set. 1997
	Malawi	10 Jun. 1992	21 Abr. 1994	20 Jul. 1994	10 Jun. 1992	2 Fev. 1994		17 Jan. 1995	13 Jun. 1996	26 Dez. 1996
	Malásia	9 Jun. 1993	13 Jul. 1994	11 Out. 1994	12 Jun. 1992	24 Jun. 1994		6 Out. 1995	25 Jun. 1997	23 Set. 1997
	Maldivas	12 Jun. 1992	9 Nov. 1992	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	9 Nov. 1992			3 Set. 2002 (Ad.)	2 Dez. 2002
	Mali	30 Set. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	30 Set. 1992	29 Mar. 1995		15 Out. 1995	31 Out. 1995	26 Dez. 1996
República da Macedónia	Malta	12 Jun. 1992	17 Mar. 1994	15 Jun. 1994	12 Jun. 1992	29 Dez. 2000		15 Out. 1994	30 Jan. 1998	30 Abr. 1998
	Marrocos	13 Jun. 1992	28 Dez. 1995	27 Mar. 1996	13 Jun. 1992	21 Ago. 1995		15 Out. 1994	7 Nov. 1996	5 Fev. 1997
	Ilhas Marshall	12 Jun. 1992	8 Out. 1992	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	8 Nov. 1992			2 Jun. 1998 (Ad.)	31 Ago. 1998
	Mauritânia	12 Jun. 1992	20 Jan. 1994	20 Abr. 1994	12 Jun. 1992	16 Ago. 1996		14 Out. 1994	7 Ago. 1996	26 Dez. 1996
	Maurícia	10 Jun. 1992	4 Set. 1992	21 Mar. 1994	10 Jun. 1992	4 Set. 1992		17 Mar. 1995	23 Jan. 1996	26 Dez. 1996
	México	13 Jun. 1992	11 Mar. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	11 Mar. 1993		15 Out. 1994	3 Abr. 1995	26 Dez. 1996
	Micronésia	12 Jun. 1992	18 Nov. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	20 Jun. 1994		12 Dez. 1994	25 Mar. 1996	26 Dez. 1996
	Moçambique	12 Jun. 1992	25 Ago. 1995	23 Nov. 1995	12 Jun. 1992	25 Ago. 1995		28 Set. 1995	13 Mar. 1997	11 Jun. 1997
	Moldávia	12 Jun. 1992	9 Jun. 1995	7 Set. 1995	5 Jun. 1992	20 Out. 1995			10 Mar. 1999 (Ad.)	8 Jun. 1999
	Mónaco	11 Jun. 1992	20 Nov. 1992	21 Mar. 1994	11 Jun. 1992	20 Nov. 1992			5 Mar. 1999 (Ad.)	3 Jun. 1999
República da Macedónia	Mongólia	12 Jun. 1992	30 Set. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	30 Set. 1993		15 Out. 1994	3 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Montenegro		23 Out. 2006 (Su.)	21 Jan. 2007		3 Jun. 2006 (Su.)			4 Jun. 2007 (Ad.)	2 Set. 2007

(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.), Aprovação (Ap.), Sucessão (Su.).

Sem "Data de Assinatura" : não foi oficialmente assinado devido à forma como foi Ratificado.

Sem informação disponível.

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
<div>(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.), Aprovação (Ap.), Sucessão (Su.).</div> <div>Sem "Data de Assinatura" : não foi oficialmente assinado devido à forma como foi <i>Ratificado</i>.</div> <div>Sem informação disponível.</div>	Myanmar	11 Jun. 1992	25 Nov. 1994	23 Fev. 1995	11 Jun. 1992	25 Nov. 1994			2 Jan. 1997 (Ad.)	2 Abr. 1997
	Namíbia	12 Jun. 1992	16 Mai. 1995	14 Ago. 1995	12 Jun. 1992	16 Mai. 1997		24 Out. 1994	16 Mai. 1997	14 Ago. 1997
	Nauru	8 Jun. 1992	11 Nov. 1993	21 Mar. 1994	5 Jun. 1992	11 Nov. 1993			22 Set. 1998 (Ad.)	21 Dez. 1998
	Nepal	12 Jun. 1992	2 Mai. 1994	31 Jul. 1994	12 Jun. 1992	23 Nov. 1993		12 Out. 1995	15 Out. 1996	13 Jan. 1997
	Nova Zelândia	4 Jun. 1992	16 Set. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	16 Set. 1993			7 Set. 2000 (Ad.)	6 Dez. 2000
	Nicarágua	13 Jun. 1992	31 Out. 1995	29 Jan. 1996	13 Jun. 1992	20 Nov. 1995		21 Nov. 1994	17 Fev. 1998	18 Mai. 1998
	Niger	11 Jun. 1992	25 Jul. 1995	23 Out. 1995	11 Jun. 1992	25 Jul. 1995		14 Out. 1994	19 Jan. 1996	26 Dez. 1996
	Nigéria	13 Jun. 1992	29 Ago. 1994	27 Nov. 1994	13 Jun. 1992	29 Ago. 1994		31 Out. 1994	8 Jul. 1997	6 Out. 1997
	Niue		28 Fev. 1996 (Ad.)	28 Mai. 1996		28 Fev. 1996 (Ad.)			12 Ago. 1998 (Ad.)	10 Nov. 1998
	Noruega	4 Jun. 1992	9 Jul. 1993	21 Mar. 1994	9 Jun. 1992	9 Jul. 1993		15 Out. 1994	30 Ago. 1996	26 Dez. 1996
	Omã	11 Jun. 1992	8 Fev. 1995	9 Mai. 1995	10 Jun. 1992	8 Fev. 1995			23 Jul. 1996 (Ad.)	26 Dez. 1996
	Paquistão	13 Jun. 1992	1 Jun. 1994	30 Ago. 1994	5 Jun. 1992	26 Jul. 1994		15 Out. 1994	24 Fev. 1997	25 Mai. 1997
	Palau		10 Dez. 1999 (Ad.)	9 Mar. 2000		6 Jan. 1999 (Ad.)			15 Jun. 1999 (Ad.)	13 set. 1999
	Panamá	18 Mar. 1993	23 Mai. 1995	21 Ago. 1995	13 Jun. 1992	17 Jan. 1995		22 Fev. 1995	4 Abr. 1996	26 Dez. 1996
	Papua Nova-guiné	13 Jun. 1992	16 Mar. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	16 Mar. 1993			6 Dez. 2000 (Ad.)	6 Mar. 2001
	Paraguai	12 Jun. 1992	24 Fev. 1994	25 Mai. 1994	12 Jun. 1992	24 Fev. 1994		1 Dez. 1994	15 Jan. 1997	15 Abr. 1997
	Perú	12 Jun. 1992	7 Jun. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	7 Jun. 1993		15 Out. 1994	9 Nov. 1995	26 Dez. 1996
	Polónia	5 Jun. 1992	28 Jul. 1994	26 Out. 1994	5 Jun. 1992	18 Jan. 1996			14 Nov. 2001 (Ad.)	12 Fev. 2002
	Portugal	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	21 Dez. 1993		14 Out. 1994	1 Abr. 1996	26 Dez. 1996
	Qatar		18 Abr. 1996 (Ad.)	17 Jul. 1996	11 Jun. 1992	21 Ago. 1996			15 Set. 1999 (Ad.)	14 Dez. 1999
	Quênia	12 Jun. 1992	30 Ago. 1994	28 Nov. 1994	11 Jun. 1992	26 Jul. 1994		14 Out. 1994	24 Jun. 1997	22 Set. 1997
	Quirguistão		25 Mai. 2000 (Ad.)	23 Ago. 2000		6 Ago. 1996 (Ad.)			19 Set. 1997 (Ad.)	18 Dez. 1997
	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	12 Jun. 1992	8 Dez. 1993	21 Mar. 1996	12 Jun. 1992	3 Jun. 1994		14 Out. 1994	18 Out. 1996	16 Jan. 1997
	Roménia	5 Jun. 1992	8 Jun. 1994	6 Set. 1994	5 Jun. 1992	17 Ago. 1994			19 Ago. 1998 (Ad.)	17 Nov. 1998
	Ruanda	10 Jun. 1992	18 Ago. 1998	16 Nov. 1998	10 Jun. 1992	29 Mai. 1996		22 Jun. 1995	22 Out. 1998	20 Jan. 1999
	Rússia	13 Jun. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	13 Jun. 1992	5 Abr. 1995			29 Mai. 2003 (Ad.)	27 Ago. 2003
	Ilhas Salomão	13 Jun. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	13 Jun. 1992	3 Out. 1995			16 Abr. 1999 (Ad.)	15 Jul. 1999
	São Cristóvão e Nevis	12 Jun. 1992	7 Jan. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	7 Jan. 1993			30 Jun. 1997 (Ad.)	28 Set. 1997
	São Tomé e Príncipe	12 Jun. 1992	29 Set. 1999	28 Dez. 1999	12 Jun. 1992	29 Set. 1999		4 Out. 1995	8 Jul. 1998	6 Out. 1998
	São Vicente e Granadinas		2 Dez. 1996 (Ad.)	2 Mar. 1997		3 Jun. 1996 (Ad.)		15 Out. 1994	16 Mar. 1998	14 Jun. 1998
	Samoa	12 Jun. 1992	29 Nov. 1994	27 Fev. 1995	12 Jun. 1992	9 Fev. 1994			21 Ago. 1998 (Ad.)	19 Nov. 1998
	San Marino	10 Jun. 1992	28 Out. 1994	26 Jan. 1995	10 Jun. 1992	28 Out. 1994			23 Jul. 1999 (Ad.)	21 Out. 1999

Estados Parte		Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC)			Convenção para a Diversidade Biológica (CBD)			Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD)		
		Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor	Assinatura	Ratificação ⁽¹⁾	Entrada em Vigor
		<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Jun.1992 > Jun.1993</i>		<i>Março 1994</i>	<i>Out.1994 > Out.1995</i>		<i>Dez.1996</i>
<div>(1) - Ratificação ou: Aceitação (Ac.), Adesão (Ad.), Aprovação (Ap.), Sucessão (Su.).</div> <div>Sem "Data de Assinatura" - não foi oficialmente assinado devido à forma como foi <i>Ratificado</i>.</div> <div>Sem informação disponível.</div>	Santa Lúcia	14 Jun. 1992	14 Jun. 1993	21 Mar. 1994		28 Jul. 1993 (Ad.)			2 Jul. 1997 (Ad.)	30 Set. 1997
	Seicheles	10 Jun. 1992	22 Set. 1992	21 Mar. 1994	10 Jun. 1992	22 Set. 1992		14 Out. 1994	26 Jun. 1997	24 Set. 1997
	Senegal	13 Jun. 1992	17 Out. 1994	15 Jan. 1995	13 Jun. 1992	17 Out. 1994		14 Out. 1994	26 Jul. 1995	26 Dez. 1996
	Sérvia		12 Mar. 2001 (Ad.)	10 Jun. 2001	8 Jun. 1992	1 Mar. 2002			18 Dez. 2007 (Ad.)	17 Mar. 2008
	Serra Leoa	11 Fev. 1993	22 Jun. 1995	20 Set. 1995		12 Dez. 1994 (Ad.)		11 Nov. 1994	25 Set. 1997	24 Dez. 1997
	Singapura	13 Jun. 1992	29 Mai. 1997	27 Ago. 1997	12 Jun. 1992	21 Dez. 1995			26 Abr. 1999 (Ad.)	25 Jul. 1999
	Síria		4 Jan. 1996 (Ad.)	3 Abr. 1996	3 Mai. 1993	4 Jan. 1996		15 Out. 1994	10 Jun. 1997	8 Set. 1997
	Somália		11 Set. 2009 (Ad.)	10 Dez. 2009		10 Dez. 2009 (Ad.)			24 Jul. 2002 (Ad.)	22 Out. 2002
	Sri Lanka	10 Jun. 1992	23 Nov. 1993	21 Mar. 1994	10 Jun. 1992	23 Mar. 1994			9 Dez. 1998 (Ad.)	9 Mar. 1999
	Suazilândia	12 Jun. 1992	7 Out. 1996	5 Jan. 1997	12 Jun. 1992	9 Nov. 1994		26 Jul. 1994	7 Out. 1996	5 Jan. 1997
	Sudão	9 Jun. 1992	19 Nov. 1993	21 Mar. 1994	9 Jun. 1992	30 Out. 1995		15 Out. 1994	9 Nov. 1995	26 Dez. 1996
	Suécia	8 Jun. 1992	23 Jun. 1993	21 Mar. 1994	8 Jun. 1992	16 Dez. 1993		15 Out. 1994	12 Dez. 1995	26 Dez. 1996
	Suiça	12 Jun. 1992	10 Dez. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	21 Nov. 1994		14 Out. 1994	19 Jan. 1996	26 Dez. 1996
	Suriname	13 Jun. 1992	14 Out. 1997	12 Jan. 1998	13 Jun. 1992	12 Jan. 1996			1 Jun. 2000 (Ad.)	30 Ago. 2000
	Tajiquistão		7 Jan. 1998 (Ad.)	7 Abr. 1998		29 Out. 1997 (Ad.)			16 Jul. 1997 (Ad.)	14 Out. 1997
	Tailândia	12 Jun. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	12 Jun. 1992	29 Jan. 2004			7 Mar. 2001 (Ad.)	5 Jul. 2001
	Tanzânia	12 Jun. 1992	17 Abr. 1996	16 Jul. 1997	12 Jun. 1992	8 Mar. 1996		14 Out. 1994	19 Jun. 1997	17 Set. 1997
	Timor Leste		10 Out. 2006 (Ad.)	8 Jan. 2007		8 Jan. 2007 (Ad.)			20 Ago. 2003 (Ad.)	18 Nov. 2003
	Togo	12 Jun. 1992	8 Mar. 1995 (Ac.)	6 Jun. 1995	12 Jun. 1992	4 Out. 1995 (Ac.)		15 Out. 1994	4 Out. 1995 (Ap.)	26 Dez. 1996
	Tonga		20 Jul. 1998 (Ad.)	18 Out. 1998		19 Mai. 1998 (Ad.)			25 Set. 1998 (Ad.)	24 Dez. 1998
	Trindade e Tobago	11 Jun. 1992	24 Jun. 1994	22 Set. 1994	11 Jun. 1992	1 Ago. 1996			8 Jun. 2000 (Ad.)	6 Set. 2000
	Tunísia	13 Jun. 1992	15 Jul. 1993	21 Mar. 1994	13 Jun. 1992	15 Jul. 1993		14 Out. 1994	11 Out. 1995	26 Dez. 1996
	Turquemenistão		5 Jun. 1995 (Ad.)	3 Set. 1995		18 Set. 1996 (Ad.)		27 Mar. 1995	18 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Turquia		24 Fev. 2004 (Ad.)	24 Mai. 2004	11 Jun. 1992	14 Fev. 1997		14 Out. 1994	31 Mar. 1998	29 Jun. 1998
	Tuvalu	8 Jun. 1992	26 Out. 1993	21 Mar. 1994	8 Jun. 1992	20 Dez. 2002			14 Set. 1998 (Ad.)	13 Dez. 1998
	Ucrânia	11 Jun. 1992	13 Mai. 1997	11 Ago. 1997	11 Jun. 1992	7 Fev. 1995			27 Ago. 2002 (Ad.)	25 Nov. 2002
	Uganda	13 Jun. 1992	8 Set. 1993	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	8 Set. 1993		21 Nov. 1994	25 Jun. 1997	23 Set. 1997
	Uruguai	4 Jun. 1992	18 Ago. 1994	16 Nov. 1994	9 Jun. 1992	5 Nov. 1993			17 Fev. 1999 (Ad.)	18 Mai. 1999
	Uzbequistão		20 Jun. 1993 (Ad.)	21 Mar. 1994		19 Jul. 1995 (Ad.)		7 Dez. 1994	31 Out. 1995	26 Dez. 1996
	Vanuatu	9 Jun. 1992	25 Mar. 1993	21 Mar. 1994	9 Jun. 1992	25 Mar. 1993		28 Set. 1995	10 Ago. 1999	8 Nov. 1999
	Venezuela	12 Jun. 1992	28 Dez. 1994	28 Mar. 1995	12 Jun. 1992	13 Set. 1994			29 Jun. 1998 (Ad.)	27 Set. 1998
	Vietname	11 Jun. 1992	16 Nov. 1994	14 Fev. 1995	28 Mai. 1993	16 Nov. 1994			25 Ago. 1998 (Ad.)	23 Nov. 1998
	Zâmbia	11 Jun. 1992	28 Mai. 1993	21 Mar. 1994	11 Jun. 1992	28 Mai. 1993		15 Out. 1994	19 Set. 1996	26 Dez. 1996
	Zimbabué	12 Jun. 1992	3 Nov. 1992	21 Mar. 1994	12 Jun. 1992	11 Nov. 1994		15 Out. 1994	23 Set. 1997	22 Dez. 1997

ANEXO 2

“Negociações Informais”

Referência no texto:

pp.42, §1.

Fontes:

Bruch *et al.*, 2006

<http://www.iisd.ca/climate/cop15/18dec.html>.

NEGOCIAÇÕES INFORMAIS

Além das sessões formais, as negociações informais podem ser cruciais no avanço e efectivação e de um ou mais determinados assuntos que fazem parte da agenda de trabalho das negociações formais. As negociações informais podem proporcionar maior flexibilidade e mais e melhores oportunidades para desenvolver um certo tipo de diálogo inadequado perante as regras das reuniões formais, nomeadamente se nestas participarem um número avultado de Estados. Assim, as negociações informais ocorrem no sentido de desencadearem oportunidades para clarificar posições, recolher informações, identificar áreas de interesse comum e/ou de potencial desacordo, bem como acertar outros pormenores de interesse com as restantes delegações.

São vários os momentos em que as negociações informais podem ocorrer:

- | *Antes das negociações formais, em reuniões preparatórias de índole regional;*
 - | *Durante os intervalos para café, ou nas salas comuns, durante e após as reuniões formais;*
 - | *Durante as sessões de convívio (jantares, cocktails, etc.), entre os dias de trabalho;*
 - | *Ao longo dos habituais “eventos paralelos”, que ocorrem durante ou após as negociações formais.*
- Estes são uma excelente oportunidade para a reunião de delegações, instituições internacionais, ONG, universidades, empresas, que podem desta forma discutir ideias, boas práticas ou abordagens que podem ser aplicadas de uma forma mais formal em outros momentos das negociações.*



Negociações Informais na COP15 da UNFCCC (Copenhaga, 2009).

ANEXO 3

“Checklist de Preparação para as Negociações”

Referência no texto:

pp.45, §1.

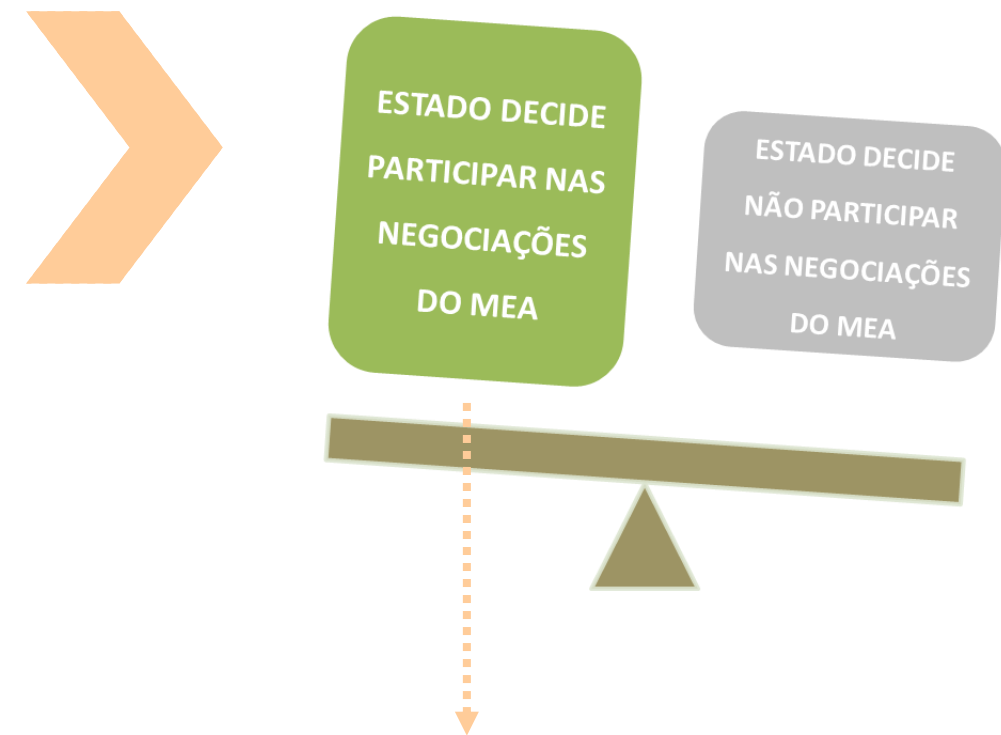
Fonte:

Adaptado de Bruch *et al.*, 2008

COMUNIDADE INTERNACIONAL AVANÇA COM A PROPOSTA DE UM NOVO MEA

ESTADO PONDERA A SUA PARTICIPAÇÃO NAS NEGOCIAÇÕES E CONSEQUENTE ADOÇÃO / RATIFICAÇÃO, TENDO EM CONTA UMA SÉRIE DE CONSIDERAÇÕES:

- ☐ Quais os benefícios (ambientais, socioeconómicos, políticos) do MEA para o Estado?
 - Qual a sua probabilidade de ocorrência?
 - Quando ocorrerão (curto/médio/longo prazo)?
- ☐ Quais os potenciais custos ou dificuldades (económicas, institucionais, políticas, etc.) associados ao MEA?
 - Qual a sua probabilidade de ocorrência e a que prazo?
 - O Governo tem a capacidade para implementar e desenvolver os compromissos associados ao novo MEA? Que tipo de medidas financeiras e/ou técnicas podem facilitar a sua implementação?
 - São necessárias a adopção de novas leis e regulamentos? Há a possibilidade de conflito constitucional?
- ☐ Quais os principais Grupos de Interesse que devem ser envolvidos na discussão/implementação do MEA?
- ☐ Quem irá fazer parte da delegação nacional que irá negociar o MEA? Qual será o “*focal point*” político?
 - Essa delegação nacional tem as capacidades/autoridades necessárias?
 - Qual a utilidade de um “perito externo” (p. ex., de uma Universidade, ONG, etc.)?
 - Quais são os principais papéis e responsabilidades do “*focal point*” político e do “*focal point*” técnico?
 - O “*focal point*” político está ciente e em contacto regular com o “*focal point*” técnico, e vice-versa? Há coordenação entre os “*focal points*” dos restantes MEA adoptados pelo Estado?
 - O “*focal point*” técnico tem capacidade para se envolver efectivamente nas negociações, adopção e ratificação do MEA?
- ☐ A delegação nacional estabelecida está apta para dar uma continuidade coerciva e efectiva às negociações?
 - Algum membro da delegação tem outros compromissos que podem comprometer a sua participação nas negociações?
 - Há apoio político para a continuidade das delegações? Pode haver pressão para alterar a composição das delegações?
- ☐ Existe um nível adequado de “*staff*” e financiamento?
 - Existe a oportunidade de obter assistência financeira fora das fontes habituais (Secretariado do MEA, fontes bilaterais, etc.)?
- ☐ O chefe da delegação tem autoridade suficiente para tomar decisões e desenvolver negociações informais na ausência de instruções do Governo?
- ☐ Quais os principais assuntos da agenda de trabalho das negociações?
- ☐ Quais os assuntos mais importantes e prioritários para o Estado? Quais as linhas de negociações e soluções preferidas ou quais as possíveis alternativas?
- ☐ Que procedimentos deverão ser adoptados aquando da conclusão das negociações do MEA?
 - Deverá a sua adopção e /ou ratificação ser adiada até a implementação das medidas jurídicas, institucionais e administrativas inerentes ao MEA estar completa?
- ☐ Quem são os potenciais aliados do Estado nas matérias em negociação (outros Estados, ONG, empresas, etc.)?
- ☐ A preparação para as negociações pode ser conduzida ao nível internacional (i.e., através de instituições regionais já existentes ou de Grupos de Negociação implementados em negociações anteriores)?
- ☐ A assistência financeira pode partir desta(s) instituição(ões)?
- ☐ Existem instituições regionais que podem assistir na análise de informação pertinente, tratamento dos documentos originados nas negociações e identificação das principais questões?



Nos meses/semanas que antecedem as negociações:

- ☐ Assegurar que estão estabelecidos os contactos necessários com os gabinetes ministeriais;
- ☐ Consultar com outros departamentos, agências e instituições de interesse (desenvolver uma lista de contactos);
- ☐ Designar os responsáveis e os restantes membros da delegação, bem como a suas posições e tarefas, e comunicar ao Secretariado do MEA;
- ☐ Reunir com oficiais de delegações anteriores, para aconselhamento e continuidade;
- ☐ Consultar com “aliados de negociação”, tais como outros Estados, Grupos Regionais ou Secretariados de outros MEA;
- ☐ Rever as obrigações financeiras e desenvolver os procedimentos necessários;
- ☐ Rever o “*draft*” da agenda de trabalho e outros documentos já elaborados referentes ao MEA;
- ☐ Organizar a viagem e a logística necessária para a deslocação da delegação;
- ☐ Organizar pastas informativos (acerca do MEA, da reunião, das negociações, etc.) e outro material relevante;
- ☐ Elaborar o “*draft*” de declarações, intervenções e possíveis tópicos de discussão.

ANEXO 4

*“EU Positions on the Main Unresolved Issues in the
Negotiation of the Access and Benefit-sharing Protocol”*

Referência no texto:

pp.46, §1.

Fonte:

WPIEI, 2010

EU Positions on the main unresolved issues in the negotiation of the Access and Benefit-sharing Protocol

Meeting: Inter-Regional Negotiating Group, Montreal, 18 to 21 September 2010

Version of 25 August 2010

The resumed session of ABS WG9 from 10 to 16 July 2010 has significantly advanced the ABS Protocol negotiations. However, all important issues remain unresolved. Parties therefore agreed to again suspend the ninth session of the ABS WG9. An additional negotiating meeting in the format of an "Inter-Regional Negotiating Group" (ING) will be held from 18 to 21 September 2010 in Montreal, preceded by one day of informal consultations. The results of this additional ING-session will be submitted to a resumed session of ABS WG9, which will be re-convened on 16 October 2010, immediately before CBD COP10 in Nagoya, Japan.

It is vital for the success of the ABS Protocol negotiations that the ING-meeting in September resolves as many of the open issues as possible. This requires that the EU, as other Parties, brings more flexibility to the September meeting.

Against this background, this document focuses only on the main unresolved issues in the ABS Protocol negotiations. For all issues not addressed in this document, the agreed EU positions set out in the already existing EU position papers continue to apply. This document addresses the following topics:

- 1) *"Derivatives" of genetic resources*
- 2) *Temporal and geographical scope*
- 3) *Non-commercial research/ biodiversity-related research*
- 4) *Traditional knowledge associated with genetic resources*
- 5) *Disclosure requirements, checkpoints, internationally recognised certificate of compliance*
- 6) *International access standards and their link to compliance measures by user countries*
- 7) *Relationship with other international instruments*
- 8) *Pathogens of particular public concern for the health of humans, animals or plants*
- 9) *Access to justice*
- 10) *Country of origin*
- 11) *National treatment/ non-discrimination*
- 12) *Institutional arrangements*

Two complementary documents to this paper reflect how the EU positions set out in this and in the already existing EU position papers translate into amendments to (1) the draft ABS Protocol text, as well as to (2) the draft COP10 decision on ABS. However, examples for textual amendments to the draft Protocol are reflected in this document in cases where EU positions set out in this document identify more than one example or option. This was done to maintain the readability and clarity of the amended (1) draft ABS Protocol and (2) COP10 decision documents on ABS.

(...)

(...)

Main outstanding problematic elements

a) Reference to community level procedures

Provisions where prevails: preambular paragraph 34, articles 9.1 and 11.3

a) Current EU position

In the EU position paper on Traditional Knowledge of 8 November 2009, it is stated: “Access to traditional knowledge held by ILCs are often governed by specific customary laws determining community level procedures which have developed over time. Such procedures often show a great level of cultural specificity and differ widely between the communities. Traditional knowledge may also in some cases be owned by the entire community as such, and not attributed to a certain individual. In addition to this some states also have clearly established legal relationships with ILCs through treaties and domestic legislation. For the reasons above, it is clear that a “one size fits all” approach in the international ABS regime will not work.

It is important that the international ABS regime gives sufficient room for respecting existing community level procedures/customary systems on accessing traditional knowledge associated with genetic resources. If a Party decides to give some status to customary law in respect of traditional knowledge associated with genetic resources that is a domestic policy decision. The international ABS regime should not stand in the way for this.”

b) State of play

In this light, prior to ABSWG9 the EU had defended that community level procedures was the preferred terminology as this would cover the variety of Indigenous and local community laws, customary laws, community protocols and procedures. This was mainly due to the fact that this terminology was used in the relevant brick, included in UNEP/CBD/ COP/DEC/IX/12 Annex 1 (titled “Measures to ensure that access to traditional knowledge takes place in accordance with community level procedures”).

During the negotiations in Cali in March 2010 and in Montreal in July 2010 it became evident that for some CBD Parties and most indigenous groups it was important to be more precise and open-ended in this terminology. In that context the present reference to “indigenous and local community laws, customary laws, community protocols and procedures of indigenous and local communities, as applicable, with respect to TK associated with genetic resources” was developed. All Parties could accept this terminology.¹

During EU coordination *sur place* in Montreal (ABS-9 bis) one Member State strongly argued that the EU position was to support the expression “community level procedures”. The rest of the Member States that were present in Montreal understood that the EU position was flexible on that matter and showed their willingness to go along with the negotiations and accept the longer expression “indigenous and local community laws, customary laws, community protocols and procedures”, in particular in the present context for the Parties, not to apply but to “take into consideration” and “as applicable”. Due to the lack of time and quorum to clarify this issue the Presidency decided to preserve all the positions of the Member States introducing in the text of the draft Protocol the expression “community level procedures” as an alternative. The EU was completely isolated in this proposal.

¹ Initially Canada was somehow against this terminology but during ABS-9bis was ready to accept it. Indeed Canada indicated that “community level procedures” would not work for them.

c) Line to take

The EU will accept the terminology “ILC laws, customary laws, community protocols and procedures” in order to reduce the number of pending issues on TK and be more effective in the negotiations, in particular taking into account its isolated position on this issue.

b) Misappropriation of traditional knowledge associated with genetic resources

Provision where prevails

At present, compliance measures related to TK are addressed in two places in the draft protocol text: article 5bis (paragraphs 2-4) and article 12².

a) Current EU position

With respect to compliance measures against the use of traditional knowledge associated with genetic resources obtained without PIC and/or MAT of ILCs, the current EU position on TK (8th November 2009) states: “*The EU considers that the negotiations in the WIPO/IGC will be particularly relevant to protect traditional knowledge associated with genetic resources that has left a community (with or without PIC). Notably, the WIPO IGC will also need to address measures to protect indigenous knowledge holders against the "misappropriation" of their traditional knowledge.*”

In the run up to ABS9bis there were different views at the EU level. During the WPIEI (Biodiversity) on 29 June 2010, the WPIEI decided to follow the same approach for this issue as for the one regarding publically available TK (i.e. a review clause as a fallback position if simple deletion of any compliance measures related to TK would not be acceptable in negotiations).

b) State of play

Norway introduced in article 5bis three additional paragraphs (5bis.2-4) to address misappropriation of TK in a similar way as misappropriation of GR which is being addressed in article 12. Discussions on this text proposal were relatively brief. During the first reading the African group expressed its preference to stick to the original text (i.e. paragraph 1 of art5bis) but indicated that they could nonetheless accept the Norway proposal. This is most likely related to the fact that Africa still wants to address misappropriation of GR and TK associated with GR in the same provisions, under article 12. During the second reading Norway suggested deleting the second paragraph under art5bis, but this was opposed by Africa and India, also speaking on behalf of China. Canada supported this and suggested to park paragraphs 3 and 4 under article 12 or a new article 12bis. Surprisingly, and as informally confirmed, Canada seems open to address misappropriation of TK associated with GR, but only in the context of article 12. Japan also confirmed that paragraphs 2-4 deal with compliance, but accepted them to remain under art5bis as a place holder (hence apparently not rejecting the idea in substance).

The EU could not accept the Norwegian proposal and again was quite isolated with no other Parties openly objecting to addressing the idea of misappropriation of TK in the ABS Protocol.

² An African proposal on compliance measures related to TK also appears in article 4.1 where the African group introduced it as counterproposal to Canada’s insistence to include that benefit sharing is ‘on mutually agreed terms’ This proposal is misplaced and will disappear at a later stage in negotiations.

The proposal made by Norway in principle mirrors the approach of misappropriation of genetic resources: States will have to take measures “*with the aim of ensuring that traditional knowledge [associated with genetic resources] utilised within their jurisdiction have been accessed and utilized*” “*with the prior and informed consent or approval and involvement of indigenous and local communities, and based on mutually agreed terms*”. Nevertheless, in comparison, the content of this obligation is less precise than the one on genetic resource mainly due to the fact that there is no agreed definition on the content of TK associated with genetic resources. Therefore the content and extent of this obligation will depend on the national regulations. In the bilateral contacts the EU had with Norway before the beginning of the ABS-9bis, Norway stated that they expect to comply with this obligation through an amendment of its Patent Act and with a dynamic interpretation of the concept of TK linked to the work that could be produced by the WIPO-IGC.

c) Line to take

An appealing aspect of the Norwegian proposal is that it leaves most of the definition of the content of this obligation to the national level. This could be interpreted as very close, in practical and implementation terms, to the EU position. After re-stating its initial approach and underlining the importance of work undertaken by the WIPO IGC, the EU will therefore accept including in the ABS Protocol, a reference to measures to provide that traditional knowledge associated with genetic resources utilized within the jurisdiction of a Party has been accessed in accordance with prior informed consent or approval and involvement and that mutually agreed terms have been established, as presently reflected under the Norwegian proposal.

The acceptance of this very general obligation will be made on the understanding that its implementation by the Parties will be reviewed in light of the results of ongoing negotiations in the WIPO IGC. This seems is compatible with the EU position that WIPO is the main forum determining detailed measures to address misappropriation of TK associated to genetic resources. It would confirm the role of WIPO IGC on this issue.

Another appealing aspect about the Norwegian proposal in paragraph 2 of 5bis is that it links "misappropriation" back to paragraph 1 on domestic measures. In giving support to the Norwegian proposal, the EU will underline the importance it attaches to the existence of domestic measures taken by Parties where access takes place as a precondition for the “misappropriation” provision to work. It will be important to retain this notion if article 5bis paragraphs 2 to 4 were to be moved elsewhere.

In line with the previous reasoning, the EU will suggest or support amending and moving for systematic reasons and to avoid duplication of text in the draft Protocol, the current paragraph 2 of article 5bis to a new article 12.2 which would then read as follows:

Parties shall take appropriate, effective and proportionate measures to provide that traditional knowledge associated with genetic resources utilised within their jurisdiction have been accessed in accordance with article 5bis. The first review under Article 26 of this Protocol shall assess the implementation of this obligation in light of developments at international level, in particular work conducted under the WIPO.

In this scenario, the current articles 12.2 and 12.3 would become 12.3 and 12.4, respectively, and would need to be adjusted accordingly to link back to the new Article 12.2.

c) Benefit sharing related to publicly available traditional knowledge

Provisions where prevails: article 9.5

a) Current EU position

Prior to ABS WG9bis the EU reconfirmed its position that: “[...] *the EU will consistent with its position on the relationship between the ABS negotiations in the CBD framework and negotiations in the WIPO/IGC, defend that measures to protect traditional knowledge that has left the community and that is "publicly available" or that has entered the "public domain" must be negotiated in the WIPO/IGC.*”

And that “*The EU considers that the negotiations in the WIPO/IGC will be particularly relevant to protect traditional knowledge associated with genetic resources that has left a community (with or without PIC). Notably, the WIPO IGC will also need to address measures to protect indigenous knowledge holders against the "misappropriation" of their traditional knowledge.*” (EU position paper on Traditional Knowledge of 8 November 2009)

Furthermore it was decided during EU coordination of 9 July 2010 in Montreal that if the EU needed more flexibility on these issues due to an isolated position, it could suggest, in line again with the EU position of 8th November 2009³, but as a fallback position, working on the basis of a review clause. This review clause should be specific and could cover not only the issue of TK in the public domain but also the issue of the misappropriation of TK.

b) State of play

During ABSWG9bis the EU was isolated with its position; even its eventual fall-back proposal of a review clause would have been below the level of commitment of its partners. All other Parties (including Canada) could at least accept a voluntary obligation on users of Traditional Knowledge that is publicly available to share benefits with the owners of that knowledge. The developing world urged for binding language in art. 9.5. Some Parties such as South-Korea and Australia did not like using the wording ‘publicly available’ in the Protocol text. South-Korea wanted to make sure ‘publically available’ does not include the ‘public domain’ and Australia proposed language to avoid using either one of both terms while at the same time addressing the issue.

However, in the present draft Protocol text, the concept of publicly available TK is not only being addressed in article 9.5, but also in article 3 on scope. Indeed, two contrasting provisions are included in the scope.

One provision was introduced by Canada and explicitly excludes traditional knowledge associated with genetic resources acquired prior to the entry into force of the Protocol (and hence in principle also publically available TK associated with GR). This provision is appealing and supportive of the EU position, but it is strongly contested and may not remain.

The other provision, introduced by Africa, explicitly includes benefits from new and continued use of genetic resources and associated traditional knowledge acquired before the entry into force of the Convention. Furthermore, it suggests that the [COP/MOP] would at a later stage adopt modified procedures on benefit sharing for such cases.

c) Line to take

Given its isolation at the last meeting, the EU will be ready to support in the draft Protocol (probably in article 9.5) an incentive to stimulate on a voluntary basis the sharing of the benefits arising from the utilization of traditional knowledge associated with genetic resources which has been obtained from a source other than an indigenous and local community or a country, as applicable, and that is not in the public domain. Recalling its initial approach to the issue and underlining the continued importance of

³ “The EU could suggest including in the international regime a provision that would allow Parties to re-visit the regime provision(s) on traditional knowledge associated with genetic resources in light of the outcomes of the WIPO IGC negotiation, noting that these latter negotiations are expected to end only in September 2011.”

work undertaken by the WIPO IGC, the EU will propose adding a review clause along the following lines: “*The first review under Article 26 of this Protocol shall assess the implementation of this obligation in light of developments at international level, in particular work conducted under the WIPO*”.

Other Elements

d) Reference to countries that can be holders of traditional knowledge

Provisions where prevails: preambular paragraphs 32, 33 and 34

a) Current EU position

The EU council conclusions of March 2010 state that the EU council “*RECOGNISES that traditional knowledge associated with genetic resources is relevant to the conservation and sustainable use of biodiversity as well as for the fair and equitable sharing of the benefits arising from the utilisation of genetic resources and therefore needs to be adequately addressed in the international ABS regime to implement effectively the provisions in Article 15 and Article 8 (j) of the CBD as mandated by COP decision IX/12;*

In line with this, the EU believes that the ABS protocol should only consider TK associated with GR of Indigenous and Local Communities, in accordance with article 8j. TK that is owned by countries would fall out of the mandate of the ABS negotiations.

Para 32, without the bracketed text, was already included in the draft protocol made available to Parties from WG9 in Cali. Prior to ABS9bis, PRES made an analysis of the Cali draft protocol and concluded that such text was not problematic for the EU. This was not contested by any MS in the run-up to ABS9bis.

b) State of play

China and India introduced the reference to countries that can hold traditional knowledge, rather than ILCs in preambular paragraphs 31, 32 and 33. It is important to appreciate that India and China pursue somewhat different agendas regarding TK. These are not entirely related to Article 8j CBD or the third objective of the CBD, but to the objective of obtaining better protection for traditional knowledge originating in these countries that is not secret but known and not held by "ILCs" but known and practiced by significant parts of their respective populations (e.g., traditional Chinese medicine; ayurveda etc). For the same reason, these countries seek to weaken the link between genetic resources and "associated" traditional knowledge.

c) Line to take

As a starting point the EU should call for deletion to any reference in the draft protocol to ‘countries that can be the owners of traditional knowledge’, arguing that this falls outside the mandate of the ABS negotiations. In principle, the Protocol should give enough flexibility to accommodate this at the domestic level without reopening or redrafting the present content of Article 8j.

As a fall back, the EU should assess whether it can allow the use of this terminology in the context of the ABS negotiations and whether it considers useful to use this issue to its advantage if necessary in the course of negotiations, e.g. by –informally– indicate to India and China that EU flexibility on the issue will need to be reciprocated by them.

e) Rights of ILCs, including rights over genetic resources

Provisions where prevails: preambular paragraphs 10, 33 and 39, as well as article 4.1

a) Current EU position

Prior to ABS9bis, the EU developed a position on the rights of ILCs over GR stating (agreed during WPIEI of 29 June 2010) “*Regarding the rights of ILCs over natural resources, the EU considers that this is a complex issue that is beyond the scope of the negotiations on ABS. In order not to reopen such kind of discussion under this negotiation the EU could support the reference in the preamble to the most recent development in this field at the international level, namely the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. The EU could also support, subject to national legislation, the reference to the “established rights” of ILCs over genetic resources whether in the preamble or in the operational text of the Protocol.*”

b) State of play

The EU position still stands and should provide sufficient guidance for preambular paragraphs 10 and 33, and article 4.1. Although quite negative and far from elegant, preambular paragraph 39 is based on an ILC proposal and should in principle not be problematic for the EU.

An elegant solution was found regarding rights of ILCs over GR in article 5.2(e) of the draft protocol: “*Where applicable, and subject to national legislation, set out criteria and/or processes for obtaining prior informed consent or approval and involvement of indigenous and local communities for access to genetic resources*” This pragmatic approach could be further explored at other places where reference is made to rights of ILCs over GR

c) Line to take

No action required for preambular paragraphs 10 and 39. Regarding preambular paragraph 33 the EU could support its deletion as it is covered now by preambular paragraph 10, or at least call for the deletion of the reference to “[and countries]”.

The language in article 4.1 needs to be aligned with the current EU position. This could be achieved by replacing the current bracketed text “[or, where applicable, with][including] the indigenous and local community holding such resources [or associated traditional knowledge]” by “or where applicable, the indigenous and local communities that have established rights over such genetic resources, subject to domestic legislation”.

f) Traditional knowledge associated with genetic resources vs. genetic resources and associated traditional knowledge

Provisions where prevails

The wording “Genetic resources and associated traditional knowledge” is used as alternative to “traditional knowledge associated with genetic resources” throughout the draft Protocol, more specifically in Preambular Paragraphs 22, 33 & Articles 3, 4.1; 4.3; 5.1; 6; 9.4; 12.1; 13title; 13.1; 13BIS; 14.1; 17; 18.5j

a) Current EU position

Prior to ABS9bis, the EU has shown its strong preference to use the narrower expression "*traditional knowledge associated with genetic resources*" as opposed to "*genetic resources and associated traditional knowledge*", and it has referred to this consistently throughout the text of the draft Protocol. This is in line with the fact that Parties agreed at COP9 in Bonn to include in the international ABS regime a main component titled "Traditional Knowledge associated with genetic resources". There was a footnote indicating that this wording was without prejudice to the scope of the IR, however, the wording as such was not challenged.

b) State of play

Several negotiating partners prefer to use "GR and associated TK", often supposedly because of editorial motives, but likely also because it could be interpreted as a wider concept than "TK associated with GR", as previously suggested by some EU member states. In some provisions the wording "GR and associated TK" is not bracketed anymore and hence considered as agreed language (e.g. preambular 33 and article 9.4). In other provisions the terminology will most likely disappear if and once there is consensus on the fact that "GR" and "TK associated with GR" are to be treated separately throughout the Protocol (e.g. in article 12.1).

c) Line to take

The EU should continue to express its strong preference to use the expression "TK associated with GR". The fact that the reference to "GR and associated TK" appears as clean text in one or the other paragraph of the draft Protocol should in principle not impede us to hold on to this position. After all, "nothing is agreed until everything is agreed" and this is a consistency issue that Parties must take up and resolve horizontally throughout the ABS Protocol. In addition, the EU should reach out to 'friendly states' to assess whether and (if ever) how isolated we are in our position, and push others to explain their real intention behind the suggested wording of "GR and associated TK".

g) Traditional knowledge associated with genetic resources or its derivatives

Provisions where prevails

The wording "Traditional Knowledge associated with Genetic Resources or its derivatives" is used in different provisions of the draft protocol, notably in articles 4.4; 5bis.1; 9.1; 9.2 and 9.3 (a), (b), and (c).

a) Current EU position

The current EU position is that only traditional knowledge associated with genetic resources should be addressed in the ABS protocol. In line with the EU position on 'derivatives' as addressed in the CION pending issue paper, access to traditional knowledge associated with a derivative of a genetic resource, without linking it to the genetic resource the derivative is 'derived' from would not be acceptable to the EU.

b) State of play

Peru introduced this 'new' concept in negotiations, arguing that traditional knowledge is often associated with the derivatives of genetic resources. For example, if a certain ILC uses the resin (which does not necessarily contains functional units of heredity) of a certain tree for wound healing, this TK is not directly linked to the GR, but to the derivative of that GR, being a naturally occurring compound that is the result of the expression of the GR. Hence, although this concept is different from access and benefit sharing arrangements for derivatives of GR, it reintroduces the term 'derivatives' and its concomitant ambiguity, which is to be avoided.

c) Line to take

In order to avoid reopening the discussion on what is understood by a 'derivative', the EU should plea for its deletion from the text. Possible ways to accommodate the interests of our negotiating partners is by including in the use of terms a definition of what is understood by:

- (1) *TK that is "associated with" a GR* in the use of terms (as repeatedly solicited by Australia), on the condition of course that this covers TK associated with the naturally occurring compounds that are the result of the expression of the functional units of heredity of that GR.

Such a definition could be developed along the following lines (text partly taken from EU position paper on TK of 8 November 2009):

"TK associated with GR means traditional knowledge of the properties of a genetic resource and/or the naturally occurring compounds that are the result of the expression of the functional units of heredity of that genetic resources, that has triggered the interest to access and/or utilize the genetic resources in question."; or

"TK associated with GR" means traditional knowledge of indigenous and local communities in the context of Article 8j CBD that provides information relevant for the utilization of genetic resources".

The advantage of a 'definition' of TK that is associated with GR is that it could also help with the terminology problem identified in the previous section 3. Furthermore, it could later be "merged" with the emerging definition of "utilization" of GR (addressed in the CION report) which would then deal with the issue of 'derivatives'.

- (2) Including a definition of "utilization of TK associated with GR", provided that it also covers TK associated with the naturally occurring compounds that are the result of the expression of the functional units of heredity of that GR.

Such a definition could be developed along the following lines:

"Utilization of TK associated with GR means that TK associated with a GR, or with the naturally occurring compounds that are the result of the expression of the functional units of heredity of that GR, triggers the interest to access and/or utilize that GR".

h) Reference to article 8j CBD and its Working Group

Provisions where prevails: preambular paragraphs 8 and 17

a) Current EU position

The EU fully supports COP decision VII/19D which states: *Decides to mandate the Ad Hoc Open-ended Working Group on Access and Benefit-sharing with the collaboration of the Ad Hoc Open ended Inter-Sessional Working Group on Article 8(j) and Related Provisions, ensuring the participation of indigenous and local communities, non-Governmental organizations, industry and*

scientific and academic institutions, as well as interGovernmental organizations, to elaborate and negotiate an international regime on access to genetic resources and benefit-sharing with the aim of adopting an instrument\instruments to effectively implement the provisions in Article 15 and Article 8(j) of the Convention and the three objectives of the Convention;”

b) State of play

In preambular provisions 8 and 17 of the draft Protocol, reference is made to article 8j and its working group. Highlighting that implementation of article 8(j) was included in the mandate of the ABS WG might be important to some of our negotiating partners, including the ILCs, given that the already agreed language in the objective of the draft Protocol is silent on traditional knowledge. The EU should make sure, that any such reference is consistent with the language of article 8j of the CBD. In addition, it is important to be precise on the role of the 8j WG in preambular paragraph 8. The 8j WG has not been mandated to negotiate the ABS regime, but the ABS WG. In that context the ABS WG has to "collaborate" with the 8j WG. This is also highly relevant in the context of the discussions on the Institutional Provisions as it will solve itself IF the ABS protocol remains an integral part of the CBD.

In addition, some of the terminology and proposed amendments in preambular paragraph 17 are not consistent with the language of article 8j.

c) Line to take

If preambular paragraph 8 included the reference to the 8j-OEWG, the EU will defend that it should be referred to as “in collaboration with”. The EU will argue that the language used in preambular paragraph 17 is consistent with article 8j of the CBD. In practice it will call for the deletion of the first three sets of bracketed text in paragraph 17 and keep “the” instead of “all” benefits for the last set of bracketed text.

i) Intellectual property rights aspects of traditional knowledge associated with genetic resources

Provisions where prevails: preambular paragraphs 22, 23 and 26

a) Current EU position

The EU position paper on TK, dated 8 November 2009, states that “*It is important that negotiations on traditional knowledge associated with genetic resources in the international ABS regime are fully consistent with the WIPO/IGC negotiations to protect traditional knowledge. The EU has consistently stated that it regards WIPO/IGC as the primary forum for discussions on intellectual property law aspects of protection of traditional knowledge*”;

and that “*The EU considers that the negotiations in the WIPO/IGC will be particularly relevant to protect traditional knowledge associated with genetic resources that has left a community (with or without PIC). Notably, the WIPO IGC will also need to address measures to protect indigenous knowledge holders against the "misappropriation" of their traditional knowledge.*”

b) State of play

The second part of preambular paragraph 26 (“*noting that this protocol will be the comprehensive protocol on access and benefit-sharing and that WIPO should use this protocol as a basis for its ongoing work*”) is problematic and can not be taken serious.

In general, preambular paragraphs 22, 23 and 26 do not add value to the text and will be difficult to negotiate. In principle the EU could support not to have these preambular paragraphs and in case those paragraphs were to stay they should be neutral (in the factual sense).

c) Line to take

The eventual wording of preambular paragraph 22 will depend on the solution for the horizontal issue of 'GR and associated TK'. In any case, the EU could support its deletion.

The EU can in principle support preambular paragraph 23 as it is.

The EU will call for the deletion of the second part of preambular paragraph 26. As a fall-back position, the EU could develop alternative language coherent with Art. 3bis paragraph 3, i.e. along the lines that the Protocol and WIPO/IGC process and outcome must be mutually supportive.

j) Other traditional knowledge-related issues

This section groups a number of provisions with additional outstanding issues related to Traditional Knowledge with Genetic Resources

PREAMBULAR PARAGRAPHS

[30] [Noting the interrelationship between genetic resources and traditional knowledge and the inseparable nature of these resources to indigenous and local communities,]

[31] [Underlining the importance of the traditional knowledge of indigenous and local communities and the development of this knowledge for the conservation of biodiversity and the sustainable use of its components,]

a) Current EU position

The EU council conclusions of March 2010 state that the EU council “*RECOGNISES that traditional knowledge associated with genetic resources is relevant to the conservation and sustainable use of biodiversity as well as for the fair and equitable sharing of the benefits arising from the utilisation of genetic resources and therefore needs to be adequately addressed in the international ABS regime to implement effectively the provisions in Article 15 and Article 8 (j) of the CBD as mandated by COP decision IX/12;*

b) State of play

The real meaning of preambular paragraph 30 is not clear, but it clearly tries to mix, or make a convergence between the different legal basis of both Genetic Resources and Traditional Knowledge.

Although the direction of the expression in preambular paragraph 31 seems to go beyond what is covered by article 8j and 10c (particularly “development of this knowledge”) it does not seem problematic and transmits a similar message as expressed by the EU council on 16 March 2010.

c) Line to take

Accept preambular paragraphs 30 and 31.

ARTICLE 4

FAIR AND EQUITABLE BENEFIT-SHARING

[5. Benefits arising from the utilization of traditional knowledge associated with genetic resources shall be shared on mutually agreed terms that may include monetary or non-monetary benefits including, as appropriate, types of benefit-sharing identified in Annex I.]

State of play

Article 4.5 is developed in analogy with art. 4.3 on GR. Depending on the evolution of Article 9.5 it could become problematic, if it could be interpreted as an obligation of Parties to clarify in their domestic law that MAT must be established if benefits arising from the utilisation of TK associated with GR are shared with ILCs. This would go beyond the voluntary process envisioned in 9.5. In addition it is not to the advantage of ILCs given that users will not be tempted to decide to share benefits in the framework of article 9.5 knowing that this would mean that they would need to establish MAT for this.

Line to take

In the current text of article 4.5 the EU should make the following amendment:

Benefits arising from the utilization of traditional knowledge associated with genetic resources that is accessed from an ILC, shall be shared on mutually agreed terms that may include monetary or non-monetary benefits including, as appropriate, types of benefit-sharing identified in Annex I

ARTICLE 5 bis

ACCESS TO TRADITIONAL KNOWLEDGE ASSOCIATED WITH GENETIC RESOURCES

1. Parties shall take legislative, administrative, or policy measures, as appropriate, with the aim of ensuring that traditional knowledge associated with genetic resources [or its derivatives] that is held by indigenous and local communities is accessed with the prior and informed consent or approval and involvement of indigenous and local communities, [[subject to] [in accordance with] their national legislation] and is based on mutually agreed terms.

State of play

Reference to national legislation with regard to the PIC of ILCs, might suggest state involvement which is in principle not acceptable to the EU. This reference was first introduced by South-Korea, and later on supported by China. Africa and the EU asked for the deletion of this language. The EU should informally consult with China to better understand how strong their position on this really is. ILCs are our allies here.

Line to take

The EU should reiterate its preference to delete the reference to national legislation in art. 5bis.1.

ARTICLE 9

TRADITIONAL KNOWLEDGE ASSOCIATED WITH GENETIC RESOURCES

2. Parties, with the effective participation of the indigenous and local communities concerned, shall establish mechanisms to inform potential users of traditional knowledge associated with genetic resources [or its derivatives] about their obligations[, including measures as made available through the [Access and Benefit-sharing] Clearing-House under Article 11] for access to and fair and equitable sharing of benefits arising from the utilization of such knowledge.

State of play

As far as the measures referred to in article 9.2 will exist (pending discussions on misappropriation of TK) this should in principle not be problematic for the EU.

Line to take

The EU should accept the reference to the Clearing House in art. 11.2.

ARTICLE 13

MONITORING[, TRACKING] AND REPORTING THE UTILIZATION OF GENETIC RESOURCES [AND ASSOCIATED TRADITIONAL KNOWLEDGE]

1. Parties shall take measures, as appropriate, to monitor[, track and report] the utilization of genetic resources[...]. Such measures [could] include:
 - (a) The identification and[, where appropriate,] establishment of [appropriate] check points [and [mandatory] [disclosure][information] requirements [including] [any [permit,] certificate [or equivalent] that was granted in accordance with Article 5, paragraph 2(d)] [at[, for example]:
[...]
- (v bis) [Indigenous and local communities, including their relevant competent authorities, that may grant access to traditional associated with genetic resources.]
- [4. The internationally recognized certificate of compliance [or equivalent] [shall][may] contain the following minimum information [when it is not confidential]:
[...]
- (d) [Details of the [relevant indigenous and local communities who are] [rights holders][rightful holder] of associated traditional knowledge [within indigenous and local communities], as appropriate;]

State of play

Although discussions on article 13 are far from being concluded, the text in art 13.1 (v bis) that ILCs who may grant access to their TK associated with GR and establishing MAT would also act as a checkpoint to check whether access was granted appropriately seems awkward. However, it would

strengthen the EU argument that "checkpoints" are not necessarily government checkpoints but could also be "checks" undertaken by providers. This merits further discussion. At first glance it would not hurt to include checks by ILCs in the list. Indeed, it might be hard to argue against inclusion of this in the list as the whole purpose of patent disclosure and certificates is to enable rights holders, including ILCs, to check whether their rights are respected.

According to article 13.4 lit. d) of the draft Protocol, the internationally recognized certificate should also include information on details of the rights holders of associated traditional knowledge, as appropriate. The EU does not support the inclusion of article 13.4 and prefers addressing the specific content of the certificate by a decision of the COP to the ABS Protocol.

As opposed to other provisions it should not be problematic for the EU to include TK associated with GR in the same basket as GR with regard to any disclosure requirement. Canada informally explained it has a proposal on the monitoring of the utilization of TK associated with GR in its back pocket. The EU should reach out to Canada to understand their position on this.

Line to take

The EU needs to reach out to the proposers of art 13.1 (v bis) to fully understand the rationale behind this before taking a final stand on this proposal. The current EU position on article 13.4 d) still stands.

The EU should agree to treat TK associated with GR in the same way as GR in the context of article 13. Drawing a distinction between GR and TK for monitoring measures is not necessary and would be difficult to explain.

ANEXO 5

“Tabela ‘Boom dos MEA ’”

Referência no texto:
pp.55, §1.

Fonte:
Mitchell, 2002-2012

Período de Anos	MEA	EMENDAS
1950-1959	46	18
1960-1969	71	31
1970-1979	95	43
1980-1989	109	63
1990-1999	217	125
2000-2011	103	108
1028		

Período de Anos	MEA	EMENDAS
2000-2004	76	60
2005-2011	27	48

Tema	Total de MEA e Emendas
Energia	68
Recursos de Água Doce	121
Habitat	57
Natureza	278
Oceanos	305
Poluição	281
Espécies	483
Armamento e Ambiente	19
1612	

Legenda:

- Período de anos com aumento substancial de MEA
- Período de anos onde o nº de Emendas é superior ao nº de MEA
- Área temática onde a evolução dos MEA foi maior

ANEXO 6

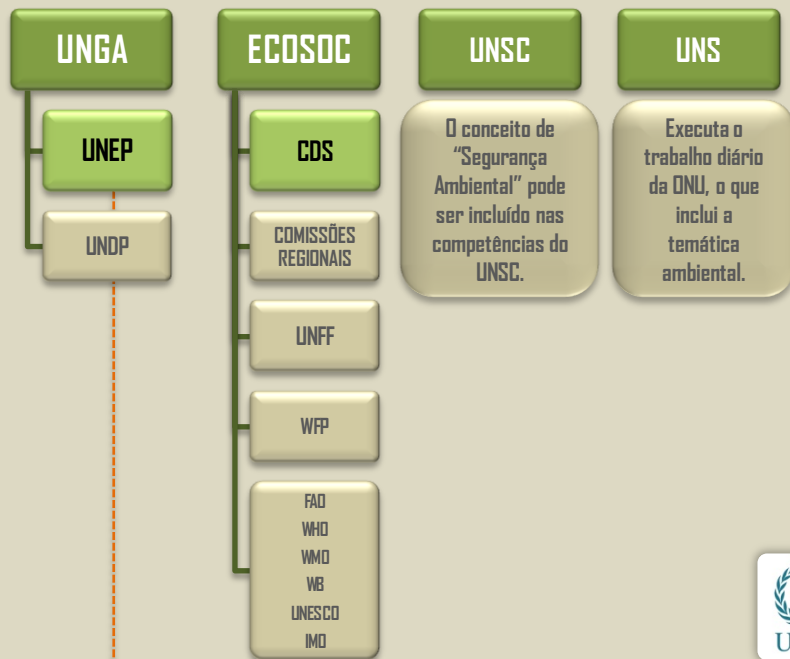
“Sistema Ambiental da ONU/UNEP”

Referência no texto:
pp.74, §1; pp.78, §3.

Fontes:
Adaptado de ONU (consulta online); UNEP (consulta online)



Sistema Ambiental ONU



Sistema UNEP

GABINETE DE OPERAÇÕES

GABINETE DO EXECUTIVO

PORTA-VOZ

SECRETARIADO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DOS ASSUNTOS POLÍTICOS E INTERINSTITUCIONAIS

GRUPO PARA A GESTÃO DO AMBIENTE

GABINETE DE AVALIAÇÃO

CIENTISTA-CHEFE

GABINETE DE COORDENAÇÃO DO GEF

GABINETES REGIONAIS

MEA

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

DESASTRES E CONFLITOS

GOVERNANÇA AMBIENTAL

DIVISÃO DA COOPERAÇÃO REGIONAL

DIVISÃO DO AVISO PRÉVIO E AVALIAÇÃO

DIVISÃO DO DIREITO AMBIENTAL E CONVENÇÕES

DIVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL

DIVISÃO DO COMÉRCIO, TECNOLOGIA E ECONOMIA

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DO GEF

GESTÃO DE ECOSISTEMAS

SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

EFICIÊNCIA DE RECURSOS

Conselho de Administração
e
Fórum Mundial de Ministros do
Ambiente

ANEXO 7

“Principais Funções das COP das ‘Convenções do Rio’”

Referência no texto:

pp.47, §2; pp. 91, §2.

Fontes:

(encontram-se no final do documento em anexo*)

<div>CONFERÊNCIAS DAS PARTES (COP)</div> <div>REUNIÕES DAS PARTES (MOP)</div>	PRINCIPAIS FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS	PROCESSO DE VOTAÇÃO
<p>UNFCCC</p> <p>CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</p>	<p>O Artigo 7.º (2) estipula o seguinte:</p> <p>«...A Conferência das Partes, como órgão supremo da Convenção, deverá examinar regularmente a implementação da Convenção e quaisquer instrumentos legais com ela relacionados que a Conferência das Partes possa vir a adoptar e deverá tomar, nos termos do seu mandato, as decisões necessárias para promover a implementação efectiva da Convenção. Para tal, deverá:</p> <ol style="list-style-type: none"> Examinar periodicamente as obrigações das Partes e os acordos institucionais realizados ao abrigo desta Convenção e examinar (...) a experiência adquirida na sua implementação e a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos; Promover e facilitar o intercâmbio de informações sobre as medidas adoptadas pelas Partes relacionadas com as alterações climáticas e seus efeitos, tendo em conta os diferentes condicionamentos, responsabilidades e capacidades das Partes e dos seus respectivos compromissos ao abrigo da Convenção; Facilitar, a pedido de duas ou mais Partes, a coordenação de medidas por elas adoptadas relacionadas com as alterações climáticas e seus efeitos, tendo em conta as diferentes condicionantes, responsabilidades e capacidades das Partes e dos seus respectivos compromissos ao abrigo da Convenção; Promover e orientar, de acordo com o objectivo e com as disposições da Convenção, o desenvolvimento e o melhoramento periódico de metodologias comparáveis, a serem acordadas pela Conferência das Partes, nomeadamente para preparar inventários sobre as emissões pelas fontes de gases com efeito de estufa e sobre a sua remoção pelos sumidouros e para avaliar a eficácia das medidas destinadas a limitar as emissões e a melhorar a remoção desses gases; Avaliar, com base em toda a informação disponível de acordo com as disposições da Convenção, a implementação da Convenção pelas Partes, os efeitos globais das medidas tomadas ao abrigo da Convenção, em particular os efeitos ambientais, económicos e sociais, assim como os seus impactes cumulativos, e em que medida estão a ser realizados progressos para atingir os objectivos da Convenção; Considerar e adoptar relatórios regulares sobre a implementação da Convenção e assegurar a sua publicação; Fazer recomendações sobre quaisquer matérias necessárias para a implementação da Convenção; Procurar mobilizar recursos financeiros (...); Criar órgãos subsidiários que sejam considerados necessários para a implementação da Convenção; Examinar os relatórios apresentados pelos órgãos subsidiários e proporcionar-lhes directivas; Acordar e adoptar, por consenso, regras processuais e financeiras para si e para os seus órgãos subsidiários; Procurar e utilizar, quando apropriado, os serviços e a cooperação, assim como a informação 	<p>As “Rules of Procedure” da COP designam, no seu Capítulo VII, o processo de votação a ser seguido, porém este não é aplicado na íntegra, uma vez que as Partes continuam sem chegar a acordo acerca da “Regra 42”, a qual decide o procedimento a ser aplicado em votações de questões fundamentais, i.e., se as decisões devem ser tomadas por consenso e/ou por que tipo de maioria.¹</p> <p>O Artigo 15.º (3) relativo às “Emendas à Convenção” estipula que «...As Partes farão todos os esforços para conseguir chegar, por consenso, a um acordo sobre qualquer emenda proposta. Uma vez esgotados todos os esforços para se conseguir o consenso sem que a emenda tenha sido adoptada, esta, como último recurso, será adoptada por uma maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e votantes na sessão...». No seguimento deste processo, as Partes necessitam de “aceitar” a emenda efectuada, pois só assim esta entrará em vigor.</p> <p>O Artigo 16.º (2) e (3) relativo às “Adopção e Emendas aos Anexos da Convenção” estipula que os Anexos à Convenção serão propostos e adoptados de acordo com o Art. 15.º supracitado, porém estes últimos não necessitam da aceitação explícita das Partes para entrarem em vigor (tal processo só será interrompido se uma Parte notificar o depositário da sua</p>

	<p><i>proporcionada por organizações internacionais e intergovernamentais e organizações não governamentais competentes;</i></p> <p><i>m) Exercer outras funções que sejam necessárias para alcançar o objectivo da Convenção, assim como todas as funções que lhe foram atribuídas ao abrigo da Convenção...».</i></p> <p> O Artigo 7.º (3) acrescenta que as «...A Conferência das Partes adoptará, na primeira sessão que realizar, o seu regulamento interno [<i>“Rules of Procedure”</i>] e o dos órgãos subsidiários criados em aplicação da presente Convenção; esses regulamentos incluirão o processo de tomada de decisões aplicáveis às questões em relação às quais a convenção não preveja já o respectivo processo....».</p> <p> A admissão e participação de “observadores” nas reuniões da COP estão sujeitas às “<i>Rules of Procedure</i>” adoptadas pela própria, apesar de, à partida, «...Qualquer órgão ou organismo nacional ou internacional, governamental ou não governamental, competente nos domínios abrangidos pela Convenção, que tenha dado a conhecer ao Secretariado o desejo de ser representado numa sessão da Conferência das Partes na qualidade de observador pode ser nela admitido nessa qualidade, excepto se um terço, pelo menos, das Partes presentes objectar a essa participação...» [Artigo 7.º (6)].</p> <p> A COP está igualmente encarregue de algumas funções no que diz respeito ao secretariado, aos seus órgãos subsidiários e ao mecanismo financeiro da Convenção. Tais funções são estipuladas nos Artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º.</p> <p> O Artigo 14.º (2) (b) relativo à “Resolução dos Conflitos” delega à COP os necessários poderes de arbitragem e conciliação, ficando assim estipulado que qualquer Parte que ratifique, aceite, aprove ou adira à Convenção, e que, face a qualquer conflito referente à interpretação ou aplicação da Convenção, «...reconhece como obrigatória de pleno direito e sem convenção especial (...) a arbitragem, de acordo com os procedimentos a serem adoptados, logo que possível, pela Conferência das Partes...».</p> <p> O Artigo 15.º (2) estipula que a COP tem os necessários poderes para fazer as necessárias alterações à Convenção nas suas sessões ordinárias, não só através da adopção de emendas, mas também, e como delega o Artigo 17.º (1), de Protocolos.</p>	<p>“não aceitação do anexo”).</p> <p> O Artigo 17.º relativo aos “Protocolos” define que a COP pode, em qualquer sessão ordinária, adoptar Protocolos para a Convenção, porém não especifica o processo que deverá ser seguido para atingir esse fim. Assim sendo, e na ausência de um processo de votação efectivo nas “<i>Rules of Procedure</i>” da Convenção (ver 2ª marca seguinte), a sua adopção requer, obrigatoriamente, o consenso das Partes.</p> <p> O Artigo 18.º (1) e (2) dita o seguinte: «...1- Cada Parte da Convenção terá direito a um voto, excepto nos casos previstos no parágrafo 2 (...) 2 – Em assuntos que sejam da sua competência, as organizações de integração económica regional deverão exercer o seu direito de voto com um número de votos igual ao número dos seus Estados membros que sejam Partes da Convenção. Tal organização não poderá exercer o seu direito de voto se algum dos seus Estados exercer esse direito, e vice-versa...».</p>
<p>MOP do <u>PROTOCOLO KYOTO</u></p>	<p> O Artigo 3.º (4) estipula o seguinte:</p> <p>«...Antes da primeira sessão da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo, deve, em sua primeira sessão ou assim que seja praticável a partir de então, decidir sobre as modalidades, regras e directrizes sobre como e quais são as actividades adicionais induzidas pelo homem relacionadas com mudanças nas emissões por fontes e remoções por sumidouros de gases de efeito de estufa nas categorias de solos agrícolas e de mudança no uso da terra e florestas...».</p> <p> Segundo o Artigo 5.º (1), a MOP tem a responsabilidade de decidir quais as directrizes dos sistemas nacionais para a estimativa de emissões antrópicas e suas remoções por sumidouros de todos os gases de efeito de estufa.</p> <p> A MOP tem igualmente responsabilidades no que diz respeito à adopção ou aperfeiçoamento de directrizes para a implementação do projecto abrangido pelo Artigo 6.º, i.e., redução de emissões antrópicas através da transferência ou aquisição de emissões, das normas necessárias para a preparação</p>	<p> Tanto o Artigo 20.º (3) relativo às “Emendas”, como o Artigo 21.º (4) relativo à “Adopção e Emendas de Anexos”, estipulam o seguinte sistema de votação: «...As Partes devem fazer todo o possível para chegar a acordo por consenso sobre qualquer proposta (...) Uma vez exauridos todos os esforços para chegar a um consenso sem que se tenha chegado a um acordo, [a emenda deve ser adoptada] [o anexo ou a emenda a um anexo devem ser adoptados], em última instância, por maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e</p>

	<p>das informações solicitadas no Artigo 7.º, i.e, o «...inventário anual de emissões antrópicas por fontes e remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito de estufa...», bem como quais as modalidades de contabilização das quantidades atribuídas.</p> <p>O Artigo 8.º (4), (5) e (6) estipulam à MOP a função de adoptar e rever periodicamente as directrizes para a revisão da implementação do Protocolo por equipas de especialistas, considerar informações relevantes submetidas pelas Partes, Órgãos Subsidiários e secretariado, e tomar decisões sobre qualquer outro assunto para a implementação do Protocolo.</p> <p>A MOP é também responsável, segundo o Artigo 12.º (7), pela elaboração de «...modalidades e procedimentos com o objectivo de assegurar a transparência, eficiência e prestação de contas das actividades de projectos por meio de auditorias e verificações independentes...».</p> <p>A MOP é ainda encarregada de: assegurar a boa distribuição de fundos pelos custos administrativos e assistência às Partes em desenvolvimento que sejam particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das Alterações Climáticas [Artigo 12.º (8)]; pela definição dos princípios, modalidades, regras e directrizes apropriadas, em particular para a verificação e elaboração de relatórios e prestação de contas do comércio de emissões (Artigo 17.º); aprovar procedimentos e mecanismos adequados e eficazes para determinar e tratar de casos de não cumprimento das disposições do Protocolo (Artigo 18.º).ⁱⁱ</p>	<p>votantes na sessão...».</p>
<p>CBD</p> <p>CONVENÇÃO PARA A DIVERSIDADE BIOLÓGICA</p>	<p>O Artigo 23.º (4) estipula que a COP da CBD é responsável por manter sob observação a aplicação da Convenção, devendo para isso assegurar o seguinte:</p> <p>«...a) Estabelecer a forma e a periodicidade da transmissão da informação que deverá ser apresentada de acordo com o Artigo 26.º¹ e apreciar essa informação, bem como os relatórios apresentados por qualquer órgão subsidiário;</p> <p>b) Rever os pareceres científicos, técnicos e tecnológicos sobre a diversidade biológica (...);</p> <p>c) Apreciar e adoptar, quando necessário, protocolos (...);</p> <p>d) Apreciar e adoptar, quando necessário, alterações (...) [à] Convenção e seus anexos (...);</p> <p>e) Apreciar as alterações a todos os protocolos, bem como a qualquer anexo inerente, e, se assim for decidido, recomendar a sua adopção pelas Partes;</p> <p>f) Apreciar e adoptar, quando necessário, anexos adicionais à (...) Convenção (...);</p> <p>g) Estabelecer os órgãos subsidiários, sobretudo para fornecer pareceres científicos e técnicos considerados importantes e necessários para a implementação (...) [da] Convenção;</p> <p>h) Contactar, através do secretariado, os órgãos executivos das convenções que tratem de questões abrangidas (...) [pela] Convenção, visando estabelecer formas adequadas de cooperação;</p> <p>i) Apreciar e tomar quaisquer medidas adicionais que se mostrem necessárias para atingir os objectivos (...) [da] Convenção, através da experiência adquirida pela sua aplicação...».</p>	<p>A Regra 40 das “Rules of Procedure” da COP da CBD estipula que as Partes farão todos os esforços para conseguir chegar, por consenso, a um acordo sobre todas as questões fundamentais, e que só após esgotados todos os esforços para se conseguir qualquer acordo através do consenso, a decisão deverá ser adoptada através de uma maioria de três quartos dos votos das Partes presentes e votantes na sessão. A mesma Regra considera como excepções o disposto em contrário pela Convenção ou pelas próprias “Rules of Procedure”, as normas financeiras incluídas no Artigo 23.º (3) ou as decisões tomadas ao abrigo do Artigo 21.º (1) (2) da Convenção.</p> <p>O Artigo 28.º da Convenção relativo à “Adopção de Protocolos” menciona somente que as Partes devem</p>

¹ O **Artigo 26.º da CBD** estipula que as Partes devem apresentar à COP relatórios sobre as medidas que tenham adoptado para a aplicação das disposições da Convenção, bem como da sua eficácia para o cumprimento dos objectivos designados no tratado.

	<p>Segundo o Artigo 21.º (2) e (3) relativo aos “Mecanismos Financeiros”, a COP é igualmente responsável (na sua 1ª sessão) pelo estabelecimento da política, estratégia e prioridades programáticas, bem como as directrizes e os critérios para a qualificação, o acesso e a utilização dos recursos financeiros, incluindo a sua formação e avaliação numa base regular. Fica também encarregue de examinar regularmente a eficácia do mecanismo estabelecido e, se necessário, tomar as medidas apropriadas para melhorar a eficácia do mesmo.</p> <p>À COP é ainda incumbida a tarefa de analisar e admitir os pedidos de participação de entidades “observadoras” nas suas sessões [Artigo 21.º (5)].</p>	<p>cooperar para a formulação e adopção dos Protocolos, e que tal deverá ocorrer numa sessão da COP, enquanto que as emendas à Convenção, Protocolos e respectivos Anexos [Artigos 29.º (3) e 30.º (2,a)] devem seguir o mesmo processo do já supracitado na Regra 40.</p> <p>O Artigo 31.º relativo ao “Direito de Voto” dita o seguinte: «...1- <i>Salvo nos casos previstos no parágrafo 2, cada Parte Contratante desta Convenção ou de qualquer Protocolo terá direito a um voto (...)</i> 2 – <i>Em assuntos que sejam da sua competência, as organizações de integração económica regional deverão exercer o seu direito de voto com um número de votos igual ao número dos seus Estados membros que sejam Partes da Convenção. Tal organização não poderá exercer o seu direito de voto se algum dos seus Estados exercer esse direito, e vice-versa...</i>».</p>
<p>MOP do PROTOCOLO DE CARTAGENA</p>	<p>O Artigo 29.º (4) estipula que a MOP do Protocolo é responsável, para além de analisar regularmente a implementação do Protocolo e tomar as decisões necessárias para promover a mesma, por desempenhar as seguintes funções:</p> <p>«...a) [Fazer] <i>recomendações sobre quaisquer matérias necessárias para a implementação do presente Protocolo;</i></p> <p>b) [Estabelecer] <i>os órgãos subsidiários considerados necessários para a implementação do presente Protocolo;</i></p> <p>c) [Procurar e utilizar] <i>nos casos apropriados, os serviços e a cooperação das organizações internacionais e dos organismos governamentais e não governamentais competentes, bem como as informações por estes fornecidos;</i></p> <p>d) [Estabelecer] <i>a forma e a periodicidade de transmissão das informações a apresentar nos termos do Artigo 33.º do presente Protocolo e [ter] em consideração não só essas informações como os relatórios apresentados por qualquer órgão subsidiário;</i></p> <p>e) [Considerar e adoptar] <i>conforme seja preciso, alterações ao presente Protocolo e aos respectivos anexos, bem como quaisquer novos anexos tidos como necessários para a implementação do presente Protocolo;</i> e</p>	<p>O Artigo 29.º (5) da CBD estipula que «...O <i>regulamento interno da Conferência das Partes bem como o regulamento financeiro da Convenção serão aplicáveis, mutatis mutandis, no âmbito do presente Protocolo, salvo decisão contrária por consenso da Conferência das Partes na sua qualidade de reunião das Partes no presente Protocolo...</i>», o que significa que a Regra 40 das “Rules of Procedure” da COP se aplica igualmente à MOP do “Protocolo de Cartagena”.</p> <p>Além disso, o Artigo 32.º relativo à “Relação com a Convenção” relembra que as disposições da Convenção relativas aos seus protocolos deverão ser aplicadas ao instrumento em questão, pelo que os Artigos 29.º (3),</p>

	<p>f) [Exercer] <i>quaisquer outras funções que possam ser necessárias para a implementação do presente Protocolo...</i>».</p> <p>É igualmente responsável por decidir acerca dos procedimentos e mecanismos apropriados para facilitar a tomada de decisões das Partes de importação [Artigo 10.º (7)]; por definir os pormenores dos requisitos necessários para a manipulação, transporte, embalagem e identificação de organismos vivos modificados [Artigo 18.º (2,a)]; pela consideração, decisão e revisão sobre as regras de funcionamento do Centro de Intercâmbio de Informação para a Segurança Biológica, incluindo os relatórios sobre as suas actividades [Artigo 20.º (4)]; por adoptar um processo para a elaboração adequada de regras e de procedimentos internacionais no domínio da responsabilidade civil e da indemnização por perdas e danos resultantes de movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados [Artigo 27.º].ⁱⁱⁱ</p>	<p>30.º (2,a) e Artigo 31.º são obviamente aplicáveis à MOP do Protocolo.</p>
<p>MOP do PROTOCOLO NAGOYA</p>	<p>O Artigo 26.º (4) estipula que a MOP do Protocolo é responsável, para além de analisar regularmente a implementação do Protocolo e tomar as decisões necessárias para promover a mesma, por desempenhar as seguintes funções:</p> <p>«...a) Fazer recomendações sobre quaisquer temas necessários à implementação do presente Protocolo;</p> <p>b) Estabelecer órgãos subsidiários conforme julgados necessários à implementação do presente Protocolo;</p> <p>c) Buscar e utilizar, conforme adequado, os serviços, a cooperação e a informação disponibilizada por organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais competentes;</p> <p>d) Estabelecer formas e periodicidade de transmissão de informação a ser submetida em conformidade com o Artigo 29.º do presente Protocolo a apreciar essa informação bem como os relatórios submetidos por qualquer órgão subsidiário;</p> <p>e) Considerar e adoptar, conforme exigido, emendas ao presente Protocolo e se Anexo, bem como a quaisquer outros Anexos adicionais considerados necessários à sua implementação;</p> <p>f) Exercer funções que possam ser exigidas para a implementação do presente Protocolo...».</p> <p>É igualmente responsável pela consideração e decisão das modalidades de operação Base de Dados sobre Acesso e Repartição de Benefícios, incluindo os relatórios sobre suas actividades [Artigo 14.º (4)]; pelo acompanhamento periódico o uso de modelos de cláusulas contratuais sectoriais e intersectoriais [Artigo 19.º (2)]; acompanhar de forma periódica o uso e adopção de códigos de conduta, directrizes e melhores práticas e/ou padrões específicos [Artigo 20.º (2)].</p>	<p>O Artigo 26.º (5) da CBD estipula que «...O regulamento interno da Conferência das Partes bem como o regulamento financeiro da Convenção serão aplicáveis, mutatis mutandis, no âmbito do presente Protocolo, salvo decisão contrária por consenso da Conferência das Partes na sua qualidade de reunião das Partes no presente Protocolo...», o que significa que a Regra 40 das “Rules of Procedure” da COP se aplica igualmente à MOP do “Protocolo de Cartagena”.</p>
<p>UNCCD CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO</p>	<p>O Artigo 22.º (2) estipula o seguinte:</p> <p>«...A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias à sua efectiva implementação. Em particular, deverá:</p> <p>a) Examinar regularmente a implementação da Convenção e o funcionamento dos seus mecanismos institucionais à luz da experiência adquirida a nível nacional, sub-regional, regional e internacional e com base na evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;</p>	<p>A Regra 47 das “Rules of Procedure” da COP da UNCCD estipula que as Partes farão todos os esforços para conseguir chegar, por consenso, a um acordo sobre todas as questões fundamentais, e que só após esgotados todos os esforços para se conseguir qualquer acordo através do consenso, a decisão</p>

<p>b) <i>Promover e facilitar o intercâmbio de informação sobre as medidas adoptadas pelas Partes e determinar a forma e os calendários da comunicação da informação a ser submetida em conformidade com o artigo 26.º, examinar os relatórios e formular recomendações sobre eles;</i></p> <p>c) <i>Criar os órgãos subsidiários necessários à implementação da Convenção;</i></p> <p>d) <i>Examinar os relatórios que lhe sejam submetidos pelos seus órgãos subsidiários, aos quais ela deve dar orientação;</i></p> <p>e) <i>Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários;</i></p> <p>f) <i>Aprovar emendas à Convenção em conformidade com os artigos 30.º e 31.º;</i></p> <p>g) <i>Aprovar ainda o seu programa de actividades e o seu orçamento, incluindo igualmente os dos seus órgãos subsidiários, e tomar as medidas necessárias ao seu financiamento;</i></p> <p>h) <i>Sempre que apropriado, cooperar com os órgãos e organismos competentes, quer sejam nacionais, internacionais, intergovernamentais ou não governamentais, bem como utilizar os serviços e as informações por eles prestados;</i></p> <p>i) <i>Promover e reforçar o relacionamento com outras convenções pertinentes, evitando duplicação de esforços; e</i></p> <p>j) <i>Exercer outras funções que sejam consideradas necessárias à prossecução dos objectivos da presente Convenção...».</i></p> <p> A COP é ainda encarregue, na sua primeira sessão, de aprovar as suas “Rules of Procedure” [Artigo 22.º (3)], o qual deverá, entre outras coisas, reger a participação dos “observadores” nas suas sessões [Artigo 22.º (7)].</p> <p> É ainda responsável por examinar periodicamente, de acordo com as recomendações do Comité para a Ciência e Tecnologia, as prioridades de investigação para o combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca [Artigo 17.º (2)], bem como por criar e reforçar redes de centros regionais de educação e formação com os mesmos fins [Artigo 19.º (4)].</p> <p> No que diz respeito aos “Mecanismos Financeiros” da Convenção, a COP deverá promover a sua disponibilidade e encorajar a maximização da disponibilização de fundos para que as Partes mais afectadas implementem em pleno a Convenção, podendo para tal, se necessário, considerar a adopção de uma série de métodos e políticas alternativas. É igualmente responsável pela identificação e acordo das modalidades do Mecanismo Global criado pela Convenção [Artigo 21.º (1) e (5)].</p> <p> A COP é também incumbida de designar o Secretariado Permanente e tomará as disposições necessárias para assegurar o seu funcionamento [Artigo 23.º (3)]; aprovar o mandato do Comité para a Ciência e Tecnologia [Artigo 24.º (1)], elaborar e manter uma lista de peritos independentes com conhecimentos especializados e experiência nas áreas pertinentes [Artigo 24.º (2)]; se necessário, nomear e aprovar o mandato de grupos <i>ad hoc</i> encarregados de fornecer informações e prestar assessoria sobre assuntos específicos [Artigo 24.º (3)]; e ainda de identificar as unidades científicas e tecnológicas mais indicadas para se constituírem em rede, bem como facilitar e reforçar a sua constituição e recomendar os procedimentos e o calendário a serem seguidos [Artigo 25.º (3)].</p>	<p>deverá ser adoptada através de uma maioria de dois terços dos votos das Partes presentes e votantes na sessão. A mesma Regra considera como excepções as decisões tomadas ao abrigo do Artigo 21.º e 22º. (2,g) da Convenção, os quais serão acordadas por consenso, ou caso fique definido de outra forma pela Convenção, pelas próprias “Rules of Procedure”, ou nas normas financeiras incluídas no Art.22.º (2,e).</p> <p> O Artigo 30.º (3) estipula o seguinte: «...As Partes não se pouparão a esforços para alcançar, mediante consenso, um acordo sobre qualquer proposta de emenda à Convenção. Se todos os esforços para se tentar atingir o consenso resultarem vãos e nenhum acordo for atingido, a emenda será aprovada, em último recurso, por uma maioria de dois terços das Partes presentes e votantes na sessão...».</p>
--	--

ⁱ Esclareça-se que o documento que contém as “*Rules of Procedure*” da COP da UNFCCC (FCCC/CP/1996/2) persiste, todo ele, sem ser adoptado oficialmente. Desde a sua 1ª sessão que a falta de acordo acerca da “Regra 42” impediu as Partes de adoptarem as regras processuais que passariam a gerir o órgão executivo da Convenção, porém, e para que tal não entravasse o seu desenvolvimento, decidiu aplicar-se o “*draft*” das “*Rules of Procedure*”, deixando pendente a Regra em questão. Contudo, o que inicialmente tencionava ser uma medida temporária, tem vindo a arrastar-se desde então, i.e., o “*draft*” das Regras vão sendo aceites em cada uma das sessões da COP, mas sempre com a excepção da “Regra 42”. Na prática, tal significa que, na ausência de acordo sobre uma votação por maioria, as decisões acerca de questões fundamentais devem ser tomadas por consenso (o que, regra geral, é o que acontece), dando assim a possibilidade a que, por um lado, um pequeno grupo de países possa perturbar uma negociação, e, por outro, que algumas Partes sejam pressionadas a aceitar uma qualquer decisão sem no entanto a respeitarem e, conseqüentemente, a não a implementarem com o rigor necessário.

ⁱⁱ Note-se que é comum que alguns dos mecanismos estipulados nos Protocolos sejam homólogos aos já estabelecidos na respectiva Convenção, pelo que, por vezes, a MOP assume automaticamente as funções atribuídas à COP, sendo por isso adicionáveis às responsabilidades aqui estipuladas.

ⁱⁱⁱ O mesmo que a Nota de Fim “i”.

(*) Fontes:

AMENZULI (s/data). *Sample Selection of the Powers of COPs Under Various MEAs and their associated Protocols*. In *The Development of International Environmental Law at the Multilateral Environmental Agreements. Conference of the Parties and its validity*. Consult. 4 Fev. 2011, disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/cel10_camenzuli.pdf.

CBD. *Convention on Biological Diversity: Text Convention on Biological Diversity by Article*. Consult. 27 Jun. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/convention/text/>.

CBD. *The Cartagena Protocol on Biosafety: Text by Article*. Consult. 2 Set. 2011, disponível em <http://bch.cbd.int/protocol/text/>.

CBD. *The Nagoya Protocol on Access and Benefit-sharing: Text of the Nagoya Protocol*. Consult. 2 Set. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/abs/text/>.

CBD. *Rules of Procedure for Meetings of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity*. Consult. 17 Set. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-rules-procedure.pdf>.

CI-ESAPL. *Protocolo de Quito à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas*. Consult. 23 Set. 2011, disponível em http://www.ci.esapl.pt/jcms/EA/unfccc_QUIOTO_text_integr.htm#Artigo_20.

GDDC. *Decreto n.º 41/95 - Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afectados pela Seca Grave e ou Desertificação, particularmente em África*. Consult. 15 Jul.2011, disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec41-1995.pdf>.

GDDC. *Decreto n.º 7/2004 de 17 de Abril - Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica à Convenção sobre a Diversidade Biológica*. Consult. 14 Set. 2011, disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec7-2004.pdf>.

FIOCRUZ. *Protocolo de Nagoia no Âmbito da Convenção da Diversidade Biológica sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização*. Consult. 16 Set. 2011, disponível em <http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/PROTOCOLONAGOIAPORT.pdf>.

GRI-MAOT (2001). *Convenções e Protocolos Internacionais de Ambiente*. Lisboa: FERGRÁFICA.

UNFCCC. *United Nations Convention Framework on Climate Change: Full text of the Convention, by Articles*. Consult. 23 Ago. 2011, disponível em http://unfccc.int/not_assigned/b/items/1417.php.

UNFCCC. *United Nations Convention Framework on Climate Change: Text of the Kyoto Protocol*. Consult. 23 Ago. 2011, disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>.

UNFCCC. *Conference of the Parties – Adoption of the Rules of Procedure (FCCC/CP/1996/2)*. Consult. 1 Set. 2011, disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf>.

UNCCD. *United Nations Convention to Combat Desertification: Text of the Convention including all Annexes*. Consult. 27 Set. 2011, disponível em <http://www.unccd.int/convention/text/convention.php>.

UNCCD. *Report of the Conference of the Parties on its First Session - Decision 1/COP.1, Rules of procedure of the Conference of the Parties (ICCD/COP(1)/11/Add.1)*. Consult. 27 Set. 2011, disponível em <http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop1/pdf/11add1eng.pdf#page=4>.

ANEXO 8

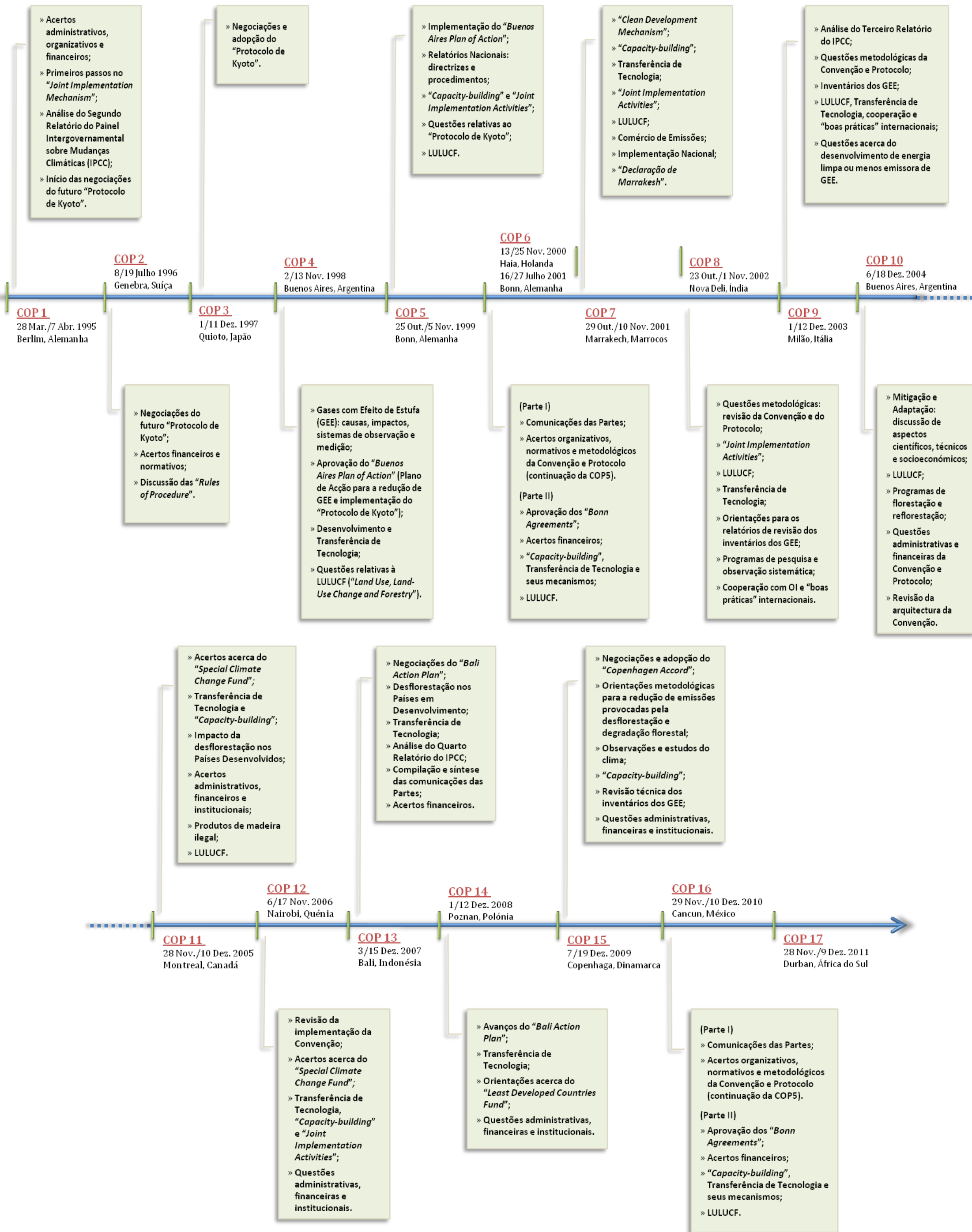
“Grelha Cronológica das COP da UNFCCC”

Referência no texto:

pp.98, §1.

Fonte:

UNFCCC (*consulta online*)



ANEXO 9

“Ficha da COP16 da UNFCCC”

Referência no texto:

pp.99, §1.

Fontes:

UNFCCC (*consulta online*)

COP16 | CMP6 (*consulta online*)

IISD-ENB (*consulta online*)

COP 16 DA UNFCCC

29 Novembro / 10 Dezembro 2010 – Cancún, México

Presidente: Patricia Espinosa, Ministra dos Negócios Estrangeiros do México

1. Programa e Agenda

(Ligações a Documentos Relacionados)

Reuniões	COP 16	29 Nov. / 10 Dez.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/01.pdf
	MOP 6	29 Nov. / 10 Dez.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/01.pdf
	SBI 33 (<i>Subsidiary Body for Implementation</i>)	30 Nov. / 4 Dez.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/11.pdf
	SBSTA33 (<i>Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice</i>)	30 Nov. / 4 Dez.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/07.pdf
	AWG-KP 15 (<i>Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol</i>)	29 Nov. / "to continue for as long as necessary" ¹	http://unfccc.int/resource/docs/2010/awg15/eng/15.pdf
	AWG-LCA 13 (<i>Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention</i>)	29 Nov. / "to continue for as long as necessary" ²	http://unfccc.int/resource/docs/2010/awglca13/eng/16.pdf
Eventos Paralelos	Cerca de <u>240 Eventos Paralelos</u> , com temas como "Adaptação", "Mitigação" e "Questões Inter-disciplinares", organizados por diversas Organizações Internacionais, Convenções ambientais (nomeadamente as Convenções do Rio) e Estados.		http://unfccc.int/files/meetings/cop_16/side_events_exhibits/application/pdf/cop16_cmp6_side_events_and_exhibits_brchure_2nd_web_edition.pdf

2. Tópicos de Discussão

CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP)	- Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: eleição do Presidente e Oficiais; adopção das "Rules of Procedure"; adopção da Agenda e organização dos trabalhos; admissão de Observadores; data e local da COP 17.	http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/01.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/04.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/I05.pdf
	- Análise dos Relatórios dos Órgãos Subsidiários.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/06.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/10.pdf
	- Consideração das propostas apresentadas pelas Partes.	http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/03.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/06.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/07.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/03.pdf
	- Mecanismo Financeiro da Convenção (4ª revisão); - Relatório do Fundo Global para o Ambiente: orientações para as Partes;	

¹ Segundo a Agenda Provisória do Grupo de Trabalho em questão (FCCC/KP/AWG/2010/15).

² Segundo a Agenda Provisória do Grupo de Trabalho em questão (FCCC/AWGLCA/2010/16).

COP (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do Fundo Especial para as Alterações Climáticas; - Fundo para os Países em Desenvolvimento; - Comunicações Nacionais; - Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia; - “Capacity-building”; - Questões relativas a certos Artigos da Convenção: implementação do Artigo 4.º (8) (9); Artigo 6.º; - Implementação do Programa de Trabalho de <i>Buenos Aires</i> às medidas de mitigação e adaptação. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/05.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/l03.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões jurídicas, administrativas e financeiras; - Outras Questões: declarações dos Observadores, reunião de Alto Nível. 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão da Conferência: adopção do Relatório da COP; - Encerramento da sessão. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/l01.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/l04.pdf
REUNIÃO DAS PARTES (MOP)	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adopção da Agenda e organização dos trabalhos; 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/01.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos Relatórios dos Órgãos Subsidiários. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/06.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/10.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Relatório do Grupo de Trabalho <i>Ad Hoc</i> sobre Compromissos Adicionais para as Partes do Anexo I do “Protocolo de Kyoto”. 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Consideração das propostas apresentadas pelas Partes. 	http://unfccc.int/resource/docs/2009/cmp5/eng/02.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2009/cmp5/eng/05.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2009/cmp5/eng/07.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2009/cmp5/eng/10.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões relacionadas com o “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/10.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões relacionadas com a “Implementação Conjunta”. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/09.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões relacionadas com o cumprimento do “Protocolo de Kyoto”: relatório do Comité para o cumprimento do Protocolo. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/06.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e relatório do “Fundo de Adaptação”. 	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/07.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão da implementação do “Protocolo de Kyoto”; - Questões jurídicas, administrativas e financeiras; - Outras Questões: declarações dos Observadores, reunião de Alto Nível. 	

	- Questões finais: adoção do Relatório da MOP; encerramento da sessão.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/l01.pdf
ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS		
SUBSIDIARY BODY FOR IMPLEMENTATION (SBI)	- Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adoção da Agenda, organização dos trabalhos e eleição dos Oficiais;	
	- Relatórios das comunicações nacionais e dados do inventário de Gases com Efeito de Estufa das Partes incluídas e não incluídas no Anexo I da Convenção; - Estado de adesão, revisão e futuro das comunicações nacionais; - Incentivar a aplicação do Artigo 12.º (5) da Convenção; - Apoio técnico e financeiro.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l35.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/inf08.pdf
	- Revisão do mecanismo financeiro da Convenção; - Relatório do “Fundo Mundial para o Ambiente” e orientações para a COP; - Avaliação do Fundo Especial para as Alterações Climáticas.	http://unfccc.int/files/cooperation_and_support/financial_mechanism/application/pdf/2_cp_16.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l39a01.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l40a01.pdf
	- Questões relativas ao Artigo 6.º da Convenção; - Questões relativas ao Artigo 4.º da Convenção (8) (9); - Questões relativas ao Artigo 3.º (14) do “Protocolo de Kyoto”.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l26.pdf
	- Desenvolvimento e transferência de tecnologia.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l25.pdf
	- “Capacity-building” no âmbito da Convenção e do “Protocolo de Kyoto”.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l29.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/l30.pdf
	- Compilação anual e relatórios de contabilidade das Partes do Anexo B do “Protocolo de Kyoto” referentes a 2009 e 2010.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/05a01.pdf
	- Proposta de alteração do “Protocolo de Kyoto” em relação aos procedimentos e mecanismos de cumprimento: proposta da Arábia Saudita.	http://unfccc.int/resource/docs/2005/cmp1/eng/02.pdf
	- Organização das reuniões intergovernamentais; - Questões jurídicas, administrativas e financeiras.	
SUBSIDIARY BODY FOR SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL ADVICE (SBSTA)	- Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adoção da Agenda, organização dos trabalhos e eleição dos Oficiais.	
	- Programa de trabalho de “Nairobi” sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às alterações climáticas.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l20.pdf

SBSTA (continuação)	- Desenvolvimento e transferência de tecnologia.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l17.pdf
	- Investigação e observação sistemática.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l22.pdf
	- Questões metodológicas da Convenção: emissões derivadas do combustível utilizado pela aviação e transporte marítimo internacional; relatório anual sobre a revisão técnica dos inventários dos Gases com Efeito de Estufa das Partes do Anexo I da Convenção e revisão das linhas orientadoras da UNFCCC para os mesmos; interface dos dados relativos a Gases com Efeito de Estufa.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l19.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/inf08.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l18.pdf
	- Questões metodológicas do “Protocolo de Kyoto”: actividades do projecto do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”; linha de base para o “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”; questões relativas à reforestação; medidas comuns para calcular a equivalência de CO ₂ dos Gases com Efeito de Estufa.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l24.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/tp/04.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/tp/04.pdf
	- Aspectos científicos, técnicos e socioeconómicos da mitigação das alterações climáticas.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/11.pdf
	- Questões relativas ao Artigo 2.º (3) do “Protocolo de Kyoto”.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/l16.pdf

3. Participantes

(Total)						
Estados Parte	192	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/inf01p01.pdf http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/inf01p02.pdf				
Observadores	689	Estados	2			
		Organizações	687	Organismos das Nações Unidas	28	
				Agências Especializadas	18	
				Organizações Internacionais	47	
				Organizações Não Governamentais	594	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/inf01p03.pdf
Comunicação Social	568					

4. Resultados Finais

COP	- “ Cancun Agreements ”: resultados alcançados pelo “ <i>Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention</i> ”.	Decisão 1/CP.16	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf#page=2 http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a02.pdf#page=8
	- Quarta Revisão do Mecanismo Financeiro.	Decisão 2/CP.16	
	- Orientações adicionais para o Fundo Mundial para o Ambiente;	Decisão 3/CP.16	
	- Avaliação do Fundo Especial para as Alterações Climáticas;	Decisão 4/CP.16	
	- Orientações para o funcionamento do Fundo para os Países em Desenvolvimento;	Decisão 5/CP.16	
	- Extensão do mandato do Grupo de Peritos dos Países em Desenvolvimento;	Decisão 6/CP.16	
	- Progresso e formas de melhorar a implementação do emendado Programa de Trabalho de New Delhi sobre o Artigo 6.º da Convenção;	Decisão 7/CP.16	
	- Continuação das actividades em fase piloto de “Implementação Conjunta”;	Decisão 8/CP.16	
	- Comunicações nacionais das Partes incluídas no Anexo I da Convenção;	Decisão 9/CP.16	
	- “ <i>Capacity-building</i> ” no âmbito da Convenção para os Países em Desenvolvimento;	Decisão 10/CP.16	
	- Questões administrativas, financeiras e institucionais;	Decisão 11/CP.16	
	- Data e local de reuniões futuras.	Decisão 12/CP.16	
MOP	- “ Cancun Agreements ”: resultados alcançados pelo “ <i>Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol</i> ”;	Decisão 1/CMP.6	http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/12a01.pdf#page=3 http://unfccc.int/resource/docs/2010/cmp6/eng/12a02.pdf#page=2
	- “ Cancun Agreements ”: “ <i>Land use, land-use change and forestry – LULCF</i> ”;	Decisão 2/CMP.6	
	- Orientações relativas ao “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”;	Decisão 3/CMP.6	
	- Orientações relativas à implementação do Artigo 6.º do “Protocolo de Kyoto”;	Decisão 4/CMP.6	
	- Relatório do Fundo de Adaptação;	Decisão 5/CMP.6	
	- Revisão do Fundo de Adaptação;	Decisão 6/CMP.6	
	- Captura de dióxido de carbono e seu armazenamento em formações geológicas como actividade do projecto de desenvolvimento limpo;	Decisão 7/CMP.6	

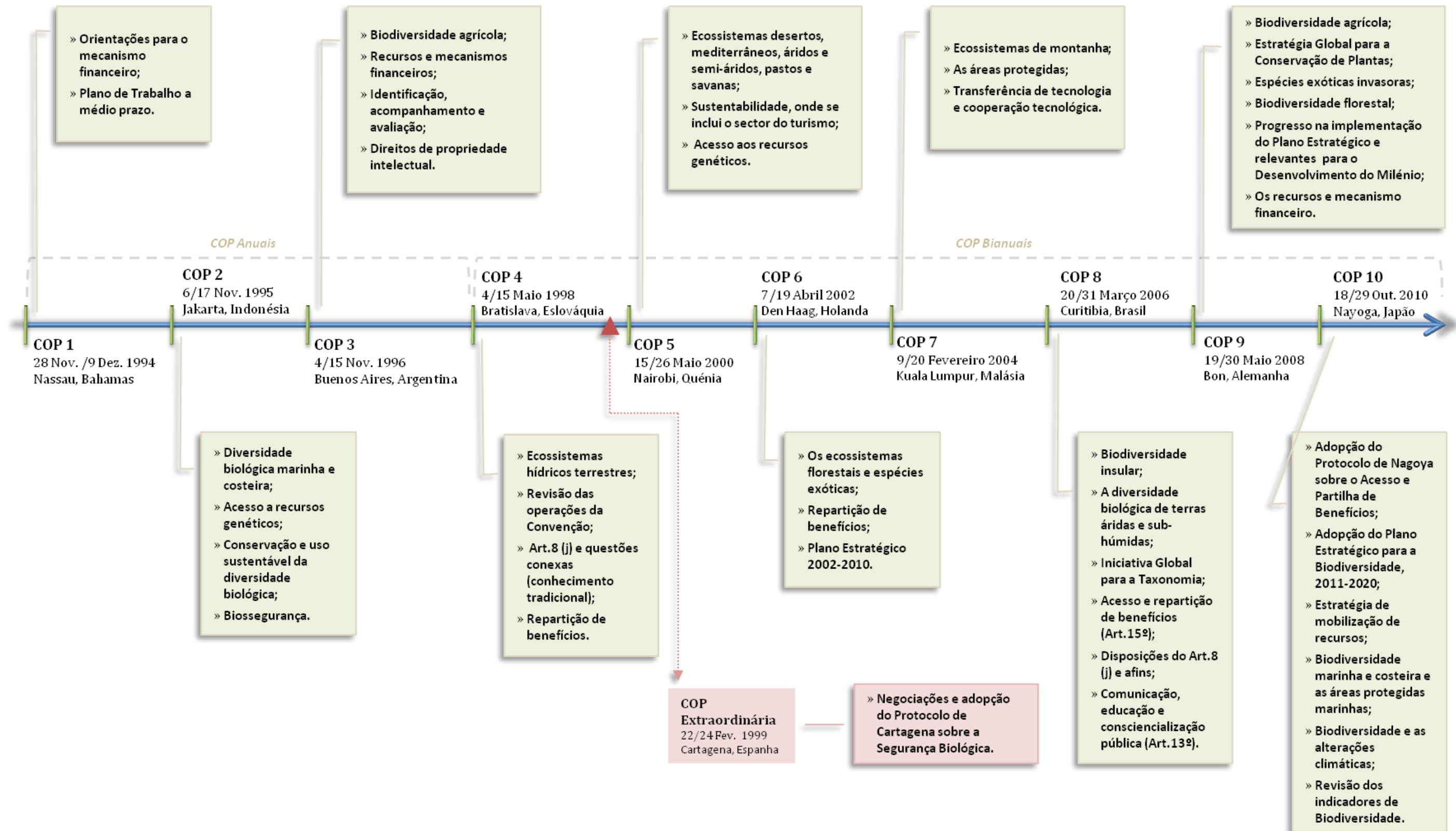
MOP (continuação)	- Proposta do Cazaquistão para alterar o Anexo B do “Protocolo de Kyoto”;	Decisão 8/CMP.6
	- Metodologia para a cobrança de taxas de transações internacionais no biênio 2012-2013;	Decisão 9/CMP.6
	- Informações complementares incorporadas em comunicações nacionais submetidas em conformidade com o Artigo 7.º (2) do “Protocolo de Kyoto”;	Decisão 10/CMP.6
	- “Capacity-building” no âmbito do “Protocolo de Kyoto” para os Países em Desenvolvimento;	Decisão 11/CMP.6
	- Questões administrativas, financeiras e institucionais;	Decisão 12/CMP.6
	- Comité para o Cumprimento.	Decisão 13/CMP.6
SBI	- Relatório Final do “ <i>Subsidiary Body for Implementation</i> ” na sua 33ª Sessão.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbi/eng/27.pdf
SBSTA	- Relatório Final do “ <i>Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice</i> ” na sua 33ª Sessão.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/sbsta/eng/13.pdf
AWG-LCA	- Relatório Final do “ <i>Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention</i> ” na sua 13ª Sessão.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/awqlca13/eng/18.pdf
AWG-KP	- Relatório Final do “ <i>Ad Hoc Working Group on Further Commitments for Annex I Parties under the Kyoto Protocol</i> ” na sua 15ª Sessão.	http://unfccc.int/resource/docs/2010/awq15/eng/18.pdf

ANEXO 10

“Grelha Cronológica das COP da CBD”

Referência no texto:
pp.102, §1.

Fonte:
CBD (*consulta online*)



ANEXO 11

“Ficha da COP10 da CBD”

Referência no texto:

pp.103, §3.

Fontes:

CBD (*consulta online*)
IISD-ENB (*consulta online*)

COP 10 CDB

18 / 29 Outubro 2010 – Nagoya, Japão

Presidente: Ryu Matsumoto, Ministro do Ambiente do Japão

1. Programa e Agenda

(Ligações a Documentos Relacionados)

Reuniões	COP 10	18 / 29 Outubro	http://www.cbd.int/cop10/agenda/
	MOP 5	11 / 15 Outubro	http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-01-en.pdf
	WGRI 3 (<i>Working Group on the Review of Implementation</i>)	24 / 28 Maio (2010)	http://www.cbd.int/wgri3/meeting/agenda/
	SBSTTA 14 (<i>Subsidiary Body for Scientific, Technical and Technological Advice</i>)	10 / 21 Maio (2010)	http://www.cbd.int/sbstta14/meeting/agenda.shtml
Eventos Paralelos	Cerca de 300 Eventos Paralelos, organizados por diversas Organizações Internacionais, Convenções ambientais (nomeadamente as Convenções do Rio) e Estados.		http://www.cbd.int/cop10/side-events?mtg=cop-10

2. Tópicos de Discussão

CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP)	- Questões Organizacionais: sessão de abertura; eleição do Presidente e Oficiais; adopção da Agenda e organização dos trabalhos; admissão de Observadores; assuntos pendentes; data e local da COP 11.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-01-add1-en.pdf
	- Análise dos Relatórios dos Órgãos Subsidiários e do Fundo Mundial para o Ambiente.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-02-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-03-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-04-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-05-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-06-en.pdf
	- Acesso a Recursos e Partilha de Benefícios; - Questões estratégicas de avaliação do progresso e apoio à implementação da Convenção.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-05-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-08-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-10-en.pdf
	- Estratégia de mobilização de recursos; - Cooperação científica e técnica; - Transferência de tecnologia e cooperação; - Estratégia global para a conservação de plantas; - Comunicação, educação e consciencialização pública/Ano Internacional para a Biodiversidade; - Cooperação com outras Convenções e Organizações Internacionais; - Mecanismo financeiro: 4ª revisão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-13-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-15-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-21-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-19-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-16-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-17-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-14-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-03-en.pdf

COP (continuação)	- Questões administrativas e financeiras;	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-25-rev1-en.pdf
	- Conclusão da Conferência: adoção do Relatório da COP; - Encerramento da sessão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-27-en.pdf
REUNIÃO DAS PARTES (MOP)	- Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adoção da Agenda e organização dos trabalhos;	http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-01-add1-en.pdf
	- Análise do relatório do Comité para o Cumprimento; - Operações e actividades acerca do sistema de compensação da biossegurança; - Estado das actividades de capacitação e do emprego da lista de peritos em biossegurança; - Questões acerca do mecanismo financeiro e recursos da Convenção; - Cooperação com outras Convenções, Organizações Internacionais e demais iniciativas; - Administração do Protocolo e questões orçamentais.	http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-02-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-03-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-04-add1-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-05-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-06-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-07-en.pdf
	- Análise do Programa de Trabalho a médio prazo e anteriores decisões das Partes do Protocolo.	http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-08-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-10-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-11-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-12-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-16-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-14-rev-01-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-15-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-16-en.pdf
	- Questões finais: adoção do Relatório da MOP; encerramento da sessão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/bs/mop-05/official/mop-05-17-en.pdf
ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS		
WORKING GROUP ON THE REVIEW OF IMPLEMENTATION (WGRI)	- Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adoção da Agenda, organização dos trabalhos e eleição dos Oficiais;	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-01-add1-en.pdf
	- Progressos rumo à meta da biodiversidade para 2010: revisão do Plano Estratégico; - Interface Ciência-Política em biodiversidade, serviços dos ecossistemas e bem-estar humano: considerações das reuniões intergovernamentais e multilaterais; - Plano estratégico e programa plurianual de trabalho da Convenção pós-2010;	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-02-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-04-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-03-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-05-en.pdf

WGRI (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação da estratégia de mobilização de recursos; - Considerações acerca da iniciativa tecnológica para a biodiversidade proposta; - Operações da Convenção. 	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-07-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-10-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-11-en.pdf
	- Questões finais: adopção do Relatório da reunião; encerramento da sessão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-cop-10-04-en.pdf
SUBSIDIARY BODY FOR SCIENTIFIC, TECHNICAL AND TECHNOLOGICAL ADVICE (SBSTTA)	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão de abertura; - Questões Organizacionais: adopção da Agenda, organização dos trabalhos e eleição dos Oficiais. 	http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-01-add1-en.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Questões científicas e técnicas relevantes para a implementação, relatórios e seguimento da meta da biodiversidade para 2010: diversidade biológica e de ecossistemas em águas interiores, biodiversidade marinha e costeira, áreas protegidas, biodiversidade e alterações climáticas, entre outras; - Outras questões adoptadas previamente: biodiversidade agrícola, de terras áridas e sub-húmidas, das florestas, espécies invasoras, taxonomia, medidas de incentivo, questões novas e emergentes; - Métodos para melhorar a eficácia do órgão subsidiário de aconselhamento científico, técnico e tecnológico. 	http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-06-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-18-en.pdf http://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-14/official/sbstta-14-19-en.pdf
	- Questões finais: adopção do Relatório da reunião; encerramento da sessão.	

3. Participantes

Estados Parte	183		http://www.cbd.int/COP10-LoP.pdf
Outros Participantes ¹	Estados não Parte	21	http://www.cbd.int/COP10-LoP.pdf
	Agências Especializadas (ONU)	240	
	Organizações Internacionais	234	
	Organizações Não-Governamentais	1936	

¹ Contagem efectuada com o número de participantes inscritos por categoria.

Outros Participantes (continuação)	Comunidades Indígenas e Locais	131	http://www.cbd.int/COP10-LoP.pdf
	Empresas	485	
	Universidades/Investigação	805	
	Observadores	400	

4. Resultados Finais

COP	- Decisões adoptadas pela Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica na sua 10ª Reunião (Anexo ao Relatório Final da COP10 - UNEP/CBD/COP/10/27).	Decisão X/1 – X/47	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-27-en.pdf
MOP	- Relatório do Comité para o Cumprimento;	Decisão BS-V/1	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12314
	- Operações e actividades acerca do sistema de compensação da biossegurança;	Decisão BS-V/2	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12315
	- Estado das actividades de capacitação;	Decisão BS-V/3	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12316
	- Lista de peritos de biossegurança;	Decisão BS-V/4	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12317
	- Mecanismo financeiro e recursos;	Decisão BS-V/5	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12318
	- Cooperação com outras convenções, organizações e iniciativas;	Decisão BS-V/6	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12319
	- Programa de orçamento para os custos do secretariado e do programa de trabalho de biossegurança do Protocolo de Cartagena para o biénio 2011-2012;	Decisão BS-V/7	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12320
	- Manuseio, transporte, embalagem e identificação de organismos vivos modificados: o Artigo 18.º (2,a, 3);	Decisão BS-V/8 Decisão BS-V/9	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12321 http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12322
	- Direitos e / ou obrigações dos Estados Parte de trânsito de organismos vivos modificados;	Decisão BS-V/10	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12323
	- Regras e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos resultantes do movimento transfronteiriço de organismos vivos modificados;	Decisão BS-V/11	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12324
	- Gestão e avaliação de riscos (Artigos 15.º e 16.º);	Decisão BS-V/12	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12325
	- Consciencialização pública, educação e participação;	Decisão BS-V/13	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12326

MOP (continuação)	- Monitorização e relatórios (Artigo 33.º);	Decisão BS-V/14	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12327
	- Avaliação e revisão (Artigo 35.º);	Decisão BS-V/15	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12328
	- Plano estratégico para o Protocolo de Cartagena para o período 2011-2020.	Decisão BS-V/16	http://www.cbd.int/decision/mop/?id=12329
WGRI	- Relatório Final do “ <i>Working Group on the Review of Implementation</i> ” na sua 3ª Sessão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-cop-10-04-en.pdf	
SBSTTA	- Relatório Final do “ <i>Subsidiary Body for Scientific, Technical and Technological Advice</i> ” na sua 14ª Sessão.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-03-en.pdf	

ANEXO 12

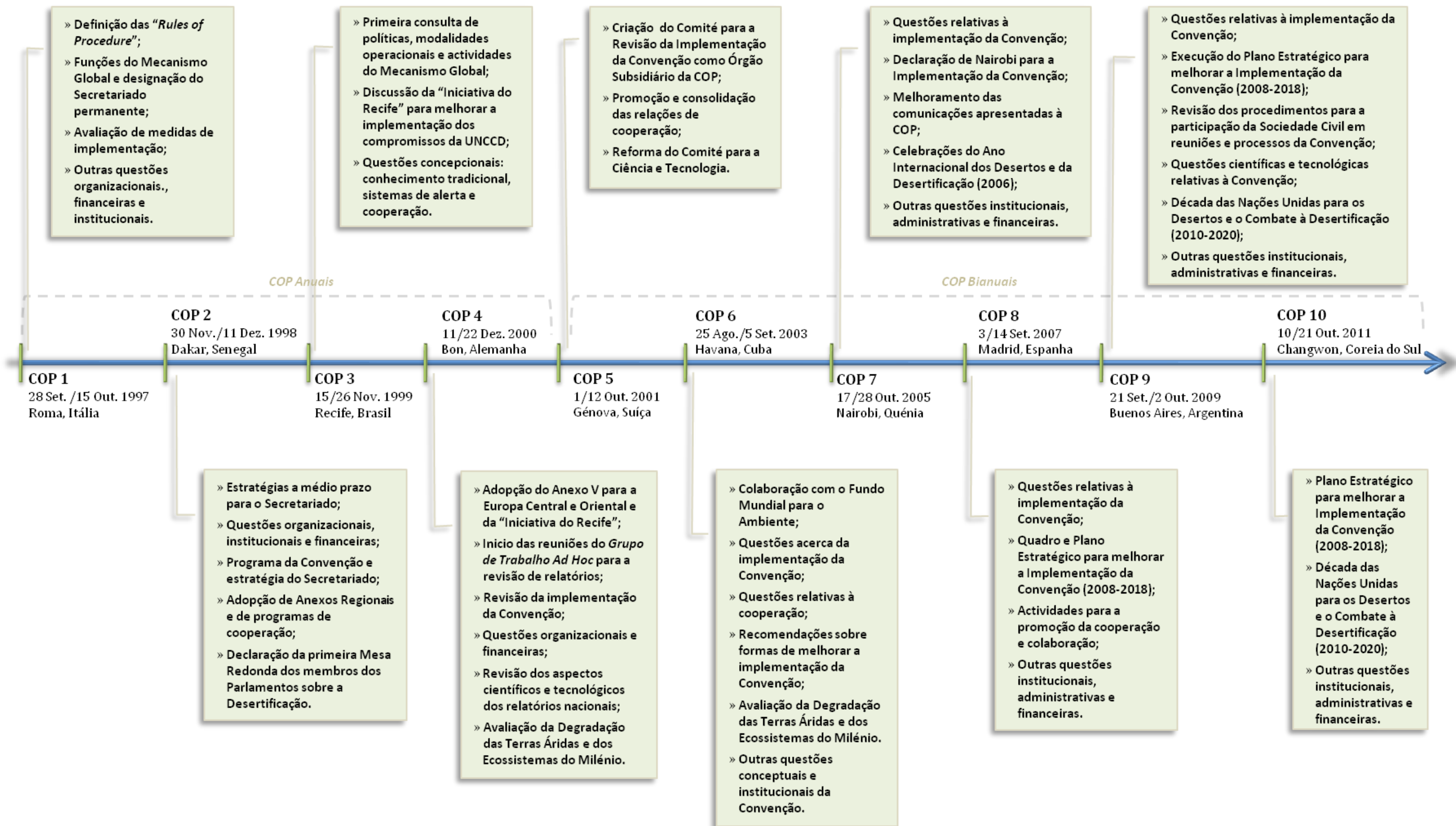
“Grelha Cronológica da UNCCD”

Referência no texto:

pp.107, §1.

Fonte:

UNCCD (*consulta online*)



ANEXO 13

“Ficha da COP10 da UNCCD”

Referência no texto:

pp.107, §1.

Fontes:

UNCCD (*consulta online*)
IISD-ENB (*consulta online*)

COP 10 UNCCD

10 / 21 Outubro 2011 - Changwon, Coreia do Sul

Presidente: Don Koo Lee, Ministro dos Serviços Florestais da Coreia

1. Programa e Agenda

(Ligações a Documentos Relacionados)

Reuniões	COP 10	18 / 29 Outubro	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/1eng.pdf
	CRIC 10 (<i>Committee for the Review of the Implementation of the Convention</i>)	11 / 20 Outubro	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/1eng.pdf
	CST 10 (<i>Committee on Science and Technology</i>)	11 / 13 Outubro	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst1eng.pdf
Eventos Paralelos	Cerca de 54 Eventos Paralelos, organizados por diversas Organizações Internacionais e Estados.		http://www.unccd.int/cop/cop10/docs/side%20events.pdf

2. Tópicos de Discussão

CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP)	- Questões Organizacionais: sessão de abertura; eleição do Presidente e Oficiais; adopção da Agenda e organização dos trabalhos; admissão de Observadores.	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-01-add1-en.pdf
	- O plano estratégico a 10 anos e o quadro para promover a implementação da Convenção (2008-2018); - Revisão dos relatórios dos órgãos subsidiários; - Mecanismos que facilitem a coordenação regional da implementação da Convenção; - Revisão dos progressos alcançados na implementação da estratégia de comunicação global; - Revisão de procedimentos para a participação de Organizações da Sociedade Civil em reuniões e processos da UNCCD; - Manutenção e criação de painéis de peritos independentes.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/21eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/2eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/5eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/22eng.pdf
	- Programa e orçamento para o biénio 2012-2013; - Desempenho financeiro dos fundos da Convenção.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/7eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/10spa.pdf
	- Acompanhamento da avaliação do Mecanismo Global pela Unidade de Inspeção Conjunta.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/3eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/4eng.pdf
	- Considerações do acompanhamento dos resultados da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável relevantes para a UNCCD e o resultado das 18ª e 19ª sessões da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/6eng.pdf

COP (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos pendentes: - Regra 47 das “Rules of Procedure”; - Procedimentos e mecanismos institucionais para a resolução de questões relativas à implementação da Convenção; - Anexos relativos aos procedimentos de arbitragem e conciliação. 	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/23eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/25eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/26eng.pdf
	- A Década das Nações Unidas para os Desertos e a Luta contra a Desertificação (2010-2020): relatório de actividades.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/27eng.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Outras questões: inclusão das actividades de ONG no programa oficial da COP: sessões de diálogo abertas e interactivas; - Programa de trabalho para a COP11; - Conclusão da Conferência: adopção do Relatório da COP; - Encerramento da sessão. 	http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-10/official/cop-10-27-en.pdf
ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS		
COMMITTEE FOR THE REVIEW OF THE IMPLEMENTATION OF THE CONVENTION (CRIC)	- Questões Organizacionais: adopção da Agenda e organização dos trabalhos.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/1eng.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão da implementação da Convenções e o Plano e Quadro Estratégico a 10 anos para melhorar a implementação da Convenção (2008-2018): - Relatório da COP9; - Planos plurianuais de trabalho das instituições e órgãos subsidiários da Convenção; - Desempenho das instituições e dos órgãos subsidiários da Convenção. 	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/4eng.pdf http://www.unccd.int/php/document2.php?ref=ICCD/CRIC(10)/8 http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/9eng.pdf
	- Avaliação da implementação da Convenção em relação aos indicadores de desempenho.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/10eng.pdf
	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoramento dos procedimentos de comunicação de informação e da qualidade e formato dos relatórios a serem submetidos à COP: - Processo interactivo relativo à avaliação e implementação (indicadores de desempenho e impacto, metodologia e procedimentos de comunicação); - Consideração das boas práticas para a implementação da Convenção. 	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/11eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/12eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/13eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/14eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/15eng.pdf
	- Procedimentos adicionais ou mecanismos institucionais para auxiliar a COP na examinação regular da implementação da Convenção.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/17eng.pdf
	- Promoção e fortalecimento das relações com outras Convenções, Organizações Internacionais, instituições e agências: progressos alcançados, estruturas políticas e	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/18eng.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/19eng.pdf

CRIC (continuação)	legais, sinergias relativas às “Convenções do Rio”.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/22enq.pdf
	- Colaboração com o Fundo Mundial para o Ambiente.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/23enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cric10/pdf/24enq.pdf
	- Programa de trabalho para a 11ª sessão do CRIC; - Adopção do Relatório da reunião.	http://www.cbd.int/doc/meetings/wgri/wgri-03/official/wgri-03-cop-10-04-en.pdf
COMMITTEE ON SCIENCE AND TECHNOLOGY (CST)	- Questões Organizacionais: adopção da Agenda, organização dos trabalhos e eleição dos Oficiais. - Revisão do relatório da 2ª reunião extraordinária do CST.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst1enq.pdf
	- Conselhos sobre a melhor forma de avaliar o progresso dos objectivos estratégicos 1, 2 e 3: - Desenvolvimento e implementação de indicadores de impacto relativos à medição dos objectivos estratégicos 1, 2 e 3; - Modalidades para a análise das informações científicas e técnicas a apresentar em 2012 e retiradas dos relatórios de entidades e dos resultados científicos.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst3enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst4enq.pdf
	- Remodelação do funcionamento do CST em linha com o Plano e Quadro Estratégico a 10 anos para melhorar a implementação da Convenção (2008-2018): preparação da 2ª conferência científica da UNCCD e organização das sessões do CST num formato de conferência técnico-científica; - Medidas que permitam tornar a UNCCD numa autoridade mundial para os conhecimentos técnicos e científicos relativos à desertificação/degradação dos solos e mitigação dos efeitos da seca: organização do conselho científico interdisciplinar; - Correspondentes para a ciência e tecnologia e lista de peritos independentes; - Reforçar o apoio à investigação científica e formação de instituições: - Cooperação científica e partilha de conhecimentos com organismos das “Convenções do Rio” e de outras instituições e agências da ONU; - Programa de bolsas da UNCCD; - O sistema de gestão de conhecimento (o conhecimento tradicional, boas práticas e histórias de sucesso).	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst5enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst6enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst7enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cstinf5enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst8enq.pdf http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst9enq.pdf
	- Implementação do Plano e Quadro Estratégico a 10 anos para melhorar a implementação da Convenção (2008-2018): consideração do projecto multianual (2012-2015) para o plano de trabalho da CST.	http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/cst10enq.pdf
	- Outras questões: informação acerca das iniciativas regionais, programas de trabalho para a 3ª reunião extraordinária e 11ª sessão da CST; - Questões finais: adopção do Relatório da reunião e encerramento da sessão.	

3. Participantes

Estados Parte	194		http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop10/pdf/misc6eng.pdf
Outros Participantes ¹	Organizações Não-Governamentais e Observadores	1000	
	Organizações Internacionais	1000	

4. Resultados Finais

COP ²	- <i>Decisões adoptadas pela Conferência das Partes Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.</i>	Decisão 1/COP.10 – 39/COP.10	http://www.unccd.int/cop/cop10/decisions.php#COP10
-------------------------	--	------------------------------	---

¹ Média do número de participantes esperados.

² Versões preliminares.

- AMENZULI (s/data). *Sample Selection of the Powers of COPs Under Various MEAs and their associated Protocols*. In *The Development of International Environmental Law at the Multilateral Environmental Agreements. Conference of the Parties and its validity*. Consult. 4 Fev. 2011, disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/cel10_camenzuli.pdf.
- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. (2004). *Meio Ambiente e Relações Internacionais: Perspetivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate*. Revista Brasileira da Política Internacional, nº 47-2 (pp.100-130).
- BIRNIE, Patricia; BOYLE, Alan; REDGWELL, Catherine (2009). *International Law and the Environment*. Third Edition. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS.
- BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law*. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.
- BRUCH, Carl; MREMA, Elizabeth (2006). *Manual on Compliance with and Enforcement of Multilateral Environmental Agreements* [Versão Eletrônica]. UNEP - Division of Environmental Conventions. Consult. 26 Jul. 2011, disponível em http://www.unep.org/dec/MEA_Manual.html.
- CAMENZULI, Louise Kathleen (s/data). *The Development of International Environmental Law at the Multilateral Environmental Agreements. Conference of the Parties and its validity*. http://www.iucn.org/about/union/commissions/cel/cel_resources/cel_res_papers/.
- CBD – Convention on Biological Diversity. Consult. 22 Dez. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/>.
- CBD. *Convention on Biological Diversity: Text Convention on Biological Diversity by Article*. Consult. 27 Jun. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/convention/text/>.
- CBD. *The Cartagena Protocol on Biosafety: Text by Article*. Consult. 2 Set. 2011, disponível em <http://bch.cbd.int/protocol/text/>.
- CBD. *The Nagoya Protocol on Access and Benefit-sharing: Text of the Nagoya Protocol*. Consult. 2 Set. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/abs/text/>.
- CBD. *Rules of Procedure for Meetings of the Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity*. Consult. 17 Set. 2011, disponível em <http://www.cbd.int/doc/legal/cbd-rules-procedure.pdf>.

CI-ESAPL. *Protocolo de Quito à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas*. Consult. 23 Set. 2011, disponível em

http://www.ci.esapl.pt/jcms/EA/unfccc_QUIOTO_text_integr.htm#Artigo_20.

COP16|CMP6 - United Nations Framework for the Climate Change. Consult. 13 Set. 2011, disponível em

<http://www.cc2010.mx/>.

CSD – Commission on Sustainable Development. Consult. 21 Set. 2011, disponível em

http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_aboutsd.shtml.

CULLET, Philippe (2002). *The Desertification Convention*. International Environmental Law Research Center. Consult. 1 Dez. 2011, disponível em <http://www.ielrc.org/content/a0201.pdf>.

Declaração de Estocolmo (1972). In Infopédia [Online]. Porto: PORTO EDITORA, 2003-2012. Consult. 03-11-2011, disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$declaracao-de-estocolmo\(1972\)](http://www.infopedia.pt/$declaracao-de-estocolmo(1972)).

DEL BUONO, Luca (2010). *Fears of parallels with Copenhagen at biodiversity summit in Nagoya*.

Climate Action Online. 31 Mar. 2011, disponível em

http://www.climateactionprogramme.org/news/fears_of_parallels_with_copenhagen_at_biodiversity_summit_in_nagoya/.

DODDS, Felix; HOWELL, Megan; STRAUSS, Michael; ONESTINI, Maria; MARUMA, Elizabeth; BOURDY, Anne. *Negotiating And Implementing Multilateral Environmental Agreements (MEAs): A Manual For NGOs* [Versão Eletrónica]. UNEP Division of Environmental Law and Conventions.

Consult. 4 Set. 2011, disponível em

http://www.unep.org/publications/contents/pub_details_search.asp?ID=4108.

DUYCK, Sébastien (2012). *First reading of the Rio+20 Zero Draft elements on governance – not yet the future we want*. Consult. 25 Jan. 2012, disponível em <http://rioplustwenties.org/?p=1036>.

FIOCRUZ. *Protocolo de Nagoia no Âmbito da Convenção da Diversidade Biológica sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização*.

Consult. 16 Set. 2011, disponível em

<http://www.fiocruz.br/omsambiental/media/PROTOCOLONAGOIAPORT.pdf>.

GDDC – Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Consult. 12 Abr. 2011, disponível em

<http://www.gddc.pt/>.

GDDC. *Decreto n.º 41/95 - Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados pela Seca Grave e ou Desertificação, particularmente em África*. Consult. 15 Jul.2011, disponível em

<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec41-1995.pdf>.

GDDC. *Decreto n.º 7/2004 de 17 de abril - Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica à Convenção sobre a Diversidade Biológica*. Consult. 14 Set. 2011, disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec7-2004.pdf>.

GEHRING, Thomas (2008). *Treaty-Making and Treaty Evolution*. In BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (pp. 467-497). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.

GIDDENS, Anthony (2009). *The Politics of Climate Change*. United Kingdom: POLITY PRESS.

GRI-MAOT (2001). *Convenções e Protocolos Internacionais de Ambiente*. FERGRÁFICA.

HENRIQUES, António Gonçalves (s/data). *Aplicação das Conclusões da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável* [Versão Eletrónica]. Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente – Universidade Técnica de Lisboa. Consult. 4 Jul. 2011, disponível em <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/850648/1/CMDS%20Joanesburgo%202002.pdf>.

IISD-ENB. Consult. 4 Out. 2011, disponível em <http://www.iisd.ca/voltoc.html>.

IVANOVA, Maria (2011). *Global Governance in the 21st Century: Rethinking the Environmental Pillar* [Versão Eletrónica]. Consult. 16 Jan. 2011, disponível em http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/IEG%20Paper-Ivanova-Final%20_2_.pdf.

IVANOVA, Maria; ROY, Jennifer (2007). *The Architecture of Global Environmental Governance: Pros and Cons of Multiplicity* [Versão Eletrónica]. In Hoffmann, Walter; Swart, Lydia (Eds.). *Global Environmental Governance: Perspectives on the Current Debate* (pp. 48-66). New York: CENTER FOR UN REFORM EDUCATION. Consult. 13 Jun. 2011, disponível em <http://www.centerforunreform.org/node/251>.

JOHANNESBURG SUMMIT (2002). Consult. 4 Jul. 2011, disponível em <http://www.un.org/jsummit/>.

KANIE, Norichika (2007). *Governance with Multilateral Environmental Agreements: A Healthy or Well-Equipped Fragmentation?* [Versão Eletrónica]. In Hoffmann, Walter; Swart, Lydia (Eds.). *Global Environmental Governance: Perspectives on the Current Debate* (pp. 67-86). New York: CENTER FOR UN REFORM EDUCATION. Consult. 7 Dez. 2011, disponível em <http://www.centerforunreform.org/node/251>.

LE PRESTRE, Philippe (1997). *Ecopolítica Internacional*. Trad. Gorender, Jacob (2000). São Paulo: SENAC.

LEARY, David; PISUPATI, Balakrishna (Eds.) (2010). *Introduction*. In *The Future of International Environmental Law* (pp. 1-16). Tokyo: UNITED NATIONS UNIVERSITY PRESS.

- MAOT (2011). *10ª Reunião da Conferência das Partes à Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* [Versão Eletrônica]. Consult. 17 Jul. 2011, disponível em http://portal.icnb.pt/NR/rdonlyres/7A3D2E28-FE4D-4A5F-8D55-E586C977B0FA/0/Relat_nacion_CDB_COP_10.pdf.
- MARAUHN, Thilo (2008). *Changing Role of the State*. In BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (pp. 727-748). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.
- MARAUHN, Thilo (2009). *The Potential of the Convention on Biological Diversity to Address the Effects of Climate Change in the Arctic*. In Koivurova, Timo; Keskitalo, E. Carina H.; Bankes, Niges (Eds.). *Climate Governance in the Arctic* (pp. 263-286). Springer.
- MEA – Millennium Ecosystem Assessment (2005). *Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis* [Versão Eletrônica]. WASHINGTON, DC: Island Press.
- MITCHELL, Ronald B. (2002-2012). *International Environmental Agreements (IEA) Database Project*. Consult. 31 Mar. 2011, disponível em <http://iea.uoregon.edu/page.php?file=home.htm&query=static>.
- O'NEILL, Kate (2009). *The Environment and International Relations*. United Kingdom: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.
- ONU – United Nations. Consult. 13 Jun. 2011, disponível em <http://www.un.org/en/>.
- Our Common Future (1987). In UN Documents [Online]. Consult. 3 Nov. 2011, disponível em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.
- POWELL, Lindsey (2003). *In Defense of Multilateralism* [Versão Eletrônica]. Global Environmental Governance: the Post-Johannesburg Agenda. Yale Center for Environmental Law and Policy. Consult. 25 Mai. 2011, disponível em <http://www.yale.edu/gegdialogue/docs/dialogue/oct03/papers/Powell.pdf>.
- RAUSCHMAYER, Felix; PAAVOLA, Jouni; WITTMER, Heidi (2009). *European Governance of Natural Resources and Participation in a Multi-Level Context: An Editorial*. Environmental Policy and Governance, 19 (pp. 141–147).
- REDGWELL, Catherine (2008). *National Implementation*. In BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (pp. 922-946). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.
- SAND, Peter H. (2008). *The Evolution of International Environmental Law*. In BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (pp. 29-43). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.

SANDS, Philippe (2009). *Principles of International Environmental Law*. Second Edition. United Kingdom: CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.

SEIDLER, Chsistoph (2010). *Copenhagen Repeat? Failure Looms for Global Biodiversity Conference*. Spiegel Online International. Consult. 31 Mar. 2011, disponível em <http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,723695,00.html>.

SCHMIDT, Luísa (2008). *Ambiente e Políticas Ambientais: Causas e desajustes*. Itinerários. A Investigação nos 25 anos de ICS. Instituto Superior de Ciências Sociais. Lisboa: IMPRENSA DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

SCHMIDT, Luísa (2008). *Políticas Ambientais em Portugal – processos e insucessos entre o “global” e o “nacional”*. VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Lisboa.

SOMMER, Julia (1996). *Environmental Law-Making by International Organisations* [Versão Eletrónica]. Max-Planck-Institut für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht. Consult. 19 Set. 2011, disponível em http://www.zaerv.de/56_1996/56_1996_3_a_628_667.pdf.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998). *O Futuro Frágil. Os desafios da crise global ambiental*. Mem Martins: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA.

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (2005). *Metamorfoses - Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*. Mem Martins: PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA.

SPECTOR, Bertram; SJÖSTEDT, Gunnar; ZARTMAN, William (Eds.) (1994). *Negotiating International Regimes: Lessons Learned from the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)* [Versão Eletrónica]. Great Britain: GRAHAM & TROTMAN LIMITED/KLUWER ACADEMIC PUBLISHING GROUP. Consult. 12 Jul. 2011, disponível em <http://iiasa.ac.at/Admin/PUB/Documents/XB-94-009.pdf>.

STEINER, Andrej; MARTONAKOVA, Henrieta; GUZIOVA, Zuzana (Eds.) (2003). *Environmental Governance Sourcebook* [Versão Eletrónica]. Consult. 6 Jun. 2011, disponível em <http://europeandcis.undp.org/environment/eu/show/36485707-F203-1EE9-B2A96CC5B3E626DC>.

STODDART, Hannah (2011) (Ed.). *A Pocket Guide to Sustainable Development Governance* [Versão Eletrónica]. Stakeholder Forum Commonwealth Secretariat. Consult. 6 Jan. 2011, disponível em <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/sdgpocketguideFINAL-no%20crop%20marks.pdf>.

TRUX, Anneke; BODEMEYER, Reinhard (2007). *The Rio conventions’ poor little sister* [Versão Eletrónica]. *Agriculture&Rural Development - Rural Economic Development*, 14(1), 22-25. Consult. 20 Dez. 2011, disponível em http://www.rural21.com/uploads/media/ELR_UNCCD_0107.pdf.

ULFESTEIN, Geir (2008). *Treaty Bodies*. In BODANSKY, Daniel; BRUNNÉE, Jutta; HEY, Ellen (Eds.). *The Oxford Handbook of International Environmental Law* (pp. 877-889). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS INC.

UNCCD – United Nations Convention to Combat Desertification. Consult. 12 Dez. 2011, disponível em <http://www.unccd.int/en/Pages/default.aspx>.

UNCCD. *United Nations Convention to Combat Desertification: Text of the Convention including all Annexes*. Consult. 27 Set. 2011, disponível em <http://www.unccd.int/convention/text/convention.php>.

UNCCD. *Report of the Conference of the Parties on its First Session - Decision 1/COP.1, Rules of procedure of the Conference of the Parties (ICCD/COP(1)/11/Add.1)*. Consult. 27 Set. 2011, disponível em <http://www.unccd.int/cop/officialdocs/cop1/pdf/11add1eng.pdf#page=4>.

UNEP – United Nations Environment Programme. Consult. 1 Out. 2011, disponível em <http://www.unep.org/>.

UNFCCC – United Nations Framework for the Climate Change. Consult. 29 Nov. 2011, disponível em <http://unfccc.int/2860.php>.

UNFCCC. *United Nations Convention Framework on Climate Change: Full text of the Convention, by Articles*. Consult. 23 Ago. 2011, disponível em http://unfccc.int/not_assigned/b/items/1417.php.

UNFCCC. *United Nations Convention Framework on Climate Change: Text of the Kyoto Protocol*. Consult. 23 Ago. 2011, disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>.

UNFCCC. *Conference of the Parties – Adoption of the Rules of Procedure (FCCC/CP/1996/2)*. Consult. 1 Set. 2011, disponível em <http://unfccc.int/resource/docs/cop2/02.pdf>.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2006). *Training Manual on International Environmental Law* [Versão Eletrônica]. Consult. 3 Jun. 2011, disponível em http://www.unep.org/law/PDF/training_Manual.pdf.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2010). *Typologies of Multilateral Environmental Agreements* [Versão Eletrônica]. The Consultative Group of Ministers or High-level Representatives on Broader International Environmental Governance Reform. Consult. 20 Jun. 2011, disponível em http://www.rona.unep.org/documents/partnerships/ieg/typology_of_mea_secretariats.pdf.

UNSC – United Nations Security Council. *Resolution 687 (1991) of 3 April 1991*. Consult. 5 Set. 2011, disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/596/23/IMG/NR059623.pdf?OpenElement>.

UNIVERSITY OF JOENSUU - DEPARTMENT OF LAW (2007). *Multilateral Environmental Agreement Negotiator's Handbook*. Finland: UNIVERSITY OF JOENSUU.

WOLFRUM, Rüdiger; MATZ, Nele (2010). *Conflicts in International Environmental Law*. Germany: SPRINGER.

WPIEI - Working Party on International Environment Issues (2010). *EU Positions on the main unresolved issues in the negotiation of the Access and Benefit-sharing Protocol* (pp. 1-14). Fornecido pelo GRI-MAOT, Out. de 2010.